

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**EDNA MARIA COIMBRA DE ABREU**

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:** as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação

SÃO LUÍS  
2017

**EDNA MARIA COIMBRA DE ABREU**

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: as particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do título de doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Souza

SÃO LUÍS

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Coimbra de Abreu, Edna Maria.

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA: as particularidades do exercício profissional dos/as  
Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação / Edna  
Maria Coimbra de Abreu. –  
2017.

276 f.

Orientador(a): Salviana de Maria Pastor Santos Souza.  
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em  
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,  
São Luís - MA, 2017.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Exercício profissional.  
3. Projeto Ético-Político. 4. Serviço Social. I. Pastor Santos Souza,  
Salviana de Maria. II. Título.

**EDNA MARIA COIMBRA DE ABREU**

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:** as particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do título de doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Souza

Aprovada em     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Eliana Bolorino Martins Canteiro

---

Profa. Dra. Raimunda Nonata do Nascimento Santana

---

Profa. Dra. Valéria Almada Lima

---

Profa. Dra. Cleonice Correia Araújo

Ao meu pai, José Lopes de Abreu (*in memoriam*), que vislumbrou este sonho muito antes que eu o sonhasse! Onde quer que esteja, sei que está muito feliz com essa conquista. Esta vitória também é sua, meu pai amado!

À minha mãe, Elza Muniz Coimbra Abreu, meu exemplo de mãe e mulher! Uma união perfeita de força e doçura, paciência, determinação e disposição para a vida! Te amo!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que tudo pode e que me permitiu trilhar este caminho.

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio e colaboração de várias pessoas. Agradeço imensamente o carinho e a amizade dos que se dispuseram a ser solidários neste momento tão especial.

À equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas agradeço a oportunidade de partilhar do seu conhecimento. Em especial, destaco a Professora Salviana Maria Pastor Santos Souza que pacientemente me orientou na elaboração deste trabalho. Sua serenidade é sempre reconfortante

Aos colegas das turmas de Mestrado e Doutorado de 2013, agradeço a convivência enriquecedora.

Minha gratidão aos Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação de todos os estados do Brasil que se dispuseram a participar da pesquisa e expuseram sua experiência de trabalho nessa instituição, compartilhando dificuldades, dúvidas, anseios, decepções e, principalmente, esperança na possibilidade de mudança e construção de um exercício profissional comprometido com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e com os interesses dos estudantes.

Agradeço especialmente às 15 colegas e ao colega a quem entrevistei. Obrigada pela paciência e disponibilidade para as longas conversas via *WhatsApp* ou *Skype!* Vencemos a distância! Foi uma experiência nova e enriquecedora!

Um agradecimento especial às colegas Lígia Fernandes Nóbrega (Assistente Social do IFRR – Campus Boa Vista, atualmente pousando em Franca/SP) e Talita Prada (Assistente Social do IFBA - Campus Eunápolis), pela contribuição fundamental no desenrolar da pesquisa. Sem a ajuda dessas colegas teria sido bem mais difícil!

Meus agradecimentos às companheiras de trabalho da Coordenadoria de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, cuja convivência diária tem proporcionado um aprendizado constante.

Aos meus irmãos, José (Zezeco, *in memoriam*), Maria Cléa, Osvaldo (Vadeco), Gerson, Norma, Judite e José Airton, vocês são parte do que sou! Obrigada sempre!

Aos meus pais, José (*in memoriam*) e Elza, que apesar do limitado acesso à educação formal, ensinaram aos filhos a importância do saber e fizeram até o que não podiam para que conseguíssemos! Serei eternamente grata a eles!

Minha família é minha fonte de inspiração e força! Meus filhos, Anna Paula, Érica Luíza e João Felipe, vocês são a razão de tudo! Meu marido, José de Oliveira Ramos, obrigada pela paciência e por entender as madrugadas em claro (e por me despertar dos “cochilos” de vez em quando)!

Não poderia deixar de agradecer, à comunidade do IFMA/Campus São Luís Monte Castelo, em especial aos estudantes, com quem exercito o meu ofício e com quem aprendo todos os dias.

“A educação, como dimensão da vida social, encerra contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora”.



## RESUMO

Estudo a respeito do exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, visando compreender as possibilidades e os limites de uma atuação coerente com os princípios que orientam o Projeto Ético-Político Profissional considerado hegemônico no Serviço Social. A ampliação das requisições para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, decorrente da expansão da Educação Profissional e Tecnológica, é apontada como um dos principais determinantes da expansão da educação como um espaço sócio-ocupacional para a profissão. A análise busca referências empíricas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em nível nacional. As categorias que fundamentam a análise são: trabalho, serviço social, educação e mediação. A atuação do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica foi analisada na contradição entre os princípios que orientaram a construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e as ideias neoliberais que fundamentam as reformas educacionais. A análise das particularidades do trabalho do assistente social nos Institutos Federais de Educação considerou o perfil dos assistentes sociais, as funções exercidas pelos Assistentes Sociais, ações desenvolvidas no cotidiano institucional, os desafios e as possibilidades para materialização do Projeto Ético-Político Profissional nesse campo de atuação. Considera-se que os desafios são mediados pela contradição entre os princípios neoliberais e os que orientam o Projeto Ético-Político, pela correlação de forças espaço institucional e pelo comprometimento das condições de trabalho resultantes do processo de assistencialização da educação pública. As mediações favoráveis às possibilidades estão relacionadas ao compromisso dos profissionais com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, à organização e às articulações sócio-políticas da categoria, ao desenvolvimento de ações socioeducativas e às correlações de forças no contexto das relações institucionais.

**Palavras chave:** Exercício profissional, Serviço Social, Educação Profissional e Tecnológica, Projeto Ético-Político.

## ABSTRACT

Study about the Social Worker's professional exercise on the scope of the Politic of Professional Education and Brazilian Technology, aiming to understand the possibilities and the limits of a coherent acting with the principles that guide the Professional Ethical-Political Project considered hegemonis by the Social Service. The enlargement of requisition to the Social Service in Federal Institutions of Education, due to expansion of Professional and Technological Education, is pointed as one of the main determinants of the education expansion as a place social-occupational for the profession. The analises looks for empirical references in the Federal Institutions of Education, Science and Technology at a national level. The categories that fundamente the analisis are: work, social work, education and mediation. The acting of the Social Worker on the Professional and Technological Education was analysed by in the contradiction between principles that guided the construtuion of the Professional Ethical-Political Project of Social Service and the neoliberal ideas that fundamente the educational reforms. The analisis of particularities of the social worker job in Federal Institutions of Education considered the social workers profile, the functions performed by Social Workers, actions developed in the institutional daily life, the chalenges and possibilities for the Professional Ethical-Political Project materialization in this field of activity. It is considered that the challenges are mediated by the contradiction between the neoliberal principles and those that guide the Ethical-Political Project; by the correlation of forces on the institutional space and by the commitment of work conditions resulting from the public education assistance process. Favorable mediations to possibilities are related to the commitment of professionals with the Professional Ethical-Political Project of Social Service, the organization and the social-politic articulations of the category, the development of social-educational actions and the correlation of forces on the institutional relations context.

**Key words:** Professional exercise, Social Service. Professional and Technological Education, Ethical-Political Project.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.....	144
<b>Figura 2</b>	Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	145

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Institutos por região, Unidades (campi) por região, Institutos participantes da pesquisa por região e profissionais participantes da pesquisa por região.....	33
<b>Tabela 2</b>	Identificação fictícia das Assistentes Sociais entrevistadas por região.....	34
<b>Tabela 3</b>	Período de implantação do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação.....	146
<b>Tabela 4</b>	Tempo de atuação como assistente social.....	146
<b>Tabela 5</b>	Tempo de atuação como assistente social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica.....	146
<b>Tabela 6</b>	Faixa etária e sexo dos Assistentes Sociais dos Institutos Federais..	160
<b>Tabela 7</b>	Tipo de instituição de ensino e tempo de graduação.....	160
<b>Tabela 8</b>	Pós-Graduação cursada pelos Assistentes Sociais.....	161
<b>Tabela 9</b>	Participação em eventos da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos, apresentação de trabalhos em eventos da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos e produção científica nos últimos cinco anos.....	161
<b>Tabela 10</b>	Participação em partidos políticos, sindicatos, órgão/entidade da categoria e em outro tipo de órgão ou entidade.....	162
<b>Tabela 11</b>	Região do país onde atua.....	162
<b>Tabela 12</b>	Localização geográfica do Campus de atuação.....	163
<b>Tabela 13</b>	Vínculo funcional e carga horária semanal de trabalho.....	163
<b>Tabela 14</b>	Funções exercidas pelos Assistentes Sociais.....	165
<b>Tabela 15</b>	Participação do Serviço Social no planejamento institucional.....	186
<b>Tabela 16</b>	Desenvolvimento de ações com instâncias do poder decisório e Instâncias do poder decisório com as quais o assistente social atua.	196
<b>Tabela 17</b>	Nível de conhecimento das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social – ABEPSS.....	203
<b>Tabela 18</b>	Nível de conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão – nº 8.662/93.....	204
<b>Tabela 19</b>	Nível de conhecimento do Código de Ética de 1993.....	204

<b>Tabela 20</b>	Nível de conhecimento Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.....	205
<b>Tabela 21</b>	Nível de conhecimento da Lei de Regulamentação do Estágio.....	205
<b>Tabela 22</b>	Condições de trabalho em termos de recursos humanos.....	219
<b>Tabela 23</b>	Condições de trabalho em termos de estrutura física.....	219
<b>Tabela 24</b>	Condições de trabalho em termos recursos materiais e equipamentos.....	220
<b>Tabela 25</b>	Condições de trabalho em termos de autonomia profissional.....	221
<b>Tabela 26</b>	Condições de trabalho em termos de articulação política.....	221
<b>Tabela 27</b>	Caracterização da relação com os demais profissionais da instituição.....	232

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social  
ALAETS – Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social  
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais  
ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais  
APAS - Associação Profissional dos Assistentes Sociais  
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CELATS - Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social  
CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca  
CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais  
CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais  
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFET's – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
IF – Instituto Federal  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
LOS - Lei Orgânica da Saúde  
MEC – Ministério da Educação  
NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas  
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEJA FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada

PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PEP – Projeto Ético-Político

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CONCEPÇÕES SOBRE TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>2.1</b>	<b>A categoria trabalho.....</b>	<b>35</b>
2.1.1	O trabalho na sociedade capitalista moderna: algumas considerações necessárias.....	50
<b>2.2</b>	<b>O Serviço Social na divisão social do trabalho.....</b>	<b>56</b>
2.2.1	A função pedagógica do trabalho do Assistente Social.....	73
<b>2.3</b>	<b>A relação educação e trabalho no contexto das transformações societárias.....</b>	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS MEDIAÇÕES QUE CONFIGURAM O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>85</b>
<b>3.1</b>	<b>Considerações a respeito da categoria mediação em Marx .....</b>	<b>85</b>
<b>3.2</b>	<b>O significado da categoria mediação para o Serviço Social e o processo de construção do Projeto Ético-Político da profissão.....</b>	<b>94</b>
3.2.1	Compreendendo o significado da categoria mediação para o Serviço Social.....	95
3.2.2	O Serviço Social e a construção do Projeto Ético-Político da profissão...	105
3.2.3	Os elementos constituintes do Projeto Ético-Político do Serviço Social....	113
3.2.4	Dilemas e desafios à hegemonia conquistada.....	118
<b>4</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....</b>	<b>129</b>
<b>4.1</b>	<b>A Política de Educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.....</b>	<b>129</b>
<b>4.2</b>	<b>A expansão da Educação Profissional e Tecnológica e as novas demandas para o Serviço Social.....</b>	<b>141</b>
<b>4.3</b>	<b>As particularidades do trabalho do assistente social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica e o Projeto Ético-</b>	



	<b>Político da profissão.....</b>	<b>159</b>
4.3.1	O perfil dos assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação.....	159
4.3.2	As funções do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação.....	163
4.3.3	As ações desenvolvidas pelo Serviço Social no cotidiano institucional....	183
4.3.4	Os desafios à materialização do Projeto Ético-Político Profissionais nos Institutos Federais de Educação.....	197
4.3.5	As possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político nos Institutos Federais de Educação.....	222
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>241</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>252</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>265</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se uma Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Trata de um estudo sobre o exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, tendo como referência empírica sua atuação nos Institutos Federais de Educação.

A opção por esse tema de estudo deve-se à inserção da autora na realidade pesquisada, visto que atua profissionalmente como Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. A relevância do estudo está relacionada ao fato de que a ampliação das requisições para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, decorrente da expansão da Educação Profissional e Tecnológica, é apontada como um dos principais determinantes da expansão da educação como um espaço sócio-ocupacional para a profissão. Desse modo, acredita-se que um estudo desta natureza venha contribuir para a compreensão da educação como campo de atuação do Serviço Social, bem como para o debate no âmbito dos Institutos Federais de Educação.

A atuação do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica foi pensada no contexto dos princípios que orientaram a construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e as ideias neoliberais que fundamentam as reformas educacionais e a reforma do Estado brasileiro colocando em evidência as dificuldades que podem ser vivenciadas no exercício profissional.

O objeto de estudo construído neste trabalho procura ampliar e aprofundar estudo apresentado na Dissertação de Mestrado defendida em 2012, com o título: A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO MARANHÃO: avaliação do processo de implementação, que tomou como referência empírica a execução dessa política no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) – Campus São Luís Monte Castelo. Nele identificou-se que as condições objetivas e subjetivas de trabalho dos Assistentes Sociais interferem no modo como esse profissional efetiva sua intervenção, ao mesmo tempo em que coloca em questionamento a efetividade desse trabalho no sentido de contribuir para o acesso e permanência de estudantes no sistema educacional e para a democratização da educação como direito.

O presente estudo, tal como a Dissertação, têm como referência teórico-metodológica a concepção dialética marxiana. Com base nessa referência, tomou-se como ponto de partida a compreensão do Serviço Social como parte de uma totalidade histórica (CARDOSO, 2016), portanto, uma profissão inserida na divisão social do trabalho. Como é sabido, de acordo com essa visão, a análise de uma totalidade ou o estudo de um determinado objeto deve considerar as relações que estabelece com outras totalidades e as suas determinações sócio-históricas.

No caso do Serviço Social, vários estudos acerca de sua constituição e institucionalização como profissão nas sociedades capitalistas apontam que esses processos estão relacionados às respostas do Estado à questão social decorrente das relações de dominação e exploração entre as classes sociais e que são inerentes a esse tipo de sociedade. Entre os autores que abordam esse assunto, destacam-se: Abreu (2010), Iamamoto (2001, 2012), Iamamoto e Carvalho (2014), Netto (2002).

Segundo essa concepção, a intensificação do processo de acumulação inerente às sociedades capitalistas amplia as desigualdades entre as classes que a constituem, evidenciando os conflitos que caracterizam as relações entre as mesmas. As relações de exploração e dominação de classes constituem o que se denomina de questão social que se expressa no cotidiano através de situações diversas e que se configuram como problemas sociais, como é o caso do desemprego, da fome e da violência, por exemplo. Isso significa que a questão social é produzida socialmente, portanto, deve ser vista a partir de suas determinações históricas e sociais.

Sobre esse tema, Carvalho e Iamamoto (2014, p. 84) advogam que

a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção além da caridade e da repressão.

Na atual configuração societária que baliza a organização do modo de produção capitalista, o papel do Estado é de intervir na busca de respostas às diversas expressões da questão social.

Nesse sentido, o Estado, aqui, é concebido como um ser social e histórico que, em sociedades capitalistas, responde às demandas das classes sociais.

Segundo Farias (2001, p.26) “é no contexto de uma formação econômica e social que se apreende o conjunto dos aspectos do Estado como um ser social e histórico”.

É quando o Estado passa a tratar a questão social como passível de ser resolvida pela via do consenso que o Serviço Social ganha força como profissão socialmente necessária, pois é vista como parte das estratégias construídas para viabilizar as respostas do Estado às evidências das desigualdades sociais. Segundo Netto (2000) o uso dessa expressão “questão social” é decorrente dos “desdobramentos sociopolíticos” do pauperismo que assolou a população trabalhadora na Europa Ocidental quando da emergência do capitalismo urbano-industrial, momento em que os trabalhadores começaram a se insurgir contra as condições de vida impostas pelo processo de exploração e dominação a que eram submetidos.

O agravamento das condições de vida dos trabalhadores, em decorrência das consequências sociais da segunda guerra mundial, e a força do movimento sindical, entre outros fatores, impulsionaram a ação do Estado através do desenvolvimento de políticas sociais públicas, visando garantir as condições para a produção e a para acumulação de capital, configurando o que ficou conhecido como Estado de Bem Estar Social. Nessa perspectiva, o Assistente Social foi um dos profissionais chamados para atuar no desenvolvimento dessas políticas.

Para Netto (2002), o surgimento do Serviço Social está relacionado ao desenvolvimento do capital monopolista. A profissionalização do Serviço Social tem relação com a forma como o Estado trata a questão social nesse contexto. Sendo requisitada para o desenvolvimento de políticas sociais, essa profissão nasceu e se desenvolveu com potencial para contribuir para a legitimação da sociedade burguesa (NETTO, 2002).

Entretanto, assim como o Serviço Social, as políticas sociais estão inseridas numa determinada realidade social, entendida como uma totalidade composta por outras de menor complexidade que se relacionam organicamente. São mediados pelas contradições inerentes a esse tipo de sociedade, estando permeados pelos conflitos que caracterizam as relações entre as classes sociais.

Assim, o desenvolvimento das políticas sociais resulta também do movimento dos trabalhadores no enfrentamento das condições impostas pelas desigualdades sociais. E, atuando nessa arena de disputa, o assistente social é tensionado pelo jogo de interesses que a caracteriza. Dessa maneira, mesmo que

originalmente esteja ligado aos interesses do capital, pode assumir posicionamentos contrários a esse e favorecer os interesses dos trabalhadores.

A história do Serviço Social na sociedade brasileira evidencia essa possibilidade, pois o movimento de crítica e contestação dos propósitos originais da profissão culminou na construção de um projeto profissional que manifestou sua opção pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

É importante dizer-se que a disputa entre as classes sociais nas sociedades capitalistas é uma disputa entre projetos societários, ou seja, por diferentes tipos de sociedade (NETTO, 1999; ABREU, 2010). Fundamentando-se na teoria social de Marx, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social foi além da crítica e propôs uma ruptura com o Serviço Social tradicional e buscou aliança com o projeto da classe trabalhadora na luta por sua emancipação.

Essas colocações evidenciam que através de sua prática profissional o assistente social pode contribuir para favorecer os interesses e o projeto das classes dominantes ou da classe trabalhadora, o que ressalta suas dimensões política e pedagógica. Abreu (2010, p, 17) afirma que a função pedagógica do assistente social está relacionada aos vínculos da profissão com as classes sociais.

O Serviço Social se fez útil para o capital pela necessidade de disciplinamento e controle da classe trabalhadora no intuito de garantir a reprodução das relações sociais de produção, a acumulação capitalista e a perpetuação de um modo de vida e de sociedade. As contradições dessa sociedade colocaram a possibilidade de uma postura profissional contrária a esses interesses. Na verdade, esses conflitos de classes se configuram como luta pelo poder hegemônico (ABREU, 2010).

Ao se pensar o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, tomou-se como marco impulsionador de sua construção o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina que se iniciou na década de 1960. Segundo Netto (2001), no Brasil, o movimento que culminou com tal projeto iniciou ainda na década de 1970 e cresceu na década de 1980, sendo mediado pelos acontecimentos conjunturais da época, que foi marcada por uma variedade de movimentos sindicais, populares e democráticos e que fortaleceram a organização da categoria.

Segundo Martins, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social

elege como valor central a liberdade, comprometido com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, e demais princípios éticos que afirmam o comprometimento da profissão com os interesses e necessidade da classe trabalhadora (MARTINS, 2012, p.45).

Embora o Projeto Ético-Político esteja ainda em construção, sua estrutura básica foi constituída entre os anos de 1980 e 1990 (NETTO, 2001). Desde então, a produção de conhecimentos, as instâncias político-organizativas e a dimensão jurídico-político da profissão são os elementos que lhe dão materialidade e sustentação (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

A conjuntura da década de 1980 foi favorável ao avanço desse Projeto. A efervescência política e a articulação da categoria com o movimento dos trabalhadores fortaleceu seu processo organizativo. Por outro lado, a promulgação da chamada “Constituição cidadã”, em 1988, promoveu a ampliação de direitos sociais. Apesar das mudanças da proposta inicial, decorrentes das pressões dos interesses dominantes, ocorreram alguns avanços nessa área, entre os quais se destaca a institucionalização da Assistência Social (principal campo de atuação do Assistente Social) como política pública, quando passa a compor a Política de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

Os anos de 1990 foram muito importantes para o projeto profissional do Serviço Social: a ampliação do debate acerca do mesmo contribuiu para sua consolidação no seio da categoria; em contrapartida, as consequências do processo de reestruturação produtiva e do avanço da ideologia neoliberal, que lhe dá sustentação, chegaram com maior força no Brasil e se materializaram através da contra reforma do Estado Brasileiro.

O avanço do neoliberalismo no país impôs restrições à intervenção estatal no desenvolvimento das políticas públicas de corte social, reduzindo os investimentos nessa área, o que repercutiu no âmbito de atuação do Serviço Social. Apesar de que a Constituição de 1988 colocou em pauta o princípio da universalidade e a ampliação das desigualdades sociais tenha aumentado a procura pelas políticas públicas, em especial pela Política de Assistência Social, foram os princípios neoliberais que predominaram na efetivação dessas políticas a partir de então, caracterizadas como compensatórias, focalizadas e seletivas.

Essa realidade afetou as possibilidades de implementação do Projeto Ético-Político da profissão, tanto pela contradição entre os princípios que o orientam e os princípios neoliberais, quanto porque as mudanças impostas pelo

aprofundamento das relações capitalistas de produção interferem nas condições de trabalho dos assistentes sociais.

Nos anos 2000, o avanço do neoliberalismo continuou forte no Brasil, com a peculiaridade de ter no governo o Partido dos Trabalhadores que, apesar de ter como proposta inicial a emancipação da classe trabalhadora (LOPES, 2009), não conseguiu romper com a política macroeconômica neoliberal. Tendo sido apoiado por muitos setores do movimento social, não enfrentou muitas resistências, pois esses se sentiam responsáveis pelo governo, o que ocasionou um enfraquecimento da organização dos trabalhadores e do seu projeto societário.

Essa situação também teve repercussão no projeto profissional do Serviço Social. A desmobilização dos trabalhadores atingiu a categoria e a forma de tratar a questão social novamente interferiu em suas condições de trabalho (BRAZ/2007, NETTO/2007, LOPES/2009, CARDOSO/2013). Continuaram as políticas compensatórias, com ênfase a programas de combate à pobreza.

Diante do exposto e considerando que este estudo teve como propósito pensar a inserção do Serviço Social numa política educacional, partiu-se do entendimento de que o agravamento da questão social tem acentuado suas expressões no ambiente educacional e o Assistente Social tem sido requisitado para intervir nesse contexto.

Considerando-se que no ambiente educacional estão presentes as contradições próprias da sociedade capitalista, que se configuram na coexistência de projetos educacionais divergentes e estão relacionados aos interesses em disputa na sociedade, aos diferentes projetos societários.

Ao se refletir acerca da política educacional brasileira, pode-se verificar, em relação ao processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em curso no país, campo em que se situa a presente Tese, coloca-se em evidência a articulação entre as mudanças nessa política e as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais em nível mundial, fundamentando-se na concepção de educação como propulsora do desenvolvimento.

De fato, pode-se verificar que há um movimento de expansão visível nessa área, que alcançou seu ápice em 2016. Tal processo apresenta a seguinte configuração em termos no número de escolas criadas por período: 140 Escolas Técnicas em 119 municípios, de sua origem (em 1909) até 2003; 214 escolas da

rede federal, de 2006 a 2010; 208 unidades, de 2011 a 2014; e em 2016 alcançou o número de 644 unidades, atingindo 568 municípios<sup>1</sup>.

Considerada a ação mais importante dessa expansão, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a responsabilidade de viabilizar de forma articulada a Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis de ensino, priorizando os cursos da Educação Profissional Técnica integrados ao Ensino Médio.

A expansão dessa Rede, assim como a ampliação e institucionalização da assistência estudantil fazem parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visa a ampliação da cobertura dessa política e favorecer a permanência dos estudantes no sistema educacional. Em contrapartida, mesmo norteadas pelos princípios neoliberais, essas ações resultaram também das lutas históricas de trabalhadores e estudantes pelo acesso à educação.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi pensado como uma estratégia para redução das desigualdades sociais e regionais, sendo caracterizada também como política de inclusão social<sup>2</sup>, perspectiva que fundamentou a proposta de criação dos Institutos Federais de Educação. O caráter eminentemente inclusivo atribuído à Política de Educação Profissional e Tecnológica na atual conjuntura veio endossar a necessidade de investimento em ações direcionadas para o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional, fato que tem sido apontado como um dos fatores que tem contribuído para ampliar a requisição do Serviço Social no âmbito educacional.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pelo Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, e tem como objetivo “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal” (BRASIL, 2010, p. 1). No PNAES, a assistência estudantil é concebida como um

---

<sup>1</sup> Esses dados estão melhor especificados nas páginas 139 e 140 através dos Gráficos 1 e 2, obtidos na seguinte fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>.

<sup>2</sup> Se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica do modo de produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/ou inserção social são estratégias para integrar os objetos – os excluídos – ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, de manter sobre controle as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, móveis da exclusão social (RIBEIRO, 2006, p. 159).



conjunto de ações que visam assegurar o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes da rede federal de educação. E o Assistente Social é o profissional chamado para conduzir sua implementação.

O exercício profissional do Assistente Social possui um caráter eminentemente pedagógico, que está organicamente relacionado à sua dimensão política e ao arcabouço teórico-metodológico que o orienta. Sofre influências também da correlação de forças do contexto no qual está inserida, daí porque a análise da realidade deve se constituir fundamento para esse exercício.

Martins (2012) indica três eixos de atuação do Serviço Social na educação: a dimensão socioeducativa, a democratização da educação e a articulação da política de educação com as demais políticas sociais. Na perspectiva do projeto ético-político profissional, a articulação dialética entre essas dimensões deve ter como propósito o fortalecimento das lutas pela emancipação das classes subalternas; assegurar o acesso e a permanência e contribuir para fortalecer a participação de todas as instâncias da comunidade escolar/acadêmica na gestão institucional, bem como promover a intersectoriedade entre as diversas políticas sociais com a educação visando o atendimento das necessidades dos estudantes.

O Assistente Social necessita ter uma visão ampla da política na qual desenvolve sua ação, além de buscar compreender os projetos e interesses em disputa no contexto institucional, imbuído do objetivo de contribuir para a solidificação dessa política como direito. É fundamental, também, que o profissional esteja atento às diversas mediações presentes no seu escopo de atuação, que busque compreender como essas interferem no seu fazer profissional.

Por outro lado, considerando-se que a formação profissional é um componente básico na construção do referido projeto profissional, devendo proporcionar um sólido embasamento teórico-metodológico, detectou-se também no estudo, que fundamentou a referida Dissertação, que o excesso de atividades não estava favorecendo a busca da qualificação profissional, comprometendo a adoção de uma postura investigativa e de análise crítica da realidade. Aliado a isso, a coexistência de projetos diversos e os conflitos de interesses no âmbito institucional se traduziam (e se traduzem) na ocorrência de resistências a determinadas propostas do Serviço Social, inclusive, às vezes, no seio da própria categoria.

Diante do exposto e ressaltando que: o momento vivenciado no contexto dos Institutos Federais de Educação, cujo processo de expansão repercute no

âmbito de atuação do Serviço Social ao promover a ampliação das demandas e da equipe profissional; há uma contradição fundamental entre os princípios que norteiam o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, considerado hegemônico na categoria, e os que orientam as transformações em curso na realidade social, em especial, as reformas educacionais; esses princípios estão relacionados a projetos societários em disputa na totalidade social e essa se manifesta no âmbito da Política Educacional, do Serviço Social e do cotidiano do ambiente escolar e/ou acadêmico, chegou-se ao seguinte questionamento que norteou este estudo: **quais as possibilidades e os limites de um exercício profissional coerente com os princípios que orientam o atual Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social na Política de Educação Profissional e Tecnológica?**

Nesse sentido, partindo-se da compreensão de que a inserção do Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica é marcada pela contradição entre os princípios que orientaram a construção do Projeto Ético Político Profissional e a ideologia neoliberal que fundamenta as mudanças na política educacional e nas demais políticas públicas, tem-se como pressuposto que as mediações decorrentes dessa relação interferem nas condições objetivas (e subjetivas) de trabalho dos Assistentes Sociais, podendo restringir sua autonomia profissional e impor limites para uma ação referenciada no Projeto Profissional hegemônico, no âmbito da categoria.

Por outro lado, apesar desses elementos limitadores da ação profissional, existem outros fatores, entre esses a competência teórico-metodológica, o movimento dialético e contraditório da dinâmica social e a organização da categoria, que podem contribuir para o fortalecimento da autonomia profissional e para a construção de possibilidades para um exercício profissional coerente com os princípios do referido Projeto Ético Político do Serviço Social.

A capacidade de construir propostas de ação inovadoras está relacionada à articulação entre três elementos fundamentais e que se complementam: a base teórico-metodológica, o engajamento ético-político e o aperfeiçoamento técnico-operativo. A capacidade dessa articulação requer a busca constante de um embasamento teórico-metodológico, o reconhecimento da dimensão política da atuação profissional e de sua repercussão na realidade social, e na busca de uma qualificação operativa (IAMAMOTO, 2012a, p. 53-55).

Diante desse pressuposto e levando em conta que no momento se vivencia um processo de ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, bem como das requisições para a profissão nesse contexto, outras questões também orientaram a busca de respostas através deste estudo: **a base teórico-metodológica que tem orientado o exercício profissional dos/das assistentes sociais que atuam na Educação Profissional e Tecnológica está de acordo com os princípios que orientam o projeto ético-político da profissão? Qual tem sido o comprometimento ético-político desses profissionais e a repercussão desse comprometimento no contexto institucional? As funções desempenhadas por esses profissionais têm contribuído para a construção de uma prática inovadora e coerente com o atual projeto ético-político profissional? Quais são os desafios cotidianos? Enfim, quais mediações têm sido determinantes das particularidades da atuação profissional do Assistente social nos Institutos Federais de Educação?**

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral deste estudo **analisar o exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, tendo como referência o projeto ético-político profissional**. Nesse sentido, os objetivos específicos foram: **contextualizar o processo de trabalho dos Assistentes Sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação; configurar o exercício profissional dos Assistentes Sociais nesses Institutos; e identificar e analisar as mediações que configuram o fazer profissional dos Assistentes Sociais nesse espaço sócio-ocupacional**.

Assim, no propósito de desvendar as nuances que permeiam a intervenção dos Assistentes Sociais no âmbito educacional, utilizou-se como referência metodológica o materialismo histórico dialético, que, na perspectiva de Marx, permite a construção da realidade por meio da superação da aparência. Na realização deste estudo buscou-se a ruptura com visões unilaterais da realidade, visto que, na perspectiva dialética, não existem abordagens fixas, uma vez que as práticas sociais inserem-se num contexto histórico e sofrem constantemente influências das transformações da realidade.

No seu processo investigativo, identifica um conjunto de categorias ontológicas nucleares que favorecem a compreensão da dinâmica do seu objeto de estudo. Entendendo que é a partir das relações que estabelecem ao nível da produção que os homens produzem a si mesmos e a história de sua sociedade, o

homem é concebido como um ser prático e social e o trabalho como modelo de *práxis*, definida essa como categoria central de sua elaboração teórica, na qual se apoiam as demais categorias trabalhadas por Marx, entre elas a totalidade, a negatividade e a mediação, que articulam sua construção teórica (NETTO, 1997).

Na relação sujeito-objeto, além de buscar a origem e os processos históricos que os constituíram, busca também compreender a participação desses em tais processos. Daí dizer-se que o método é dialético e histórico. Por outro lado, é também estrutural, pois busca compreender as particularidades que o objeto assume em determinado momento e realidade e na dinâmica de suas relações (através das mediações) com a totalidade. A estrutura de um mesmo fenômeno, num mesmo processo histórico, tem sua estrutura e suas funções alteradas em condições históricas diferentes.

Marx diz que “o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado” (MARX, 2008, p. 248). Em outro momento destaca a importância “de saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a conexão entre produção e movimento histórico” (MARX, 2008, p. 254). E ainda que “uma [forma] determinada de produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas desses diferentes fatores” (MARX, 2008, p. 257). Ou seja, a configuração do objeto é historicamente construída e organicamente articulada aos elementos/complexos que compõem a totalidade.

Através do método dialético, Marx demonstra que a realidade social não se apresenta imediatamente na sua essência; o que se identifica, no imediato, são *expressões* do real. Assim, é necessário ir além das aparências, buscar a essência do que se pretende investigar. O que é aparente, visível numa primeira aproximação, deve ser desvendado através dos nexos internos que constituem o real, que não estão visíveis, mas compõem uma totalidade dinâmica e em constante movimento. Compreender esse movimento e desvendar o real a partir de sua inserção sócio-histórica, esse deve ser o objetivo do investigador.

Com base nesse entendimento e levando-se em conta, também, o propósito de pensar o trabalho do assistente social no âmbito da política educacional, considerou-se que o aprofundamento das categorias trabalho, serviço social, educação e mediação iriam fundamentar uma apreensão mais aproximada do objeto de estudo.

Desse modo, tomando como ponto de partida o entendimento de que a realidade social é uma totalidade complexa e contraditória de relações construídas historicamente, ressalta-se que é através do trabalho que os homens produzem suas condições de existência e da sociedade onde vivem, em cujo contexto surgem e se estruturam as profissões, bem como os processos educativos que contribuem para o desenvolvimento e a consolidação das referidas profissões.

Sendo uma categoria central do pensamento marxiano, o trabalho é concebido por esse autor como “condição de existência do homem” (LUKÁCS, 2012, p. 285) em qualquer tipo de sociedade. É através do trabalho que os homens se relacionam entre si e dessa relação se constituem os diversos tipos de sociedade, daí dizer-se que o homem é um ser social.

Para Lukács, o diferencial do ser humano é a capacidade de planejar sua ação. Antes de produzir, o homem já tem em sua consciência qual será o resultado do ser trabalho, ou seja, o produto “já existia na representação do trabalhador” (LUKÁCS, 1978, p.5), e é isso que define o caráter teleológico de sua ação.

No capitalismo, onde o trabalho assume a forma de mercadoria e o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, perdendo o controle pelo processo de trabalho, o que tem como consequência o surgimento do trabalho alienado, cujo produto pertence ao comprador de sua força de trabalho, que é dono também dos instrumentos e controla o processo de trabalho. É nessa relação que se institui a propriedade privada e a divisão da sociedade em duas classes fundamentais: capitalistas e trabalhadores.

Segundo Antunes (2001, p. 27), o fordismo foi a forma de organização da produção que predominou na grande indústria capitalista no século XX, tendo como principais características a produção em massa de produtos mais homogêneos através da linha de montagem. Assim, as mudanças que estão ocorrendo na economia em nível mundial configuram um novo momento no desenvolvimento do capitalismo e repercutem nas diversas áreas, inclusive nas relações e nos processos de trabalho. Entre as mudanças no mundo do trabalho destacam-se as mudanças na composição da classe trabalhadora, as novas formas de contratação que produzem uma intensa precarização do trabalho, a perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores e um crescimento exacerbado do desemprego e da exploração do trabalhador.

As transformações contemporâneas do capitalismo e a redução do Estado têm seus rebatimentos também na Política Educacional. O modelo de acumulação flexível requer um novo tipo de trabalhador e a função da educação nesse contexto é

assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com eles, através do desenvolvimento de competências que permitam aprender ao longo da vida, categoria central na pedagogia da acumulação flexível (KUENZER, 2007).

Partiu-se então da compreensão de que como prática social, a educação deve ser vista a partir de determinações históricas e sociais. Estando inseridas no cerne das relações sociais de produção, as mudanças nos processos educacionais estão relacionadas ao tipo de trabalhador necessário para atender as necessidades do processo de produção, tanto em relação ao saber necessário quanto ao comportamento adequado para inserção no mundo do trabalho. Há uma relação orgânica entre o processo de produção e de trabalho e os processos educacionais ou de formação humana.

Essa relação é permeada pelos interesses contraditórios que caracterizam a luta de classes, na qual a educação é um instrumento importante. O acesso ao saber é determinante da luta pelo controle do processo produtivo. O embate se concretiza pelo interesse das classes dominantes em manter esse controle e a subordinação dos trabalhadores enquanto esses tem interesse em tomar para si esse controle.

Nas sociedades capitalistas tem predominado sistemas de ensino que atendem aos interesses das classes dominantes. Entretanto, à luz da concepção gramsciana de educação, que enfatiza a possibilidade de transformação social, entende-se que a escola e os processos educacionais podem contribuir para “a elevação cultural das massas” (MOCHCOVICH, 2001, P. 8). Nessa perspectiva, o acesso ao saber científico e a apropriação do conhecimento podem contribuir para fortalecer os interesses e as lutas das classes populares.

Com base nesse entendimento inicial a respeito das categorias trabalho e educação e levando-se em consideração as reflexões e os questionamentos que motivaram este estudo, entendeu-se que a possibilidade de encontrar respostas passava pela análise da inserção do serviço social na divisão social do trabalho, de sua contextualização no processo de trabalho enquanto totalidade.

Como já mencionado, a origem e consolidação do Serviço Social se deu a partir de determinações sócio-históricas. Assim, o exercício profissional do Assistente Social também está sujeito às mudanças decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, inclusive pela flexibilização e precarização que caracterizam as relações de trabalho na atualidade.

Parafraseando Marilda Yamamoto (2012a, p.95), apesar de regulamentada como profissão liberal, sua alocação no mercado de trabalho brasileiro não acontece dessa forma. Assim, embora possua características típicas de profissão liberal, como uma relativa autonomia na condução de suas ações, insere-se no mercado como trabalhador assalariado, o que caracteriza sua força de trabalho como mercadoria e o submete às exigências de quem a comprou.

O exercício profissional do Serviço Social acontece no âmago das contradições de classes e vivencia os conflitos decorrentes dessa inserção. Apesar das limitações impostas pelo vínculo de trabalho, possui uma regulamentação como profissão liberal que lhe confere uma relativa autonomia, que permite a possibilidade do Assistente Social dar uma direção social a sua ação coerente com o projeto da profissão. A concretização dessa autonomia vai depender não só da correlação de forças na sociedade e nos diversos locais de trabalho, como também da capacidade de leitura e percepção das mediações envolvidas por parte dos profissionais.

Assim, considerou-se que pensar o trabalho do Assistente Social requer ainda a compreensão do significado da categoria mediação, visto que tem estado bastante presente em estudos e polêmicas no âmbito do Serviço Social. Neste caso, como foi dito anteriormente, optou-se por fazer isso na perspectiva marxista, que possibilita uma visão mais ampla da realidade, mas considera-se a influência do pensamento de Hegel nessa construção teórico-metodológica, a partir das categorias: totalidade, negatividade e mediação, que compõem o principal eixo categorial da dialética hegeliana.

Na concepção marxiana, o método e a teoria são inseparáveis e na conexão entre os dois se manifestam três categorias fundamentais através das quais estabeleceu sua perspectiva teórico-metodológica: totalidade, contradição e mediação. Embora se fundamentando no pensamento de Hegel, Marx acredita que “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário é seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47). Ou seja, para Marx

as categorias expressam o que acontece na realidade, é uma representação mental do que realmente existe.

No processo de busca do conhecimento, o concreto não é apreendido no plano da imediatez, mas como resultado de um complexo movimento da razão. Na perspectiva do método dialético, a busca do conhecimento se dá através de aproximações sucessivas do real, embora esse não seja apreendido em toda sua totalidade e complexidade, o objetivo é chegar o mais próximo possível de sua essência.

É certo que “a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela” (KONDER, 2008, p. 1). Ou seja, é sempre maior do que as sínteses que conseguimos fazer, mas se quisermos entender melhor a realidade em que vivemos, temos que buscar essas sínteses, que é o que nos dá uma visão de conjunto da estrutura significativa da realidade, entendida essa como totalidade.

A busca da verdade é a busca da totalidade, cujas partes são também todos complexos e contraditórios, que embora façam parte da totalidade mais ampla e complexa, não perdem seu caráter de parte/elemento. A mediação se manifesta como uma categoria que compõe o ser social, faz parte da dinâmica das relações sociais e, assim como essas, é historicamente construída.

Nesse contexto, a mediação é responsável pelo dinamismo e pelas relações que ocorrem no interior de cada totalidade, bem como pelas articulações dinâmicas e contraditórias entre elas. Essa categoria possui importância fundamental no método dialético, pois é também responsável pelo movimento que o caracteriza. É o que viabiliza o processo dialético aparência-essência. A busca da essência se dá através de aproximações sucessivas do real e “a apreensão da essência corresponde à captura das mediações” (PONTES, 2010, p. 84).

Partindo desse entendimento, na fase exploratória desta pesquisa, como uma primeira aproximação ao objeto de estudo e visando sua construção teórica e metodológica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para maior familiaridade com esse objeto e aprofundamento das categorias consideradas importantes para melhor compreensão do tema em questão, bem como conhecer outros estudos realizados a respeito do tema, buscando subsídios para fundamentar a pesquisa. Na concepção de Gil (2010, p.29), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com material já publicado [...]. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas



pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como [...] CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet”.

Segundo Chizzotti (2010, p. 19), “são os objetivos e fins da pesquisa que determinam quais e que tipos de informações convêm reunir. [...]. A delimitação é o critério fundamental para um levantamento consistente dos documentos relevantes e para a seleção das informações frontais disponíveis”. Desse modo, ainda na fase exploratória e no intuito de obter os elementos legais e ideológicos, bem como identificar as concepções e linhas de ação que orientam o projeto ético-político profissional e a intervenção do serviço social na educação, realizou-se uma pesquisa documental com base nos seguintes documentos: Código de Ética Profissional, Diretrizes Curriculares para o Serviço Social, Diretrizes para o Serviço Social na Educação, Programa Nacional de Assistência Estudantil, Planos e projetos de Ação do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, relatórios e outras produções consideradas relevantes para melhor aproximação do objeto de estudo.

Para o trabalho de campo definiu-se como universo da pesquisa os Institutos Federais de Educação. A opção por esse campo de pesquisa se justificou por ser uma instituição em nível nacional onde o objeto de estudo está em evidência e que pode permitir uma aproximação com a realidade investigada, além de ser o espaço sócio-ocupacional de atuação da pesquisadora. A definição dos sujeitos da pesquisa levou em consideração o fato dos mesmos vivenciarem a situação que se pretende investigar e que, portanto, “têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado” (DESLANDES, 2012, p. 48).

A coleta de dados foi através de questionário eletrônico com questões abertas e semiabertas, disponibilizado através do link [https://docs.google.com/a/ifma.edu.br/forms/d/1kpsc3c3fsjO\\_lygoYrTPQoz8iMHh4CYxwQeZfMpr60/viewform?usp=send\\_form](https://docs.google.com/a/ifma.edu.br/forms/d/1kpsc3c3fsjO_lygoYrTPQoz8iMHh4CYxwQeZfMpr60/viewform?usp=send_form), encaminhado para Assistentes Sociais de Institutos de todas as regiões do Brasil, no intuito de obter o maior número possível de questionários respondidos, possibilitando uma visão mais geral da questão estudada. Obteve-se o retorno de 104 questionários, que corresponde a aproximadamente 15% do universo total desses profissionais. Esse valor da amostra de 15% é plenamente justificável, pois o universo estudado é homogêneo, garantindo uma amostra significativamente representativa da população. Apesar das diferenças regionais, essa homogeneidade é garantida pelo fato de que todos os Institutos têm como requisição central para o Serviço Social, entre outras

semelhanças, o desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e as diretrizes para esse programa são as mesmas para todos os estados.

Além da questão quantitativa em termos gerais, definiu-se como critério para essa representatividade o retorno de, no mínimo, dois (2) questionários por estado da Federação, meta que foi plenamente alcançada. Não teve critério de exclusão. Além desses questionários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com Assistentes Sociais que atuam em Institutos das cinco regiões do país.

A tabela 1 mostra um panorama da distribuição dos Institutos e de suas unidades (Campi) por região, como também dos Institutos que participaram da pesquisa. As Regiões Nordeste e Sudeste, que concentram as maiores quantidades de Institutos e de Unidades, também apresentaram os maiores percentuais de participação na pesquisa. Observa-se que embora a Região Norte tenha maior quantidade de Institutos que a Região Sul, esta possui maior número de unidades. Entretanto, a Região Norte apresenta maior percentual participação na pesquisa porque o parâmetro é a quantidade de institutos. A Região Centro-Oeste possui a menor quantidade de Institutos, de Unidades e, conseqüentemente, menor percentual de participação na pesquisa.

Outro aspecto a destacar é que as Regiões Norte, Sudeste e Sul tiveram participação de todos os Institutos que possuem. As Regiões Nordeste e Centro-Oeste não tiveram 100% de participação de seus Institutos, mas não foi possível identificar a origem institucional de uma participante. Em termos da participação dos profissionais, a região Nordeste apresentou uma porcentagem bem à frente das demais, o que está coerente com o fato de possuir maior número de unidades e, conseqüentemente, de profissionais.

**Tabela 1** – Institutos por região, Unidades (campi) por região, Institutos participantes da pesquisa por região e profissionais participantes da pesquisa por região.

<b>Institutos por região</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Norte	7	18,42
Nordeste	11	28,95
Centro-Oeste	5	13,16
Sudeste	9	23,68
Sul	6	15,79
<b>Unidades (campi) por região</b>		
Norte	66	11,89
Nordeste	180	32,43
Centro-Oeste	66	11,89
Sudeste	140	25,23
Sul	103	18,56
<b>Institutos participantes da pesquisa por região</b>		
Norte	7	19,44
Nordeste	10	27,78
Centro-Oeste	4	11,11
Sudeste	9	25,00
Sul	6	16,67
<b>Profissionais participantes por Região</b>		
Norte	17	16,35
Nordeste	44	42,31
Centro-Oeste	9	8,65
Sudeste	19	18,27
Sul	14	13,46
Não informou	01	0,96
<b>Total</b>		<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico e consulta no Portal da Transparência: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>.

A definição das pessoas a serem entrevistadas levou em consideração análise dos questionários e a disponibilidade dos participantes, visando alcançar, no mínimo, duas pessoas por região. Essa estimativa foi superada e obteve-se o seguinte resultado: três da Região Norte, cinco da Região Nordeste, dois da Região Centro-Oeste, quatro da Região Sudeste e dois da Região Sul, somando o total de 16 entrevistas.

**Tabela 2** – Identificação fictícia das Assistentes Sociais entrevistadas por região.

<b>Região</b>	<b>Identificação das Assistentes sociais</b>
Norte	AS Norte 1 AS Norte 2 AS Norte 3
Nordeste	AS Nordeste 1 AS Nordeste 2 AS Nordeste 3 AS Nordeste 4 AS Nordeste 5 AS Nordeste 6
Centro-Oeste	AS Centro-Oeste 1 AS Centro-Oeste 2
Sudeste	AS Sudeste 1 AS Sudeste 2 AS Sudeste 3
Sul	AS Sul 1 AS Sul 2
<b>Total</b>	<b>16</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora com base na realização de entrevistas.

Devido à indisponibilidade de recursos para a realização das entrevistas *in loco*, visto que esta pesquisa não dispõe de financiamento, a estratégia adotada foi efetivá-las através da internet. Os recursos utilizados foram *Skype* e *Whats App*. No caso desse último, as perguntas foram enviadas em áudio e as respostas foram em áudio ou em texto, ficando a critério do participante essa opção. A maioria respondeu em áudio. Uma Assistente Social que atua em São Luís foi entrevistada *in loco*.

A aplicação dos questionários possibilitou a obtenção de dados objetivos e subjetivos (BONI e QUARESMA, 2005, p. 72), sendo que os objetivos podem ser apreendidos também através de fontes secundárias. A opção pela entrevista semiestruturada justificou-se pelo propósito de construção de uma visão mais abrangente e aprofundada a respeito do tema de estudo (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75), a partir da percepção dos sujeitos de sua realidade. Esse tipo de entrevista produz uma amostra mais qualitativa, a combinação de questões abertas e fechadas permite ao entrevistado “discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p. 64). Ao expor sua percepção a respeito de sua realidade de forma mais aberta, os sujeitos têm possibilidade de uma reflexão mais aprofundada da realidade que vivencia. Por outro lado, exige do

pesquisador uma atenção redobrada para que não haja uma fuga do tema e os objetivos sejam alcançados.

A observação é elemento fundamental em qualquer processo de investigação. Neste estudo optou-se pela observação participante como técnica de pesquisa. Minayo (2012, p.70) define a observação participante como “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como um observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”. Põe o pesquisador em contato com a realidade observada, onde terá contato com as ações dos sujeitos em seu contexto natural (CHIZZOTTI, 2010, p. 90), ou seja, proporciona uma relação mais direta com o real, onde as ações podem dizer mais que as falas.

Na observação participante o pesquisador insere-se no grupo observado e partilha do seu cotidiano para conhecer sua realidade. No estudo em questão, a pesquisadora já estava inserida no grupo, no qual se revelou como pesquisadora, buscando conquistar sua aceitação e confiança como tal, tendo como pressuposto que “na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial” (MINAYO, 2009b, p. 63). Embora consciente dos riscos decorrentes dessa revelação, considera que esse é o posicionamento mais ético em relação aos sujeitos investigados.

A utilização dessa técnica aconteceu no cotidiano da prática institucional no Campus São Luís Monte Castelo e nas reuniões de trabalho, encontros e outros eventos em nível estadual, regional e nacional, como, por exemplo, o Encontro Nordestino de Assistência Estudantil, realizado em 2013 em Alagoas e o IV Fórum de Serviço Social na Educação, realizado outubro de 2014 em Franca/SP.

O trabalho de pesquisa foi realizado através de uma relação dinâmica entre sujeito e objeto e considerando o movimento dialético da realidade social. Desse modo, o processo metodológico não é rígido e no decorrer de sua dinâmica ocorreram reformulações de estratégias visando o alcance dos objetivos propostos.

A análise e o tratamento dos dados coletados foram realizados buscando responder as questões levantadas no intuito de identificar e compreender os fatores que contribuíram para a ocorrência dos fatos, na perspectiva de aprofundar o conhecimento da realidade estudada.

A sistematização do estudo através da presente tese inclui, além desta introdução, um segundo capítulo, no qual se procurou desenvolver reflexões acerca das categorias trabalho, serviço social e educação. Tomando-se como ponto de

partida para essas reflexões o entendimento de que é através do trabalho que os homens produzem suas condições de existência e da sociedade onde vivem e que é nesse processo que surgem e se estruturam as profissões, bem como os processos educacionais que contribuem para o desenvolvimento e a consolidação dessas profissões.

No terceiro capítulo, fez-se uma reflexão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as mediações que configuram o trabalho do Assistente Social. Nesse sentido, buscou-se um aprofundamento acerca da categoria mediação na perspectiva marxista e do seu significado para o Serviço Social e para a construção desse projeto profissional. Além disso, fez-se uma reflexão acerca dos elementos constituintes do Projeto Ético-Político do Serviço Social e de alguns dilemas relacionados à hegemonia do mesmo na atualidade.

No quarto capítulo, a abordagem foi a respeito do Serviço Social no âmbito da Política de Educação e das particularidades do trabalho do Assistente Social Educação Profissional e Tecnológica. Nessa perspectiva, buscou-se compreender a educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social e as novas demandas para o Serviço Social a partir da expansão da Educação Profissional e Tecnológica.

As reflexões acerca das particularidades do trabalho do assistente social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica tomaram como referência o Projeto Ético-Político da profissão e se fundamentaram no perfil dos assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação, nas funções do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, nas ações desenvolvidas pelo Serviço Social no cotidiano institucional, nas dificuldades vivenciadas no cotidiano institucional como desafios à materialização desse projeto nos Institutos Federais, bem como nas possibilidades que podem favorecer essa materialização. Para finalizar, apresentaram-se algumas conclusões a respeito do tema.

## **2. CONCEPÇÕES SOBRE TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Neste item fazem-se algumas reflexões a respeito das categorias Trabalho, Serviço Social e Educação, que neste estudo são consideradas importantes para fundamentar uma compreensão mais aproximada do objeto de estudo. Nesse sentido, optou-se por uma abordagem na perspectiva do materialismo histórico dialético, na qual essas são vistas como todos complexos e contraditórios que fazem parte de uma totalidade social, na qual estão em permanente e orgânica relação e, portanto, mediam-se entre si. Por conseguinte, são compreendidas a partir de suas determinações sociais e históricas.

Assim, apoia-se na concepção de que como parte da práxis social, o trabalho é a principal mediação entre o homem e a natureza e, nesse processo, é fundante do ser social. O aprofundamento da categoria Serviço Social busca a compreensão de sua inserção na divisão social do trabalho e de seu desenvolvimento no movimento histórico da sociedade brasileira.

Considerando o propósito de analisar a inserção do Serviço Social na Política de Educação Profissional e Tecnológica, as reflexões acerca da Educação voltam-se para o entendimento da relação educação e trabalho no contexto das transformações societárias.

### **2.1 A categoria trabalho**

Considerando a que se propõe este estudo e no intuito de realizá-lo a partir de sua contextualização sócio-histórica, definiu-se o trabalho como categoria central para análise e compreensão do tema proposto. Para tanto, optou-se por buscar fundamentos na concepção marxiana e marxista de trabalho, pois se entende que essa abordagem postula totalidade e historicidade como pressupostos teóricos e metodológicos para apreensão da realidade e, portanto, permite uma compreensão mais aproximada do objeto que se pretende estudar.

Dessa forma, torna-se necessário pensar o trabalho a partir da compreensão da *práxis* como categoria fundamental do pensamento marxiano e que expressa a totalidade da vida social. A *práxis* é “atividade humana sensível” (MARX, 2009, p. 119) através da qual o homem produz a sociedade e a história da

sociedade, pois “é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade de seu pensamento” (MARX, 2009, p. 120).

Diz ainda que “toda vida social é essencialmente prática” (MARX, 2009, p. 121) e que “a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 2009, p. 121). Ou seja, o homem constrói a sociedade através de ações práticas e em relação com outros homens e é através dessas relações que se torna, de fato, homem, que se dá a humanização do ser biológico.

“O trabalho [...] expressa a forma que a práxis assume em sua origem” (CARDOSO, 2014, p. 316). Partindo-se do pensamento de Marx, “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza” (MARX, 2013a, p. 31) através do qual o homem se apropria e transforma a matéria natural, tornando-a útil para sua vida. Ao modificar a natureza, o homem transforma a si mesmo. Assim, é através do trabalho que os homens produzem suas condições de existência e ao o fazerem transformam a realidade na qual estão inseridos e a si mesmos. É por isso que Marx diz que “os homens se autocriaram como homens através do trabalho” (LUKÁCS, 1968, p. 16).

Lukács (2012) afirma que o trabalho opera uma dupla transformação, pois ao modificar a natureza através da sua ação, o homem transforma a si mesmo e suas relações, portanto, coisas e pessoas são transformadas pelo trabalho. Nesse entendimento, esse é considerado uma categoria central do processo de humanização do homem. Para Lukács, foi Engels que colocou o trabalho nessa perspectiva, pois segundo esse autor, ele “é a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (LUKÁCS, 2009, p. 86).

Na concepção marxiana, o trabalho é considerado uma ação específica do homem. Apesar de alguns animais, como as formigas e as abelhas, executarem algumas ações semelhantes às humanas, essas ocorrem de forma automática e invariável. O homem é o único ser que projeta sua ação e o objetivo a alcançar antes de executá-la. Assim, “no processo de trabalho, a atividade do homem efetiva, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio” (MARX, 2013a, p 35/36).

Com base em Marx, Lukács afirma que a essência do trabalho está em ir além da competição biológica com o ambiente. O que faz a diferença é o papel da consciência, pois diferentemente da produção mecânica observada em algumas



espécies, o homem já sabe o que vai produzir no início do processo de produção, ou seja, “já existia na representação do trabalhador” (LUKÁCS, 1968, p.5), e é isso que define o seu caráter teleológico.

Ainda segundo Lukács, é através do trabalho que o homem passa de “ser orgânico” a “ser social”. Em *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem* afirma que a compreensão da especificidade do ser social parte do entendimento de que esse surge e se desenvolve sobre as bases de um ser orgânico:

Um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre as bases de um ser orgânico [...]. Para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grande desenvolvimento do processo de produção orgânica (LUKÁCS, 1968, pp. 3-4).

Desse modo, o trabalho é a categoria que fundamenta o ser social. Em outras palavras, é através do trabalho que surge uma nova forma de ser – o *ser social*. É o modo como os homens se relacionam através do trabalho que dá origem aos diversos tipos de sociedade.

Com base em Marx, a concepção **lukacsiana** situa o homem como um animal que se torna homem através do trabalho, que ao buscar e encontrar respostas para satisfazer suas necessidades vivencia um processo de crescimento, tornando-se cada vez mais capaz de procurar e dar novas respostas. Desse modo, o trabalho torna possível o desenvolvimento da sociedade, bem como dos homens que trabalham (LUKÁCS, 1968, p.6). Ao encontrar essas respostas através do trabalho, o homem age de acordo com as possibilidades que lhe são postas pela realidade objetiva e procura dar as melhores respostas.

Outro fator que caracteriza o trabalho como uma atividade humana é que o homem é o único ser capaz de criar instrumentos para auxiliar e facilitar a execução de suas ações. É através do trabalho que os homens transformam a natureza para a produção dos meios necessários à sua sobrevivência. Entre esses meios, destacam-se os instrumentos de trabalho e as condições objetivas que garantem a sua efetivação, como por exemplo, as estradas, o local de trabalho, os meios de transporte, entre outros.

Os objetos utilizados pelo homem em seu ofício podem ser provenientes da natureza ou podem ser matérias-primas decorrentes de um processo de trabalho

anterior, o que significa que o produto dessa ação pode ser objeto ou meio de trabalho em outro processo.

Sendo uma categoria central do pensamento marxiano, o trabalho é concebido por esse autor como “condição de existência do homem independentemente de todas as formas sociais, uma eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre o homem e a natureza, portanto, a vida humana” (LUKÁCS, 2012, p. 285-286).

Independente do tipo de formação social, o processo de trabalho se inicia tendo como objetivo o atendimento de uma necessidade, ou seja, o produto desse processo deve ter uma utilidade para uma determinada sociedade. Em resumo, o processo de trabalho é uma atividade orientada por um objetivo para a produção de valores de uso visando à satisfação de necessidades.

A partir da produção das condições de existência, os homens estabelecem relações de produção, cuja totalidade “constitui a estrutura econômica da sociedade” (MARX, 2008, p.47), ou seja, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Desse modo, é a partir das relações que se estabelecem ao nível da produção, em que se dão as relações de trabalho, que se definem os tipos de formação social. Ao fazer da produção e da reprodução uma questão central na compreensão da formação das sociedades, Marx coloca o trabalho como categoria central para o entendimento das relações e mediações que constituem a totalidade social, visto que é considerado condição de existência do homem.

Ainda nessa concepção, apesar de ser capaz de realizar o processo de trabalho como um todo, o homem pode ter melhor domínio e realizar apenas uma parte desse processo e, embora faça isso de modo consciente, sua visão/percepção não abarca todos os condicionantes e as consequências de sua própria atividade. Assim, o trabalho possui uma dialética interna, estando em constante aperfeiçoamento, assim como o campo de conhecimento e de atuação torna-se cada vez mais variado, à medida que novas necessidades surgem e exigem novas respostas. Essa dinâmica já se caracteriza como uma divisão do trabalho, que, segundo Lukács, “é a consequência mais elementar do desenvolvimento do próprio trabalho” (1968, p. 10).

Nas sociedades capitalistas, essa relação se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na subordinação do trabalho ao capital, o processo de trabalho se caracteriza por duas especificidades: “o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; [...] o produto, porém, é propriedade do capitalista” (ANTUNES, 2013, p 41).

O produto do trabalho humano possui um valor de uso, que está relacionado ao atendimento de necessidades sociais. Nas economias de subsistência o trabalhador é dono de suas condições de produção e reprodução e produz para o atendimento de suas próprias necessidades. Nas sociedades mais complexas, o produto do seu trabalho deve ter valor de uso para os outros, para a comunidade, o que o levará a adquirir um valor de troca.

No capitalismo, o trabalho assume a forma de mercadoria, o aumento da produtividade sustenta-se no aumento da exploração da força de trabalho, consolidando a perda do controle do processo de trabalho e do processo de produção como um todo e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. A introdução de máquinas na produção aumenta a separação entre o trabalho de concepção e o de execução (NOGUEIRA, 1993, p. 98).

A introdução de máquinas no processo de produção ocasionou profundas mudanças na base técnica da produção – a chamada “Revolução Industrial”, que se baseia na utilização de princípios mecânicos e se insere no propósito de valorização do capital na produção de mais-valia, através do aumento da produtividade do trabalho.

O capitalista não produz apenas pelo valor de uso, a ele interessa que o produto tenha um valor de troca, isto é, que seja uma mercadoria que possa ser colocada à venda. O valor de troca de uma mercadoria está relacionado ao trabalho empregado para sua produção. Esse valor é determinado pelo tempo de trabalho gasto para a produção da mercadoria. O tempo de trabalho considerado na definição do valor de troca não é o do trabalhador individual, isolado, mas de um trabalho determinado socialmente, no qual a produção individual se dá na relação com os demais trabalhadores e o produto final é o resultado de todos os trabalhadores envolvidos.

O tempo de trabalho representado no valor de troca é o tempo de trabalho do indivíduo, mas do indivíduo que não se distingue dos demais indivíduos enquanto realizam um trabalho igual [...]. É o tempo de trabalho do indivíduo, mas não é o seu tempo de trabalho, posto que é o tempo de

trabalho comum a todos e, portanto, é indiferente que seja o tempo de trabalho de tal ou qual indivíduo (MARX, 2008, p. 58).

É a comunidade que determina o caráter social do trabalho. O fato de ter um valor de uso faz com que o produto tenha um valor de troca na sociedade. A relação entre as pessoas aparece como uma relação entre coisas e o valor de uso se relaciona com o outro como valor de troca. “O valor de troca é uma relação entre pessoas [...] oculta sob uma envoltura material” (MARX, 2008, p. 60).

Se o tempo de trabalho gasto na produção determina o valor de troca, valores de uso com o mesmo tempo de trabalho possuem o mesmo valor de troca. Essa relação entre mercadorias expressa a relação que se estabelece entre as pessoas no âmbito da atividade produtiva.

Essa concepção evidencia o trabalho como fonte de valor, pois o que define o valor de uma mercadoria é o trabalho utilizado na produção, a matéria por si só não possui valor de troca. Desse modo, o valor de troca de uma mercadoria é variável, depende do aumento ou diminuição da força produtiva do trabalho. “O valor de troca de uma mercadoria com a quantidade de tempo de trabalho a ela incorporado” (MARX, 2008, p. 67).

Lukács afirma que

a metamorfose do trabalho, em ligação com a relação cada vez mais explicitada entre valor de uso e valor de troca, transforma o trabalho concreto sobre um objeto determinado em trabalho abstrato que cria valor, o qual culmina na realidade do trabalho socialmente necessário (LUKÁCS, 2012, p.315).

É o valor de uso que a mercadoria tem para a coletividade que impulsiona a aquisição de um valor de troca. Por outro lado, para que se convertam efetivamente em valores de uso devem entrar no processo de troca, no qual o valor de troca é adquirido pela incorporação de um determinado tempo de trabalho. Esse processo de troca é social, ou seja, os indivíduos relacionam-se como possuidores de mercadoria.

Daí dizer-se que é através da produção da vida material que se estabelecem as condições para a vida em sociedade, ou ainda, que se definem as relações entre os homens e os tipos de sociedade que se constituem a partir dessas relações. No caso das sociedades capitalistas, que se fundamentam na propriedade privada dos meios de produção, é nessas relações que se constituem as classes fundamentais que lhe dão sustentação: os capitalistas são os donos dos meios de

produção, e os trabalhadores são possuidores apenas de sua força de trabalho, a qual vendem ao capitalista no intuito de garantir a sua sobrevivência.

Ao ser comprada pelo capitalista, a força de trabalho assume a condição de mercadoria e sua utilização não pertence mais ao trabalhador, mas a quem a comprou. “O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2013a, p. 42).

Ao vender sua força de trabalho, rebaixando-se à condição de mercadoria, o trabalhador perde o controle pelo processo de trabalho, pois submete-se às exigências do capitalista, que agora é dono dos meios de produção, da força de trabalho e também do produto do trabalho. Ou seja, as relações entre as classes sociais nas sociedades capitalistas são caracterizadas pela dominação e exploração dos trabalhadores pelos proprietários do poder econômico.

Na concepção de mercadoria abordada anteriormente, é através do trabalho que o homem determina o valor das coisas produzidas, entretanto, na relação com os capitalistas, os trabalhadores são subjugados e quanto mais produzem, menos usufruem dos resultados da produção. A finalidade do trabalho é a produção de riquezas, porém, quanto mais o trabalhador produz, menos tem controle e acesso ao resultado do seu trabalho. É o capitalista que tem o poder e o controle sobre o trabalho e seus produtos, portanto, é quem se apropria das riquezas produzidas.

Segundo Mészáros, no modo de produção capitalista, há uma completa subversão da relação originalmente estabelecida entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva. De sujeito, o homem passa a ser “condição material de produção”, o que configura uma desumanização do homem. O “ser” é subjugado pelo “ter” e os seres humanos passam a ser vistos como sujeitos consumidores. “O eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

Nessa apropriação, o objetivo do capitalista é a permanente e crescente acumulação dessas riquezas. Considerando que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente empregado na produção e que quanto maior a produção em menor tempo, maior o lucro do capitalista e, portanto, a acumulação, o poder e o controle exercidos por ele passam pela otimização do

processo de trabalho, visando à obtenção de maior lucro, o que requer a intensa exploração dos trabalhadores.

Com a perda do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores, é o capitalista quem determina as condições em que o trabalho é realizado, garante os instrumentos e os outros meios de produção e decide o que fazer com os produtos obtidos. Há uma supervalorização da mercadoria em detrimento da valorização do trabalhador.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80).

Há uma mistificação da relação entre os trabalhadores e os controladores do seu trabalho. A reprodução social e a relação com a natureza são agora “a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção nas quais o trabalhador subjugado é considerado um fator material de produção” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611). Na perspectiva capitalista, a produção é a finalidade maior da humanidade e seu objetivo primordial é a acumulação interminável da riqueza.

Quando vende sua força de trabalho ao capitalista, há uma separação do trabalhador do produto do seu trabalho, ele não o reconhece mais como fruto de sua ação. Essa separação do trabalhador do produto do seu trabalho e sua apropriação pelos donos do capital leva ao que Marx chamou “estranhamento” do trabalho, no qual o trabalhador perde o controle desse produto e das riquezas geradas a partir dele e do próprio processo de produção como um todo. Quanto mais o trabalhador produz, menos tem acesso ao produto do seu trabalho. Há o estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, que passa a ter uma existência autônoma, estranha ao trabalhador. “[...] a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX, 2010, p. 81).

“O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem pra consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna” (MARX, 2010, p. 82). Marx considera que a relação essencial do trabalho é a relação do trabalhador com os objetos de sua produção, mas o estranhamento ocorre também em relação ao próprio ato de produzir, pois esse não pertence mais ao trabalhador, visa satisfazer

necessidades fora dele. A atividade do trabalhador “pertence a outro, é a perda de si mesmo” (MARX, 2010, p. 83).

Esse estranhamento gera insatisfação, pois a atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Ao trabalhar sob o poder de outro homem, sua atividade deixa de ser livre: “[...] o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua sobrevivência” (MARX, 2004, p.8). Assim, ao fazer isso perde a vantagem em relação ao animal, ou seja, ao ser alienado do seu trabalho torna-se, também, alienado da essência humana, do que o distingue.

Para Mészáros, há uma dupla ruptura da unidade entre necessidade e produção: ao serem separados do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, os produtores deixam de produzir para atender suas próprias necessidades e perdem o controle do processo de produção; antes de se tornarem de fato valores de uso para a sociedade, ou seja, antes de atenderem as necessidades sociais, as mercadorias participam da relação de troca, na qual se realizam “como valor em benefício da reprodução ampliada do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 624).

Essa dupla ruptura é fundamental para o funcionamento do capitalismo. A perda do controle do processo de produção tira do trabalhador o poder de decisão a respeito de suas funções e de como executá-las. Por outro lado, ao entrar na relação de troca por necessidade de garantir sua sobrevivência, o trabalhador fica à mercê dos interesses do capital. Ao vender sua força de trabalho, a coloca a serviço do capital, que a utiliza de acordo com seus interesses.

Mas o estranhamento ou alienação do trabalho não se dá somente em relação ao produto e à própria atividade do trabalhador. Conforme abordado anteriormente, é a atividade vital consciente que distingue o homem dos outros animais, é o que o torna livre, pois o faz capaz de produzir universalmente e não apenas para atender suas necessidades de sobrevivência, como os outros animais.

O trabalho estranhado inverte essa relação. Ao perder o controle pelo processo de trabalho, perde, também, a liberdade de decidir sobre o mesmo. Ao trabalhar em troca de um salário, sua atividade passa a ter como objetivo maior a garantia de sua sobrevivência (MARX, 2004). Sendo alienado da característica que o faz único, o homem é alienado da essência humana.

Graças à desumanização do trabalho vivo, transformado em uma mercadoria que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das relações de troca dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. Já que o trabalho vivo se transforma em ‘carcaça do tempo’, torna-se possível estruturar as jornadas de trabalho resultantes (reificáveis) – tanto horizontal quanto verticalmente e – de acordo com as exigências da autoreprodução ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2011, pp 621-622).

A relação do trabalhador com sua atividade e com o produto do seu trabalho acontece sob o domínio de outra pessoa: aquele que paga seu salário e é o dono dos instrumentos de produção e das mercadorias produzidas. Através do trabalho estranhado o homem se relaciona com os outros homens, inclusive com o que se apropria do fruto do seu trabalho. É uma relação que se baseia na propriedade privada, fundamento da sociedade capitalista.

É a partir do estranhamento, quando ocorre a separação do trabalhador do produto do seu trabalho, que esse passa à condição de mercadoria. O produto do seu trabalho torna-se também propriedade e fonte de acumulação de riquezas de uma minoria. A propriedade privada é o produto do trabalho estranhado (MARX, 2004, p.11). Ao se falar em propriedade privada, trata-se de algo fora do homem, quando se fala de trabalho, trata-se do próprio homem (MARX, 2004, p. 13). A instituição da propriedade privada leva à divisão da sociedade em duas classes: capitalistas (donos do capital) e trabalhadores.

A propriedade privada é a expressão material do trabalho exteriorizado e envolve a relação do trabalhador com seu trabalho e com o produto do mesmo, bem como a relação do proprietário com o trabalhador e com o produto do seu trabalho (MARX, 2010, P. 90). É a partir do surgimento da propriedade privada que se estabelece a maior relação de domínio e exploração do homem pelo homem.

O trabalho é a maior fonte de valor da mercadoria, mas quem obtém os benefícios da produção é o capitalista. Ao trabalhador cabe dedicar o maior tempo possível para a valorização das mercadorias e o lucro do patrão.

Retomando algo que já foi mencionado, o objetivo do capitalista não é somente a produção de valores de uso, mas, principalmente de valores de troca, que é o que lhe garante as condições para a produção de mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação de capital. Para que haja produção de mais-valia



é necessário que o valor obtido com a venda da mercadoria seja superior ao valor investido em sua produção.

O trabalhador, como vendedor da força de trabalho como mercadoria “realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso” (MARX, 2013a, p. 52). Assim, o valor de uso do trabalho não pertence ao trabalhador, mas a quem comprou a força de seu trabalho. Nessa relação, o trabalhador atua como produtor de valor, pois ao produzir para o capitalista está gerando um valor que vai se converter em lucro para esse capitalista.

O trabalho como força criadora de valor pertence ao capital, realizado sob sua direção e controle [...] o resultado específico do processo de produção capitalista não é nem o produto (valor de uso), nem a mercadoria (valor de uso que possui valor de troca); seu resultado é a criação da mais-valia para o capital [...] a finalidade direta dessa produção e a apropriação do trabalho alheio não retribuído ou o enriquecimento (IAMAMOTO, 2012b, p. 75-76).

“O tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário” (MARX, 2013a, p. 55) e envolve diversos fatores: condições e instrumentos adequados, qualidade da matéria-prima, entre outros. Essas condições dependem do capitalista, que também vigia e controla os trabalhadores e define as estratégias e formas de obter maior lucro.

Tudo pode ser subsumido pela estrutura da mercadoria capitalista, que se torna universalizável com a mercantilização do trabalho vivo. Esse “pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 622) tanto na forma horizontal quanto na vertical de modo a atender as exigências do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, é interessante para o capital a difusão das condições de acumulação bem sucedidas, visando a universalização da jornada de trabalho e das demais formas de exploração da força de trabalho, o que contribui para maior controle dos trabalhadores em favor da crescente acumulação capitalista. “A homogeneização das relações produtivas e distributivas [...] se torna uma condição absoluta da ordem sociometabólica controlada pelo capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 624).

Em relação à mercadoria força de trabalho, a produção da mais-valia “resulta de um excesso quantitativo de trabalho” (MARX, 2013a, p. 57). “O trabalho é a substância comum a todas as mercadorias” (MARX, 2013a, p. 61), é o que lhes confere valor. Enquanto mercadoria, o trabalho possui uma característica peculiar, que é o fato de ser fonte de valor para outras mercadorias.

A atividade do trabalhador está inserida na divisão social do trabalho, em que “os valores relativos das mercadorias são determinados pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho empregue e realizado, fixado nelas” (MARX, 2010, p. 62).

O aumento ou redução da quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado numa mercadoria implica no aumento ou redução do seu valor de troca. Essa quantidade de trabalho sofre variações decorrentes das forças produtivas envolvidas na produção que, por sua vez, dependem das condições naturais do trabalho e do aperfeiçoamento das forças sociais do trabalho (MARX, 2010, p. 66). Desse modo, quanto maior a força produtiva, menos trabalho é investido, o que reduz o valor do produto. Por outro lado, quanto menor a força produtiva, mais trabalho é empregado e maior é o valor do produto.

Essa concepção é expressa na seguinte Lei Geral: “Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho incorporado em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado” (MARX, 2010, p. 66). Na concepção de Lukács, “o trabalho socialmente necessário é uma realidade, um momento da ontologia do ser social, uma abstração real de objetos reais, que se dá de modo inteiramente independente da circunstância de que seja ou não realizada também pela consciência” (LUKÁCS, 2012, p.315).

O salário pago ao trabalhador deve considerar as condições necessárias para sua subsistência, pois tem como objetivo propiciar a manutenção e reprodução da força de trabalho. Ao pagar o salário do trabalhador, o capitalista baseia-se em um determinado tempo de trabalho, entretanto sempre encontra formas de fazê-lo trabalhar além do espaço de tempo que corresponde ao valor pago.

É através desse tempo de trabalho extra, que é denominado sobretrabalho, que se concretiza a produção da mais-valia que, também, é apropriada pelo capitalista e é a base da acumulação capitalista. Assim, quanto maior a quantidade de trabalho não pago, maior a produção da mais-valia e a acumulação de capital. Segundo Marx,

o capitalista exerce seus direitos como comprador quando tenta alongar ao máximo a jornada de trabalho e obter, se possível, duas jornadas em uma. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador exerce seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente legitimados pela lei da troca de mercadorias (MARX, Apud LUKÁCS, 2012, p. 311).

Considerando o objeto deste estudo, outro aspecto a considerar é a compreensão de trabalho produtivo nessa concepção. Diferente do entendimento referente ao trabalho de um modo geral, segundo o qual o trabalho produtivo é aquele que resulta num produto, na concepção marxiana é considerado produtivo o trabalho que valoriza o capital, ou seja, que contribui para a produção da mais-valia. Quando o trabalho é comprado apenas pelo seu valor de uso, não é considerado produtivo, pois não incorpora valor ao capital.

Desse modo, o processo de trabalho é um meio para valorização do capital. “É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 2013b, p. 126). Existe uma diversidade de formas de participar do processo de produção como trabalhadores produtivos, visto que a produção da mais-valia é o objetivo maior do capitalista e o que garante a acumulação de capital.

A força de trabalho vendida ao capitalista é considerada como trabalho vivo e, assim como o trabalho em si, é incorporada como fator vivo no processo de produção capitalista. Como tal, é um componente variável desse processo. É importante destacar que “todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo” (MARX, 2013b, p. 128).

O trabalho produtivo é uma expressão da relação integral que se estabelece entre o trabalhador (enquanto força de trabalho) e o próprio trabalho no processo de produção capitalista e que possui como características: é socialmente determinado, é fruto de uma relação de compra e venda da força de trabalho, é trocado por dinheiro enquanto capital e é uma atividade geradora de valor para o capital, enquanto para o trabalhador reproduz apenas o valor necessário para sua sobrevivência.

Para o capital, o valor de uso do trabalho produtivo é a geração de mais-valia que, como vimos, é obtida através da exploração do trabalho não pago. Outro aspecto a considerar é que o mesmo trabalho pode ser produtivo e improdutivo: quando utilizado somente pelo seu valor de uso, é improdutivo; quando gera mais-valia, é produtivo. “A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste tão somente no fato de o trabalho trocar-se por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital” (MARX, 2013b, p. 137).

A contradição entre trabalho produtivo e improdutivo é inerente ao antagonismo de classes. Surge da exploração que existe no processo de trabalho, no qual o capital busca formas de controle que garantam sua perpetuação. Para Marx, o que impulsiona e determina o processo de produção capitalista “é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção da mais valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho”(MARX, Apud MÉSZÁROS, 2011, p. 617). Assim, o que não é produtivo não gera valor.

Como vimos, através do trabalho alienado se estabeleceu a relação com o objeto e o ato da produção, mas também com os outros homens. Reafirma-se, então, que é nessa dinâmica que se definem as classes fundamentais da sociedade capitalista, e que essa se sustenta na relação de dominação e exploração de uma classe sobre a outra, a chamada relação capital X trabalho.

A relação entre classes com interesses opostos e contraditórios institui a permanente luta de classes que caracteriza o modo capitalista de produção. A classe que adquire a mercadoria força-de-trabalho tem como objetivo a obtenção constante e crescente de produtividade e lucro e por isso cria permanentemente novas formas de acirrar esse processo.

A partir do conceito de trabalho estranhado e de propriedade privada desenvolvem-se todas as categorias nacional-econômicas (MARX, 2004). A forma como os homens se organizam no processo de trabalho estão relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas que garantem a produtividade e o lucro, que dão sustentação à acumulação de riquezas e à expansão do capitalismo.

### 2.1.1 O trabalho na sociedade capitalista moderna: algumas considerações necessárias

Segundo Antunes (2001, p. 27), o fordismo foi a forma de organização da produção que predominou na grande indústria capitalista no século XX, tendo como principais características a produção em massa de produtos mais homogêneos através da linha de montagem. Associado ao controle do tempo e do movimento na execução de tarefas pelo cronômetro fordista adotou a produção em série do sistema taylorista. O parcelamento do trabalho através da fragmentação de funções consolidou a separação entre trabalho intelectual e manual. Caracterizou-se ainda “por la existência de unidades fabriles concentradas y verticalizadas y por la

constituición/consolidación del obrero-masa, del trabajador coletivo fabril” (ANTUNES, 2001, p. 27).

Antonio Gramsci (2008), ao analisar o desenvolvimento do fordismo, no início do século XX, reconhece a hegemonia dos Estados Unidos da América no desenvolvimento do capitalismo mundial. Ao fazer isso, leva em consideração o modo de vida americano, denominado americanismo.

O americanismo é um fenômeno político, ideológico e econômico. Segundo o autor, é um modo de vida que, na esfera produtiva, sustenta-se no taylorismo como forma de organização do trabalho, e no fordismo, “como mecanismo global de acumulação” (GRAMSCI, 2008, p. 12), ou seja, tem apoio na “modernização taylorista-fordista no modo de produção capitalista” (GRAMSCI, 2008, p.12).

O fordismo combinou processos de trabalho taylorizados com a intervenção na vida privada dos trabalhadores (GRAMSCI, 2008, p. 16). Essa estratégia combinou força (derrota do sindicalismo) e consenso (através de altos salários para alguns, benefícios, propaganda e instrução), levando à perda do controle do processo de trabalho pelos artesãos. A perda dessa autonomia é associada à execução mecânica de tarefas, na qual o trabalhador não precisa pensar sobre o que faz.

Para Gramsci, o fordismo representa um projeto hegemônico mais de acordo com os interesses das classes dominantes dos EUA em evitar a queda tendencial da taxa de lucro, ou seja, mais efetivo na defesa do objetivo de garantir as condições de acumulação. O americanismo e o fordismo “resultam da necessidade imanente de compor a organização de uma economia programática e [...] assinalam justamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática” (GRAMSCI, 2008, p. 29).

Essa associação é fundamental no processo de avanço do capitalismo e para a consolidação de relações de trabalho pautadas na exploração e dominação de classe, pois foi considerado por esse autor “o maior esforço conferido até agora criar, com extraordinária rapidez e com a consciência da finalidade nunca vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem” (GRAMSCI, 2008, p. 66). A mecanização da atividade laboral, além de ter como propósito o aumento da eficiência e da produtividade, em detrimento da espiritualidade e da humanidade do trabalhador, visa e contribui para a eliminação de sua participação criativa e de sua

autonomia. Embora isso não seja inédito, pois vem desde o início do processo de industrialização, passa a ocorrer de forma mais intensa, agudizando ainda mais a alienação do trabalhador.

Parafraseando Gramsci, a interferência na vida do trabalhador é no sentido de remover obstáculos, comportamentos que estejam interferindo na sua capacidade produtiva, como é o caso do alcoolismo ou da vida boêmia. A preocupação com aspectos morais da vida dos trabalhadores ou com a instituição de uma nova moral tem como objetivo evitar que o trabalhador desperdice suas energias e esteja sempre disposto para o trabalho, daí, por exemplo, o incentivo à monogamia. É importante que tenha um comportamento equilibrado para que esteja mais apto às ações mecânicas e seja mais produtivo.

A análise feita por Gramsci remete ao que foi dito por Marx de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 47). As transformações que ocorrem ao nível da economia interferem no modo de vida das pessoas. Por outro lado, as articulações políticas e ideológicas atendem a interesses de classes e cumprem importante papel na criação de um ambiente propício à consolidação das mudanças ao nível da economia.

Ao longo da história, a difusão da ideologia dominante tem sido fundamental na sustentação das mudanças que garantem o processo de acumulação e o avanço do capitalismo, inclusive na superação dos momentos de crise. As crises são inerentes e necessárias ao funcionamento do capitalismo, pois permitem uma reorganização das forças produtivas para a produção de valor, ou seja, repõem as condições para o crescimento da produção e da acumulação. Em sua Lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx coloca que, a

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas representam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração de capital e sua centralização (...) (Marx, 1984, L. III. t. 1, p. 183).

Segundo Mészáros, “a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Para esse autor as crises são inerentes ao modo capitalista de produção, “são o modo *natural*

de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Essa crise iniciou nos fins dos anos de 1960 e início da década de 1970 (ANTUNES, 2009) e possui quatro características que a distingue das anteriores: é de caráter universal (atinge todas as esferas da produção e do trabalho); possui alcance global; é extensa, permanente (não cíclica, como as anteriores); se desdobra de forma rastejante (mas implacável) (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Em outra obra, afirma que essa crise “afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado” (MÉSZÁROS, 2015, p. 1). Nesse sentido, exigiu um reordenamento das forças produtivas no sentido de garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista. Assim, as mudanças que estão ocorrendo na economia em nível mundial configuram um novo momento no desenvolvimento do capitalismo e repercutem nas diversas áreas, inclusive nas relações e nos processos de trabalho.

Essas transformações ocorrem em três eixos: a reestruturação produtiva, a mundialização do mercado com ênfase no capital financeiro e o neoliberalismo, que orienta ideologicamente o processo visando garantir um ambiente propício às mudanças. A reestruturação produtiva se pauta no modelo japonês (ou toyotismo), que tem como característica a flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e dos mercados. Na verdade, ocorre uma mudança na base técnica do processo produtivo, na qual uma tecnologia rígida é substituída por uma tecnologia flexível, pautada na microeletrônica associada à informatização, bem como na microbiologia e na engenharia genética.

Essas mudanças, ao nível da produção, trouxeram profundas transformações para o mundo do trabalho. Enquanto no fordismo consolidou-se o operariado fabril, esse novo modelo se caracteriza por uma heterogeneidade dos processos de produção e de trabalho. Ou seja, houve uma mudança de paradigma e isso ocasionou a construção de novas relações de trabalho com o objetivo de assegurar a produção da mais-valia e a crescente acumulação do capital, garantindo o acirramento do domínio e da exploração do capital sobre o trabalho.

Novas relações de trabalho são concretizadas através de novas formas de contratação, entre as quais se destacam a subcontratação ou terceirização, o

trabalho domiciliar, por tarefas e parcial, além da grande ênfase à informalidade. Tais práticas configuram um processo de precarização do trabalho e visam à obtenção de maiores lucros com menores custos, atendendo à exigência do consenso neoliberal<sup>3</sup> de redução dos custos salariais como forma de garantir a estabilidade e o crescimento econômico.

Antunes (2001, p. 54) aponta como consequência mais brutal dessas transformações a expansão sem precedentes do desemprego estrutural em nível mundial. Destaca ainda a ocorrência de um movimento contraditório que evidencia as seguintes situações: redução do proletariado fabril e aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, com ênfase à terceirização e à subcontratação, configurando um processo de precarização do trabalho, inclusive com a perda de direitos trabalhistas adquiridos; ampliação da incorporação do trabalho feminino, em situação salarial e condições de trabalho inferiores ao masculino, e exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho. Esse processo contribui para uma classe trabalhadora mais heterogênea, complexa e fragmentada.

Enfim, as mudanças no mundo do trabalho ocasionam mudanças na composição da classe trabalhadora: há o desaparecimento de algumas profissões, inclusive devido a completa informatização de alguns setores, e o surgimento de outras, em decorrência de novas funções e especialidades decorrentes do avanço tecnológico; os trabalhadores multifuncionais, que devem ser capazes e estar disponíveis para realizar várias funções, o que visa o aumento da intensidade do trabalho e da possibilidade de exploração do trabalhador; as novas formas de contratação ou subcontratação, que submetem os trabalhadores a todo tipo de exploração.

Em relação a essas mudanças no mundo do trabalho é importante registrar a polêmica que se instaurou nas ciências sociais a respeito da centralidade da categoria trabalho como fundante do ser social. Antunes (2005) aponta André Gorz, Claus Offe e Habermans como defensores relevantes da perda dessa centralidade.

No início da década de 1980, André Gorz publicou o livro “Adeus ao proletariado: para além do socialismo”, no qual defende algumas teses que

---

<sup>3</sup>Em meados da década de 1980, os Estados Centrais do sistema se reuniram em Washington e definiram as diretrizes para a economia mundial, as políticas de desenvolvimento e o papel do Estado na economia no que ficou conhecido como o “Consenso de Washington” ou “Consenso Neoliberal”.



justificariam o fim do trabalho e das classes sociais. Entre as teses defendidas por esse autor destaca-se a ideia de que o modo capitalista de produção estaria caminhando para a abolição do trabalho fabril, o que eliminaria os antagonismos de classes, pois aos proletários restaria apenas a luta pela sobrevivência. Segundo esse autor,

a abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se. Para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automatização irá suprimir, no espaço de dez anos, entre quatro e cinco milhões de emprego, a menos que haja uma revisão profunda da duração do trabalho, das finalidades da atividade e de sua natureza (GORZ, 1982, p. 11).

Claus Offe é outro autor que discute acerca da perda da centralidade do trabalho na constituição do ser social. Em sua concepção, a centralidade do trabalho seria assegurada por uma homogeneidade entre as atividades da produção (industrial), que seria garantida pelos seguintes argumentos sociológicos:

(a) o critério comum da dependência da força de trabalho em relação ao salário; (b) a subordinação desta força de trabalho ao controle organizado da administração; (c) o persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro, em virtude de fatores subjetivos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas; (d) a homogeneização indireta do trabalho, que resulta da presença e do monopólio da representação exercidos por grandes sindicatos (Heinze, 1980); (e) o orgulho coletivo dos produtores, uma consciência que expressa reflexivamente a teoria do valor-trabalho (nas palavras da *Crítica ao programa de Gotha*) como "a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura" (OFFE, 1989, p. 1).

Na visão do autor, a grande ampliação do setor de serviços ocasiona uma heterogeneidade dessas atividades e, portanto, uma ruptura na unidade e na homogeneidade do trabalho. Esse fator, entre outros, contribuiria para a "perda da centralidade do trabalho na busca do sentido estruturante do ser social no mundo contemporâneo" (ANTUNES, 2005, p. 23).

Habermas, segundo Antunes (2005), foi além de Gorz e Offe "ao substituir a prevalência da esfera da ação instrumental, dada pelo trabalho assalariado que cria o capital para a esfera da razão comunicativa, pela esfera da intersubjetividade" (ANTUNES, 2005, p. 23). Nas palavras de Habermas, o que é paradigmático para a racionalidade comunicativa

[...] não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam, assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo,

em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (HABERMAS, 1984, p. 392).

Contra-pondo-se a esses autores, Antunes (2005, p. 32) acredita que a nova configuração da classe trabalhadora permite “recolocar e dar concretude à centralidade da categoria trabalho”. Segundo esse autor, a classe trabalhadora hoje compreende “a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário” (ANTUNES, 2005, p. 50). Para ele,

uma noção ampliada, abrangente e contemporânea, hoje, a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005, p.52).

Ao se pretender realizar um estudo sobre uma atividade profissional num determinado contexto, considera-se que essas reflexões iniciais acerca da categoria trabalho são fundamentais para o seu entendimento como uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho.

## **2.2 O Serviço Social na divisão social do trabalho**

Conforme já abordado na perspectiva teórico-metodológica que fundamenta este estudo, o trabalho é categoria ontológica do ser social, assim como “a teleologia é a categoria ontológica central do trabalho” (HOLANDA, 2002, p. 7), que é o que diferencia a relação do homem com a natureza, pois revela sua capacidade de planejar a ação e os meios para executá-la e obter o produto desejado. “Para Marx, assim como para Lukács, o trabalho jamais existiria se não fosse precedido de um pôr teleologicamente consciente, capaz de determinar o processo em todas as suas fases” (HOLANDA, 2002, p. 9).

Sob essa ótica, somente o ser humano é capaz de definir um objetivo para sua ação e os meios apropriados para executá-la. A relação entre meios e fins é fundamental para o alcance dos objetivos projetados e a escolha dos meios ocorre

numa realidade concreta, portanto, é mediada por essa realidade e influencia a realização da finalidade pretendida.

Isto posto, reafirma-se a crença de que um estudo acerca de uma profissão deve buscar compreender os determinantes sócio-históricos de sua constituição e desenvolvimento na totalidade social da qual faz parte. Nesse sentido, é relevante destacar que as transformações que estão ocorrendo na produção e no trabalho em nível mundial repercutem na sociedade como um todo, especialmente nos diversos cotidianos profissionais.

O debate em torno do processo da reestruturação produtiva e das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho tem colocado em xeque, para alguns autores, a centralidade da categoria trabalho como fundante do ser social. Enquanto uns a defendem veementemente, outros relativizam ou negam essa centralidade. Essa polêmica extrapola o meio acadêmico, pois as consequências políticas têm afetado, de fato, o movimento dos trabalhadores.

Por conseguinte, o Serviço Social não fica alheio a essa questão. Sendo composto por uma categoria que historicamente tem buscado um direcionamento crítico para a profissão, a reflexão a respeito dos vínculos com a categoria trabalho tem se constituído pauta importante do debate contemporâneo e na busca de entendimento de sua inserção na sociedade capitalista.

Enfim, existem pontos de vista diferentes acerca da identidade do Serviço Social com a categoria trabalho, o que tem configurado uma das polêmicas atuais no âmbito da profissão. A aprovação pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)<sup>4</sup> das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social, em 1996, que definiu o Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como um processo de trabalho, contribuiu para intensificar esse debate (POLA; CÓLMAN, s/d, acesso em 2017, p. 1).

A polêmica em relação à identidade do Serviço Social com a categoria trabalho está relacionada ao fato de que parte dos estudiosos se fundamenta no entendimento de que a atividade dos Assistentes Sociais não se identifica com o trabalho em seu sentido ontológico.

Um dos pioneiros dessa argumentação é Sérgio Lessa, Professor da Universidade Federal de Alagoas, (2000, 2012). Na concepção desse autor, “a tese

---

<sup>4</sup> A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) foi fundada em 1946. Em 1998, passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS).

que postula a identidade entre trabalho e Serviço Social coloca em xeque o fundamental da concepção marxiana e, portanto, da sua demonstração da possibilidade e necessidade históricas da revolução” (LESSA, 2012, p. 79). Para ele, o que está em jogo, de fato, nesse debate, não é a questão da “instrumentalidade” e/ou da identidade da profissão, mas “a tese marxiana do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens” (LESSA, 2012, p. 81).

Ao justificar porque acredita que o Serviço Social não é trabalho, faz a seguinte afirmação:

Em primeiro lugar, e antes de qualquer coisa, porque o Serviço Social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social. Não cumpre ele a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens. [...] Apenas e tão somente o trabalho cumpre essa função social. Todas as outras atividades humanas, sem exceção alguma, cumprem uma outra função: de algum modo (e este modo varia tanto quanto os modos historicamente determinados de reprodução social) atuam direta ou indiretamente na organização dos homens para a realização do trabalho necessário à reprodução social (LESSA, 2000, p. 18-19).

Para esse autor, ocorre “uma diferença ontológica fundamental” entre objetivar a produção de bens materiais através da relação com a natureza e participar da organização da vida social para que essa produção aconteça (LESSA, 2000, p. 20). E o Serviço Social é uma das profissões que têm suas funções relacionadas a essa organização.

Ao abordar essa questão e fundamentando-se em Marx e em Lukács, Holanda (2002, p.13) afirma que, em qualquer tipo de sociedade, o trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza e tem como finalidade a produção de valores de uso (posições teleológicas primárias). Entretanto, ao mesmo tempo em que isso ocorre, são estabelecidas outras relações entre os seres sociais, cujo objeto não incide na natureza, mas sim sobre a consciência de outros homens, a partir de posições teleológicas secundárias, posto que se realizam no âmbito da reprodução social e não da produção material.

Fundamentando-se em Lukács, Holanda afirma que

ocorre uma diferenciação ontológica entre as alternativas originárias do trabalho voltado para o valor de uso (teleologia primária) e aquelas que surgem de posições cujo objetivo é agir sobre a consciência de outros homens para induzi-los a posições teleológicas desejadas. Enquanto nas primeiras o objeto sobre o qual recai a posição teleológica é um objeto material, nas segundas (posições secundárias) trata-se de algo que é puramente social. Precisamente nesse sentido, o objeto da finalidade tem como momento predominante não mais a transformação da natureza, mas a

transformação dos homens e, portanto, das relações sociais (HOLANDA, 2002, p. 14).

Afirma ainda que “não há qualquer identidade possível entre trabalho e outras práxis sociais: a função social de transformar a natureza nos bens materiais necessários à reprodução humana é exclusiva do trabalho” (HOLANDA, 2002, p. 22). Desse modo, a posição dessa autora é que não há possibilidade de identificar o Serviço Social com o trabalho como concebido por Marx e por Lukács e apresenta alguns pontos de vista presentes no referido debate.

A visão que identifica o Serviço Social com um processo de trabalho e a ação profissional com o trabalho segundo a concepção de Marx apoia-se na pressuposição de que o “significado sócio-histórico e ideopolítico” (HOLANDA, 2002, p. 22) da profissão a coloca entre as práticas sociais que surgem em face da necessidade de resposta às expressões da questão social decorrente das contradições de classes. Assim, é uma profissão que advém da divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, que é mediada pelas relações de classes e pelo Estado para enfrentamento da questão social.

Para Holanda (2002), é indiscutível que o Serviço Social se insere na divisão social do trabalho, todavia, com base na concepção marxiana de trabalho, esse argumento não é suficiente para caracterizar tal profissão como trabalho. O argumento é que, embora esteja inserida na divisão social do trabalho, as atividades desenvolvidas pelos profissionais do Serviço Social não estão direcionadas para a produção em si, mas sim para a reprodução da força de trabalho e, portanto, das relações sociais de produção. Na concepção de Holanda (2002, p. 16), “o trabalho é a única categoria no mundo dos homens que dá origem a algo para além daquilo que ele produz imediatamente”.

Este estudo baseia-se na concepção que identifica o Serviço Social com trabalho. Entretanto, também entre os autores que defendem essa posição existem visões diferenciadas em torno da questão: uma tese que concebe o Serviço Social como uma expressão da *práxis*, pois o trabalho, embora seja fundante do ser social, é uma expressão da *práxis*, categoria mais ampla e composta por outras categorias também relacionadas ao ser social; e outra que defende a identidade do Serviço Social com o trabalho como categoria ontológica e histórica e como uma especialização do trabalho coletivo.

Adeptas do primeiro entendimento, Abreu e Cardoso (2014) têm como pressuposto de suas reflexões que, sendo uma categoria marxiana de caráter mais geral, a práxis “dá conta do movimento histórico totalizante da sociedade, como complexo de determinações ou de mediações, que engloba desde os processos macroestruturais às expressões mais imediatas da vida social” (ABREU e CARDOSO, 2014, p. 313).

De fato, a defesa das duas autoras consiste na ideia de que a práxis é o fundamento da prática profissional do assistente social e que tal categoria engloba “a totalidade da prática social ou objetivações humanas na produção material e imaterial, na produção e reprodução da sociedade, produção e reprodução da vida social. É, portanto, uma totalidade histórica” (ABREU e CARDOSO, 2014, p. 315).

Retomando a concepção marxiana de totalidade, entendem-na como uma categoria ontológica que representa a realidade social (ABREU e CARDOSO, 2014, p. 315), caracterizando-se como um todo complexo e contraditório. Enquanto realidade social é constituída por outras totalidades também complexas (mas em menor grau) que estão em permanente articulação e mediação entre si e com a totalidade maior.

Compreendendo então a práxis como uma totalidade de maior grandeza e complexidade, Abreu e Cardoso acreditam que essa “tem em sua origem o trabalho, mas este não a esgota, embora se constitua sua principal mediação. [...] embora o trabalho se constitua a categoria fundante do ser social, não esgota as suas objetivações” (ABREU e CARDOSO, 2014, p. 315).

Em outro momento, Cardoso afirma que “o trabalho é traço fundante do ser social, é próprio desse ser, mas não o esgota, porque o ser social também é consciência e autoconsciência” (CARDOSO, 2016, p. 146) e reafirma que, como atividade humana, a práxis “compreende a produção material, reprodução da sociedade e produção de representação de ideias; é a reconstrução de processos ontológicos do ser social como totalidade” (CARDOSO, 2016, p. 148). Isto significa que a relação entre o homem e a natureza dá origem a outras relações que vão além da produção material em si.

De acordo com esse entendimento, as ações que derivam de posições teleológicas secundárias e que, portanto, não estão ligadas diretamente à produção de valores de uso, são também decorrentes da divisão social do trabalho e constituintes da práxis social enquanto totalidade histórica. Tais ações têm como

finalidade influir na forma de ser social, exercendo função relevante na produção e reprodução das relações sociais estabelecidas na sociedade.

Netto e Braz entendem que,

quanto mais se desenvolve o ser social, mas as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esfera de objetivações que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte, etc. (NETTO; BRAZ, 2006, p.43).

Enquanto o trabalho é a principal mediação entre o homem e a natureza, as objetivações decorrentes do desenvolvimento do ser social são mediações das relações dos homens entre si como classes sociais. E, como elementos da práxis social enquanto totalidade, estão em constante e orgânica relação e, portanto, se mediam entre si.

É importante registrar que a polêmica sobre o “fim do trabalho”, trazida para as Ciências Sociais pelo avanço do pensamento pós-moderno, encontrou forte resistência no seio da profissão de Serviço Social. Inclusive, a categoria trabalho continua com importância fundamental no projeto de formação profissional.

Conforme mencionado, o debate em evidência no âmbito da profissão está relacionado à identidade ou não da ação profissional do assistente social com o trabalho em sentido ontológico.

Abreu e Cardoso (2014, p. 16) pontuam que a tese hegemônica na profissão coloca o trabalho como a “categoria teórica e ontológica que define a natureza do Serviço Social”. Fundamentando-se em Iamamoto (1998), pontuam que nessa tese a prática profissional é identificada com trabalho e o exercício profissional inscreve-se num processo de trabalho. Reafirmam a pertinência dessa tese em relação à percepção da prática profissional como uma especialização do trabalho coletivo. Contudo, fundamentando-se na concepção de práxis como totalidade histórica, defendem que

[...] para analisar os processos de trabalho do assistente social, enquanto expressão do trabalho coletivo, numa sociedade capitalista, a categoria trabalho é fundamental, tomando-a a partir da práxis, da qual é expressão primeira, mas não a única (CARDOSO, 2000, p. 12. Apud ABREU; CARDOSO, 2014, P. 317).

Entendem ainda que o trabalho profissional “é uma forma de objetivação da prática profissional” (ABREU; CARDOSO, 2014, P. 317), pois, enquanto

totalidade histórica, a prática profissional possui mais três dimensões: a formação, a produção de conhecimento e a organização política da categoria.

Entre os estudiosos que identificam o Serviço Social com trabalho, destaca-se Marilda Iamamoto, um dos maiores expoentes do meio acadêmico do Serviço Social. Segundo essa autora, um dos pressupostos básicos para analisar a profissão do Assistente Social no cenário atual é compreendê-la como um tipo de trabalho que se inscreve na divisão social e técnica do trabalho (2012a, p. 22), estando sujeita às determinações e mediações que se estabelecem no cerne dessa divisão.

Nessa concepção, outro aspecto a ser pontuado em relação à inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho é que essa não se explica apenas pelo valor de uso dos serviços que presta à sociedade. Embora seja regulamentada como uma profissão liberal é como trabalhador assalariado que o assistente social está inserido no mercado de trabalho e no conjunto dos trabalhadores. Ao vender sua força de trabalho submete-se às condições impostas pelo contrato de trabalho, seja em instituições públicas ou em empresas privadas, portanto, estão sujeitos às condições de exploração e dominação que caracterizam o trabalho alienado numa sociedade capitalista, bem como às contradições que permeiam a relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato na totalidade social.

As finalidades, características e condições de trabalho dos variados espaços ocupacionais onde atuam, os assistentes sociais são determinantes do trabalho concreto realizado por esses. Ou seja, suas competências e atribuições estão relacionadas também às finalidades institucionais e aspectos conjunturais em termos mais amplos. Por outro lado, na sua inserção na divisão social do trabalho adquire um valor de troca que o equivale a outros trabalhos enquanto mercadorias e que o caracteriza como trabalho abstrato.

Assim, embora possua características típicas de profissão liberal, como uma relativa autonomia na condução de suas ações, sua inserção no mercado como trabalhador assalariado caracteriza sua força de trabalho como mercadoria e o submete às exigências de quem a comprou.

É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquele a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção (IAMAMOTO, 2012a, P.97).



Ainda segundo essa autora, o fato de atuar diretamente com as pessoas na prestação de serviços sociais e interferir, através disso, na reprodução da força de trabalho, é também um determinante dessa relativa autonomia. Atuando principalmente no campo político-ideológico, o Assistente Social tem sido chamado para “exercer funções de controle social e reprodução da ideologia dominante” (IAMAMOTO, 2012a, p. 98) junto à população com a qual trabalha e que pertence à classe subalternizada. Desse modo, sua ação profissional é permeada pelos conflitos e interesses de classes, podendo dar uma direção oposta à ação para a qual foi requerida, o que explica sua dimensão política. Portanto, é essa dimensão política que coloca a possibilidade de uma ação contrária à alienação do trabalho para o trabalhador.

Ressalta-se, então, que como profissão liberal possui uma regulamentação que lhe confere uma relativa autonomia. Contudo, ao vender sua força de trabalho, submete-se às leis trabalhistas e sua ação profissional às exigências, decisões e requisições dos empregadores, sejam esses do setor público ou privado. As funções do Serviço Social não são as mesmas nos diversos espaços de trabalho. Embora existam algumas atribuições comuns, outras dependem da área de atuação, das políticas nas quais estão inseridas e das definições dos gestores institucionais ou empresariais.

São os empregadores que garantem os instrumentos e definem as condições de trabalho. São eles que tomam decisões finais, principalmente em nível macro, a respeito, por exemplo, dos recursos materiais, financeiros e humanos que serão disponibilizados para o trabalho, das atribuições e funções dos profissionais envolvidos e do que deve ser priorizado em determinada política ou período. Ou seja, têm uma participação determinante na definição de limites e possibilidades da atuação profissional do Assistente Social.

Em resumo, a relação que estabelece com as expressões da questão social que se manifestam na vida dos sujeitos com os quais trabalha depende das políticas e dos recortes dessas definidas pelos empregadores, que definem, também, as prioridades a serem atendidas e são detentores dos meios/instrumentos de trabalho utilizados pelo Assistente Social. Há, portanto, uma ingerência dos empregadores nas definições acerca do trabalho profissional, o que impõe que sua autonomia não seja absoluta, daí falar-se em relativa autonomia.

Porém, enquanto esses elementos restringem a autonomia profissional, outros, como a regulamentação da profissão, a competência teórico-metodológica, o movimento dialético e contraditório das relações sociais, as reivindicações e lutas da classe trabalhadora e a força política dessa classe em determinados momentos, bem como a organização da categoria e a aliança com outras categorias e movimentos, entre outros, contribuem para a ampliação dessa autonomia, aumentando também as possibilidades de um exercício profissional coerente com os princípios do projeto ético-político hegemônico no seio da profissão.

Diante do exposto, compreende-se que mesmo não contribuindo diretamente para a produção da mais-valia, o Serviço Social, como profissão socialmente necessária, inscreve-se na divisão social do trabalho e está, historicamente, sujeito às mediações que atravessam as relações sociais de produção, o que significa que vivencia as consequências das contradições e transformações inerentes às sociedades capitalistas e que repercutem no mundo do trabalho.

Desse modo, entende-se que a constituição e a institucionalização do Serviço Social na sociedade acontecem no bojo das relações entre as classes sociais, mais precisamente no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil. O processo de industrialização e urbanização evidencia os conflitos de classes e as manifestações da questão social, passando a exigir respostas do Estado para além da coerção até então exercida. Dessa maneira, a questão social, que antes era tratada apenas como caso de polícia através do poder coercitivo do Estado, passa a receber um tratamento diferente, que é por meio da busca do consenso, através do atendimento de algumas necessidades da classe trabalhadora.

“É quando o Estado se ‘amplia’, nos termos de Gramsci<sup>5</sup>, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na

---

<sup>5</sup> “O movimento de atualização que Gramsci possibilita à teoria marxista de Estado se expressa como marco ao desvelar outra face do esquema estatal que não só o aspecto coercitivo. [...]. Portanto, a concepção de Estado ampliado que configura novas determinações à superestrutura, possibilita alargar a compreensão do desenvolvimento societário e, mais especificamente, permite imprimir a análise do Estado o rigor do trato dialético, desvendando a sinuosidade das relações políticas da sociedade. [...] Deste modo, Gramsci apoia-se na descoberta da sociedade civil com novas determinações e formula a concepção de ‘Estado ampliado’, onde em seu interior, diferencia analiticamente duas esferas: a sociedade política (também chamada de Estado em sentido restrito ou Estado-coerção), tradicionalmente entendida como os aparelhos repressivos, o local da violência e da repressão; somada à sociedade civil, que é o ambiente formado pelos organismos que elaboram e difundem ideologias, lugar de consenso e da hegemonia. Tem-se aí sua famosa fórmula: sociedade

sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional” (IAMAMOTO, 2012a, p 23). É a partir dessa ampliação do papel do Estado que o Serviço Social vem se firmar como uma profissão socialmente necessária e que, portanto, adquire um valor de troca no mundo do trabalho, sofrendo influências das mudanças que ocorrem na produção, no consumo e nas relações de trabalho em nível mundial.

Conforme esse entendimento, as requisições e a institucionalização do Serviço Social como profissão não podem ser vistas dissociadas da relação capital X trabalho e dos conflitos que a caracterizam, visto que é nesse contexto que se efetivam as respostas do Estado à questão social.

Ainda segundo Iamamoto, questão social “é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2012a, p. 27). Assim, a compreensão do Serviço Social como profissão requer a sua contextualização na dinâmica da sociedade, pois se relaciona com suas várias dimensões.

Sendo a questão social a base para a constituição e institucionalização do Serviço Social, entende-se que a compreensão dessa profissão nos dias atuais requer uma referência ao entendimento a respeito do significado de *questão social* e à forma como se gestou esse entendimento. Segundo Netto (2000) o termo *questão social* começou a ser utilizado por volta de 1830 para designar o pauperismo que assolava a população trabalhadora na Europa Ocidental quando da emergência do capitalismo urbano-industrial, destacando que isso ocorreu num momento em que a sociedade tornava-se capaz de produzir mais riqueza. O uso dessa expressão é decorrente dos “desdobramentos sociopolíticos” (NETTO, 2001) desse pauperismo, ou seja, começou a ser usada quando os trabalhadores começaram a protestar contra as condições de pobreza em que viviam.

Nessa ótica, a questão social se gesta no bojo da contradição fundamental do modo de produção capitalista, expressando os interesses antagônicos que permeiam a relação capital *versus* trabalho, ao mesmo tempo em que expressa a desigualdade imposta pela relação de dominação de uma classe sobre a outra no processo de acumulação de capital, expressa também o movimento de resistência e luta dos trabalhadores contra essa dominação e essa desigualdade.

---

política+sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada na coerção” (ADAMS; PFEIFER, 2006, p. 241-243).

A esse respeito, Raichelis informa que

foram as lutas sociais que transformaram a *questão social* numa questão política e pública transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais (RAICHELIS, 2006, p.15).

Como vimos, a constituição da *questão social* insere-se nas relações de classes, estando no seio das lutas inerentes ao processo de produção de riquezas e acumulação de capital. Por outro lado, possui determinações históricas e sociais, o que significa que assume diferentes configurações e manifestações em sociedades e momentos históricos diferentes. Na verdade, a *questão social*, constituída nas relações de exploração e dominação de classe, se evidencia no cotidiano das sociedades através de suas várias expressões, tais como: o desemprego, a fome, o analfabetismo, as condições e a falta de moradia, a falta de assistência à saúde, a violência, a mendicância, entre outras tantas.

Este estudo parte do entendimento de que a questão social é “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2001, p.11). Nessa ótica, a *questão social* é produzida socialmente, devendo ser vista como uma totalidade concreta, social e historicamente construída, visto que “a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais” (NETTO, 2001, p.419).

Nesse contexto, no qual o Estado é chamado a intervir na busca de respostas às diversas expressões da *questão social*, é importante ressaltar que esse é aqui concebido como um ser social e histórico, situado no tempo e no espaço e que, portanto, sofre determinações da sociedade nos seus diversos momentos históricos. Desse modo, numa sociedade capitalista o Estado possui uma relação orgânica com as relações entre as classes sociais, pois, conforme já mencionado, Farias (2001, p.26) afirma que “é no contexto de uma formação econômica e social que se apreende o conjunto dos aspectos do Estado como um ser social e histórico”.

Ao se pensar o Serviço Social nesse contexto deve-se levar em consideração que “a análise da *questão social* é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2001, p.12) e que o Serviço Social tem tido um papel de destaque no âmbito das respostas do Estado às expressões da

questão social nesse contexto, visto que está presente nos espaços institucionais e participa da viabilização dessas várias respostas.

Diante do exposto, reafirma-se que o Serviço Social atua no cerne da contradição capital X trabalho, mais precisamente nas expressões cotidianas da questão social. Essa relação se dá através das políticas sociais nas quais está inserido, mas também nas formas de resistência da classe trabalhadora na luta contra a exploração e a desigualdade. “É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2012a, p. 28).

Como vimos, as mudanças que ocorrem ao nível da produção implicam em novas formas de exploração e dominação da força de trabalho, bem como em novas expressões da questão social e novas formas de resistência e luta. Desse modo, os assistentes sociais devem buscar apreender os elementos que interferem na sua ação profissional cotidiana. O passo inicial nesse sentido é buscar compreender a profissão a partir de suas determinações sócio-históricas.

Foi a realidade do pós-guerra, que exigiu um novo padrão de desenvolvimento, sob a hegemonia norte-americana que impulsionou a profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social. As consequências sociais da guerra, a expansão da economia capitalista nos “30 anos gloriosos” (do pós-guerra até meados da década de 1970), a ameaça de expansão do comunismo e também a força do movimento sindical dos trabalhadores impulsionaram a adoção de medidas protetivas pelo Estado através de políticas sociais públicas, que tinham como objetivo contribuir para a expansão do capital. Tais políticas atuavam com salários indiretos, preservando o poder aquisitivo e o consumo por parte dos trabalhadores. Por outro lado, garantiriam as condições para reprodução da classe trabalhadora, que também é uma garantia da produção.

A ampliação das funções do Estado através de uma rede de serviços caracteriza a “regulação keynesiana da economia” (IAMAMOTO, 2012a, p. 30) ou o chamado “Estado de Bem Estar Social” (*Welfare State*), que fez parte das estratégias da classe dominante para superação da crise do capitalismo na época e garantia de expansão do capital.

Foi quando o Estado tomou para si a tarefa de atenuar as mazelas decorrentes das desigualdades sociais com o objetivo de garantir a reprodução da classe trabalhadora e das relações sociais de produção que o Serviço Social se firmou como uma profissão socialmente necessária. Foi nesse contexto que se iniciou, de fato, o processo de profissionalização e institucionalização do Serviço Social, pois o Assistente Social foi um dos profissionais requisitados para atuar na linha de frente da execução das políticas sociais públicas.

Conforme abordagem anterior, a instauração e o desenvolvimento do fordismo, apoiados no americanismo como ideologia, provocaram mudanças no modo de vida das pessoas. Nesse contexto, a intervenção estatal através das políticas sociais públicas tinha entre seus objetivos garantir as condições para a reprodução da classe trabalhadora e buscar a adesão da mesma para essas mudanças. É com essa perspectiva que o assistente social é chamado a atuar no âmbito dessas políticas.

A esse respeito, Netto (2002), que também entende o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, ao analisar a relação do Serviço Social com o capital monopolista, destaca como objetivo da intervenção estatal a garantia dos altos lucros dos monopólios, o que o leva a assumir funções econômicas e políticas (NETTO, 2002, p. 14), apoiando-se na integração entre o público e o privado. Para esse autor, a preservação e o controle da força de trabalho é uma função de primeira ordem do Estado (NETTO, 2002, p. 15), que ao ser tensionado e em busca de legitimidade política, atende algumas demandas da classe trabalhadora (NETTO, 2002, p. 18). O Estado é tensionado em razão das exigências da manutenção e desenvolvimento dos monopólios e pelos conflitos que tais exigências podem causar no conjunto da sociedade, mais especificamente com a classe trabalhadora.

Sob essa ótica, é nesse contexto que se cria a possibilidade das sequelas da questão social serem tratadas de forma contínua e sistemática pelo Estado. Antes (no capitalismo competitivo), o Estado só agia nesse sentido quando uma forte pressão da classe trabalhadora ameaçava a ordem burguesa ou colocava em risco a produção capitalista. No capitalismo monopolista, a política social pública configura uma

intervención continua, sistemática, estratégica sobre las secuelas de la "cuestión social", la que ofrece el más canónico paradigma de esa indisociabilidad de funciones económicas y políticas que es propia del

sistema estatal de la sociedad burguesa madura y consolidada. A través de la política social, el Estado burgués en el capitalismo monopolista procura administrar las expresiones de la “cuestión social”, de forma tal que atienda las demandas del orden monopolista, conformando, así, por la adhesión que recibe de categorías y setores cuyas demandas incorpora, sistemas de consenso variables, pero operantes (NETTO, 2002, p.20).

Ou seja, no capitalismo monopolista, as políticas sociais implementadas pelo Estado têm como propósito fundamental assegurar as condições apropriadas ao desenvolvimento do capital e, nesse sentido, incorporam e atendem demandas da classe trabalhadora, visando a sua manutenção como tal e a obtenção do consenso necessário ao controle da mesma. Ao fazer isso, o Estado passa a imagem de mediador de conflitos, mas, historicamente, sua posição tem sido favorável aos interesses do capital.

Por outro lado, a ação do Estado não se dá ao acaso, ela é decorrente também do processo de organização e luta dos trabalhadores. Ou seja, ela é consequência principalmente das lutas sociais:

No hay duda de que las políticas sociales derivan fundamentalmente de la capacidad de movilización y organización de la clase obrera y del conjunto de los trabajadores. [...] De hecho, ellas son resultantes extremadamente complejas de un complicado juego en que protagonistas y demandas están atravesados por contradicciones, enfrentamientos, conflictos (NETTO, 2002, p. 23).

É nesse cenário, marcado pelas contradições de classes e pelas relações de poder entre as mesmas e no qual as políticas sociais resultam de um jogo de interesses, que se materializam as condições sociais e históricas para o surgimento do Serviço Social como profissão.

Netto (2002) rejeita a tese de que a profissionalização do Serviço Social é decorrente exclusivamente de uma evolução das formas de ajuda, filantropia e caridade que vêm sendo desenvolvidas desde a origem da sociedade burguesa e conhecidas como “protoformas do Serviço Social”. Não é que essa relação não exista e não tenha influenciado a profissão, mas não é o fundamento determinante da profissionalização.

Para esse autor, a análise da profissão deve partir do fundamento que efetivamente legitima sua profissionalização, que é

la creación de un espacio sócio-ocupacional donde el agente técnico se moviliza – más exatamente, el establecimiento de las condiciones histórico-sociales que demandan este agente, configuradas en el surgimiento del mercado de trabajo (NETTO, 2002, p. 65).

Vendo por esse prima, o surgimento do Serviço Social está intrinsecamente relacionado como desenvolvimento do capital monopolista. É o contexto da ordem monopolista que estabelece as bases sócio-históricas para a profissionalização do Serviço Social, conforme já foi mencionado, tem relação com a forma como o Estado trata a questão social. O pensamento exposto por Netto na obra citada demonstra claramente esse entendimento:

El proceso por el qual el orden monopolista instaura el espacio determinado que en la división social (y técnica) del trabajo a él perteneciente, propicia la profesionalización del Servicio Social, tiene subasa en las modalidades a través de las cuales el Estado burgués se enfrenta con la “cuestión social”, tipificadas en las políticas sociales. [...]. Em este ámbito se situa el *mercado del trabajo* para el asistente social: *éste es investido como uno de los agentes ejecutores de las políticas sociales* (NETTO, 2002, p. 69).

O Serviço Social foi requisitado para atuar no plano da implementação das políticas sociais, mais precisamente no espaço destinado à execução de políticas setoriais, nos quais vai atuar diretamente com os setores vulnerabilizados pelas consequências das desigualdades sociais. A constituição do mercado de trabalho para o assistente social, no âmbito das políticas sociais, segue a lógica dos interesses priorizados pelo Estado burguês na relação entre as classes sociais. Assim, nesse processo de profissionalização, são incorporadas as formas já existentes de manipulação desses setores vulnerabilizados e a inserção desse profissional nas políticas sociais vêm reforçar as funções de preservação e controle da força de trabalho, inserindo-se nessa funcionalidade estratégica do Estado.

A esse respeito, Barbosa et. al pontuam que “o terreno socioinstitucional de atuação do assistente social se configura a partir da demanda por uma especialização sociotécnica voltada para lidar com a questão social no mundo capitalista por meio das políticas sociais” (BARBOSA et. al, 1998, p. 110).

Segundo esse entendimento, a profissão surge com potencialidades legitimadoras da sociedade burguesa (NETTO, 2002, p. 72). Com base em Yamamoto e Carvalho (2014, p. 97), esse autor pontua que originalmente a profissão tende ao reforço de mecanismos de exercício do poder econômico, político e ideológico que subordinam os trabalhadores aos interesses das classes dominantes. O Serviço Social é requerido para “responder às estratégias de dominação burguesa no enfrentamento de questões sociais que emergem da diferenciação e conflito das classes sociais” (BARBOSA et. al, 1998, p. 113).



Outro aspecto evidenciado por Netto é que as políticas sociais são permeadas pelos conflitos de classes, pois embora sejam criadas a partir de necessidades do capital, decorrem também das lutas dos trabalhadores. Atuando nessa arena de enfrentamento, o assistente social é tensionado pelas contradições que caracterizam as relações entre as classes. Portanto, embora suas origens estejam intrinsecamente relacionadas com o projeto do capital monopolista, no decorrer de sua história, como profissão, foi assumindo posturas contrárias a esse projeto e aderindo a outros projetos existentes no jogo de forças presentes na sociedade, o que será melhor aprofundado em item posterior.

Ainda em relação a esse tema, há um argumento que se sustenta na defesa de que o Serviço Social exerce um trabalho produtivo, pois contribui, mesmo que indiretamente, para a valorização do capital. Entretanto, na concepção de Marx, só é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia.. Sendo assim, o Serviço Social não se caracteriza como um trabalho produtivo, visto que não contribui diretamente para a produção de mais-valia. O trabalho voltado para a prestação de serviços, como é o caso dessa profissão, é considerado trabalho improdutivo. Sobre essa questão, Iamamoto afirma que “o trabalho do assistente social inscreve-se predominantemente em outras relações que extrapolam o universo do capital na sua forma produtiva de mais-valia” (IAMAMOTO, 2009, p. 369).

Assim, não se identificando com o trabalho em sentido ontológico, tampouco com o trabalho produtivo, visto que não contribui diretamente para a produção da mais-valia, na divisão social do trabalho, o Serviço Social se situa entre as práticas que têm como finalidade influenciar na forma de ser social necessária a determinado tipo de sociedade, o que significa que historicamente tem cumprido sua função de contribuir para a produção e reprodução das relações sociais.

É na “arena de tensão entre estrutura e sujeitos profissionais, alimentada pelas contradições sociais inerentes ao processo de dominação burguesa e à própria capacidade teórico-crítica dos técnicos” (BARBOSA et. al, 1998, p. 114), que se coloca a possibilidade de outras finalidades para o exercício profissional do assistente social.

Em obra mais recente, Iamamoto afirma que

a questão social condensa o conjunto de desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche. [...] Expressa uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários (IAMAMOTO, 2012b, p. 156).

Reafirma a ideia de que a questão social é a base para a constituição do Serviço Social como especialização do trabalho. Na sua ação profissional cotidiana atua diretamente com a prestação de serviços socioassistenciais voltados para o atendimento das diversas expressões da questão social vivenciadas pela população. Nesse sentido,

o argumento para a requisição do trabalho do assistente social está circunscrito às políticas sociais e as relações mantidas com as mesmas pelos sujeitos sociais carentes de recursos privados de reprodução espiritual e material no contexto das sociedades urbano-industriais (BARBOSA et. al, 1998, p. 111).

Há uma tendência em naturalizar a questão social e suas várias expressões tornam-se objetos de programas focalizados de assistência ou de ações repressivas direcionadas para os pobres. Esse processo de naturalização da questão social, que a desvincula de suas verdadeiras origens pode levar a duas armadilhas, segundo Iamamoto (2012).

A primeira delas é que há uma descontextualização da questão social das contradições inerentes à totalidade social. Quando isso ocorre, há uma individualização dos problemas sociais e a questão social deixa de ser vista na sua dimensão coletiva havendo uma desresponsabilização das contradições de classes pela produção das desigualdades sociais. A outra é reduzir a análise à questão estrutural, desconsiderando os processos históricos conjunturais. O aprofundamento do capitalismo aumenta as contradições e as desigualdades sociais, alterando também as formas de expressão da questão social em contextos e tempos históricos diferentes (IAMAMOTO, 2012, pp. 163/164).

As mudanças que ocorrem ao nível da produção provocam mudanças no mundo do trabalho e o Serviço Social se insere nesse contexto. Conforme o que foi abordado, a profissão se desenvolveu no padrão de produção taylorista/fordista que, como vimos anteriormente, entra em colapso a partir de meados dos anos de 1970, o que exigiu um processo de reestruturação produtiva com o objetivo de garantir a acumulação de capital. O toyotismo, o novo padrão de acumulação, apoia-se de acumulação flexível, que propõe a flexibilização dos processos de produção, de trabalho e de consumo, o que ocasiona profundas mudanças no mundo do trabalho, no qual o Serviço Social está inserido.

Em relação ao Serviço Social, como nas demais profissões, as mudanças se dão ao nível das relações de trabalho, pois está sujeito à flexibilização, desregulamentação e precarização do trabalho. O Serviço Social, além de sofrer os reveses das mudanças no mundo do trabalho para os profissionais assalariados de um modo geral, tem outro aspecto fundamental a ser analisado quando se trata de sua inserção na divisão social do trabalho: a redução do papel do Estado nas políticas sociais públicas de cunho social em que os profissionais estão inseridos, que reduz os investimentos nessa área e provocam mudanças em sua execução, como na focalização e critérios de seletividade, impõe medidas mais restritivas relativas à atuação profissional.

Em relação ao processo de trabalho no qual estão inseridos os profissionais de Serviço Social, e todos os outros, o mesmo vem sofrendo interferências decorrentes das mudanças ocasionadas pelo atual momento do capitalismo, entre as quais: a reforma do Estado, a descentralização dos processos de gestão de políticas públicas e o agravamento das desigualdades sociais. A ampliação do mercado de trabalho do Assistente Social não difere da realidade que caracteriza esse momento, no qual há o predomínio de relações de trabalho flexibilizadas e precarizadas. Num contexto marcado pela exigência do trabalhador polivalente, o Assistente Social também é chamado para o exercício de múltiplas tarefas (IAMAMOTO, 2012a, p. 32).

Como profissão, o Serviço Social se efetiva no cerne das contradições de classes, o que alimenta os permanentes questionamentos acerca de suas funções na sociedade, vivenciando no cotidiano os conflitos decorrentes dessas contradições. Como exemplo disso destaca-se que, tendo construído um Projeto Profissional que se coloca a favor dos trabalhadores, vende sua força de trabalho para empregadores que geralmente priorizam interesses contrários a esses.

### 2.2.1 A função pedagógica do trabalho do Assistente Social

Abreu (2010) coloca como pressuposto básico do seu estudo acerca da relação do Serviço Social com a organização da cultura, que

a função pedagógica do assistente social é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática (ABREU, 2010, p17).

A autora concorda com a afirmação de que a atuação do assistente social se dá principalmente no enfrentamento da questão social e é mediatizada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil, no contexto das relações sociais de produção. Reafirma ainda que essa atuação é efetivada basicamente através das políticas sociais, em especial as de corte assistencial, outras políticas, bem como “nos processos de luta e resistência das classes subalternas” (ABREU, 2010, p.17), na perspectiva de sua autonomia.

O referido estudo fundamenta-se no marxismo, principalmente na concepção gramsciana de cultura, vista na “sua vinculação com as relações de hegemonia” (ABREU, 2010, p.18). Para Gramsci, o princípio educativo “consubstancia-se na relação entre racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe” (ABREU, 2010, p.18).

Retoma-se aqui o que foi abordado anteriormente a respeito do americanismo como ideologia de sustentação do fordismo. A partir da concepção (gramsciana) de cultura como um modo de vida, de sentir, de pensar e de agir, entende-se que o americanismo teve a função de fomentar um novo modo de vida, de sentir, de pensar e de agir que garantissem as condições para instauração, desenvolvimento e consolidação do fordismo, como forma de organizar a produção capitalista numa determinada época.

Nesse contexto, a assistência social vincula-se à necessidade de reprodução do capital, assumindo um “cunho educativo socializador”, na perspectiva de obter a adesão e o consentimento das classes subalternas ao padrão de acumulação vigente. “A assistência social passa a ser um mecanismo pedagógico constitutivo de organização de cultura” (ABREU, 2010, p.21), que ao mesmo tempo em que possibilita o acesso a bens e serviços para o atendimento de necessidades básicas dessas classes, faz parte do processo de manipulação ideológica em favor da preservação da hegemonia dos interesses dominantes.

Considerando essa função pedagógica da assistência e que essa é considerada o “eixo principal da organicidade da inserção do Serviço Social nas relações sociais, isto é, de sua institucionalização e desenvolvimento na sociedade capitalista” (ABREU, 2010, p.21), compreende-se que, como profissão, esse é requisitado também para o exercício dessa mesma função pedagógica. Como se sabe, o surgimento, institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social sempre

estiveram relacionados aos mecanismos para disciplinamento e controle da força de trabalho.

A esse respeito, Abreu (2010) afirma que “a prática profissional vincula-se à necessidade de organização da cultura pelas classes sociais na luta pela hegemonia, face às exigências de um padrão de produção e trabalho” (ABREU, 2010, p.22). Como vimos, numa sociedade capitalista as classes vivem em permanente conflito em decorrência de interesses antagônicos, segundo essa concepção, essa é uma luta pelo poder hegemônico de uma classe sobre a outra, na qual a organização da cultura tem um papel fundamental.

A partir do que foi colocado, entende-se que a hegemonia de uma classe é exercida quando essa consegue impor para toda a sociedade um modo de viver, sentir, pensar e agir que atende a seus interesses, pois na concepção de Gramsci, que trabalha com a categoria hegemonia, essa significa “a direção intelectual e moral e o domínio político exercido por uma classe em determinadas condições históricas” (ABREU, 2010, p. 24).

Segundo esse entendimento, a cultura possui importância fundamental no exercício do domínio político, ideológico e econômico de uma classe sobre a outra. Desse modo, a luta pela emancipação da classe subjugada é também uma luta pela destruição da cultura dominante e pela construção de uma nova cultura.

Ao analisar o americanismo/fordismo, Gramsci identifica como objetivo do princípio educativo a preparação de um trabalhador adequado à racionalidade produtiva da época. Na concepção da autora em questão, ao ser requisitado para atuar nesse contexto, o assistente social tem a função pedagógica do seu trabalho relacionada com o

conformismo mecanicista da organização e difusão da ideologia dominante, bem como [...] com o processo de construção de um novo princípio educativo – novo conformismo – fundado nas expressões de luta e enfrentamento das classes subalternas à ordem capitalista na perspectiva de sua emancipação e construção de uma nova cultura – a socialista (ABREU, 2010, p. 68).

Essa assertiva vem endossar a percepção já referida de que o assistente social atua no âmago das contradições de classes e com sua ação pode contribuir para a afirmação ou contestação dos interesses e da cultura dominantes. Partindo desse pressuposto, Abreu (2010) destaca como vetores que direcionam a função pedagógica da ação profissional no sentido da afirmação desses interesses:

A psicologização das relações sociais e a conseqüente centralidade do indivíduo e das relações interpessoais nas modalidades de intervenção face à necessidade de controle social pelo capital no enfrentamento à questão social; a manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais através da assistência social individualizada – como mecanismos privilegiados para a garantia da reprodução material e subjetiva das classes subalternas sob o controle do capital; e a combinação entre processos persuasivos e coercitivos para obter adesão e consentimento das classes subalternas [...] (ABREU, 2010, p. 69).

Por outro lado, aponta como vetores que direcionam essa função para a contestação dos interesses e da cultura dominantes na perspectiva de sua transformação, “a politização das relações e das práticas sociais sobre a questão social [...]” (ABREU, 2010, p. 69) e a ação consciente das classes subalternas na construção da história da sociedade como força contrária ao capital.

A partir desses vetores, a autora identifica três perfis pedagógicos no âmbito da atuação profissional dos assistentes sociais:

- a **pedagogia da ajuda**, que se fundamenta na abordagem psicologista e individualizante da questão social e de naturalização das desigualdades sociais, resultando numa atuação profissional pautada em valores morais e voltada para o ajustamento individual e a reintegração social;
- a **pedagogia da participação**, que se baseia e se apoia na teoria da modernização e na ideologia desenvolvimentista e se efetiva através, principalmente, da metodologia de desenvolvimento de comunidade (DC) e de uma ação profissional que deve enfatizar a mobilização e a participação da população nos programas governamentais na perspectiva de sua integração e da promoção do bem-estar social, o que irá contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade;
- e o movimento de construção de uma **pedagogia emancipatória** pelas classes subalternas, cuja possibilidade deve levar em consideração o contexto que favoreceu a construção de um projeto profissional comprometido com os interesses das classes subalternas e se apoia no Movimento de Reconceituação do Serviço Social e nos movimentos sociais que caracterizaram a conjuntura sociopolítica que caracterizaram principalmente os anos de 1970 e 1980.

Esses perfis pedagógicos foram muito bem trabalhados por Abreu na obra mencionada e coexistem no âmbito da profissão, sendo uma referência importante para a análise pretendida por este estudo.

### **2.3 A relação educação e trabalho no contexto das transformações societárias**

Tomando como ponto de partida o entendimento aqui exposto de que a realidade social é uma totalidade complexa e contraditória de relações construídas historicamente, ressalta-se que é através do trabalho que os homens produzem suas condições de existência e da sociedade onde vivem, em cujo contexto surgem e se estruturam as profissões, bem como os processos educativos que contribuem para o desenvolvimento e a consolidação das referidas profissões.

Desse modo, assim como o trabalho e o serviço social, a educação é, também, concebida como uma prática social e, como tal, possui determinações históricas e sociais, visto que se insere no contexto das relações sociais, assumindo características específicas em momentos e realidades distintas. Como prática social, a educação se manifesta nos vários espaços da sociedade, estando articulada com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. (FRIGOTTO, 2003, p.21).

Segundo Sousa (2004), trabalho e educação são os dois vetores fundamentais na constituição do campo ocupacional e “assumem configurações históricas diferenciadas que só podem ser compreendidas se situadas e datadas” (SOUSA, 2004, p. 28). Assim é que, diante do propósito deste trabalho, torna-se necessário buscar compreender como se tem efetivado historicamente a relação entre trabalho e educação numa sociedade capitalista.

Na concepção de Kuenzer (2002), nas relações de produção se efetiva de forma implícita um projeto pedagógico que objetiva a formação de trabalhadores. É no e para o trabalho concreto que o trabalhador vem sendo educado. A necessidade de exploração pelo trabalho determina “o saber necessário e as formas convenientes que devem caracterizar o trabalhador no modo de produção capitalista”. É no processo de trabalho que se encontra o “fundamento da pedagogia do trabalho capitalista” (KUENZER, 2002, p.12). Daí buscar-se, no contexto do sistema de produção, o entendimento de como se viabiliza o processo de educação do trabalhador.

Isso significa que as formas de organização do trabalho estão relacionadas ao processo produtivo e sofrem determinações das relações de produção e, por conseguinte, são determinantes da qualificação necessária em

determinado momento e da forma como se define e se efetiva o processo de educação da força de trabalho.

Nogueira (1993) aponta que o processo de produção capitalista tem dupla determinação: é processo de trabalho, cujos produtos possuem valores de uso, e é processo de valorização do capital, o que se concretiza através da extração de um sobretrabalho, que tem como suporte o processo de trabalho. Nas sociedades capitalistas “o processo de valorização do capital tem primazia sobre o processo de trabalho” (NOGUEIRA, 1993, p.94).

Ainda segundo essa autora, no processo de produção artesanal, o trabalhador (artesão) detinha o controle do processo de produção como um todo. No processo de cooperação simples há uma perda parcial desse controle, mas as atividades sustentam-se ainda numa base artesanal. Na manufatura a divisão do trabalho fundamenta-se em dois princípios: o parcelamento do trabalho e a especialização do operário. Entretanto, apesar da perda da visão de conjunto e da separação entre trabalhadores qualificados e não qualificados e da hierarquização de trabalhadores, não ocorrem mudanças profundas na base técnica nem no instrumental de trabalho.

Porém, foi a introdução de máquinas no processo de produção que ocasionou profundas mudanças na base técnica da produção – a chamada “Revolução Industrial”, que se baseia na utilização de princípios mecânicos e insere-se no propósito de valorização do capital na produção de mais-valia, através do aumento da produtividade do trabalho.

No capitalismo, o trabalho assume a forma de mercadoria, visto que o trabalhador vende sua força de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência e é através da exploração do trabalho assalariado que se efetiva a geração de mais-valia. Assim, o aumento da produtividade sustenta-se no aumento da exploração da força de trabalho, consolidando a perda do controle do processo de trabalho e do processo de produção como um todo e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Para Marx, a introdução de máquinas na produção aumenta a separação entre o trabalho de concepção e o de execução (NOGUEIRA, 1993, p.98).

Essa divisão do trabalho produz uma mudança essencial em relação à qualificação do trabalhador: o artesão precisava de muito tempo para ter conhecimento aprofundado do processo de trabalho como um todo; com a divisão do trabalho, o trabalhador precisa conhecer apenas uma atividade específica, o que



reduz suas necessidades de qualificação. “Começa aí a história da desqualificação do trabalhador” (KUENZER, 2002, p.40). Em decorrência desse processo,

paralelamente a um pequeno número de funcionários altamente qualificados, que dominam todo o saber sobre o trabalho, se desenvolve uma imensa massa de operários desqualificados, que não dominam mais que o conhecimento relativo à sua tarefa parcial e esvaziada de significado pela simplificação do processo produtivo, cuja função é a eterna geração de mais-valia (KUENZER, 2002, p.47).

A divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, que se traduz na dicotomia entre teoria e prática, conduz à existência de dois tipos de ensino: um para transmitir a teoria, o saber científico sobre o trabalho e que é restrito a uma minoria; e outro destinado aos trabalhadores, que enfatiza o saber prático, preparando-os para tarefas de execução.

Essa dualidade dos processos educativos nas sociedades capitalistas está relacionada aos interesses antagônicos que caracterizam as relações entre as classes que as constituem e às condições para reprodução ou superação dessas relações, daí dizer-se que o campo educativo se configura como espaço de luta hegemônica, “na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classes” (FRIGOTTO, 2003, p.25).

Fundamentando-se em Gramsci, Mochcovitch (2001, p. 20) caracteriza a hegemonia como “o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade”. Isso porque a dominação econômica requer uma dominação político-ideológica que tem como principal agente o Estado. Essa dominação se dá através da repressão (pela força) e do consenso (dominação ideológica).

A educação tem um papel relevante na constituição da concepção de hegemonia desenvolvida por Gramsci<sup>6</sup>. Para esse estudioso, a superestrutura é formada pela sociedade política (o Estado propriamente dito) e pela sociedade civil. A sociedade política representa o momento de força e coerção, enquanto a sociedade civil constitui-se uma rede complexa de elementos ideológicos em função

---

<sup>6</sup> Ao referir-se à concepção de Gramsci a respeito da inserção da educação na luta hegemônica, deve-se levar em consideração que o mesmo, entre outros temas, dedicou-se à questão da educação numa perspectiva marxista e fez uma reelaboração do conceito marxiano de Estado, ampliando a concepção da superestrutura.

dos quais a classe dominante exerce sua direção intelectual e moral sobre a sociedade. É na sociedade civil que se dá a produção, difusão e reprodução das ideologias e onde se concretiza a luta pelo poder ideológico.

Para Gramsci, portanto, na sociedade civil, a classe dominante exerce sua hegemonia, mas é também onde se dá a luta pela construção de uma contra-hegemonia. Para a consolidação dos dois processos, a escola e a educação são colocadas como meios essenciais.

No entendimento de Nogueira (1993), Marx e Engels consideravam o acesso ao conhecimento técnico um aspecto fundamental no âmbito da luta de classes pela relação direta com a questão do poder no interior da fábrica.

São os conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção no seu todo que permitirão aos trabalhadores controlar esse processo – controle do qual foram historicamente expropriados. O que significa que o controle do saber dentro da fábrica constitui o ponto nevrálgico do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores (NOGUEIRA, 1993, p. 91).

Nessa concepção, a educação constitui-se importante arma na luta de classes, pois além do acesso ao saber, os trabalhadores devem buscar “controlar o processo de produção/reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos [...] a ideia de união do ensino com o trabalho é, antes de tudo, uma tese política” (NOGUEIRA, 1993, p. 91).

Partindo desse pressuposto, entende-se que a luta hegemônica estabelecida no campo educativo está relacionada à disputa pelo controle hegemônico do progresso técnico. Daí porque o interesse das classes dominantes em subordinar as práticas educativas e de formação profissional às leis do mercado, seja na perspectiva do adestramento/treinamento, conforme necessidade do taylorismo/fordismo, “cuja habilidade cognitiva fundamental é a memorização” (KUENZER, 2002, p.2), seja na perspectiva da polivalência e formação geral e abstrata, necessárias à acumulação flexível, pois essa subordinação tem assumido formas e conteúdos diversos, de acordo com o momento vivenciado pelo capitalismo.

Para Mézaros (1981, p. 260),

além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção não se perpetuam automaticamente.

Em contrapartida, a perspectiva da classe trabalhadora está relacionada ao desenvolvimento de potencialidades que permitam a apropriação do saber produzido socialmente e, a partir da possibilidade de melhor compreensão da realidade, conseguir impor seus interesses. A busca do consenso se dá através da difusão de uma concepção de mundo articulada aos interesses dos trabalhadores.

O embate se concretiza na luta para que esse progresso técnico seja colocado a serviço do atendimento das necessidades e interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, os processos educativos e de qualificação humana devem ser capazes de possibilitar o desenvolvimento das condições omnilaterais<sup>7</sup> do ser humano, ampliando sua capacidade de trabalho para satisfação dessas necessidades e da construção da sociedade. “O sujeito dos processos educativos aqui é o homem e suas múltiplas e históricas necessidades (materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas)” (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

Ao capitalismo interessa sistemas educacionais dualistas: “escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes” (FRIGOTTO, 2003, p. 34). Segundo esse autor, embora não tenham se dedicado especificamente à questão educacional, Marx e Engels criticam a perspectiva unilateral da subordinação da escola ao capital. Em suas obras aparece “uma concepção omnilateral de educação e de qualificação humana” (FRIGOTTO, 2003, p. 35).

Na concepção de Gramsci (apud MOCHCOVICH, 2001, p. 55), essa diferenciação contribui “para perpetuar as diferenças sociais”. Para ele, a função ideológica vai além da superestrutura, pois as práticas ideológicas estão organicamente relacionadas à produção econômica.

Constata-se por isso que existe uma relação orgânica entre o processo de produção e de trabalho e os processos educacionais ou de formação humana. Essa relação é caracterizada por interesses e concepções antagônicas que se manifestam na disputa pelo poder hegemônico nesse campo que, por sua vez, insere-se no contexto da luta de classes.

---

<sup>7</sup> Na perspectiva marxista, o desenvolvimento das condições omnilaterais objetiva o homem completo pelo trabalho produtivo e pela vida em sociedade, a produção unilateral, por sua vez, visa somente a preparação do homem para o trabalho alienado.

Nas sociedades capitalistas, historicamente, têm predominado sistemas de ensino com uma estrutura dualista e segmentada, ainda que assumam formas diferenciadas em momentos e realidades específicas. Entretanto, à luz da concepção gramsciana de educação, que enfatiza a possibilidade de transformação social, entende-se que a escola e os processos educacionais podem contribuir para “a elevação cultural das massas” (MOCHCOVICH, 2001, p.8). Dessa forma, o acesso ao saber científico e a apropriação do conhecimento podem contribuir para fortalecer os interesses e as lutas das classes populares.

Tal entendimento fundamenta-se na concepção do trabalho como “princípio educativo”, visto que é através dele, como direito (estabelecer um meio para garantir sua produção e reprodução) e dever (todos devem colaborar na produção), que os homens aprendem historicamente os mecanismos para produção e reprodução da sociedade.

Assim, o trabalho é criador da realidade humana, é a partir do que se constroem as relações e as sociedades, e, nesse contexto, a educação é “uma prática constituída e constituinte destas relações” (FRIGOTTO, 2003, p. 47).

É a partir da visão do trabalho, como criador da realidade humana, que Marx e Engels “postulam a união do trabalho manual, industrial, produtivo, com o trabalho intelectual” (FRIGOTTO, 2003, p. 32). Daí a crença na possibilidade de superação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e, conseqüentemente, da dicotomia entre teoria e prática nos processos educativos, na perspectiva de construção da hegemonia do trabalho, postulada por Gramsci. A qualificação humana, então,

diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

Nessa ótica, o trabalho está relacionado a todas as dimensões da vida humana e permeia toda sua existência, entretanto assume formas históricas que variam no tempo e no espaço. Assim, é necessário destacar “a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades” (FRIGOTTO, 2010, p. 60).

Entende-se, portanto, que as mudanças que estão ocorrendo na economia, em nível mundial, e que configuram um novo momento no desenvolvimento do capitalismo, repercutem em todas as áreas da vida humana e colocam novas demandas em relação às práticas educacionais na atualidade. Compreender essas demandas requer uma reflexão a respeito de tais mudanças.

As mudanças no mundo do trabalho passam a exigir um novo tipo de trabalhador. A flexibilização instaurada pelo modelo japonês requer trabalhadores com múltipla qualificação e que sejam habilidosos na condução técnica e gerencial do seu trabalho, passando a ideia de uma aparente autonomia no processo de trabalho. Mas, segundo Angeli (2008), essa forma de organização do trabalho possui uma hierarquia e autoridade mais invisível e mais efetiva.

O modelo de acumulação flexível caracteriza-se então pela flexibilidade dos processos de trabalho, o que requer novas formas de disciplinamento da força de trabalho através do desenvolvimento de subjetividades que atendam às novas exigências da produção e da vida social. Nesse sentido, “à educação cabe assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com eles, através do desenvolvimento de competências que permitam aprender ao longo da vida, categoria central na pedagogia da acumulação flexível” (KUENZER, 2007), visto que o trabalhador transitará por inúmeras ocupações e oportunidades de educação profissional, pois nesse novo modelo a venda da força de trabalho assume múltiplas formas de materialização.

Para atender às exigências da nova configuração do processo produtivo precisa-se de profissionais polivalentes, o que será possibilitado por uma educação de caráter mais geral que lhe dê capacidade de raciocínio lógico, pensamento abstrato, análise de problemas e tomada de decisão, trabalho em equipe, autonomia, iniciativa e responsabilidade pela empresa, o que cria a ilusão de participação na gestão empresarial. Um trabalhador com essas características requer uma educação mais geral e, além de capacidade técnica, ele deve ter novos comportamentos e atitudes.

Sabe-se que, historicamente, no desenvolvimento das sociedades capitalistas, a ideologia cumpre importante papel no sentido de mascarar os antagonismos de classe através da naturalização das desigualdades. Sabe-se, também, que a educação tem sido utilizada como suporte ideológico dessa dissimulação. O ideário neoliberal, que sustenta ideologicamente a

globalização/internacionalização da economia, visa mascarar as contradições inerentes ao modelo de acumulação flexível. Daí porque é necessário procurar entender como a produção e a reestruturação produtiva influenciam a educação profissional que, no atual contexto, é vista como forma de desenvolver habilidades e usar as inovações tecnológicas.

Ressalta-se que essa nova realidade requer um trabalhador cujas capacidades intelectuais permitam sua adaptação ao modo de produção flexível. Segundo Kuenzer (2002, p.3), se todos tivessem acesso a esse tipo de formação “mudaria radicalmente o eixo da formação de trabalhadores”, entretanto, a grande maioria fica alijada desse processo, o que contribui para o crescimento da exclusão e para a divisão da classe trabalhadora.

### **3. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS MEDIAÇÕES QUE CONFIGURAM O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Na perspectiva teórico-metodológica que norteia este estudo a busca do conhecimento acontece através de aproximações sucessivas do objeto que se pretende investigar e leva em consideração o processo histórico de constituição desse objeto, bem como a dinâmica da realidade na qual está inserido. Nesse sentido, a apreensão e análise das particularidades do trabalho do assistente social em uma determinada área de atuação, devem atentar para o projeto profissional que tem orientado as ações, bem como as mediações que influem na configuração do modo como essas se efetivam.

Assim sendo, neste capítulo fazem-se algumas considerações a respeito da categoria mediação em Marx que, além de ser fundamental para a compreensão e utilização do materialismo histórico-dialético, é uma categoria marcante na literatura do Serviço Social e para entendimento do projeto e do exercício profissional. Em seguida, pontuam-se alguns elementos importantes para compreensão do significado da categoria mediação para o Serviço Social, assim como do processo de construção do Projeto Ético-Político da profissão.

#### **3.1 Considerações a respeito da categoria mediação em Marx**

Conforme referido neste estudo, a concepção dialética de Marx, ao buscar conhecer os processos históricos que estruturam a sociedade, permite uma visão mais ampla da realidade que se busca investigar. Entretanto, é relevante considerar que há uma forte influência do pensamento de Hegel na construção teórico-metodológica marxiana, daí buscar-se referência nesse autor.

A totalidade, a negatividade e a mediação compõem o principal eixo categorial da dialética hegeliana. A totalidade é concebida como “todo idêntico a si mesmo, como a síntese da unidade e da negatividade [...] onde se reafirma em sua identidade após negar-se a si mesmo” (HEGEL, 1987).

A busca da verdade, contida na totalidade, acontece através de um movimento dialético entre totalidades menores em permanente articulação e que se influenciam mutuamente, considera a historicidade do ser social. A percepção da

processualidade histórica dessa busca do conhecimento representa um avanço metodológico.

A negatividade é considerada por Hegel como inerente à totalidade e responsável pelo movimento dialético que a caracteriza. Cada objeto é contraditório e traz em si o gérmen de sua destruição. É a negação da imediatez que impulsiona o movimento de superação do estabelecido, a busca do conhecimento e a construção de um novo ser, o alcance da totalidade.

Sendo a totalidade constituída por totalidades parciais em articulação dinâmica e recíproca e dessas com o todo, a mediação é responsável por essa articulação, pelo movimento dialético inerente ao processo de negação e superação do imediato na busca do conhecimento real. “Tudo o que existe seja na natureza, seja na sociedade é fruto de mediações” (LUKÁCS, 1979, p.89).

Desse modo, ao se pretender investigar acerca do exercício profissional do assistente social, no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como referência o Projeto Ético Político da Profissão, considera-se relevante aprofundar o conhecimento a respeito da categoria mediação na concepção marxiana no intuito de obter uma melhor compreensão da realidade. A escolha dessa categoria se deve a dois fatores: se tudo que existe é fruto de mediações, o objeto deste estudo também o é, portanto, a compreensão das mesmas é o que vai possibilitar uma aproximação que melhor retrate a realidade. Outro fator é que essa é uma categoria muito presente na literatura e no cotidiano do exercício profissional, pois tem sido fundamental no processo de compreensão da profissão a partir de suas determinações sócio-históricas.

De acordo com Netto, na concepção de Marx a prática social aparece como critério de verdade, pois a teoria é “a reprodução ideal do movimento real” (NETTO, 1997, p. 78). Postulando o primado da economia na produção da vida social, reconhece as categorias econômicas como determinantes do ser social e o trabalho como a principal mediação entre o homem e a natureza na produção da sociedade, pois, para Marx, o trabalho é mediador entre o homem e a natureza.

De acordo com Bottomore, a “mediação é uma categoria central do pensamento marxista”, cujo sentido literal diz respeito ao “estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário” (BOTTOMORE, 2001, p. 363).

Na relação sujeito-objeto, o método marxiano, além de buscar a origem e os processos históricos que os constituíram, busca também compreender a



participação desses em tais processos. Daí dizer-se que o método é dialético e histórico. Por outro lado, é também estrutural, pois busca compreender as particularidades que o objeto assume em determinado momento e realidade e na dinâmica de suas relações (através das mediações) com a totalidade. Um mesmo fenômeno, num mesmo processo histórico, tem sua estrutura e suas funções alteradas em condições históricas diferentes.

Segundo Pontes (2010), as categorias, para efeito do processo de conhecimento, são de duas naturezas: ontológicas e reflexivas. As ontológicas “são recriadas pela razão a partir do real” (PONTES, 2010, p.67), isto é, são expressões da forma de ser social de uma dada realidade, a partir da qual busca entendê-lo. As reflexivas são criadas pela razão a partir, principalmente, do imediato, e são utilizadas no processo de conhecimento do real.

Nessa concepção, do ponto de vista histórico, as categorias podem ser simples, quando possuem um quadro de determinações restrito e baixa complexidade; ou complexas (concretas), quando expressam relações sociais mais amplas e possuem grande complexidade e em cuja dinâmica inclui categorias mais simples. Nas palavras de Marx,

as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto menos desenvolvido tem podido realizar sem haver estabelecido ainda a relação mais complexa, que se acha expressa mentalmente na categoria concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada (MARX, 2008, p.260).

Para Lukács (1981), a perspectiva de totalidade é o grande diferencial da proposta teórico-metodológica de Marx, é o que a distingue. Sendo constituída a partir do real, a totalidade é uma categoria concreta, portanto, ontológica. É composta por elementos diferentes que formam uma unidade, pois possuem uma relação orgânica, na qual se influenciam mutuamente, formando um todo orgânico.

Existem totalidades mais e menos abrangentes, sendo que as de menor abrangência estão inseridas na totalidade mais ampla, assim, a totalidade não é apenas a soma das partes que a constituem, é rica em determinações e caracterizada por relações complexas. A abrangência está relacionada ao “nível de generalização do pensamento e dos objetivos concretos dos homens em cada situação dada” (KONDER, 2008, p. 1). Na verdade, faz parte de um processo de totalização que se busca conhecer, mas que não se consegue alcançar em sua plenitude e nem de forma definitiva, visto que está em constante movimento.

Como se viu, a busca da verdade é a busca da totalidade, cujas partes são também todos complexos e contraditórios, que embora façam parte da totalidade mais ampla e complexa, não perdem seu caráter de parte/elemento. Pensando desse modo, a totalidade se refere, então, à união dos complexos sociais que a constituem. “É um complexo constituído de complexos” (NETTO, 1997, p. 81).

No processo de busca do conhecimento, o concreto não é apreendido no plano da imediatez, mas como resultado de um complexo movimento da razão. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida” (MARX, 2008, p.258). Na busca do conhecimento da totalidade concreta, essa é concebida como

uma concreção do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p.259).

Entende-se, então, que a reflexão teórica reproduz ao nível do pensamento, o concreto, como “concreto pensado”, indo além de sua primeira percepção.

Conforme visto em Marx, não é a razão que cria o real, apenas o reproduz através das categorias abstraídas do real. “O todo, tal como aparece no cérebro [...] é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer [...]” (MARX, 2008, p.259). Reafirma-se que na perspectiva do método dialético, a busca do conhecimento se dá através de aproximações sucessivas do real, visando a melhor percepção possível da essência da realidade investigada.

A esse respeito, Netto coloca que na relação sujeito-objeto, o objeto é produzido pelos homens. Embora esteja além da representação feita pelos homens, não é um objeto natural. A percepção da aparência não requer nenhuma pesquisa, está evidente e basta constatar-la. Desse modo, a aparência “tanto revela quanto oculta a essência” (NETTO, 1997, p. 81). Entende-se que a revelação da essência ocorrerá quando a aparência for o ponto de partida para ir além; quando a aparência for o bastante, a essência permanecerá oculta.

Nesse processo, é preciso ter cuidado para que a referência teórico-metodológica não limite a apreensão do objeto. Ao contrário, essa referência deve ser utilizada na perspectiva de tornar esse objeto o mais acessível possível ao sujeito.

É certo que “a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela” (KONDER, 2008, p. 1), que “os fenômenos são sempre mais ricos que as leis teóricas [...]. A razão está sempre atrás da realidade, ela não esgota nunca a realidade” (NETTO, 1997, p.81). Ou seja, é sempre maior do que as sínteses que conseguimos fazer, mas se quisermos entender melhor a realidade em que vivemos, temos que buscar essas sínteses, que é o que nos dá uma visão de conjunto da estrutura significativa da realidade, entendida essa como totalidade.

Outra categoria importante na conformação da dialética marxista, entendida como presente em qualquer processo social, é a negatividade e está relacionada à contradição inerente ao ser social. Segundo Marx, “cada qual é exatamente o seu contrário” (MARX, 2008, p. 247). É a categoria responsável pelo movimento, pela dinamicidade que caracteriza a totalidade e impulsiona a constante transformação da sociedade, pois a negação estimula a superação e a mudança do que é negado. Através da negação sente-se a necessidade de busca de um novo ser.

Outro aspecto a ser destacado é a existência de uma legalidade que proporciona uma unidade à diversidade que caracteriza a totalidade. Essas leis são inerentes ao ser social e estão relacionadas aos processos históricos que o constituem, ou seja, atendem as necessidades de uma determinada época. Na concepção marxiana, no desenvolvimento das forças produtivas ocorre a transformação das relações sociais, assim como das leis que a regulam. “Cada forma de produção cria suas relações de direito, suas formas de governo próprias” (MARX, 2008, p. 243). Abordando essa questão, Pontes menciona que “as leis inerentes ao ser social são leis históricas, decorrentes das necessidades e conexões internas dos fenômenos, dos fatos e dos processos sociais, por isso são tendenciais” (PONTES, 2010, p.76).

Como vimos até então, na concepção de Marx, a realidade social é um todo articulado e permeado por contradições. A contribuição de Engels faz da dialética o método do materialismo, cuja utilização se dá no processo do movimento histórico da realidade e compreende a natureza como um todo onde os fenômenos

estão em constante e recíproca articulação. Estando sempre em movimento, está em permanente processo de mudança, processo esse que é permeado por contradições (BRAGA, 2004).

Nesse contexto, a mediação se manifesta como uma categoria que compõe o ser social, faz parte da dinâmica das relações sociais e, assim como essas, é historicamente construída. Os homens se relacionam enquanto classes sociais, e nessa relação, segundo Netto (1997) “o sujeito está autoimplicado no objeto”. É uma relação de unidade e a mediação demonstra que as relações estabelecidas são mediadas pela estrutura da totalidade, daí a centralidade da categoria mediação.

Segundo Pontes (2010), em relação a categoria mediação, Hegel reconheceu sua importância fundamental nos processos históricos e que o homem “é resultado de sua automeiação com a natureza”, negando-a como categoria acidental, entretanto manteve-se no plano da lógica. Para Marx, as mediações são expressões históricas das relações dos homens com a natureza e deles entre si, nas diferentes formações históricas. Sendo uma categoria que compõe o ser social, a mediação faz parte de sua estrutura, portanto, é ontológica. Mas também se constitui numa construção elaborada pela razão para “possibilitar a apreensão do movimento do objeto” (PONTES, 2010, p. 81).

Essa compreensão é também compartilhada por Cavalli (2014) e Braga (2004). Cavalli reforça sua centralidade como categoria dialética e a importância de suas dimensões ontológica e reflexiva no processo de conhecimento do objeto. Segundo Braga “estrutura o ser independentemente da razão, portanto, é ontológica; e como constructo da razão, se apropria do movimento do ser social” (BRAGA, 2004, p. 5).

Buscando-se essa compreensão a partir da obra de Marx, toma-se como exemplo a análise que faz sobre a relação entre a produção e o consumo. Ambos fazem parte do processo de produção, isto é, compõem a estrutura desse processo e como tal possuem características específicas. Entretanto, examinando de forma mais aprofundada essa relação, afirma que

ambos aparecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime dizendo que sua interdependência é um movimento pelo qual se relacionam entre si e se apresentam como reciprocamente indispensáveis; mas permanecem, entretanto, externos entre si. [...] cada um, ao realizar-se, cria o outro, realiza-se no outro (MARX, 2008, p.249).

No estudo dessa relação percebe-se que a forma de produção influencia na forma de consumo, inclusive na criação de necessidades de consumo, assim como o consumo também interfere em mudanças ao nível da produção. Assim, a investigação das mediações que perpassam esses complexos e sua relação orgânica possibilitam maiores fundamentos para apreensão do processo de produção como um todo.

Nesse sentido, para Mézáros (2004, p. 103), as mediações “só podem ser formuladas em relação aos sujeitos sociais reais e às suas situações históricas concretas”. Como vimos, Lukács afirma que nenhum objeto pode existir que “[...] não seja mediato, não seja resultado de mediações. Deste ponto de vista a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito” (LUKÁCS, 1979, p.90).

Sendo através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza, entende-se que essa relação é mediatizada pelo trabalho, o que faz da atividade produtiva mediação fundante do ser social. Para Meszáros, com base em Marx, a atividade produtiva é o mediador da relação sujeito-objeto, entre o homem e a natureza. Uma mediação que leva à produção das condições de existência humana (MÉSZÁROS, 2004, p. 270).

Mészáros identifica na obra de Marx mediações de primeira e de segunda ordem. Em sua percepção, a mediação de primeira ordem é aquela através da qual o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens no processo de transformação da natureza e de construção da sociedade: o trabalho. O dinheiro, a troca e a propriedade privada são mediações de segunda ordem.

As mediações de segunda ordem do capital – ou seja, os meios alienados de produção e suas “personificações”; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõe-se, na própria realidade, à produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles. [...] Elas produzem realmente uma inversão completa da verdadeira relação, resultando em que a ordem primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar, trazendo consequências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência da humanidade [...] (MÉSZÁROS, 2011, P.71).

A compreensão do significado da categoria mediação passa pela concepção de totalidade, que como vimos, configura-se como um todo complexo e contraditório que, constituído por outros complexos com os quais mantém uma relação orgânica, possui um movimento processual e dinâmico.

Nesse contexto, a mediação é responsável pelo dinamismo e pelas relações que ocorrem no interior de cada totalidade, bem como pelas articulações dinâmicas e contraditórias entre elas. Essa categoria possui importância fundamental no método dialético, pois é também responsável pelo movimento que o caracteriza. É o que viabiliza o processo dialético aparência-essência. Se a busca da essência se dá através de aproximações sucessivas do real “a apreensão da essência corresponde à captura das mediações” (PONTES, 2010, p. 84). A mediação possibilita a construção e reconstrução do objeto. É através da mediação que se dá o desvelamento da aparência. Mas o real está sempre à frente, o que significa que a verdadeira realidade nunca será desvendada em sua plenitude, mas uma aproximação é possível.

O conhecimento é um processo dialético através do qual busca identificar “as contradições concretas e as mediações específicas” (KONDER, 2008, p.2) que configuram cada totalidade. Reforçando esse entendimento, Mézaros postula que “a ciência que possuímos não é uma entidade atemporal que opera segundo seu próprio conjunto de regras ‘imanente’, mas a ciência de uma ordem social historicamente específica” (MÉSZÁROS, 2004, p. 270).

Como vimos, na perspectiva marxista, a mediação é considerada categoria central da prática que, sendo ontológica e reflexiva, se processa segundo o método dialético. O campo das mediações é complexo e determinado, o que significa que é permeado por contradições e situado no tempo e no espaço. Analisando essa categoria, Vergara (2014, p. 6) identifica que é constituída por três elementos: movimento, contradição e superação, que estabelecem uma relação de negação na perspectiva de superação do que está estabelecido como verdade, ou do que é considerado como verdade na sua aparência imediata. “Superar o imediato é uma ação da mediação, que é uma ação qualitativa, dentro de uma contradição” (VERGARA, 2014, p. 6). A contradição se concretiza na relação com o todo, e se há superação é porque houve a negação de algo, a mediação penetra no cerne da questão buscando a essência. Nesse processo vai desmistificando o que é dado como verdade na imediatez do ser.

Com base em Hegel, Konder coloca que

para que o conhecimento avance [...] o descobrimento da realidade se aprofunde [...] para nós podermos ir além das aparências e penetrar na essência dos fenômenos – precisamos realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata, como também e, sobretudo, a dimensão mediata delas” (KONDER, 2008, p.2).

Assim, na relação sujeito-objeto há sempre uma dimensão imediata, relacionada ao modo como o objeto é percebido na sua aparência imediata, e uma dimensão mediata, que vai se construindo e/ou reconstruindo ao se buscar a essência desse objeto, constituída por tudo que contribui para que esse objeto exista como tal. No processo de construção do objeto, esse passa por uma série de mediações, ou seja, sofre influências de outros fatos e ações humanas.

Embora a realidade social seja compreendida como uma totalidade histórica, na qual e com a qual coexistem em relação orgânica outras totalidades, o caráter contraditório e a dinamicidade que permeiam essas relações fundamentam o entendimento de que os fenômenos não ocorrem da mesma forma em momentos e contextos diversos, ou seja, as leis sociais se manifestam de forma diferenciada nos diversos complexos que constituem a totalidade social. Essa manifestação diversa é o que se entende como particularidade, que, sendo um campo de mediações, tem papel central na dinâmica do conhecimento.

Para Netto, a dialética da tríade universalidade-particularidade-singularidade “se expressa na realidade cotidiana de cada ser social”. A singularidade é o plano da imediatez, a expressão dos objetos “em si”, onde “as categorias emergem despidas de determinações históricas”. Para ultrapassar esse nível é necessário “buscar a legalidade de cada processo social” por meio da apreensão de suas determinações “onto-genéticas”, de captação das mediações com a totalidade (NETTO, 1997, p.85).

Na universalidade estão as amplas determinações de uma formação histórica. “A legalidade social é a expressão da universalidade do processo” (NETTO, 1997, p.86). Existe uma articulação ontológica entre universalidade, particularidade e singularidade. As mediações fazem a articulação entre essas instâncias da totalidade.

O particular representa a mediação entre os homens singulares e a sociedade. A particularidade é um campo de mediações, no qual o universal se singulariza e a imediatez do singular se universaliza. Nesse sentido, o indivíduo expressa “na sua particularidade o modo genérico da vida humana [...], a sociedade, na sua dinâmica, exprime em essência o modo geral da vida individual” (PONTES, 2010, p. 86).

As mediações assumem função “articuladora entre os complexos e instâncias diferentes da sociedade”. Não é apenas o ato de mediar conflitos,

garantem a possibilidade de síntese de múltiplas determinações (NETTO, 1997, p. 87).

É ainda Cavalli (Acesso em 2014) que ressalta que a categoria mediação permite compreensão dos fenômenos como parte de uma totalidade, onde sofrem influências de toda a ordem. Para melhor compreendê-la deve-se buscar entender a relação entre singularidade, universalidade e particularidade.

Nesse sentido, explicita que a **singularidade** constitui o campo do aparente, das questões isoladas, fragmentadas, sem relação com o contexto; a **universalidade** refere-se à realidade além do aparente, da singularidade. É “o campo das determinações universais” (CAVALLI, 2014), um contexto onde as diversas relações e ações interferem nos fenômenos ou problemas. Nesse campo busca-se superar a aparência imediata dos fenômenos, buscando a compreensão da sua essência a partir de sua contextualização na totalidade onde está inserido, na perspectiva de desvendar o que está por trás de aparente; na **particularidade** “o singular se universaliza e o universal se singulariza”. No processo de reflexão eleva-se o singular ao universal, que deve ser trazido de volta à realidade. Esse processo será mediado pela particularidade.

“Na particularidade fazemos a síntese da singularidade” (CAVALLI, 2014). Nesse movimento se dá a reconstrução do objeto, entendendo-se que apesar de ter um caráter de universalidade, o fenômeno se manifesta de forma diferente em contextos diversos, ou seja, tem sua particularidade.

### **3.2 O significado da categoria mediação para o Serviço Social e o processo de construção do Projeto Ético-Político da profissão**

A incorporação da categoria mediação pelo Serviço Social teve importância fundamental para superação dos equívocos cometidos nas primeiras aproximações da profissão com a teoria social de Marx<sup>8</sup>, que fundamentou o movimento de “recusa e crítica ao conservadorismo profissional” (NETTO, 1999, p. 9). Esse movimento culminou na construção do Projeto Ético-Político da profissão.

---

<sup>8</sup> Um dos principais equívocos foi a negação das instituições como espaços de trabalho da categoria. Acreditavam não ser possível uma prática referenciada na teoria social de Marx no interior das mesmas, pois eram consideradas apenas como aparelhos ideológicos do Estado, o que ocasionou a saída das instituições.



Desse modo, neste item busca-se compreender o significado dessa categoria para o Serviço Social e desenvolver algumas reflexões a respeito do referido projeto profissional.

Para melhor compreensão desse projeto faz-se algumas considerações acerca do seu processo de construção, dos elementos que o constituem e dos dilemas e desafios vivenciados pela categoria para materialização do mesmo na atualidade, especialmente em relação a uma possível hegemonia conquistada entre os profissionais.

### 3.2.1 Compreendendo o significado da categoria mediação para o Serviço Social

Em sua obra “Mediação e Serviço Social”, Pontes (2010) faz um retrospecto do processo de incorporação da categoria mediação na perspectiva dialética no discurso acadêmico do Serviço Social, que segundo o mesmo, teve seu início quando as vanguardas intelectuais da categoria buscavam superar os equívocos cometidos na adoção do marxismo como referência teórica e metodológica.

Segundo esse autor, a busca de superação desses equívocos pautou-se no aprofundamento teórico-metodológico referenciado no pensamento marxista. Pontua que sob essa ótica, a abordagem ocorreu principalmente em três direções: a primeira delas priorizou a questão teórico-metodológica da profissão, enfatizando a discussão do método dialético marxiano a partir de obras do próprio Marx e também de Gramsci, Lukács e Goldman; a segunda propôs e empreendeu o resgate da historicidade e contextualização da profissão no âmbito das relações sociais no Brasil, tendo como maior expoente a obra de Yamamoto e Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, em 1982; e a terceira direção centra a análise na inserção do Serviço Social nas políticas sociais do Estado Capitalista e questões decorrentes dessa inserção, destacando a assistência social como o espaço privilegiado de atuação do assistente social e a retomada da instrumentalização técnica e das práticas do Serviço Social (PONTES, 2010, pp. 92, 93, 94).

É no bojo dessas discussões que emerge a necessidade de recorrer à categoria mediação para análise e compreensão da profissão e essas três direções convergem para esse ponto. Ainda segundo Pontes (2010, p. 95), a introdução

dessa categoria no discurso profissional ocorre através da análise política, o contexto social e histórico da realidade social teve grande influência nos debates que motivaram os processos de mudança desencadeados na profissão e ao buscar entendê-la a partir de suas determinações sociais e históricas, coloca-se a necessidade de “resgatar as mediações ontológicas que estruturam e articulam a profissão à sociedade” (PONTES, 2010, p. 95). Ressalta também que as abordagens de cunho metodológico da referida categoria tiveram impulso no final da década de 1980.

Conforme já mencionado, o início da apropriação da teoria social crítica como referência teórico-metodológica originou alguns equívocos importantes no seio da profissão. Na produção científica do Serviço Social predominavam visões como

- o Serviço Social progressista, comprometido com as classes trabalhadoras, deve dar-se fora das instituições públicas, pois essas se constituem em aparelhos ideológicos do estado burguês; - o assistente social, pela prática que desenvolve próximo aos segmentos populares pauperizados, excluídos e explorados, deve constituir-se um agente de transformação social; - o Serviço Social nas instituições públicas, onde se situa majoritariamente a prática do assistente social, é um espaço monolítico, porque as práticas desenvolvidas não conquistam espaço para o projeto das classes populares, mas apenas e, tão somente, a reprodução da ideologia dominante. Portanto, o assistente social comprometido com as lutas populares deve buscar o espaço dos Movimentos Sociais Urbanos e Rurais, espaço privilegiado onde se constroi a ideologia da classe dominada (PONTES, 2010, pp. 157, 158).

Entre os autores que se dedicaram ao estudo dessa categoria ou que a utilizaram como referência (explícita ou implícita) para análise no discurso acadêmico do Serviço Social, destacam-se Vicente de Paula Faleiros, José Paulo Netto e Marilda Villela lamamoto, bem como o já mencionado Reinaldo Pontes.

Com base no estudo de Pontes (2010), fica evidenciado que a referida categoria teve diferentes abordagens por esses intelectuais. Ainda na década de 1970, Faleiros a utilizou no sentido de instância institucional ou como instituição, ideia endossada na obra “Saber Profissional e Poder Institucional”, na década de 1980, na qual há uma ênfase ao papel mediador das instituições, concebendo-as como um espaço de confrontos e contradições:

[...] este conflito que existe nas instituições nos mostra que elas são lugares de conflito, são lugares de luta, são lugares em que as forças se enfrentam e é neste sentido que nós podemos entender o *processo de mediação*. [...] As instituições são relações de forças. [...] A mediação se torna possível porque as forças sociais se enfrentam no cotidiano e de forma muito complexa (FALEIROS, 2011, P. 67).

Esse autor destaca também os condicionantes contextuais e institucionais da prática do assistente social como mediações que influenciam nas possibilidades e limites dessa prática. Concebe que o próprio assistente social, como executor de políticas sociais, se constitui uma mediação entre o processo de produção em si e a reprodução do trabalhador em função dessa produção, exprimindo um sentido de intermediação para essa categoria. Nessa perspectiva, ressalta que

a reflexão sobre esse processo de acumulação levou a considerar o Serviço Social como uma forma de reprodução do capital através da reprodução da força de trabalho. As condições sociais em que se repõem as energias do trabalhador foram vistas como formas de manter e acelerar o processo de acumulação (FALEIROS, 2011, p. [21]).

Com o contexto histórico do final dos anos de 1970 e da década de 1980, caracterizado pela efervescência dos movimentos sociais, o autor levanta a questão do surgimento de *novas mediações*, evidenciando a percepção dos produtos da atuação do assistente social como mediações que podem contribuir para reforçar o processo de acumulação e a dominação de classe, mas que também podem contribuir para o “fortalecimento das organizações populares” (FALEIROS, 2011, p. 26). Em outro momento, ressalta que

é nas relações de poder que o saber tem condições e limites de ser mediador. [...] É possível uma forma alternativa, é possível desenvolver o modelo da mediação, é possível ocupar espaço político, é possível tratar as pessoas não como súditos e clientela, mas como cidadãos (FALEIROS, 2011, p. 69).

Identifica também os movimentos sociais como novas mediações no âmbito das correlações de forças no contexto institucional e em razão das políticas sociais: “As organizações populares que vêm se desenvolvendo para reagir às políticas sociais colocam em questão não só essas políticas a curto prazo, mas seu processo de transformação a longo prazo” (FALEIROS, 2011, p. 25).

Outro destaque a fazer sobre esse autor é que em determinado momento concebe a mediação como categoria de análise, mas também como algo que pode possibilitar a transformação social. Ou seja, ao assumir a mediação na perspectiva marxista, parte da concepção de *práxis*, que considera a unidade entre teoria e prática. Segundo ele, “as mediações são construções que permitem a análise complexa de situações concretas, e não a sua simples interpretação abstrata isolada. A transformação social é um processo de mediações complexas [...]” (FALEIROS, 2011, p. 94).

Na obra “Política Social do Estado Capitalista – As funções da Previdência e Assistência Sociais”, Faleiros utiliza categoria mediação para desnudar as funções exercidas pelas políticas sociais setoriais no processo de reprodução da força de trabalho, necessária à acumulação capitalista.

Como já foi evidenciado neste estudo, outro autor de grande destaque na literatura do Serviço Social e que trabalha com a categoria mediação é José Paulo Netto, sendo um dos mais importantes expoentes marxistas do Serviço Social desde o Movimento de Reconceituação, dedicando-se, inclusive, ao estudo do método marxiano. Segundo Pontes, um curso ministrado por Netto na PUC-SP, em 1984, é considerado “um marco à introdução da discussão da mediação no Serviço Social” (PONTES, 2010, p. 121), cujas ideias foram sistematizadas na obra “Cotidiano: conhecimento e crítica”, publicada em 1987 em coautoria com Falcão. Netto é um dos autores que mais produzem no Serviço Social e em algumas produções tratou a respeito da referida categoria.

Fundamentando-se na obra de Marx e também em Lukács, Netto concebe o Serviço Social situado numa realidade complexa e contraditória, estando sujeito aos processos de mediação que fazem parte de uma determinada totalidade. Foi apoiado na categoria mediação que desenvolveu suas reflexões sobre o Serviço Social e contribuiu para a superação da visão determinista que via o Serviço Social apenas a serviço dos interesses dominantes e que acreditava que a “saída das instituições” era a única alternativa para o Serviço Social crítico. Isso fica evidente quando fala da

emergência de um novo perfil de profissional e capaz de ampliar significativamente o espaço institucional do Serviço Social [...]. Estamos em face de um agente profissional de novo tipo, com óbvia formação teórica, que se dispõe à intervenção institucional, com clara consciência de seus limites (NETTO, 1981, p. 73).

Como já foi mencionado neste estudo, Netto também entende a mediação como categoria reflexiva e ontológica. Sua fundamentação diretamente na obra de Marx, assim como em Lukács e também em Hegel, em cuja fonte Marx também bebeu na concepção do seu *materialismo histórico dialético*, contribuiu para uma profunda compreensão desse método, ampliando as possibilidades de ampliação dessa categoria. Apesar do colapso do *socialismo real*, que colocou em xeque o método marxiano no âmbito das ciências sociais, Netto fez a seguinte afirmação:

Considero pues, ao contrario de gran parte de la intelectualidade de izquierda (que incluso, tanto en el plano teórico cuanto en el plano político,

viene dando pruebas de una espantosa capitulación ante la ofensiva ideológica del capital), que el método de Marx – y no sus groseras simplificaciones, bajo las cuales él frecuentemente fue presentado también em América Latina – permanece sendo la *base* crítico-analítica insuperable para la comprensión del orden burgués, inclusive y especialmente en su fase contemporánea (NETTO, 2002, p. 25).

Ao aprofundar-se no estudo do método marxiano, Netto reconhece a importância da categoria mediação no desvendamento dos fatos. Esse entendimento é bastante evidenciado em suas obras, quando fica claro que busca compreender o Serviço Social considerando as mediações presentes na totalidade social na qual se insere, a partir de suas determinações sócio-históricas. Como exemplo disso podemos citar suas obras *Capitalismo Monopolista e Serviço Social e Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, que constituem a primeira e a segunda parte de sua Tese de doutoramento. Na primeira, ao se referir ao ingresso do capitalismo na fase imperialista, afirma que a objetivação das possibilidades de desenvolvimento “tornan más amplios y complicados los sistemas de mediación que garantizan su dinámica” (NETTO, 2002, p. 8). Ao apresentar a segunda obra citada, o autor coloca que

A renovação aparece aqui, pois, como uma *respuesta* construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entretecem na interação profissionalidade/sociedade. Dado o privilégio do enfoque sobre o nível de *formulação* do processo de renovação, o sistema de mediações determinante entre profissionalidade e sociedade que se me impôs na análise foi o do *horizonte sociocultural* em cujo âmbito se constituíram (ou se inscreveram) as referências ideais (teóricas e ideológicas) que alimentaram os esforços da elaboração formal-abstrata dos assistentes sociais.

Por isso mesmo, o primeiro capítulo aborda o conjunto de transformações econômico-sociais e políticas próprias do ciclo autocrático burguês, realçando seus rebatimentos na vida cultural brasileira; o segundo, focando o Serviço Social no contexto daquelas transformações, busca identificar as linhas de forças presentes na elaboração mais representativa dos assistentes sociais que se lançaram à empresa itinerante (NETTO, 2015, p. 14).

A publicação da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, em 1982, é considerada um marco no processo de superação das distorções que marcaram o início do Movimento de Reconceitualização e protagonista da introdução do pensamento marxiano na produção do conhecimento do Serviço Social. Além disso, mesmo implicitamente, é um “caso exemplar” de utilização da categoria mediação, conseguindo apreender

as mediações ontológicas que tensionam o tecido das relações sociais capitalistas, onde se amarram as balizas da profissão [...]. A autora desentranha da rede de mediações, que dá movimento à profissão na sociedade, mediações fundamentais para a compreensão da inserção da profissão na ordem burguesa, tais como: - a mediação do processo de reprodução social no seu entrecruzamento com as políticas sociais do Estado, em face dos interesses contraditórios das classes sociais (PONTES, 2010, p. 159).

Ao fazer isso, conseguiu compreender o caráter contraditório da profissão, para isso partiu do entendimento de que o Serviço Social enquanto profissão faz parte de uma totalidade social e que, portanto, vivencia e está sujeito às influências das relações contraditórias inerentes a essa. Na visão dos autores, o segundo capítulo

- O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais – orienta-se no sentido de situar a profissão na reprodução das classes sociais fundamentais, recuperando a orientação teórica supramencionada para apreender essa expressão particular do trabalho coletivo. Representa um intento de compreender o *significado social* dessa profissão (IAMAMOTO, 2014, p. 27).

Desse modo, entende-se que a compreensão desse significado passa pela apreensão das mediações presentes nessa totalidade. Ainda segundo esses autores,

a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano a vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. [...] a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc., como também na profissão (IAMAMOTO, 2014, p. 79).

Tal compreensão vem endossar que, embora não tenham tratado explicitamente a respeito da categoria mediação, esses autores a utilizaram metodologicamente para compreensão da profissão no contexto das relações sociais de produção na sociedade capitalista brasileira, tendo presente que “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas” (IAMAMOTO, 2014, p. 81).

O destaque a Reinaldo Pontes deve-se ao referido estudo que realizou, que tem como objeto de estudo “o papel teórico-metodológico da categoria mediação, enquanto objeto de investigação, para a compreensão mais profunda da profissão na sua inserção na sociedade burguesa” (PONTES, 2010, p. 166), e no

qual coloca a pretensão “de demonstrar a centralidade e a potencialidade heurística e interventiva que a clarificação da categoria mediação possibilita ao Serviço Social” (PONTES, 2010, p. 155). Para isso considerou o contexto histórico, as formas de uso, a coerência teórico-metodológica, as referências bibliográficas e os avanços e deficiências dos autores estudados.

No capítulo em que explicita sua concepção acerca da referida categoria reforça a proposta de uma abordagem de caráter teórico-metodológico, considerando-a como categoria reflexiva central do Serviço Social, fundamental para o seu entendimento enquanto uma profissão inserida numa determinada realidade social e na rede de mediações que a permeiam. Propõe-se a abordar também a dimensão operativa do Serviço Social sob a ótica da categoria mediação.

Para o autor, a compreensão histórica da profissão passa pela busca das mediações, que no plano metodológico significa “a captura das articulações e passagens vivas que se processavam entre as instâncias envolvidas na trama histórica” (PONTES, 2010, p. 161), como é o caso “da relação entre as instâncias técnico-profissional e político-institucional” (PONTES, 2010, p. 161).

É a captura das mediações históricas que permite compreender o significado histórico-concreto da profissão, que se dá a partir da apreensão de sua particularidade histórico-social, ou seja, do modo de ser da profissão em uma determinada totalidade social, obtido através do processo de análise-síntese do movimento que caracteriza esse modo de ser. Tal processo se efetiva pela conjugação entre a singularidade e a universalidade

Assim, a singularidade diz respeito ao fazer profissional cotidiano nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Esse fazer profissional está inserido numa totalidade e deve ser visto em relação com tudo que a compõe, estando sujeito às “leis sociais tendenciais e universais que regem a sociedade” (PONTES, 2010, p. 164), que lhe confere a dimensão da universalidade.

Desse modo, na construção da particularidade histórica da profissão ocorre “a necessidade de sua universalidade se singularizar e de sua singularidade se universalizar” (PONTES, 2010, p. 164). Paraphrasing Pontes (2010), nesse processo há uma recomposição do campo das mediações, que permite a síntese singularidade – universalidade da referida profissão, assim como o desvelamento dos seus determinantes sociais e históricos mais gerais e a apreensão “da articulação das instâncias e passagens” que instituem o seu *modo de ser*.

Como categoria reflexiva, no referido estudo realizado por esse autor foram apontadas algumas linhas comuns que predominaram na intencionalidade dos estudiosos cujas obras foram analisadas por ele e que demonstram a importância da categoria mediação na perspectiva marxista para o Serviço Social. Segundo esse, o recurso à mesma:

Objetivou uma reconstrução teórica da inserção social da profissão na sociedade; buscou a particularização do campo da intervenção profissional do assistente social nas Políticas Sociais do Estado; trabalhou no sentido de captar as mediações da área por excelência, que demanda a ação profissional dos assistentes sociais: a assistência social; ampliou a qualificação metodológica para a ação profissional no espaço sócio institucional na questão técnica do Serviço Social; buscou compreender e potencializar as possibilidades e limites da dimensão política da prática do assistente social (PONTES, 2010, p. 166).

Além da relevante contribuição na produção teórica do Serviço Social, a mediação é vista por Pontes (2010) também como uma categoria central da intervenção profissional. Como tal, está relacionada ao aporte metodológico e ao debate em torno dessa questão que tem marcado historicamente a profissão. Ao se pensar esse aspecto é imprescindível ter em mente que o campo de atuação do Serviço Social é um todo complexo e contraditório que faz parte de uma totalidade maior, na qual está em constante e dinâmica relação com outras totalidades, sendo mediatizado por elas.

Também no plano metodológico, deve ser considerada a dupla dimensão da categoria mediação: ontológica e reflexiva. Na sua dimensão ontológica (existe no ser social independente da razão) volta-se para capturar “a constituição histórica do campo da intervenção profissional [...]; a projeção da manifestação singular da profissão num plano de determinações universais e vice-versa; [...] a manifestação da legalidade social no plano da singularidade [...]” (PONTES, 2010, p. 175).

Considerando que as mediações ontológicas existem no ser independente do conhecimento da razão humana, é relevante ressaltar que mesmo que não tenham consciência das mesmas, a intervenção dos assistentes sociais é mediatizada por elas. Através da dimensão reflexiva há uma construção intelectual da referida categoria no intuito de conhecer o objeto, no caso, o Serviço Social, e orientar a atuação profissional no seu campo de intervenção. Tendo como referência a perspectiva de totalidade, entende-se que no seu campo de atuação, o assistente social lida cotidianamente com as expressões da questão social, cujas respostas do



Estado são efetivadas de forma fragmentada através de políticas sociais específicas. Assim, o profissional se vê diante de um

feixe de mediações moventes, que se tornam tanto mais complexas quanto maior a quantidade de determinações e de mediações desentranhadas do tecido social. O agente profissional, devido a sua peculiar inserção social, se coloca, na sua inespecificidade ancestral em contato com várias instâncias de políticas sociais, de programas sociais, de franjas institucionais ligadas tanto à sociedade civil organizada, quanto ao aparato institucional do Estado. Se está ligado à esfera privada do sistema produtivo capitalista, goza também da mesma propriedade de estar em “contato com uma vasta rede de mediações” (PONTES, 2010, p. 176).

Considerando tudo o que foi abordado até o momento este estudo está de acordo com o pensamento exposto por Pontes (2010, p. 179) de que o assistente social “*trabalha com e nas mediações*”. Tendo uma formação generalista e um campo de atuação bastante diversificado, o seu exercício profissional é influenciado também pelas mediações constituintes de determinada política, programa, instituição ou empresa onde estiver inserido. A captura dessas mediações é fundamental para que o profissional possa ter uma compreensão mais aproximada possível da realidade do seu espaço de atuação, conseguindo estabelecer a relação *singularidade - universalidade* e através dela compreender a *particularidade* do seu exercício profissional.

É a partir do estabelecimento dessa relação que se coloca a possibilidade de ir além da imediatividade posta no cotidiano institucional. Desse modo, um estudo que tem como objeto “o exercício profissional do Serviço Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira”, além da compreensão dos determinantes sócio-históricos da profissão, que são mediações de caráter mais geral no processo de constituição do Serviço Social, deve buscar compreender também as mediações estabelecidas pelas particularidades dessa Política, assim como outras mediações fundantes do espaço institucional, apresentadas por Pontes da seguinte forma:

- mediatização de política institucional (setorial) em face das políticas públicas de corte social;
- dimensionamento do campo de forças políticas, franjas de classes determinantes no arco de forças políticas;
- ponderação da capacidade técnica de influência e de ação propriamente dita, considerando a composição das unidades técnicas de ação;
- possibilidade de constituição de alianças amplas no arco de forças políticas envolvidas, voltadas à consolidação ou não de eixos das políticas em execução que apontem para a reprodução e reforçamento dos princípios progressistas para a educação-sócio política da população, dos agentes institucionais envolvidos;
- condições favoráveis de dimensionamento concreto dos instrumentais técnicos da profissão, sejam para ações de cunho mais amplo de direcionamento de vetores de políticas sociais,

orçamento de ação, planejamento social etc. ou para ações que se dirijam para ação individualizada, setorizada e grupalizada (PONTES, 2010, p. 181).

Diante do exposto, percebe-se que a ênfase ao estudo da categoria mediação como instrumento teórico-metodológico da profissão foi decorrente da necessidade de compreender melhor sua capacidade de contribuir para um exercício profissional mais coerente com os princípios do movimento de construção do projeto ético-político do Serviço Social, ou seja, como parte da busca de uma direção para a profissão. Ao possibilitar maior compreensão a respeito dos determinantes estruturais e conjunturais da profissão, pode contribuir também para uma reorganização da prática profissional tendo como parâmetro a direção apontada por esse projeto profissional.

Desse modo, é imbuído desse propósito que este estudo coloca a necessidade de aprofundamento das reflexões acerca dessa categoria. Não esquecendo que sob perspectiva dialética, repensar a intervenção profissional deve ter como objetivo maior a transformação de uma realidade concreta, vista como uma totalidade complexa e contraditória. Segundo Vergara,

A metodologia reconceituada do Serviço Social permite ao profissional identificar nas mediações o concreto e apreender a sua particularidade histórico-social, identificando determinantes, vinculações e a complexidade das problemáticas sociais. Em outras palavras, significa dizer que o profissional através da postura reflexiva recompõe o “campo de mediações”, lugar das articulações e enfrentamentos dos pragmatismos institucionais (VERGARA, 2014, p. 8).

É através dessa postura que se coloca para o profissional a possibilidade concreta de ir além da aparência imediata. Assim é que a configuração do exercício profissional do assistente social nos Institutos Federais de Educação não deve se constituir um fim em si mesma, mas um ponto de partida para tentar decifrar as implicações da Política de Educação Profissional e Tecnológica, o jogo de forças no contexto institucional, a capacidade técnica da instituição, as possibilidades de alianças políticas, os instrumentais técnicos utilizados, entre outras questões que mediatizam a construção da particularidade da prática do assistente social na área da educação.

### 3.2.2 O Serviço Social e a construção do Projeto Ético-Político da profissão

De acordo com as reflexões expressas no item anterior, a incorporação da categoria mediação ao referencial teórico-metodológico foi de suma importância no repensar da prática tradicionalmente desenvolvida pelo Serviço Social e na construção de um projeto ético-político que apontaria uma nova direção para a profissão. Investigar os aspectos históricos e conjunturais da totalidade social é o que vai possibilitar a captura das mediações ontológicas que permitem a compreensão do seu processo de constituição e institucionalização como profissão, bem como as transformações sofridas no seu desenvolvimento histórico.

Ainda que, segundo Lopes (2016), a arrancada “para os grandes avanços profissionais no país, em suas quatro dimensões: formação profissional, produção de conhecimento, intervenção e organização política” (LOPES, 2016, p. 312) tenha ocorrido a partir de 1972, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que se iniciou na década de 1960, é considerado um marco para a construção do processo que resultou no Projeto Ético-Político como uma alternativa crítica para a profissão.

Como totalidade histórica, o Serviço Social é determinado socialmente pela realidade na qual está inserido, ao mesmo tempo em que influencia essa realidade a outras totalidades que a compõem (CARDOSO, 2016). Dessa maneira, torna-se necessário mencionar alguns acontecimentos que certamente influenciaram nas mudanças que ocorreram na profissão.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o Brasil ainda vivia sob a repressão imposta pela Ditadura Militar. Todavia, mesmo sob o jugo dessa repressão, havia um movimento dos trabalhadores e da sociedade civil contra as condições impostas pelo Regime vigente. A conjuntura econômica, política e social decorrente do modelo de desenvolvimento adotado, era marcada por um arrocho salarial, cujas perdas levavam ao empobrecimento as camadas médias e a pequena burguesia. A classe trabalhadora sofria ainda com mais intensidade as consequências da crise instaurada desde o final da década de 1960, que além das empresas privadas, atingiu as estatais e as instituições públicas.

Além da questão econômica, que deteriorava progressivamente as condições de vida da população brasileira, o regime militar instituído com o Golpe de 1964 violentou as liberdades democráticas e os direitos humanos, o que

desencadeou um processo de resistência e luta contra a ditadura e pela redemocratização do país. Em resposta à organização dos diversos setores da sociedade, o governo militar investiu em ações repressivas que incluíram o fechamento de sindicatos e outras entidades e a perseguição a seus dirigentes.

Da segunda metade da década de 1970 ao final dos anos de 1980, o Brasil vivenciou um período de intensa mobilização política, com movimentos que foram da luta armada contra a ditadura à organização sindical dos trabalhadores, com ênfase para as lutas operárias do ABC paulista e da capital de São Paulo. Nesse contexto, a partir de 1977 inicia-se o processo de reativação das entidades sindicais.

O ano de 1979 foi decisivo para a oposição como um todo. Assumiu o governo o último Presidente Militar, João Batista Figueiredo, que continuou o processo de abertura política e o movimento pela anistia. Em agosto foi assinada a Lei da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para todos aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados, foram perseguidos e tiveram que deixar o país durante a ditadura. Com a promulgação dessa Lei, exilados começaram a voltar para o Brasil.

A década de 1980 foi especialmente fértil para os movimentos sociais e para o processo de redemocratização do país. A reforma política fez emergir novos partidos e foi nesse contexto que, em 1982 foi fundado o Partido dos Trabalhadores, que se originou do movimento sindical do ABC e congregou grande parte da esquerda naquele momento. Em 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores/CUT.

Os movimentos da época tinham motivações diversas, iam das lutas encabeçadas pelas Associações de Moradores por melhoria dos serviços nos bairros ou favelas, como água, luz e saneamento; luta por políticas públicas mais amplas, como saúde, educação e moradia. Lutas pela posse da terra, além da luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho e de vida, representando “um rico aprendizado de organização e lutas em que as mobilizações sociais e ações diretas avançam a consciência de classe” (ABRAMIDES, 2007, p.185).

O movimento sindical que deu origem à criação da Central Única dos Trabalhadores/CUT em 1983 é denominado novo sindicalismo e defende uma perspectiva classista, que além da luta contra a ditadura e pela retomada da democracia, encampava “as lutas imediatas da classe trabalhadora por melhores

condições de vida e de trabalho e os interesses históricos na luta anti-imperialista, anticapitalista e socialista” (ABRAMIDES, 2007, p.185).

Segundo Netto (1999, p.1), embora o debate sobre o projeto ético-político do Serviço Social date da segunda metade dos anos de 1990, a construção desse projeto tem sua gênese na transição da década de 1970 à de 1980, período considerado um marco na história do Serviço Social, principalmente “pelo enfrentamento e pela denúncia ao conservadorismo profissional” (NETTO, 1999, p. 1). Daí a importância de pontuar aspectos que ajudam a contextualizar o Serviço Social no âmbito dos acontecimentos que marcaram esse período.

A organização política dos Assistentes Sociais em nível nacional teve início no ano de 1977 (SERRA, 2007, p.182), quando efervesciam na sociedade brasileira as lutas contra o regime militar e pela redemocratização do país. Como abordado anteriormente, esses movimentos foram motivados por questões políticas, pois a população não suportava mais os ditames dos governos militares, mas também por questões econômicas e sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado. As perdas salariais e o empobrecimento das camadas médias e da pequena burguesia afetaram a categoria dos Assistentes Sociais e foram também determinantes do seu processo organizativo, que surgiu e se desenvolveu articulado ao movimento geral dos trabalhadores e da sociedade civil.

Foi participando das lutas mais gerais da sociedade e com o conjunto dos trabalhadores que a categoria de Assistentes Sociais construiu sua própria organização. No período em análise, passou a integrar a ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais, no período de 1978 a 1983, quando foi fundada a CUT – Central Única dos Trabalhadores (ABRAMIDES, in SERRA, 2007, p. 185). Essa organização se efetivava através da Associação Profissional dos Assistentes Sociais – APAS e dos sindicatos em nível estadual e regional e da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais – CENEAS, de 1979 a 1983, quando foi criada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais – ANAS, que existiu até 1994. Além desses fatores externos, que certamente favoreceram uma tomada de posição da categoria frente à realidade vigente, Serra aponta alguns fatores internos à profissão como determinantes desse processo:

as repercussões e influências do Movimento de Reconceituação [...], que culminou com o repensar desse movimento e, como resultado dessa análise, a expressão de novas alternativas de prática profissional com

referências teóricas nos marcos da tradição marxista. [...] o início dos cursos de mestrado no Rio de Janeiro e em São Paulo e seus efeitos sobre a formação profissional, contribuindo para embasar e sustentar a ação política dos profissionais em termos dessa nova mudança. [...] o perfil organizativo da categoria [...], apresentava um cariz de lutas por status e reconhecimento profissional e ausência ou pouca expressão na luta sindical (SERRA, 2007, p. 182).

O contexto das demandas populares e democráticas que marcaram esse período da história do Brasil, quando, além do fortalecimento das lutas dos trabalhadores, entraram em cena “movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democráticos (estudantes, mulheres, “minorias”, etc.); [...] a reativação do protagonismo de setores intelectuais. [...]” (NETTO, 1999, p. 10), entre outras manifestações da efervescência do momento político, colocaram em evidência a necessidade de transformações nas diversas áreas/setores da sociedade, o que foi plenamente favorável às mudanças propostas e construídas pelos profissionais de Serviço Social.

Marlise Vinagre destaca três fatores decisivos para o redirecionamento da profissão a partir da década de 1970: “a laicização do Serviço Social, o contato com o ideário progressista ou revolucionário e a mudança na composição da profissão – que passa a ser integrada por pessoas oriundas de setores mais pauperizados e de extratos pardos e negros da população” (VINAGRE, 2007, p. 188). Os Assistentes Sociais se percebem cada vez mais como trabalhadores assalariados e com condições de trabalho inadequadas e passam a questionar mais as contradições vividas no exercício profissional.

Nesse contexto, o ano de 1979 foi decisivo para os novos rumos do Serviço Social a partir do período em questão. A criação da referida CENEAS ocorreu no III Encontro de Entidades Sindicais realizado na cidade de São Paulo naquele ano. A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS aprovou a proposta para o novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social na sua XXI Convenção e o Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS promoveu o Encontro Nacional de Capacitação Continuada, que articulou Assistentes Sociais de todo o país. Esses eventos fortaleceram a articulação e contribuíram para criar as condições para os acontecimentos que ocorreram no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - III CBAS, quando ocorreu “a ruptura pública e coletiva da prática conservadora” (ABRAMIDES, 1995, P. 120).

Nesse sentido, em 1978 foram realizados o I e o II Encontros Nacionais das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, que foram reativadas ou criadas a partir de 1977. Esses eventos tornaram-se referência política para organizações da categoria, devido ao intenso processo de mobilização que ocorreu a partir deles em todo o país.

O III Encontro da série foi realizado em São Paulo no período de 21 a 23 de setembro de 1979 e contou com representantes de 15 estados, tendo como uma de suas pautas a preparação do III CBAS, além da questão organizativa da categoria, como, por exemplo, a transformação das APAS em sindicatos.

Conforme já mencionado, a organização sindical dos Assistentes Sociais nesse período esteve sempre articulada à organização dos trabalhadores. Assim, a insatisfação com a situação socioeconômica e política que mobilizava os trabalhadores para a luta também atingiu os Assistentes Sociais e foi determinante das condições objetivas e subjetivas que favoreceram a virada de mesa que ocorreu no III CBAS e que começou a ser articulada no III Encontro de Entidades Sindicais.

#### A criação da CENEAS nesse encontro

foi uma resposta política ao estágio de organização da categoria em nível nacional na época. Não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação das entidades sindicais e pré-sindicais (associações profissionais), que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no encontro das Entidades (ABRAMIDES, 1995, p.128).

Ou seja, a criação da CENEAS teve como propósito dar uma direção política à organização da categoria em nível nacional. Nesse encontro de preparação do referido congresso, houve também o planejamento da intervenção política das entidades que aconteceria no decorrer de sua realização. Estavam presentes “22 entidades sindicais e pré-sindicais, oposições sindicais, núcleos pro-associação e associações culturais nas capitais e interiores dos estados em todo o país” (ABRAMIDES, 2012, p. 55).

A intervenção foi arquitetada com base na seguinte argumentação: não houve consulta à categoria no processo de preparação do evento e a comissão de honra, a mesa de abertura e de encerramento teria a participação de representantes oficiais do governo militar. Além disso, a programação oficial visava à discussão das políticas sociais do governo, escamoteando as condições de trabalho e as perseguições que os Assistentes Sociais vinham sofrendo no cotidiano profissional.

Realizado no período de 23 a 28 de setembro de 1979, o Congresso começou como previsto pela Comissão Organizadora, composta pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), que eram subordinados ao Ministério do Trabalho, parte do governo do ditador General Figueiredo. Entretanto, no segundo dia de sua realização, e após uma intensa mobilização através da inserção dos militantes nos diversos grupos, foi apresentada uma moção para substituição da Comissão de Honra “pelos sindicalistas cassados; os/as trabalhadores/as demitidos/as e perseguidos/as pelo regime; a Comissão pela Anistia e o Movimento Contra a Carístia” (ERUNDINA, 2012, p. 40), culminando com a conhecida “Virada”.

Daí em diante, as entidades da categoria assumiram a coordenação do evento a partir de um manifesto no qual expressavam seu posicionamento sobre o mesmo, considerando-o ofensivo diante da realidade vivenciada no país (ERUNDINA, 2012, p. 44). Na verdade, o que aconteceu naquele momento foi que os Assistentes Sociais se rebelaram contra suas entidades, pois essas tinham uma prática conservadora, e assumiram uma postura de enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional. Essa posição assumida pela categoria se consolidou e resultou no que é conhecido hoje como Projeto Ético Político Profissional, cujo processo de construção, embora marcado por avanços e recuos, colocou a profissão ao lado dos trabalhadores e evidenciou a dimensão política da profissão.

Os acontecimentos que marcaram a transição da década de 1970 para a de 1980 e que mexeu com as estruturas do Serviço Social brasileiro, estão relacionados à existência de dois projetos societários em disputa. Naquele momento, no qual a crise econômica evidenciou as condições de exploração a que era submetida a classe trabalhadora e aprofundou a crise política instaurada (ou agravada) a partir do Golpe Militar de 1964, a categoria dos assistentes sociais foi instada a tomar uma posição.

Para José Paulo Netto, projetos societários

apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. [...] Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas, etc.) (NETTO, 1999, p. 2).



Outro aspecto levantado pelo autor e que merece ressalva é que esses projetos não são estruturas rígidas e imutáveis. Pelo contrário, “incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas” (NETTO, 1999, p. 2). Como projetos de classes, os projetos societários em disputa defendem interesses opostos e, historicamente, o projeto da classe detentora do poder econômico e político tem se sobreposto ao da classe trabalhadora.

Ao serem chamadas a tomar posição, as forças hegemônicas na organização da categoria colocaram-se a favor do projeto e dos interesses da classe trabalhadora. Em decorrência disso e diante da necessidade de superação das práticas conservadoras que predominavam no exercício da profissão, esses profissionais perceberam a necessidade de mudanças no processo de formação profissional, bem como na forma de conduzir a ação profissional.

Segundo Cabral (2012, p.100), o Congresso da Virada resultou da articulação de vários debates, entre eles, o debate latino-americano da reconceituação, o promovido pelo CELATS e ALAETS, o movimento estudantil e a conjuntura de lutas na sociedade brasileira. Entre esses, destacam-se dois acontecimentos históricos: “a presença de um movimento crítico no interior do Congresso, que já apontava contradições e denunciava o adesismo dos/as organizadores/as do Congresso. [...] a combatividade da direção das entidades sindicais (da categoria), sem as quais a ‘Virada’ não se efetivaria” (CABRAL, 2012, p. 101).

Pelo que se viu até o momento, as organizações sindicais e pré-sindicais dos/as Assistentes Sociais da década de 1970 foram decisivas no processo de construção da virada que se efetivou no III CBAS. Não menos importante tem sido a atuação das organizações da categoria a partir de então na construção e consolidação do projeto ético-político profissional.

A construção desse projeto se deu impulsionada pelos desafios que foram colocados para a profissão a partir desse congresso, entre eles: a necessidade de dar uma direção política para o exercício profissional; a importância de estabelecer aliança com as lutas dos trabalhadores; a ruptura com a internalidade do Serviço Social e o reconhecimento de sua historicidade e a auto percepção do profissional como parte da classe trabalhadora (CABRAL, 2012, p. 102). Inclusive, destaca-se

que a articulação com as lutas dos trabalhadores que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 foi considerada um marco decisivo para que o/a Assistente Social tomasse consciência de seu pertencimento à classe trabalhadora.

O momento conjuntural da época tornou-se a condição política “para a constituição de um novo projeto profissional” (NETTO, 1999, p. 10). Esse autor aponta ainda outros componentes desse projeto: a produção de conhecimentos, a formação profissional, a requalificação da prática profissional e a conquista de direitos civis e sociais pela sociedade brasileira. Esses componentes foram consolidados pela formulação de um novo Código de Ética Profissional em 1986, revisado em 1993.

Embora seja considerado um processo ainda em construção, sua estrutura básica foi constituída entre os anos de 1980 e 1990 (NETTO, 1999). Em sua concepção esse projeto profissional articula-se com um projeto societário que propõe a transformação das relações sociais vigentes. Com base nesses fundamentos, assume uma posição política em

favor da equidade e da justiça social, na perspectiva de universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras (NETTO, 1999, p. 16).

A esse respeito, Martinelli afirma que “o compromisso com a construção de uma sociedade humana, digna e justa [...] é o núcleo fundante de nosso projeto ético-político [...], cuja base de sustentação é a teoria social marxista” (MARTINELLI, 2006, p. 16-17).

O referido projeto defende a busca da competência profissional através de uma formação acadêmica qualificada, que proporcione ao Assistente Social uma base intelectual sólida, cujo embasamento teórico-metodológico permita uma postura investigativa e uma análise crítica da realidade na qual está inserida. Propõe ainda a construção de uma relação com os usuários baseada no compromisso com a qualidade, democratização e universalização dos serviços e a articulação com categorias profissionais e movimentos que comunguem os mesmos princípios.

### 3.2.3 Os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social

O processo de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social parte do entendimento de que a profissão se inscreve na divisão social e técnica do trabalho e que, portanto, sofre determinações da realidade na qual está inserida. Ou seja, enquanto uma prática reconhecida socialmente é mediatizada pelas relações das quais faz parte. Foi a partir da compreensão de sua inserção no âmbito das relações de dominação e exploração entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, que configuram a disputa entre projetos societários com interesses opostos, e fundamentados na teoria social de Marx, que a vanguarda da profissão manifestou o propósito de aliar-se ao projeto da classe trabalhadora.

Os projetos societários são projetos de classe e a disputa entre eles está relacionada à manutenção ou transformação de uma determinada ordem social, caracterizando uma relação de poder e expressando a dimensão política desses projetos. As relações entre esses incidem sobre os projetos profissionais e a ação profissional, consciente ou não, também tem uma repercussão no âmbito dessas relações. Ao fazer opção pelo projeto da classe trabalhadora, esse projeto profissional do Serviço Social assumiu o propósito de contribuir para a transformação da ordem social vigente. Nas palavras de Braz e Teixeira (2009, p. 189), “temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. [...] nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele”.

Diante do já exposto a esse respeito, percebe-se que o Projeto Ético-Político do Serviço Social é fruto da articulação da categoria em torno da busca de uma nova direção para a ação profissional, o que implica em um novo modo de ser e uma nova ética para profissão. Embora seja um processo ainda em andamento, existe uma base que vem lhe dando sustentação e que resulta de um amplo e permanente debate no seio da categoria e compreende “um conjunto de mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas que se efetivam no Serviço Social” (BARROCO, 2012, p. 10) a partir da década de 1980 e que responde à teleologia a que se propôs.

O compromisso assumido é evidenciado ao reconhecer

a liberdade como valor central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir dessas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 16).

É ainda Netto (1999) que identifica como componentes de projetos profissionais “uma imagem ideal da profissão, os valores que o legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999, p. 7) e que a articulação coerente dos mesmos é complexa e fundamental para a conquista da hegemonia.

No caso do Serviço Social, o compromisso firmado com o projeto societário da classe trabalhadora foi determinante da construção dessas dimensões. Com base nessa assertiva, Braz e Teixeira (2009, p.191) sistematizam os elementos constitutivos do projeto ético-político nos componentes que lhe dão visibilidade e materialidade na realidade social: a produção de conhecimentos no Serviço Social, que compreende a pesquisa e sistematização de um referencial teórico-metodológico para instrumentalização da intervenção profissional, com ênfase para a teoria social crítica; as instâncias político-organizativas, que abarcam os fóruns deliberativos e entidades representativas da categoria, com destaque para o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e as entidades estudantis; e a dimensão jurídico-política, que diz respeito ao conjunto de leis que regulamentam e orientam o exercício profissional.

Em relação ao arcabouço legal que orienta a profissão, é importante ressaltar que existe um aparato jurídico-político específico do Serviço Social e outro de caráter mais geral que também serve de referência para a atuação profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde atua. No primeiro grupo encontram-se os instrumentos legais que foram construídos e legitimados pela categoria, entre os quais se destacam: as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, o atual Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93). O segundo grupo inclui as leis decorrentes da Promulgação da Constituição de 1988 e que tem relação com as diversas áreas de atuação dos assistentes sociais, tais como: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Saúde (LOS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto do Idoso.

Em termos da produção de conhecimentos, a expansão dos cursos de pós-graduação foi essencial para o crescimento da pesquisa e da produção de conhecimento no Serviço Social. Na dimensão político-organizativa, o processo de construção desse projeto profissional demonstrou o quanto as organizações da categoria têm sido importantes nos avanços e conquistas alcançadas no âmbito na categoria, fato que se mantém na atualidade. A ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS exercem um papel organizador e mobilizador da categoria atuando na perspectiva de preservar as direções teórico-metodológica e ético-política escolhidas por esse projeto.

Em relação à dimensão jurídico-política, todas as legislações têm sido fundamentais no esforço de materialização do Projeto Ético-Político, entretanto, este estudo ressalta as que são específicas da profissão. A Lei de Regulamentação da Profissão, Nº 8.662, foi aprovada no dia 7 de junho de 1993 e dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Ao longo dos anos vem sendo complementada por resoluções que tratam de aspectos mais específicos e são necessárias a sua efetivação.

As Novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social foram elaboradas a partir de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982 e reafirmam a direção a ser seguida no processo de formação profissional na perspectiva do referido projeto profissional. A proposta aprovada sob coordenação da ABEPSS, em 1996, sofreu restrições e seu texto original passou por alterações prejudiciais impostas pelo processo de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação/MEC, em 2001. Abreu e Lopes (2007) consideram que houve “uma desconfiguração das diretrizes curriculares [...] em relação ao perfil profissional, competências, habilidades e princípios pedagógicos – alterações que induzem a reducionismos e distorções do projeto de formação [...]” (ABREU e LOPES, 2007, p.12).

A formação profissional faz parte do Projeto Ético-Político e cumpre um papel fundamental na construção das condições objetivas para sua materialização, pois é responsável pela formação de novos quadros para dar sustentação e continuidade ao mesmo. Ora, as Novas Diretrizes Curriculares foram elaboradas com base nos princípios e valores que orientam o projeto profissional numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora e que evidenciaram a

necessidade de um novo perfil profissional (NETTO, 1999, p. 13). A materialização desse projeto se realiza numa realidade em que predominam princípios contrários a esses e que orientam as políticas e reformas educacionais conduzidas pelo Estado. Assim, a implantação dessas diretrizes também se efetiva num palco de disputa de interesses, sendo mediatizada por esses.

Durante a construção dos elementos constituintes do referido projeto a categoria foi acumulando avanços e conquistas em termos de redimensionamento da formação, da legislação e da intervenção profissional e sempre estiveram ligadas às conquistas democráticas em âmbito mais geral. Na década de 1980 essas conquistas foram consolidadas na elaboração de um Novo Código de Ética Profissional, instituído, em 1986 e submetido a uma revisão que foi concluída em 1993<sup>9</sup>.

Na concepção de Netto (1999, p. 14), apesar dos avanços na dimensão política, a pouca reflexão da categoria em torno da questão ética nesse período contribuiu para a fragilidade desse código na abordagem dessa questão, bem como da questão profissional em si. Desse modo, a revisão concluída em 1993 foi necessária e

incorporou tanto a acumulação teórica realizada nos últimos vinte anos pelo corpo profissional quanto os novos elementos trazidos ao debate ético pela urgência da nova revisão. Nesse sentido, o Código de Ética Profissional de 1993 é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil (NETTO, 1999, p. 15).

Na perspectiva de Barroco (2009), no Código de 1986, pela primeira vez, a ética profissional extrapolou a esfera dos sujeitos singulares e foi colocada como parte de um projeto. Mas foi a revisão de 1993 que possibilitou um debate mais aprofundado a respeito da dimensão ética em articulação com a dimensão política, apoiado em referências marxianas e marxistas, reafirmando o compromisso ético-político com a emancipação da classe trabalhadora. Inclusive, foi a partir daí que passou a ter a denominação de **projeto ético-político** (BARROCO, 2009, p. 35; 36).

O Código de Ética vigente no Serviço Social faz parte do movimento organizado da categoria no sentido de romper com o conservadorismo na profissão e pela construção de uma nova ética profissional, o que supõe a fundamentação em novos valores e princípios. Os códigos anteriores tiveram como base o

---

<sup>9</sup> Os Códigos de Ética anteriores de Serviço Social datavam de 1947, 1965 e 1975.

neotomismo<sup>10</sup> e o positivismo<sup>11</sup>. O Código de 1986 foi o resultado de uma construção coletiva e é parte de um projeto profissional que se comprometeu com um projeto societário e tem como base uma visão histórica e dialética da sociedade, assumindo uma posição política no contexto onde se insere.

#### Assim, o Código de Ética

se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético-profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história (BARROCO, 2012, p. 53).

Como parte do Projeto da profissão, foi no aporte teórico da teoria social de Marx que buscou fundamentação para a concepção ética e os valores ético-políticos que norteiam o exercício profissional. Desse modo, “considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (BARROCO, 2012, p. 120) é que foi instituído o Código de Ética em 1993, com os seguintes princípios:

- I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

<sup>10</sup> Retomada da filosofia de São Tomás de Aquino, teólogo que viveu no séc. XII e tinha suas bases nos princípios da igreja e na filosofia de Aristóteles.

<sup>11</sup> **Corrente de pensamento filosófico, sociológico e político** que surgiu em meados do século XIX na França. O principal idealizador do movimento positivista foi o pensador francês **Auguste Comte**. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos que não possam ser comprovados cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos.

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23-24).

Não é pretensão deste estudo realizar uma análise dessas legislações, apenas tê-las como referência que possa contribuir para a compreensão do que se propôs analisar.

### 3.2.4 Dilemas e desafios à hegemonia conquistada

A conquista da hegemonia desse projeto, na década de 1990, concretizou-se sustentada no processo organizativo da categoria e em sua articulação com os movimentos direcionados pelo projeto societário pelo qual manifestou opção. A hegemonia de um projeto profissional supõe a existência de outros projetos numa mesma realidade, ou seja, a conquista da hegemonia se dá a partir de um embate de ideias e princípios e não o torna único. Segundo Martinelli,

o coletivo profissional é um campo de disputa de significados, um campo de diversidades, sendo sempre possível o surgimento de projetos profissionais de diferente natureza. A hegemonia é conquista e não outorga, pressupõe um espaço de negociação política, de luta social no âmbito do próprio coletivo (MARTINELLI, 2006, p. 17).

No caso do Projeto Profissional do Serviço Social, há que se ressaltar que na contramão dos princípios que orientaram sua construção, a reestruturação do capitalismo e o avanço da ideologia neoliberal que vêm lhe dando sustentação vieram fortalecer o projeto societário das classes dominantes brasileiras.

A Reforma do Estado, que no Brasil também teve seu ápice nos anos de 1990, interferiu nas relações e condições de trabalho dos Assistentes Sociais ao atingir especialmente as políticas de corte social, campo privilegiado de atuação desses profissionais e colocou em xeque as possibilidades de implementação de tal projeto profissional. Ao reduzir os investimentos nessa área, promoveu a desresponsabilização do Estado na garantia dos direitos sociais, apesar de que o agravamento da questão social, expressa na ampliação das desigualdades sociais, aumentou a procura por esses serviços.



Enfim, a década de 1990 foi de suma importância para o chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social. Por um lado, foi quando ocorreu a sua consolidação enquanto um projeto profissional, por outro, a mundialização do capital e das ideologias que lhe dão sustentação, colocaram em xeque a possibilidade de sua realização, visto que defendem interesses opostos aos que o orientam.

No debate contemporâneo no âmbito da profissão, tem sido polêmica a afirmação de que esse projeto goza de hegemonia no Serviço Social brasileiro (BRAZ, 2007, p. 5). O autor apoia-se na concepção gramsciana de hegemonia, o que

significa a prevalência (ou predomínio) de uma vontade coletiva (ou de interesse público) – o que supõe a necessária conexão a um projeto societário – sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas. Ou seja, ocorre quando um determinado projeto coletivo se afirma sobre uma diversidade de outros que democraticamente disputam a direção social da sociedade, a partir da constituição de um bloco histórico (que vai além da consciência de classe, mas que sem ela não se efetiva) que articula uma multiplicidade de interesses (BRAZ, 2007, p. 5).

Tal concepção vem sendo utilizada no Serviço Social para explicar e/ou compreender a direção política e social que um projeto profissional exerce sobre a profissão e a categoria profissional que a constitui. Essa direção política e social envolve uma série de fatores para um ou outro caminho a ser percorrido ou que fundamenta uma ou outra postura assumida no exercício profissional.

Como vimos três dimensões constituem o Projeto Ético-Político do Serviço Social (BRAZ, 2007; CARDOSO, 2013), cuja articulação foi fundamental para a conquista dessa hegemonia: a dimensão teórico-metodológica, que abarca a produção do conhecimento no Serviço Social; a jurídico-política, que abrange o conjunto de leis que regulamentam e orientam o exercício profissional; e a político-organizativa, cuja base encontra-se nas entidades representativas da profissão. A vanguarda do Serviço Social conseguiu efetivamente articular a hegemonia teórica, com influência predominante da tradição marxista, com a hegemonia política conquistada pelas entidades renovadas da categoria, o que contribuiu para o alcance de uma legitimidade no âmbito da categoria, que foi determinante dessa hegemonia. A articulação com o movimento estudantil também tem sido um aspecto relevante nesse processo.

No caso do projeto profissional hegemônico no Serviço Social, há que se ressaltar que os referidos instrumentos legais específicos da profissão (as Diretrizes

Curriculares, o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão) explicitam de forma clara as referências teórico-metodológicas e o compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Em síntese, esses documentos expressam e dão sustentação ao direcionamento proposto por esse projeto e à sua hegemonia no seio da categoria.

Para Yazbek (2009), a construção de uma hegemonia de referenciais teórico-metodológicos na perspectiva marxista se dá num árduo debate em diferentes tipos de fóruns, que se expressa inclusive numa significativa produção teórica fomentada pelos cursos de pós-graduação, alcançando notável visibilidade no âmbito das ciências sociais.

Entretanto, a conquista dessa hegemonia não elimina a possibilidade de existência de outros projetos profissionais no âmbito da categoria. Enfim, a hegemonia não garante homogeneidade de ideias, princípios e direcionamento da ação profissional. Inserindo-se na dinâmica da totalidade social, o Serviço Social é também permeado pelas contradições que caracterizam as disputas entre os projetos societários nas sociedades capitalistas. Desse modo, as disputas entre os projetos profissionais não podem ser dissociadas das disputas entre os projetos societários.

No processo de construção de um projeto profissional, o predomínio de uma concepção teórica é responsável pela definição dos princípios e valores que orientam a construção de uma “imagem ideal” da profissão (BRAZ, 2007, p. 6). O debate em torno da hegemonia do referido Projeto Ético-Político do Serviço Social tem sido mediado pelos acontecimentos históricos e conjunturais da realidade brasileira.

Entre os fatores que interferem nesse debate e nessa disputa entre projetos menciona-se a contradição entre os princípios que norteiam a construção e efetivação desse Projeto e os da ideologia neoliberal, que dá sustentação ao avanço do capitalismo na atualidade. Nos anos 2000, esse avanço se manteve forte no Brasil, apesar de ter assumido o governo um partido que surgiu a partir das lutas dos trabalhadores e “com uma proposta de emancipação de classe” (LOPES, 2009, p.23).

A adesão ao projeto da classe trabalhadora possibilitou articulações das demandas político-profissionais da categoria de assistentes sociais com as organizações dos trabalhadores, principalmente com o movimento operário, popular

e partidário, esse último tendo como maior expressão o Partido dos Trabalhadores, que fez uma oposição combativa ao governo anterior, colocando-se como contrário à submissão desse ao Consenso de Washington (CARDOSO, 2013, p. 231). Com a ascensão do PT e de setores do movimento popular e operário (sindical) ao poder central houve uma expectativa de que o projeto societário hegemônico a partir dessa ascensão expressasse o projeto profissional do Serviço Social, não havendo divergência entre os mesmos.

A ruptura com a política macroeconômica neoliberal não se concretizou e o governo do Partido dos Trabalhadores não se constituiu a alternativa esperada pelos movimentos sociais que o apoiavam. Os acontecimentos históricos dessa década mostraram que o projeto neoliberal continuou em plena expansão nesse governo e evidenciaram-se, também, um enfraquecimento das forças contrárias, fato que não pode ser dissociado da crise do socialismo em nível mundial.

Tendo sido um governo que começou a ser gestado a partir das lutas empreendidas pelos movimentos sociais nas décadas anteriores, e vencido em dois pleitos consecutivos, estabeleceu inúmeras alianças para garantir sua eleição, abdicando de aspectos fundamentais do projeto societário de cunho anticapitalista construído nesse processo e fortalecendo o projeto das classes dominantes e o avanço do neoliberalismo no país.

Essa situação causou certo imobilismo das forças consideradas de esquerda, pois se sentiam responsáveis e aliados ao governo eleito, com o qual queriam contribuir de alguma forma. Desse modo, quase não ocorreram resistências dos movimentos sociais. Na verdade, houve um enfraquecimento da organização dos trabalhadores e dos partidos de esquerda e os movimentos sociais foram perdendo força e se voltaram “para lutas setorizadas por direitos e reivindicações específicas” (CARDOSO, 2013, p.232).

No entendimento de alguns (BRAZ, 2007; NETTO, 2007; LOPES, 2009; CARDOSO, 2013), o enfraquecimento do projeto societário dos trabalhadores repercutiu negativamente no projeto profissional do Serviço Social, tanto pelos efeitos desmobilizadores sobre as lutas dos trabalhadores quanto pelo enfrentamento dispensado à questão social. Nesse sentido, a ênfase é em políticas compensatórias, com a implementação de vários programas de combate à pobreza, numa perspectiva assistencialista, o que, segundo Netto (2007, p. 39) “configura uma enorme regressão”, havendo uma despolitização das questões decorrentes da

desigualdade social, o que entra em conflito com a perspectiva do Projeto Ético-Político (LOPES, 2009, p. 25). Embora tenha ocorrido uma ampliação da cobertura das políticas de corte social, alcançando setores da população nunca antes atingidos por essas políticas, elas se expandiram de forma fragilizada e com as características já conhecidas de serem seletivas e focalizadas.

Convém ressaltar, entretanto, que apesar dessa percepção estar sendo apontada por esses autores, não se tem conhecimento da existência de algum estudo mais aprofundado que possa assegurar que o enfraquecimento do projeto societário da classe trabalhadora esteja, de fato, contribuindo para o enfraquecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Todavia, a manutenção da hegemonia desse projeto está relacionada à forma como a profissão consegue lidar com os desafios evidenciados nessa conjuntura e que tem colocado para a categoria diversos questionamentos a respeito das reais possibilidades de assegurá-la:

Manter-se-ão os princípios, os valores e os compromissos firmados numa conjuntura de crise/ausência de projeto societário da classe trabalhadora? Eles poderão ser reproduzidos ainda que não encontrem repercussão nas lutas mais amplas do trabalho? Ou o projeto profissional será relativizado, flexibilizado ou revisado para se ajustar à proposta hegemônica? (BRAZ, 2007, p.7).

Depois de quase dez anos esses e outros questionamentos continuam presentes no debate e no exercício da profissão, pois a realidade concreta tem acirrado as contradições decorrentes desse processo. Nesse contexto, outro aspecto importante a considerar está relacionado às condições objetivas para a materialização do Projeto Ético-Político, tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional. Se o projeto profissional aponta a direção a ser seguida e uma imagem ideal a ser perseguida, ou seja, indica uma ideia de como deve ser a profissão, a formação profissional é fundamental na criação das condições necessárias à efetivação desse projeto e é no exercício profissional que ele, de fato, pode ser materializado.

Desse modo, considerando que a materialização desse projeto acontece num palco de disputa com outros projetos e está sujeito às mediações desse jogo de forças, a existência de outras expressões políticas, principalmente as de influência neoconservadoras, que estão ganhando força no âmbito da profissão, vem se constituindo em uma ameaça à sua hegemonia. Por outro lado, as condições precarizadas de trabalho favorecem respostas imediatas e fragmentadas às

demandas colocadas para a profissão, o que pode levar à flexibilização dos princípios que o orientam. Não se pode esquecer que “a relação entre projeção e realização é mediada por condições objetivas e subjetivas” (FONSECA, 2016, p. 196).

Em relação ao processo de formação profissional a situação tem se mostrado preocupante com a crescente privatização da educação superior, principalmente com a proliferação do ensino de graduação a distância. A expansão é acelerada, indiscriminada e sem nenhuma preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos, o que está contribuindo para a massificação e desqualificação da formação e, conseqüentemente, para uma mudança no perfil profissional. A queda na qualidade da formação contribui para desqualificação do profissional, bem como para sua desvalorização na sociedade e para a degradação das condições salariais e de trabalho da categoria.

Além disso, a formação pouco qualificada e pouco politizada oferecida por esse sistema de ensino interfere na formação de novos quadros para sustentação desse projeto, o que fortalece o avanço do conservadorismo no âmbito da profissão<sup>12</sup>.

A expansão da educação superior pública também prioriza aspectos quantitativos e o crescimento do número de vagas não tem sido acompanhado de investimentos na estrutura necessária e não há preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos. Essa expansão desordenada e sem a estrutura adequada recai sobre os professores, pois não há nomeação em quantidade suficiente para atender

---

<sup>12</sup> Segundo Boschetti “O ensino a distância vive um processo de expansão acelerada em todos os níveis: educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e educação superior. Esta última abrange cursos sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado. O ensino de graduação a distância (EAD) está em momento de franca expansão no âmbito das instituições privadas e, em menor ritmo, também nas universidades públicas. De acordo com o mesmo Censo do Ensino Superior de 2013, o EAD conta com mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil e concentra aproximadamente 15% das matrículas de graduação.

O Serviço Social concentra o terceiro maior contingente de matrículas nos cursos de graduação a distância, conforme Censo do Ensino Superior, depois de Pedagogia e Administração: Pedagogia concentra 34,2% das matrículas em EAD; Administração responde por 27,3%; Serviço Social, por 8,1%; Letras vem em seguida, com 5,9%; Ciências Contábeis fica com 3,6%; Matemática, com 2,8%; Ciências Biológicas na sequência, com 2,3%; História, com 2,0%; Comunicação Social, com 1,9%; e Ciências Ambientais apresentam 1,6%.

Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, que saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006). Inegavelmente, o EAD é o maior responsável por esse crescimento assustador, acompanhado de baixa qualidade, com formação rasa e superficial, conforme amplamente denunciado pelo CFESS, em especial no documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social” (BOSCHETTI, 2015, p. 646).

a demanda decorrente da ampliação do número de vagas e há sobrecarga de trabalho para os docentes, o que contribui, inclusive, para o adoecimento desses profissionais. A flexibilização do trabalho, característica do atual momento do capitalismo mundial, chega ao trabalho docente e requer um professor polivalente. Isso compromete a qualidade do seu exercício profissional e da formação de novos quadros.

Outro aspecto a considerar em relação à formação profissional é que o conservadorismo está presente também na produção teórica do Serviço Social (FONSECA, 2016, p. 205). “A perspectiva pós-moderna ou o conservadorismo profissional não se encontra mais restrito ao campo da prática [...], já exerce forte influência no espaço acadêmico” (FONSECA, 2016, p. 207). Isso revela que há uma disputa pela direção social da formação, que revela uma disputa mais ampla no âmbito da sociedade – entre projetos societários.

Segundo Boschetti (2015), algumas análises a respeito do avanço do conservadorismo no Serviço Social tendem a reforçar a ideia de que há um enorme distanciamento entre uma vanguarda profissional que afirma e defende o Projeto Ético-Político — e aqui se incluem, sobretudo, docentes e direção das entidades — e uma base de assistentes sociais que estaria cada vez mais desconectada profissional e politicamente desse projeto (BOSCHETTI, 2015, p. 638).

Nessa concepção, a formação profissional e o processo organizativo da categoria estariam isentos desse avanço, que se daria apenas na dimensão interventiva da prática profissional e essa estaria sendo responsável pelo processo de enfraquecimento e destruição do Projeto Ético-Político Profissional. Para Boschetti (2015), tais análises são equivocadas, pois se apoiam e reforçam uma suposta “dicotomia entre teoria e prática, entre vanguarda e base, entre formação e intervenção profissional [...]” (BOSCHETTI, 2015, p. 638).

Na verdade, a ideia defendida pela autora é que

o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

O avanço do conservadorismo não é prerrogativa do Serviço Social e tampouco de sua dimensão interventiva. O que acontece na contemporaneidade é que esse passa por um processo de reatualização e fortalecimento em todas as instâncias da vida social a partir de algumas determinações societárias, entre as quais se destacam no campo ideocultural:

o avanço do fundamentalismo religioso e da intolerância acirra a discriminação, e variadas formas de opressão se manifestam de maneira cada vez mais violenta, mas também impulsiona novas formas de manifestação, organização e defesa de direitos de grupos sociais historicamente explorados e oprimidos, como mulheres, jovens, população afrodescendente e população LGBT. O que se quer sinalizar é que esses processos são determinações fundamentais do avanço do conservadorismo, mas também revelam suas contradições internas e nos chamam a compreendê-las como requisito para construir nossa intervenção no campo da formação, do trabalho e da política (BOSCHETTI, 2015, p. 640).

Boschetti destaca ainda que a introdução do pensamento pós-moderno nos currículos dos cursos de Serviço Social, à revelia das Diretrizes Curriculares, tem contribuído para o crescimento de ideias e práticas conservadoras no âmbito da formação profissional, como por exemplo: ressurgimento do metodologismo com ênfase ao tecnicismo e ao legalismo positivista; destaque ao teorismo acríptico com adoção de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais; expansão acelerada e superficial dos cursos e aligeiramento da formação e da pesquisa; ênfase ao pragmatismo e ao voluntarismo. (BOSCHETTI, 2015, p. 646-649).

A esse respeito, Netto (2016) faz a seguinte assertiva:

[...] o neoconservadorismo próprio às posturas pós-modernas constituiu e constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político e vem conferindo verniz e legitimação a concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão. E, por via de consequência, não creio ser irrazoável – se avançar sem contraposição a influência neoconservadora, notadamente a pós-moderna, mais a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam – *vislumbrar a emergência de uma inflexão na atual direção social da profissão, reversão que, a meu juízo, instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do Serviço Social no Brasil* (NETTO, 2016, p. 67).

A partir da visão desses autores, reafirma-se a ideia de que a hegemonia é fruto de um embate entre projetos profissionais e societários distintos. Sabe-se que a capacitação teórico-metodológica e o engajamento ético-político são elementos que podem possibilitar ao profissional uma capacidade de leitura da realidade que favoreça uma prática propositiva e coerente com os princípios que orientam o projeto ético-político da profissão (IAMAMOTO, 2012a; SILVEIRA, 2007).

Nessa perspectiva e diante do quadro exposto, como superar os desafios colocados pela desqualificação da formação profissional em andamento e pelos dilemas que surgem no cotidiano institucional?

É certo que o Projeto Ético-Político ainda está em construção e é voz corrente entre os autores que discutem a questão, a necessidade de aprimoramento intelectual permanente em torno de suas dimensões e de todos os elementos que o constituem. Pelo que foi abordado até aqui, isso não se constitui uma tarefa fácil. Às dificuldades que envolvem o processo de formação aliam-se outros fatores que desafiam a materialização desse projeto, entre eles as condições de trabalho vivenciadas no cotidiano institucional.

A ênfase a políticas de caráter compensatório, seletivo e focalizado, além de apontar numa direção contrária à perspectiva de garantia de universalidade aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (BARROCO *et. al*, 2012, p.61), é caracterizada, também, por um processo de precarização do trabalho, no qual se evidenciam as seguintes situações: as políticas e programas assistenciais geram uma grande quantidade de trabalho de caráter administrativo/burocrático em sua efetivação e as instituições não disponibilizam os recursos humanos necessários para a realização dessas atividades o que causa uma sobrecarga de trabalho para os assistentes sociais, que geralmente são em número reduzido; apesar da municipalização da Assistência Social ter contribuído para ampliar o mercado de trabalho para a categoria, os gestores municipais preferem a contratação temporária, gerando instabilidade, enquanto a massificação no processo de formação empurra os salários para baixo; muitas instituições não disponibilizam um espaço adequado para atendimento, conforme a Resolução do CFESS, nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, por exemplo.

Essas condições repercutem nas possibilidades de capacitação permanente dos profissionais, bem como num exercício profissional crítico e propositivo, comprometendo a materialização desse projeto. Nas palavras de Silveira,

a materialização do projeto requer aprimoramento intelectual com uma formação político-pedagógica permanente, no adensamento teórico-metodológico e técnico-operativo. Suscita um complexo de mediações que não estão prontas, são construídas na realidade contraditória e em movimento” (SILVEIRA, 2007, p.21).



Esses são alguns dos vários dilemas que permeiam o exercício profissional e colocam em xeque a hegemonia e a possibilidade da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Tendo como referência e como perspectiva de análise a concepção a respeito da categoria mediação em Marx, entende-se que tais dilemas são decorrentes das mediações do exercício profissional do assistente social e que, portanto, estão presentes no espaço sócio-ocupacional objeto deste estudo, assim como a luta constante pelo enfrentamento dos mesmos.

Diante disso, o enfrentamento da atual conjuntura deve pautar-se em duas questões fundamentais: o fortalecimento da base de sustentação da profissão e a compreensão, no cotidiano institucional, do seu significado sócio-histórico.

O fortalecimento da base de sustentação da profissão passa pelo aprofundamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que é o que pode instrumentalizar o Assistente Social para compreender a realidade social e institucional e desenvolver as diversas dimensões do exercício profissional (investigativa, educativa e interventiva) na perspectiva do Projeto Ético-Político.

A clareza do significado sócio-histórico da profissão possibilita a compreensão de que o cotidiano do exercício profissional é, de fato, permeado pelas contradições e disputas de classes e, assim, pela mesma atividade atende a interesses contraditórios (do capital e do trabalho).

Ter consciência da inserção numa dinâmica contraditória e buscar fundamentação para análise e interpretação da realidade social e institucional a partir da racionalidade crítica-dialética<sup>13</sup> pode instrumentalizar os profissionais para não se deixarem seduzir pelo messianismo<sup>14</sup> ou pelo fatalismo<sup>15</sup> e fortalecerem as referências para a condução do seu exercício profissional na perspectiva do Projeto Ético-Político.

---

<sup>13</sup> “A racionalidade crítica-dialética recolhe suas categorias analíticas na própria realidade, percorre-as, estabelece seus vínculos, sai em busca de mediações, satura seus objetos de determinações e reproduz, no nível do pensamento, as múltiplas e complexas relações que se processam na realidade” (GUERRA, 1997, P. 58).

<sup>14</sup> Considerando que o messianismo significa um movimento ou sistema ideológico que prega a salvação da humanidade através da entronização de um messias que pode ser um indivíduo, uma classe ou uma ideia, o uso desse termo no Serviço Social passa a ideia de que o Assistente Social teria o poder resolver os problemas decorrentes das desigualdades sociais ou promover a transformação social e a emancipação da classe trabalhadora.

<sup>15</sup> Em oposição à ideia anterior, para o fatalismo os acontecimentos são irrevogáveis, o que significaria que o Assistente Social nada pode fazer para mudar as situações com as quais se depara no seu trabalho.

É importante ponderar ainda que a análise das possibilidades de materialização desse projeto profissional, que inclui a compreensão dos dilemas e desafios vivenciados nesse processo, deve considerar que

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2001,P.69).

Assim sendo, as reflexões a respeito de um projeto profissional não devem perder de vista sua inserção na totalidade social e as relações que estabelece com os projetos societários.

## **4 O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Considerando que o objetivo deste estudo é **analisar o exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, tendo como referência o projeto ético-político profissional**, neste capítulo busca-se elementos para compreender as particularidades do trabalho do assistente social na educação profissional e tecnológica.

Uma aproximação fundamental nesse sentido é a busca de entendimento a respeito da Política de Educação como um espaço sócio-ocupacional em expansão para o Serviço Social. No item seguinte, faz-se uma contextualização a respeito da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no âmbito das transformações em curso na atualidade e a ampliação das requisições para o Serviço Social nesse contexto.

No último item, realiza-se um esforço para identificar e analisar as mediações que configuram o exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação de Educação, tendo como referência o Projeto Ético-Político da profissão.

### **4.1 A Política de Educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social**

A concepção de educação que fundamenta esta tese já foi exposta no seu primeiro capítulo. Entretanto, convém retomar alguns aspectos que podem ser esclarecedores da requisição e inserção do Serviço Social nesse espaço de atuação. Nesse sentido, é importante retomar a centralidade da educação na dinâmica da realidade social, cuja dimensão estratégica destaca-se “no âmbito das disputas ideológicas e da esfera política” (ALMEIDA, 2007, p. 1). Enquanto dimensão da vida social, a educação “possui um caráter ontológico, ou seja, constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade” (ALMEIDA, 2007, p. 1) e, portanto, historicamente tem tido importância fundamental nos processos de construção dos diversos tipos de sociedade.

Assim, a compreensão da Educação como um espaço sócio-ocupacional em expansão para o Serviço Social baseia-se no entendimento de que, como parte da totalidade social, a educação estabelece uma relação orgânica com os processos produtivos, situando-se no cerne dos conflitos e disputas a esses inerentes. Foi a partir de sua inscrição na esfera pública que passou a ser subordinada aos interesses da burguesia, tornando-se palco de disputa de interesses pelas classes fundamentais da sociedade.

Desse modo, a decantada função socializadora da educação expressa sua dimensão política, visto que se volta para a formação de indivíduos adequados ao desenvolvimento de um modo de vida em sociedade. “Ao se articular organicamente à reprodução da vida social no modo de produção capitalista, passa a ser determinada por suas ricas e pulsantes contradições” (ALMEIDA, 2007, p. 3), daí o entendimento de que assim como pode contribuir, também, para a manutenção do *status quo*, pode contribuir para a luta pela transformação das relações sociais vigentes, pois sofre influências dos interesses em disputa. A educação escolarizada, por exemplo, embora possa ser utilizada como mecanismo de dominação e controle pelo capital é também, e ao mesmo tempo, resultado das lutas dos trabalhadores pelo acesso ao conhecimento, que é necessário às lutas emancipatórias.

Faz-se necessário ressaltar que a educação não se restringe ao espaço escolar e nem é tarefa exclusiva do professor. A família é a primeira instituição onde o ato educativo se processa, mas outras instituições têm assumido historicamente essa função educacional, como a igreja, os movimentos associativos, os partidos políticos, entre outras. As próprias empresas têm investido em processos educativos para tornar seus trabalhadores mais produtivos.

Todavia, é através da educação escolarizada que o Estado desenvolve sua Política Educacional, cujos princípios fundamentam a definição dos elementos norteadores a serem seguidos em âmbito nacional. Nas sociedades capitalistas, dada a referida relação orgânica entre os processos educacionais e de produção, a formulação e/ou reformulação das políticas educacionais sofre influências da conjuntura econômica vivenciada e das mudanças no mundo do trabalho por elas ocasionadas. Desse modo, na contemporaneidade da realidade brasileira, as reformas educacionais têm sido orientadas pelos princípios neoliberais que dão sustentação ao atual momento do capitalismo mundial.

Sendo permeada pelo jogo de poder que caracteriza a disputa de interesses entre as classes sociais, a Educação tem tido como função primordial a difusão da cultura hegemônica em uma determinada sociedade. Retomando a visão gramsciana de cultura, que a concebe como um modo de viver, de sentir, de pensar e de agir, percebe-se que a disputa hegemônica, no âmbito da Educação, está relacionada à luta pela hegemonia cultural entre essas classes. Diante disso, compreende-se, então, que o aparato legal que serve de suporte para a efetivação da Política Educacional não está desvinculado dos interesses em jogo nessa disputa. Assim é que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e as Instituições responsáveis pela execução dessa Política (nas diversas instâncias) são também permeadas por esses conflitos.

A Política Educacional, então, é expressão das lutas no campo da cultura, “que não podem ser pensadas de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção” (ALMEIDA, s/d, p. 4). Desse modo, é expressão da questão social, pois resulta também das lutas das classes subalternizadas pelo direito à educação pública.

A relação entre a organização da educação escolarizada e o mundo do trabalho não se dá de forma imediata e mecânica, assim, apreender as mediações que a determinam é fundamental para situar os projetos e práticas sociais que atravessam e compõem o universo educacional (ALMEIDA, 2007, p. 3).

Considerando o abordado a respeito da constituição e da institucionalização do Serviço Social, percebe-se que Educação e Serviço Social fazem parte da mesma totalidade, estando sujeitos às mesmas mediações eles inerentes. Assim, pensar a inserção dos assistentes sociais na Política Educacional requer a apreensão das mediações presentes nesse processo. Almeida (2007) acredita que duas questões devem ser consideradas:

a compreensão da dinâmica e da complexidade desse campo de atuação; [...] o reconhecimento de que se a política educacional é uma das expressões das disputas protagonizadas pelos sujeitos sociais no campo da cultura ela também não encerra todas as particularidades da educação enquanto dimensão da vida social (ALMEIDA, 2007, p. 5).

Parafraseando esse autor, compreender a dinâmica e a complexidade da política educacional passa pela percepção de que essa política é organizada em diferentes níveis e modalidades de ensino (educação básica, educação profissional, educação superior e educação especial), através da rede pública e privada de ensino e é efetivada em diferentes instâncias de atuação (esfera municipal, estadual

e federal), o que leva a particularidades diversas, embora não se deva perder a dimensão de totalidade.

Embora possuam determinações e características comuns, suas especificidades devem ser levadas em conta, pois ocasionam situações diversas e que levam a diferentes demandas e práticas profissionais. Em relação às esferas estatais, a realidade brasileira tem demonstrado o quanto isso pode ser determinante das condições objetivas para efetivação da política, entre outros fatores.

A segunda questão alerta para a importância de perceber a educação para além da política educacional. Claro que é através dessa política que se dá a organização, regulação e efetivação dos serviços educacionais, com uma estrutura de funcionamento que envolve a definição de formas de trabalho coletivo, em que atuam profissionais de diversas áreas, mas cujo escopo de atuação extrapola o âmbito dessa política. Esse, por exemplo, é o caso do assistente social, que possui um campo de atuação bastante diversificado e uma intervenção profissional caracterizada por sua dimensão educativa, de fato, pois o caráter educativo das ações não se restringe ao contorno de uma política educacional, sendo característica de uma diversidade de instituições (como a família e a igreja, por exemplo) e práticas sociais (como a participação em organizações coletivas, entre outras).

Tendo em vista o que foi expresso até o momento, está claro que o exercício profissional do assistente social possui uma dimensão educativa<sup>16</sup> em qualquer área que esteja atuando. Ao estudarmos sua origem e desenvolvimento ficou evidente na concepção defendida por Abreu (2010, p. 17), sua vinculação aos processos de luta das classes sociais pela hegemonia cultural, o que determina sua função pedagógica. No entanto, este estudo pretende adentrar na particularidade desse exercício no âmbito de uma política educacional, o que leva ao seguinte questionamento: quais têm sido as principais requisições para o Serviço Social no âmbito das instituições educacionais executoras dessa política?

Conforme abordado no capítulo anterior, a questão social é a base a partir da qual se deu a constituição e a institucionalização do Serviço Social como profissão. Não se pode esquecer, por conseguinte, que sendo produzida

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que essa dimensão educativa articula-se dialeticamente às outras dimensões da profissão: investigativa e à interventiva.

socialmente, deve ser vista como uma totalidade concreta, social e historicamente construída e que está organicamente relacionada ao processo de produção e acumulação de capital e se manifesta de várias formas no cotidiano dos diversos espaços constituintes da vida social. Em vista disso, essas expressões estão presentes no âmbito da Política Educacional e dos espaços institucionais que a viabilizam.

No cotidiano das instituições de ensino, principalmente nas escolas públicas, (embora também nas de caráter privado) são vivenciadas inúmeras situações decorrentes do desemprego, da fome, do analfabetismo, das condições e da falta de moradia, da violência, da falta de assistência à saúde, da mendicância e de outras expressões da questão social e da difusão de uma ideologia que supervaloriza o individualismo, o consumismo e o hedonismo. Na visão de Martins (2016),

A “democratização” do acesso dos filhos da classe-que-vive-do-trabalho (Ricardo Antunes) traz para o universo educacional as mazelas da questão social. Considerando que a questão social, na conjuntura político-econômica e social atual, está cada vez mais acirrada beirando a barbárie, o ambiente educacional torna-se complexo, sendo uma das demandas sociais que requer a atuação do Assistente Social (MARTINS, 2016, p. 3).

Dessa maneira, apesar de não ser novidade, no ambiente escolar/acadêmico tem ocorrido, com crescente intensidade e complexidade, as seguintes situações que configuram uma realidade com a qual o Serviço Social lida cotidianamente:

a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização do trabalho dos docentes são algumas das muitas expressões da questão social (ALMEIDA, 2007, p. 5).

A ocorrência desses fatos não é garantia da requisição do profissional na área da Educação. É ainda Almeida quem afirma que a inserção do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional faz parte de “uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo” (ALMEIDA, 2007, p. 5) para combater os problemas que caracterizam essa realidade, que carecem de uma atuação articulada de profissionais especializados de diferentes áreas, pois não é competência exclusiva de nenhuma profissão. Além da formação de uma equipe

profissional, a estruturação de serviços sociais para atendimento das necessidades dos estudantes é um fator preponderante da requisição dessa profissão para o ambiente escolar e acadêmico, pois tem como objetivo favorecer o acesso e a permanência dos estudantes na educação escolarizada até a conclusão dos estudos.

[...] a inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo as requisições sócio-institucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (ALMEIDA, 2007, p. 37).

Nesse pensamento, exposto por Almeida, fica bastante claro que a inserção do Serviço Social no ambiente educacional é tensionada pelas contradições que perpassam a Política de Educação, sendo mediada pelas demandas impostas pela política neoliberal de desenvolvimento, que precisa de trabalhadores qualificados para atender as necessidades de mercado, nos moldes atuais de produção; bem como, pela mobilização e luta das classes subalternas pelo direito universal à educação. Isto é, a ampliação das condições de acesso e permanência, ao possibilitar a democratização da educação, objeto da luta dos trabalhadores, possibilita, também, a preparação da força de trabalho em condições de empregabilidade<sup>17</sup>, conforme solicita o modelo de acumulação flexível.

---

<sup>17</sup> Mas o que seria essa “empregabilidade”? Para Forrester (1997, p. 118), “trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (como se troca de camisa, diria a ama Beppa). Mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego a outro”, ele terá uma “garantia razoável”, quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual”.

Na verdade, “a crença na empregabilidade encobre as verdadeiras causas das desigualdades sociais e transfere para os indivíduos a responsabilidade pelo processo escolar, por sua formação e condição de empregado, passando a ideia de que o desemprego e a *exclusão* são decorrentes da falta de preparação do trabalhador. Diante disso, esse se vê impelido a buscar a qualificação em várias áreas, visando garantir sua multifuncionalidade e adequação à lógica flexível. Isso acaba gerando uma frustração, visto que o desemprego é estrutural e o uso capitalista da tecnologia aumenta o desemprego, levando essa massa de trabalhadores precariamente qualificados a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. E a instabilidade é uma constante ameaça para os que estão empregados” (ABREU, 2012, p. 58).



Alguns acontecimentos da década de 1990 constituem mediações importantes para a compreensão da inserção do Serviço Social na Educação:

- A consolidação do Projeto Ético-Político profissional é essencial para a legitimação do ideário construído pela categoria, que propôs a ruptura com o conservadorismo na profissão, colocando novas perspectivas para o exercício profissional nas diversas áreas;
- Foi também nessa década que se acirrou a expansão neoliberal, no Brasil, impondo o processo de redução do Estado e ocasionando profundas mudanças nas políticas sociais, ao reduzir os investimentos nessa área e, especialmente, na política educacional, que cumpre papel de destaque na criação das condições favoráveis à adequação do trabalhador às mudanças no mundo do trabalho, pois é um instrumento essencial para a construção do novo perfil de trabalhador requerido pelo modelo de produção e acumulação vigente;
- O agravamento da *questão social*, provocado pelo avanço neoliberal, repercute no interior das instituições educacionais, acirrando a manifestação de suas expressões e exigindo respostas do poder público, entre outros.

Nos anos 2000 e 2010, as ações afirmativas para democratização do acesso tornaram ainda mais evidentes as mazelas decorrentes da desigualdade social dentro da escola.

Essa inserção decorre, não só da necessidade de enfrentamento de problemas agravados pelo processo de reestruturação produtiva, mas também está relacionada ao amadurecimento e à consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, que, em virtude do movimento da categoria e do notável acúmulo teórico e desempenho profissional em outras políticas sociais, tem contribuído para o reconhecimento de sua importância nas diversas áreas e para o alargamento do campo de atuação do Assistente Social.

Em relação ao primeiro aspecto apontado no parágrafo anterior, recorreremos a Martins (2016), que apresenta um resumo esclarecedor dos determinantes das requisições postas para o Serviço Social na esfera educacional:

- o processo de assistencialização das políticas sociais, particularmente a política de educação como os programas de transferência de renda, cuja condicionalidade se refere à permanência na escola;
  - os imperativos de melhoria dos índices educacionais brasileiros, extremamente atrasados, exigidos pelos acordos internacionais com agências multilaterais, principalmente o Banco Mundial. Esse quesito é
-

assumido pelas legislações brasileiras inicialmente pela própria Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que reconhecem a educação como direito público subjetivo;

- em decorrência do imperativo jurídico ocorre o acionamento das instituições da área sócio-jurídica (Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário) na garantia do direito individual à educação pública;
- e o próprio perfil dos estudantes advindos da classe trabalhadora que trazem para o universo educacional as várias expressões da questão social as quais influenciam no processo de ensino-aprendizagem necessitando de articulação com a rede sócioassistencial para o devido encaminhamento e atendimento dessas demandas sociais;
- também podem-se incluir as demandas educacionais travejadas por questões pertinentes ao universo sócio-educacional tais como: infrequência e evasão escolar, dificuldades de aprendizagem. Nesse quesito, de forma geral, ocorre a culpabilização do aluno/família pelo fracasso escolar e aflora a dificuldade histórica da relação: escola-família e vice-versa (MARTINS, 2016, p. 4-5).

Com relação à mediação resultante do processo de consolidação do Projeto Ético-Político, há que se destacar que o acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político construído nesse processo favoreceu o reconhecimento e a valorização do Serviço Social no âmbito das políticas sociais, abrindo novos caminhos e novos espaços para a intervenção profissional. Nesse ínterim, a relevância dada às dimensões política e educativa dessa intervenção resulta da percepção da contextualização sócio-histórica da profissão e do compromisso ético-político assumido desde então.

Decerto, a inserção do assistente social na Política Educacional tem sido voltada para “o fortalecimento das redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais” (ALMEIDA, s/d, p. 6). No entanto, mesmo que o profissional não tenha consciência disso, a dimensão educativa do exercício profissional expressa os valores e princípios que a fundamentam. Historicamente, as demandas institucionais nesse sentido são de que a ação do assistente social tenha como propósito preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais através da disciplinarização da mente e formação de hábitos, bem como para inserção no mercado de trabalho. Segundo Martins,

uma das particularidades do trabalho do assistente social, requerida nas diversas instâncias da política de educação, justamente visa à mobilização da coesão e do consenso em torno da ideologia hegemonicamente constituída, com os sujeitos presentes no universo educacional (MARTINS, 2016, p. 4).

De outro modo, o referencial teórico-metodológico e o posicionamento ético-político dos profissionais, em consonância com os princípios que orientam o Projeto Ético-Político, podem favorecer o redirecionamento dos objetivos dessa ação de modo a contribuir para o fortalecimento de uma educação de caráter emancipatório.

Contudo, acredita-se que duas questões devem ficar claras ao abordar essa matéria: não se deve perder de vista que uma atuação nesse sentido não depende apenas da vontade política e do posicionamento ético dos assistentes sociais. O espaço institucional é, de fato, contraditório, é de fato um palco de luta política e ideológica, no qual está em disputa o poder hegemônico entre as classes sociais, o que impõe limites aos propósitos de sua ação; a outra concerne à centralidade da categoria mediação para a atuação do profissional nessa perspectiva. Em conformidade com o que foi estudado, como categoria teórico-metodológica, é a que vai possibilitar uma visão ampla da totalidade social, das relações e contradições que a constituem.

No caso da Política Educacional, a compreensão da sociedade brasileira como uma sociedade capitalista, em seus aspectos estruturais e conjunturais, o entendimento do processo de constituição e configuração atual do Estado Brasileiro, bem como das várias nuances que a conformam, são mediações fundamentais para apreensão das questões postas no cotidiano da prática para além da aparência imediata.

Nesse sentido, o exercício cotidiano de articulação entre singularidade, universalidade e particularidade é imprescindível para a captura das mediações presentes nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Na educação, tal exercício pode permitir a identificação dos sujeitos e suas relações no contexto institucional; o desvelamento das contradições que perpassam as demandas institucionais, profissionais, dos estudantes e suas famílias e da comunidade; a identificação de profissionais e de outros sujeitos (individuais e coletivos) com os quais pode estabelecer alianças; a identificação dos interesses determinantes das ações desenvolvidas a percepção dos obstáculos e das possibilidades de atuação coerente com os princípios que orientam sua ação profissional; entre outros fatores que influenciam o fazer profissional.

Com base nessas considerações, acredita-se que a dimensão educativa obtém um significado primordial no ambiente educacional. Essa dimensão está

ligada à origem e à institucionalização da profissão, pois esteve no âmago de sua inserção na divisão social do trabalho, quando foi requisitada para atuar na difusão da ideologia e da cultura da classe dominante, orientada por princípios voltados para a manutenção das relações sociais vigentes. Lembrando o que nos disse Abreu (2010), a função pedagógica do assistente social está relacionada aos vínculos estabelecidos com as classes sociais.

O Projeto Ético-Político da profissão propõe “um redirecionamento da direção social da profissão a favor da classe trabalhadora” (MARTINS, 2016, p. 8) e uma ressignificação dessa dimensão ao fazer uma opção teleológica pela emancipação da classe trabalhadora. Desse modo, o assistente social que atua na Política Educacional pode dar uma significativa contribuição na construção de uma perspectiva emancipatória de educação no seu espaço de trabalho. Em vista disso, concorda-se com o pensamento de Martins (2016), segundo o qual

a dimensão educativa do exercício profissional do Assistente Social é de extrema importância na área da educação, pois adquire significado estratégico. Justifica-se essa relevância considerando o multifacetado perfil de educadores que constituem o universo educacional e que, por condições precárias, no processo de formação (tanto inicial quanto continuada) se distanciam das análises críticas da conjuntura histórica. Para além desses, a situação se complexifica quando se trata dos estudantes e famílias cujo senso comum é impregnado pelos conhecimentos e valores da ideologia dominante, a ideologia burguesa. Envolver a comunidade escolar nessa ação socioeducativa poderá possibilitar a mobilização de uma consciência crítica, coletiva, que reconheça a educação como um direito social, que precisa ser garantido pelo Estado, para todos e com qualidade (MARTINS, 2016, p. 9).

A partir dessa perspectiva é que o assistente social desenvolve atividades voltadas para “o fortalecimento das propostas e ações de gestão democrática e participativa da população no campo educacional” (ALMEIDA, 2003, p.9), através do assessoramento a organizações estudantis e de pais, entre outros, visando contribuir com o processo organizativo na área da educação.

Diante do exposto, percebe-se que a educação vem gradativamente se consolidando como um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Assim é que se considera relevante mencionar algumas informações sobre o percurso histórico desse processo. Nesse intuito, destaca-se que Franco (et al) salienta que

o assistente social está inserido na educação enquanto espaço sócio-ocupacional desde a década de 1930, porém sua presença só ganhou notoriedade com a maturidade do Projeto Ético-Político Profissional, na década de 1990. [...]. A inserção nesse cenário está articulada à política de educação, que prioriza a ampliação do acesso e permanência na escola no bojo da mundialização do capital, que [...] interfere nas configurações das políticas públicas (FRANCO et al, 2012, p.5).

Conforme abordado, foi a partir da década de 1990 que, gradativamente, foi se dando a consolidação da Educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social e a ampliação do debate em torno da questão, inclusive no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, o que impulsionou esse processo através da criação de “comissões temáticas, grupos de trabalho e proposições nos encontros nacionais da categoria” (SANTOS et al, 2012, p. 248). Mas foi somente em 2001 que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) criou uma sessão específica para debate da questão. Foi nesse ano também que, pela primeira vez, no 30º Encontro do Conjunto CFESS/CRESS, houve a elaboração de propostas voltadas para a inserção do Serviço Social na Educação e o CFESS formou um Grupo de Estudos sobre essa temática. Como resultado desse estudo foi elaborada uma brochura com o objetivo de fomentar e aprofundar a discussão em nível nacional: entre outras questões, continha o Parecer Jurídico nº 23/2000 do CFESS a respeito da implantação do Serviço Social nas instituições de Ensino Fundamental e Médio e discussões sobre os aspectos legais da elaboração de projetos de lei para efetivação dessa implantação em nível estadual e municipal (SANTOS et al, 2012, p. 249).

Destaca-se ainda nesse processo, a aprovação da criação de um grupo de trabalho com representantes do CRESS de cada região do país e quatro representantes do CFESS, no 35º Encontro do Conjunto CFESS/CRESS, em 2006, em Vitória, no Espírito Santo, o que só foi efetivado na gestão 2008/2011 do CFESS.

É importante registrar, ainda, que o Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados em julho de 2015.

Esse Grupo de Trabalho tem desenvolvido várias ações no sentido de fundamentar e consolidar a inserção do Serviço Social na Educação, entre as quais: levantamento das legislações existentes nos municípios e estados brasileiros para implantação do Serviço Social nas escolas; levantamento dos projetos de lei em tramitação nas esferas municipal, estadual e federal; avaliação do conteúdo desses projetos para possíveis correções conceituais; elaboração de uma metodologia para a atuação desse grupo de trabalho, que resultou na produção dos Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Política de Educação.

Nos anos de 2010 e 2011 houve uma intensificação do debate em torno dessa questão, dando origem à realização de vários eventos por todo o país, tais como: debates e seminários em nível estadual; I Seminário Nacional do Serviço Social na Educação, em 2012 (SANTOS et al, 2012, p. 251-254).

Em conformidade com as reflexões a respeito dos dilemas e desafios vivenciados em torno da hegemonia do Projeto Ético-Político, certamente esses estão presentes no espaço sócio-ocupacional em questão, pois, como se viu, a hegemonia de um projeto profissional não elimina a existência de outros, configurando uma permanente disputa no interior da profissão. Abreu (2010) identificou três perfis pedagógicos<sup>18</sup> coexistindo no âmbito do Serviço Social, que, como vimos, são orientados por princípios distintos e vislumbram objetivos e resultados também diferentes.

A despeito dessa realidade, o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CFESS e publicado com o título *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*, em consonância com o Projeto Ético-Político, identifica algumas dimensões expressas nas ações desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social na Política de Educação:

1 – [...] as abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ou trabalhadores da Política de Educação. [...]. As abordagens individuais são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.

2- Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora [...].

3- A dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional. Ela contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência e previamente pensados, constando do projeto de intervenção profissional [...].

4- A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade diante da predominante estruturação verticalizada e muito pouco democrática destes espaços na Política de Educação [...].

5- A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas

---

<sup>18</sup> Esses perfis pedagógicos foram abordados no item 2.2 deste estudo.

sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social reveste-se de um significado importante no campo da educação, pois representa um dos elementos que justificam a inserção desse/a

profissional na dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos educacionais, assim como em instâncias de gestão e/ou coordenação nas esferas locais [...].

6- A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação [...]. Trata-se de uma dimensão do trabalho profissional que, se não tem sido demandada institucionalmente e até encontra grandes resistências neste sentido, coloca-se hoje como uma clara intenção de construção de possibilidades de atuação profissional, sobretudo com a intenção de se assegurarem processos de gestão democráticos e participativos e trabalhos interdisciplinares e potencializadores de ações intersetoriais (CFESS, 2012, p. 50 - 55).

Diante do exposto neste item, observa-se que as duas últimas décadas têm sido muito importantes para a ampliação e consolidação da educação como um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Certamente, muito ainda precisa ser feito, pois as lutas e conquistas de garantia de espaço nessa área de atuação vêm se dando mais em nível estadual e municipal, o que caracteriza situações distintas nos estados brasileiros.

Em nível federal, pode-se dizer que as ações afirmativas para democratização do acesso às Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação (como a Lei de Cotas, por exemplo), a expansão da Rede Federal de Educação, em especial da Educação Profissional e Tecnológica, pelo interior do país e a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil são experiências concretas que têm contribuído para ampliar as requisições para o Serviço Social nessa área de atuação. Além disso, o CFESS está acompanhando a tramitação do referido Projeto de Lei que trata da inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação básica.

#### **4.2 A expansão da Educação Profissional e Tecnológica e as novas demandas para o Serviço Social**

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se insere no contexto das transformações em curso na atualidade, o que configura a presença dos interesses das classes dirigentes nas definições acerca da atual Política de Educação Profissional e Tecnológica do Estado Brasileiro. A ênfase ao desenvolvimento de competências visa à empregabilidade do trabalhador,

reforçando a ideia de que é a baixa escolaridade que impede o desenvolvimento e gera o desemprego, que decorre da falta de capacitação do trabalhador.

No início do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva foram tomadas medidas importantes no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica, entre elas a publicação do Decreto Nº 5.154/04, que veio substituir o Decreto Nº 2.208/97. Ainda em 2004, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica adquiriram autonomia para criarem e implantarem cursos nos diversos níveis de educação profissional e tecnológica.

Na ótica desse governo, a partir de 2003 instala-se uma política que prioriza a responsabilidade social como fio condutor de suas ações e, reconhecendo a potencialidade estratégica dessas instituições, pretende articular a educação profissional e tecnológica a um novo projeto de nação. Nesse sentido,

a expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação da política de educação no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (INSTITUTO..., 2008, p. 16).

Desse modo, considerando a visão difundida pela ideologia dominante de que o desemprego é decorrente da falta de qualificação dos trabalhadores e de que a escolaridade e, portanto, a educação tem o poder de viabilizar a inserção das pessoas no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento econômico do país<sup>19</sup>, a expansão da educação profissional e tecnológica insere-se no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e é uma alternativa para atender às demandas por educação profissional e tecnológica.

A primeira fase dessa expansão foi iniciada no ano de 2006 e teve como objetivo a implantação de instituições federais de educação profissional e tecnológica em estados da federação que ainda não as possuíam, além de outras, localizadas em periferias de grandes cidades e em municípios distante de áreas urbanas. Os cursos deveriam estar “articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho” (INSTITUTO, 2008, p. 17). A segunda fase começou em 2007 com o tema: “uma escola técnica em cada cidade-pólo do país”, com o propósito de implantar 150 novas unidades de ensino, criar 180 mil vagas na educação profissional e tecnológica e a meta de alcançar 500 mil matrículas até 2010.

---

<sup>19</sup> Essa visão se fundamenta na Teoria do Capital Humano, segundo a qual a educação teria o poder de promover o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos, pensamento que ganhou novo impulso na atualidade.



O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ao direcionar essa expansão para o interior do país através da definição de cidades-pólo, apresenta como propósito “consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional” (INSTITUTO..., 2008, p.17). Esse propósito se insere no processo de descentralização da indústria e atende aos interesses da acumulação capitalista (não é por acaso o grande empenho do governo brasileiro em expandir a Educação Profissional por todos os recantos do país), contudo a consideração das demandas locais e regionais na definição dessa política pública vinha sendo uma reivindicação dos movimentos pela educação, desde a década de 1990.

Conforme apontam os documentos oficiais, a criação e implementação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia constitui-se a ação mais importante do processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Ao apresentar o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, em abril de 2007, o Ministério da Educação considera a criação desses Institutos como um dos pilares de sua ação. Desse modo, faz parte do conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica, em andamento a partir do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre elas a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Está relacionada às medidas para ampliação dos cursos técnicos, principalmente do ensino médio integrado, para elevação da titulação dos profissionais da rede e para que a formação para o trabalho esteja ligada à elevação da escolaridade (INSTITUTO, 2008, p. 9).

Nesse contexto, a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais. A Rede é constituída por esses Institutos, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Os Institutos federais configuram-se autarquias de regime especial e no Art. 2º dessa Lei, são definidos como “instituições de educação superior, básica e profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas nos termos desta Lei” (BRASIL, 2008, p.1). Foram criados 38 Institutos

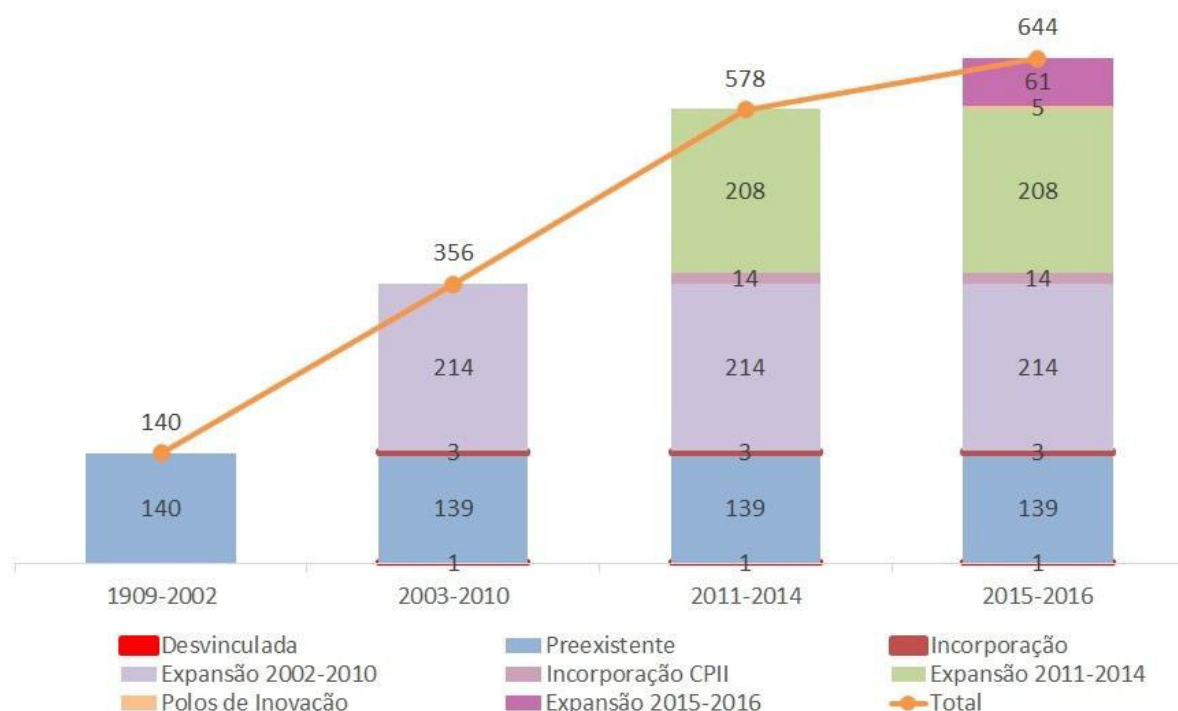
Federais em todo o país, que foram constituídos em cada estado pela integração voluntária entre os Centros Federais de Educação, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas.

Para o Governo Federal,

essa modalidade de educação vem sendo considerada como fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade de desenvolvimento nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros [...]. O Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. [...]. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (INSTITUTO..., 2008, p. 21).

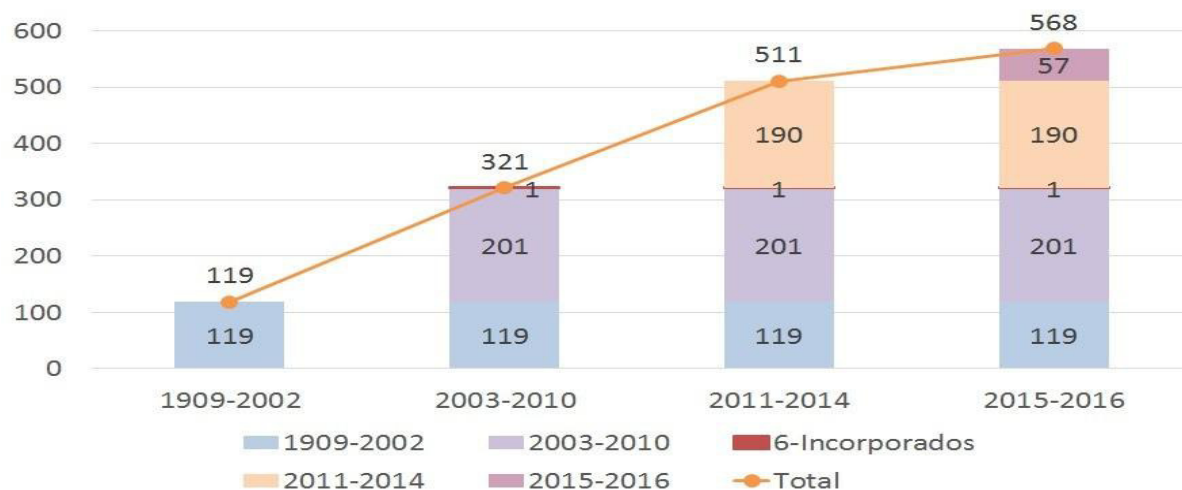
Os gráficos a seguir mostram como ocorreu essa expansão em termos quantitativos:

**Figura 1** - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

**Figura 2** - Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>.

Esses gráficos mostram que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ocorreu nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff. No primeiro gráfico, observa-se que na primeira fase da expansão, que iniciou de fato em 2006 e foi até 2010, foram criadas 214 (duzentas e quatorze) novas unidades e na segunda, de 2011 a 2014, foram criadas 208 (duzentas e oito). De 2015 a 2016 foram criadas mais 61, chegando ao total de 644 unidades. O segundo quadro mostra que de 119 municípios atendidos até 2002, chegou-se ao número de 568 em 2016. Esses dados demonstram a rapidez com que essa expansão ocorreu.

A pesquisa que fundamenta esta análise mostra que a implantação do Serviço Social nos Institutos Federais concentrou-se, principalmente, nas décadas de 2000 e 2010, período em que, como mencionado acima, ocorreu, de fato, a expansão.

**Tabela 3** - Período de implantação do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação.

<b>Período de implantação</b>	<b>%</b>
Até a década de 1970	2,88
Década de 1980	3,84
Década de 1990	0,96
Década de 2000	30,77
Década de 2010	53,85
Não informou	7,70
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A ampliação do quadro de Assistentes Sociais, como pode ser visualizado na tabela 4 (73,08% está exercendo a profissão há até 10 anos), é também um dado revelador do crescimento das demandas e da importância que passou a assumir esse espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social a partir da expansão.

**Tabela 4** - Tempo de atuação como assistente social

<b>Tempo de atuação</b>	<b>%</b>
Até 10 anos	73,08
Mais de 10 anos	26,92
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Quando se trata especificamente da inserção nos Institutos Federais de Educação, o percentual dos que atuam há até 10 anos sobe para 96,15%.

**Tabela 5** - Tempo de atuação como assistente social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica

<b>Tempo de atuação</b>	<b>%</b>
Até 10 anos	96,15
Mais de 10 anos	3,85
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

No documento que expõe a concepção e as diretrizes dos Institutos Federais de Educação, esses são vistos como bens públicos, que concebidos e criados em função da sociedade e na perspectiva de sua transformação, “respondem à necessidade da institucionalização definitiva da Educação Profissional

como política pública” (INSTITUTO..., 2008, p.22). É como política pública que “assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais” (INSTITUTO..., 2008, p. 21).

O documento pontua que historicamente essas instituições foram direcionadas pelos governos ao atendimento às necessidades do mercado em favor do crescimento econômico. Também faz parte de sua história o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social<sup>20</sup>, mesmo quando não definidas por uma política de governo. Reconhece então, no interior dessa política, a existência de uma correlação de forças entre os setores que a colocavam a serviço da acumulação capitalista e um movimento interno que a via como possibilidade para a criação de oportunidades e redução das desigualdades, o que a caracteriza como uma política compensatória.

Esse caráter compensatório é claramente explicitado naquela que é considerada sua função mais importante:

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (INSTITUTO..., 2008, p. 23).

Nessa ótica, a relação dos Institutos com a realidade na qual estão inseridos tem como objetivo a busca de soluções para a situação de “exclusão” que assola o país. Essa exclusão “se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação” (INSTITUTO..., 2008, p. 24). Percebe-se a grande ênfase que é conferida a essa política como promotora de “inclusão social”, baseando-se na crença de que o acesso à educação possibilita o acesso ao trabalho e, conseqüentemente, aos direitos sociais.

Segundo o referido documento que informa a concepção e diretrizes dos Institutos Federais, diante da revolução tecnológica que ocorre na atualidade, da qual o Brasil participa com “relevante conhecimento no processo de transformação da base científica e tecnológica” (INSTITUTO..., 2008, p. 32), a educação profissional e tecnológica assume um papel fundamental no processo de

---

<sup>20</sup> O termo “inclusão”, em evidência nos debates e nos discursos oficiais acerca do combate à pobreza, mascara a origem das desigualdades sociais e coloca no indivíduo a responsabilidade pela superação das conseqüências da questão social decorrente das mesmas.

crescimento que o Brasil vivencia. As mudanças na base técnica do processo produtivo, com ênfase na microeletrônica, estabelecem um novo paradigma no mundo do trabalho, embora persistam ainda práticas características do modelo de produção taylorista/fordista. Essas mudanças evidenciam no Brasil a *carência de trabalhadores qualificados* para atender às novas demandas, fato que atinge diretamente a educação profissional e tecnológica. Essa concepção ratifica a afirmação feita anteriormente de que as reformas educacionais brasileiras são norteadas por princípios neoliberais e atendem, prioritariamente, aos interesses do projeto societário dominante.

O entendimento a respeito da carência de trabalhadores qualificados no Brasil baseia-se em dados de 2007 do IPEA, segundo os quais apenas 18,3% dos que buscam trabalho no país possuem qualificação adequada ao perfil atual dos empregos, o que revela que a formação através da educação profissional e tecnológica é ainda tímida. Segundo Pochmann e outros (2007 apud INSTITUTO..., 2008, p. 33), “há uma desconexão entre a realidade do mundo do trabalho e a realidade do sistema de formação”. Com relação à educação, utiliza como suporte dados do IBGE, cujos números revelam que cerca de 30% de pessoas entre 18 e 25 anos, no Brasil, não atingiram 8 anos de estudo<sup>21</sup>.

As necessidades do mundo da produção e do trabalho sempre foram determinantes das políticas voltadas para a formação profissional. Entretanto, na perspectiva dos Institutos, essas políticas, pautadas na relação entre educação e trabalho, devem extrapolar o aspecto econômico e buscar articulação com as políticas de inclusão em andamento no país. Nesse contexto, os formuladores dessa política defendem que a educação “deve incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva” (PARANÁ, 2006, apud INSTITUTO..., 2008, p. 34). “Isso significa tomar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas de educação profissional e tecnológica” (INSTITUTO..., 2008, p. 34).

A concepção adotada pelos Institutos Federais é de que a educação para o trabalho é

---

<sup>21</sup> Como já foi mencionado, a ênfase à superação desses dados faz parte das exigências dos organismos multilaterais por melhoria dos índices educacionais brasileiros, extremamente atrasados, em face das necessidades impostas pelo processo de mundialização do capital.

potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação, [...] de uma sociedade mais democrática e inclusiva (INSTITUTO..., 2008, p. 34).

Observa-se que a ênfase à perspectiva inclusiva nos documentos e discursos oficiais não está desvinculada da articulação da expansão da educação profissional e tecnológica com as transformações econômicas, em cujo contexto é evidenciada como impulsionadora do desenvolvimento econômico. Conforme o Termo de Metas e Compromissos, firmado em maio de 2010 entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação/SETEC e os Institutos Federais de Educação<sup>22</sup>, “considera-se que o alcance da REDE em todo o território é fator decisivo para o desenvolvimento do país” (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO, 2010, p. 5).

Esse Termo de Metas e Compromissos tem como objetivo a reestruturação e expansão da Rede Federal e a implementação dos Institutos Federais e destaca que “as instituições federais de educação profissional e tecnológica, ao longo dos cem anos de existência, oferecendo educação pública e gratuita, cumprem o papel de promover a inclusão, visando à diminuição das desigualdades sociais” (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO, 2010, p. 5). Dessa forma, ainda segundo o referido documento, por ter conquistado destaque no cenário educacional do país, a expansão dessa rede requer o fortalecimento da estrutura existente, no intuito de garantir a ampliação da oferta com qualidade. Face a isso, os Institutos Federais devem buscar condições estruturais que garantam o cumprimento de seus objetivos na realidade onde estão inseridos, ou seja, devem contribuir para o desenvolvimento educacional e socioeconômico.

Observa-se, que, de um lado, sob alguns aspectos, a proposta de criação dos Institutos Federais de Educação é conceitualmente avançada, de outro, a argumentação preponderante reforça a concepção da educação profissional e tecnológica como mola propulsora do desenvolvimento do país e promotora de inserção profissional na perspectiva da inclusão social. De fato, não se pode negar que

---

<sup>22</sup> As diretrizes para elaboração do Termo de Metas e Compromissos foram construídas e aprovadas pelo Conselho de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (CONIF), com base em estudos realizados pela Comissão de Indicadores do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), em articulação com a SETEC/MEC.

a educação pode possibilitar benefícios individuais e sociais; existe uma relação entre escolaridade e empregabilidade; a educação é um direito ao qual todos devem ter acesso; há exigências de escolaridade para absorção do indivíduo pelo mercado de trabalho; a educação é necessária para inserção no mercado de trabalho (LIMA, 2010, p.327).

Entretanto, é certo, também, que não há garantia de emprego para todos, isso porque, como abordado anteriormente, embora a ideologia dominante diga o contrário, não é a falta de qualificação dos trabalhadores que gera o desemprego, mas esse, assim como o processo de precarização do trabalho, decorrem da crise endógena do capitalismo e do seu processo de reestruturação.

Por outro lado, deve-se considerar que a sociedade capitalista se funda nas relações contraditórias que se estabelecem entre as classes sociais que a constituem e que a construção de uma política não é apenas resultado da ação do Estado visando a legitimação dos interesses dominantes, mas também resulta da luta da classe trabalhadora pelos seus direitos. Desse modo, entende-se que a expansão da educação profissional vem atender também aos anseios da classe trabalhadora por educação e por profissionalização. Como e se, de fato, isso está ocorrendo é algo que ainda precisa ser analisado.

Viu-se que a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação têm como fundamento para condução de suas ações uma perspectiva de inclusão social, concepção que está amplamente demarcada no marco regulatório que deu suporte à estruturação da Rede e, principalmente, no livreto que expõe as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais.

Diante da concentração de renda e das desigualdades sociais que caracterizam a realidade brasileira, a educação profissional e tecnológica é pensada no contexto dessa expansão como “um fator estratégico para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros” (INSTITUTO..., 2008, p. 21). Nesse sentido, tem como propósito o combate às desigualdades sociais através de ações que possibilitem a incorporação de setores historicamente alijados do desenvolvimento do país (INSTITUTO..., 2008, p. 23). Isso revela que essa expansão é concebida como mecanismo de resgate de uma dívida social com esses setores, o que reafirma seu caráter compensatório. Nesse sentido, o acordo entre a SETEC e os Institutos destaca, novamente, a necessidade do fortalecimento de políticas de inclusão, na perspectiva de que essa expansão possa



repercutir de modo imperativo nas condições de vida de grupos em desvantagem social. Espera-se com os Institutos Federais atender cada vez mais aos alunos oriundos de camadas mais pobres da população. Por isso, faz-se necessário promover ações afirmativas voltadas à democratização do ingresso, à permanência e êxito e à inserção sócio-profissional dos egressos. Nesse sentido, é preciso assegurar a implementação de políticas de assistência estudantil, a fim de atender às necessidades básicas de alimentação, material didático-pedagógico, transporte, apoio psicopedagógico, saúde, moradia, esporte, cultura, lazer, inclusão digital, dentre outras condições (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO, 2010, p. 9).

Assim sendo, o alcance do objetivo de promover a *inclusão social* requer a adoção de medidas que levem à criação das condições objetivas necessárias a sua concretização. Criar essas condições passa pela “institucionalização e consolidação, no âmbito da política de educação, de ações e iniciativas que configurem uma política pública centrada no atendimento às condições de acesso e permanência do corpo discente nos distintos níveis e modalidades de ensino” (MORAES; LIMA, 2011, p. 11).

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica tem sido apontada como um dos principais determinantes da ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. A organização de serviços para atendimento das necessidades básicas dos alunos no intuito de favorecer o acesso, a permanência e o êxito na educação escolarizada tem se constituído uma relevante requisição para a profissão nesse contexto. No âmbito dos Institutos Federais, essa é uma das mais importantes demandas para o Serviço Social: 75% dos participantes da pesquisa realizada, para fundamentação deste estudo, apontaram essa como a principal demanda para a profissão. Os eventos realizados em nível regional e/ou nacional para discussão e análise da prática cotidiana confirmam essa afirmação.

No contexto da expansão da Rede Federal, a Assistência Estudantil é concebida como estratégia para redução dos efeitos das desigualdades sociais, que comprometem o desempenho e o percurso acadêmico de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados. Dentro deste intento, é aprovado, em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, com o objetivo de “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FÓRUM DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2007, p. 11). Apesar da proposição de implantar esse Plano em 2007, somente em 19 de julho de 2010 foi promulgado o

Decreto Nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual institui os seguintes objetivos no seu Art. 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 1).

Sem dúvida, as reflexões já empreendidas neste trabalho denotam que a referida expansão vem ocasionando processos de mudanças no seio institucional. Essas mudanças atingem a instituição como um todo e compreendem desde a ampliação dos níveis e modalidades de ensino até a estrutura física e organizacional. Conseqüentemente, repercute nas ações referentes à assistência estudantil, assim como nas requisições para os assistentes sociais.

As mudanças referentes ao ensino sustentam-se num desenho curricular que enfatiza a formação por competências<sup>23</sup> e tem como propósito a verticalização do ensino através de uma articulação entre os diversos níveis; a integração entre a educação profissional e a educação propedêutica, visando à superação da dualidade estrutural, através da Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio; a capacitação continuada de trabalhadores em articulação com as demandas do processo produtivo; e programas de “Educação Inclusiva”, como o “Mulheres Mil” e o PROEJA, entre outros objetivos.

Essas mudanças não estão dissociadas do que já foi abordado a respeito da relação entre educação e trabalho no atual momento do capitalismo. Os processos educacionais possuem uma relação orgânica com as formas de organização do trabalho necessárias ao processo produtivo. Daí é que continua a ênfase à formação por competências visando à empregabilidade e à capacidade de adaptação, características coerentes com o modelo de acumulação flexível.

Entre as novas demandas surgidas, destaca-se que o novo modelo de seleção para a Graduação, através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual há um deslocamento de estudantes entre os estados brasileiros, colocou a

---

<sup>23</sup> A formação por competências tem fundamentado as reformas educacionais voltadas para a formação do trabalhador. Sua proposta educativa prioriza o ensino prático e volta-se para desenvolver nos estudantes as competências necessárias para garantir as condições de empregabilidade diante das exigências da “era tecnológica” e ao modelo de acumulação flexível. A principal justificativa para a implantação dessa “nova” concepção escolar – proclamada por alguns documentos oficiais, empresários, jornalistas e parte da intelectualidade – seria o ajuizamento de que o complexo educativo precisa se “adaptar para atender às necessidades capitalistas dos contemporâneos problemas no dito mundo produtivo” (SANTOS, 2015, p. 81).

necessidade de pensar a questão da moradia. Ressalta-se ainda que a saída do estudante do seu contexto familiar pode contribuir para agravar as condições de satisfação de suas necessidades básicas, como alimentação e transporte, entre outras. As mudanças relativas à Assistência Estudantil têm como ponto de partida a destinação de maior investimento financeiro para essa Política, possibilitando a ampliação do alcance e a implementação de novos projetos, nem sempre sob as condições adequadas. O depoimento de uma assistente social da região sudeste retrata bem a forma como as coisas foram acontecendo:

Eu lembro que foi muito desesperador pra mim, o diretor chegou e falou assim: a gente precisa oferecer auxílio alimentação para esses alunos, a gente precisa oferecer auxílio moradia. Eu: ah, tá. Isso foi em 2010, 2011... efetivamente, foi em 2011. Mas... como? Vamos entender um pouco isso: a demanda por auxílio moradia não era muito expressiva aqui no Campus. Mas era assim: nós temos que oferecer! Nós temos que oferecer! Tudo bem. Aí eu fui estruturando os editais de acordo com as orientações que eram passadas da Reitoria. Foi um pouco nesse ritmo. E aí, logicamente os alunos sabendo que havia possibilidade de serem atendidos pela assistência estudantil... Começou a surgir um número maior de demandas e ao longo dos anos isso foi se estruturando, de acordo com aqueles serviços que a Política estava oferecendo (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sudeste 2).

É relevante destacar que a requisição do assistente social por essa política não é somente no nível de execução, o profissional é chamado, também, para atuar no planejamento e gestão dos programas, projetos e serviços referentes a assistência estudantil.

A ampliação das demandas referentes à assistência estudantil repercutiu na configuração de outras dimensões do trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais. Além do caráter compensatório, a Política de Assistência Estudantil é focalizada para os estudantes em situação de “vulnerabilidade social”<sup>24</sup>, imprimindo-lhe também o caráter seletivo.

Essa assertiva suscita algumas reflexões acerca dessa política: a primeira delas é que a caracterização dos estudantes a serem atendidos como “em situação de vulnerabilidade social” mascara o pertencimento de classe, assim como a pretensa “inclusão social”<sup>25</sup> propagada na sua teleologia mascara a origem da desigualdade social, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pela não

<sup>24</sup> O termo “vulnerabilidade social”, bastante utilizado na atualidade, se refere a situações vivenciadas pelos indivíduos em decorrência da condição de pobreza. Essa concepção, na compreensão deste estudo, naturaliza essa condição de pobreza e a desvincula das relações entre as classes sociais.

<sup>25</sup> Na mesma lógica, o termo “inclusão social” naturaliza o processo de marginalização dos “pobres” ou “excluídos sociais”, desvinculando-os de sua condição de classe.

inclusão; a outra, é que a seletividade imposta pela focalização não está de acordo com o princípio da universalização proposto pelo Projeto Ético-Político e pela Constituição de 1988, embora esteja presente no debate interno uma compreensão de que

há uma característica que é comum a esses estudantes, todos são sujeitos de direitos, inseridos na sociedade e trazendo consigo as contradições sociais próprias do nosso tempo, tempo de capitalismo maduro onde está presente a desigualdade social (BONASSA apud SEMINÁRIO CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2010, p.19).

A repercussão em outras dimensões do trabalho profissional justifica-se, também, pela questão da seletividade. Um primeiro aspecto a considerar é que a ampliação de programas focalizados incidiu na dimensão investigativa, visto que aumentou bastante a demanda pela realização de estudos socioeconômicos como parte dos processos seletivos para inserção nesses programas. Seguramente, essa é apenas uma das atividades dessa dimensão, que deve ter como propósito um conhecimento amplo da realidade institucional em todas as suas nuances como fundamentação para o planejamento de ações profissionais. Algumas informações obtidas através dos questionários revelam algumas percepções a respeito dessa solicitação:

Realizar estudos e pesquisas socioeconômicas para conhecer a realidade social da população atendida (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Realizar estudos socioeconômicos e emitir parecer social e laudos sobre questões que são de responsabilidade do serviço social (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

A realização de todos os processos de concessão do auxílio estudantil, e todos os processos que envolvem a análise socioeconômica (processos seletivos, SISU, isenção do vestibular, concursos, etc.) (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Estudos socioeconômicos para fins de acesso à Política de Assistência Estudantil (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Por outro lado, essa mesma seletividade coloca em evidência a questão da assistência estudantil e do acesso à educação escolarizada como direitos sociais e isso tem aumentado também a necessidade e a possibilidade de trabalhar na perspectiva de fortalecer o movimento estudantil e de pais no processo de organização e luta pela universalização dos mesmos.

Partindo-se dessa compreensão entende-se que a política educacional deve ser estruturada de forma ampla, pois cabe à escola “articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do estudante, seus problemas e necessidade sociais” (BONASSA apud SEMINÁRIO CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2010, p.19). Nesse contexto, em que a totalidade social é a base para o entendimento das relações estabelecidas na escola, onde se efetiva o processo de constituição dos direitos sociais, acredita-se que tal compreensão deve ser também a referência para que os sujeitos que atuam nas instituições educacionais trabalhem na perspectiva da ampliação e garantia de direitos. “O assistente social, na educação, é capaz de orientar e mobilizar a comunidade escolar na conquista dos seus direitos básicos” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Entende-se que a perspectiva de inclusão social evidenciada no Plano de Expansão está relacionada à ideia de empregabilidade que tem orientado as políticas de educação profissional e de formação do trabalhador, que, como já abordado neste estudo, responsabilizam esse trabalhador por sua inserção no mundo do trabalho, assim como por sua inclusão na vida social, superdimensionando a educação profissional como mecanismo viabilizador desse processo.

A ênfase à formação por competências, visando à formação de um trabalhador com múltiplas habilidades, não é garantia de inserção no mundo do trabalho. A realidade e os estudos apontam que apenas uma minoria de trabalhadores alcança um alto nível de qualificação. Para a maioria essa tal empregabilidade se traduz na disponibilidade para aceitar qualquer emprego que lhe proporcione o mínimo de condições para sua sobrevivência, num mundo do trabalho em processo de precarização, e nem isso lhe é absolutamente garantido.

Apesar dessa compreensão, é imprescindível considerar a importância da educação no processo de crescimento pessoal e das sociedades. Tanto isso é verdade que sua constituição como direito social resulta da luta dos trabalhadores por sua emancipação. Nessa perspectiva, o acesso à educação constitui-se interesse e necessidade dessa classe na luta por melhores condições de vida.

Com base nesse modo de pensar, entende-se que a Assistência Estudantil tem sua importância nessa luta pela ampliação e garantia de direitos,

colocando-a a serviço da classe trabalhadora, não devendo se limitar meramente à concessão de benefícios. Nessa direção, deve ser pensada em articulação com o projeto pedagógico da instituição, visando o exercício da cidadania.

Também nessa perspectiva é que ganha destaque a dimensão educativa que caracteriza a função pedagógica da intervenção profissional do assistente social. Estando presente em todas as ações desenvolvidas, a dimensão educativa adquire caráter especial no contexto educacional, com particular ênfase no âmbito da expansão da educação profissional e tecnológica. Sabe-se que a reivindicação institucional, geralmente, é de que a atuação do assistente social seja numa perspectiva socializadora para a formação de hábitos e atitudes visando ao ajustamento de alunos que estejam com problemas comportamentais e/ou de ordem familiar, entre outros, que estejam interferindo no processo ensino-aprendizagem, além de reforçar a preparação do trabalhador adequado para inserção no mercado de trabalho. Nessa lógica, o assistente social é um dos profissionais requisitados para a realização de atividades de caráter socioeducativo.

De outro ponto de vista, como abordado anteriormente, o agravamento da questão social ampliou a manifestação de suas expressões na totalidade social. No espaço educacional, a influência dessas expressões é intensificada pela forma como as vivências são experienciadas pela juventude, ainda em processo de amadurecimento, tornando-a mais suscetível aos resultados negativos de uma completa inversão de valores que se observa na atualidade, quando se vivencia uma ênfase desenfreada ao individualismo, ao consumismo e ao hedonismo. Verifica-se na contemporaneidade o acirramento do preconceito contra as minorias, a cultura do ódio, o tráfico e o uso de drogas, a violência indiscriminada, entre outros fatores aos quais as pessoas estão expostas diariamente.

Sendo assim, existe realmente uma demanda por essas atividades no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Entretanto, elas podem ser realizadas na perspectiva de ajustamento individual e/ou reintegração social, ou visando a formação integral do estudante através do fortalecimento de valores que contribuam para que essa formação possa gerar cidadãos críticos e que saibam se posicionar diante da vida. Essas ações podem se voltar, por exemplo, para o fortalecimento da organização e da luta dos estudantes pelo exercício dos seus direitos enquanto tal. Essas visões estão expressas nos seguintes depoimentos:

Alunos em vulnerabilidade social, alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e **não conseguem se inserir na escola**, necessidade de encaminhamento para outros serviços, alunos com problemas familiares, alunos em conflito com a lei, drogadição, adolescência, gravidez, mundo do trabalho (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Intervenção juntos aos alunos através de debates, palestras, realização de projetos com temáticas diversas com o objetivo de **promover a integração entre os mesmos**, como também para **tratar de assuntos relacionados à escola, aos programas que aqui são executados**, entre outros (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Desenvolver ações socioeducativas através de temas transversais como saúde, sexualidade, inclusão social, uso de drogas e álcool, meio ambiente, dentre outros, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos discentes e **fortalecer, mobilizar e capacitar os movimentos estudantis** (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

As abordagens individuais aos alunos e suas famílias e aos trabalhadores da instituição constituem outra requisição importante nesse campo de atuação, além de estarem relacionadas a essas questões. Essa é uma demanda para o Serviço Social desde a sua origem e é também atravessada por polêmicas referentes à perspectiva sob a qual é realizada (pois pode assumir uma conotação psicologizante) e à finalidade de sua efetivação. Na ótica do Projeto Ético-Político deve ser um mecanismo para identificar “situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação” (CFESS, 2012, p. 51) visando o seu enfrentamento. Essas são algumas solicitações que chegam para os assistentes sociais nos Institutos Federais:

Encaminhamento de discente que estão faltando aula ou apresentando dificuldade de aprendizagem, encaminhamento de demandas de aluno com dificuldade financeira para aquisição de prótese ocular. Demandas de famílias relacionadas à sexualidade do discente, demanda de queixa de aluno com dificuldade de comunicação com professor (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Situações de conflitos familiares que afetam o rendimento do aluno, casos de bullying, situações relacionadas ao comportamento, avaliação socioeconômica para concessão de auxílios, entre outras (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Atendimento individualizado para questões sociais/familiares, informação e efetivação de direitos [...] (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

Acompanhamento em casos de violação de direitos e bullying (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

O trabalho interdisciplinar tem sido uma demanda crescente nos Institutos Federais. Embora sua prática seja anterior à expansão, a implementação do PNAES coloca a necessidade de uma equipe mínima para a efetivação da assistência estudantil, o que fomenta essa ampliação. Outrossim, a realização dessas atividades socioeducativas e as abordagens individuais envolvem questões e aspectos de competência de outras profissões, evidenciando a necessidade da busca de alianças com professores, pedagogos, psicólogos, médicos, enfermeiros e outros profissionais afins, gestores, setores e outras instituições que compõem a rede sócio assistencial do município.

É importante registrar que na pesquisa realizada, as principais demandas apontadas pelos assistentes sociais foram referentes à assistência estudantil, às atividades socioeducativas, ao acompanhamento a alunos com situações diversas e outras, que incluem as pessoas que indicaram várias demandas como principais. Como vimos, 75 % dos participantes indicaram as **ações referentes à assistência estudantil** como uma das principais requisições para o Serviço Social. Além disso, 50,96% apontaram o **acompanhamento a alunos em situações diversas** entre as principais demandas para a profissão e 15,38% se referiram especificamente às **atividades socioeducativas**. Na verdade, são muitas as demandas no cotidiano institucional, que foram sistematizadas nesses três eixos principais. Os depoimentos a seguir são reveladores de como acontece esse processo:

A demanda que parece ter legitimado nossa convocação foi a "seleção de bolsistas" e a participação no "FONAPRACE". No entanto, paulatinamente os gestores passam a nos demandar a participação em espaços intersetoriais (como Núcleo de Estudos formado por Técnicos Administrativos de diferentes setores e que se voltam para a questão do Álcool e outras drogas; o NAPNE; e Grupos de Trabalhos). A partir das entrevistas que realizamos para seleção, passamos a observar demandas para acompanhamento ou mesmo para oficinas e palestras - como violência contra a mulher; bullying; famílias sem acesso a serviços de saúde, assistência social, habitação, etc. (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico);

A realização de todos os processos de concessão do auxílio estudantil, e todos os processos que envolvem a análise socioeconômica (processos seletivos, SISU, isenção do vestibular, concursos, etc.). É importante destacar que é por essa demanda que se ampliou as vagas e a indispensabilidade do profissional nos Campus. As atividades que começam a ser desenvolvidas, além dessas, são construídas a partir da aproximação da relação ensino-aprendizagem, no fortalecimento da permanência do estudante. Assim, participação nos Conselhos de Classe, aproximação com a organização estudantil, composição no órgão colegiado da instituição podendo compor diretamente no trabalho pedagógico, trabalhar com temas de interesse aos estudantes por meio de grupos, oficinas, desenvolvimento de ações voltadas aos estudantes com necessidades educacionais



especiais forcejando a educação inclusiva, etc. Além também da defesa dos direitos dos servidores, sobretudo, os terceirizados, o que pode ser possibilitado com uma aproximação como Sindicato da categoria, entre outras ações (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

### **4.3 As particularidades do trabalho do assistente social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica e a materialização do Projeto Ético-Político da profissão**

Nesse item busca-se apreender as particularidades do trabalho do assistente social nos Institutos Federais de Educação. A elaboração do perfil dos assistentes sociais que atuam nesse espaço sócio-ocupacional é um passo necessário e importante nesse sentido. No caso específico, foram enfatizados aspectos referentes à identificação, à formação e ao exercício profissional.

A configuração do trabalho do assistente social na realidade estudada requer a compreensão das funções que esse profissional exerce nesse ambiente organizacional, bem como das ações desenvolvidas no cotidiano institucional. Esses elementos são contemplados nos itens 4.3.2 e 4.3.3, respectivamente,

Nos itens seguintes reflete-se a respeito das dificuldades e dos desafios enfrentados para materialização do Projeto Ético-Político Profissional e das possibilidades para uma atuação coerente com os princípios que o orientam.

#### **4.3.1 O perfil dos assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação**

Indubitavelmente, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é um dos principais determinantes da ampliação das requisições para o Serviço Social no âmbito da Política de Educação. Concretamente, isso representa um grande aumento do número de assistentes sociais nesse contexto.

De acordo com os dados obtidos, a maioria encontra-se na faixa etária de 23 a 39 anos, sendo que, entre esses, 48,08% possuem de 30 à 39 anos e 25%, de 23 a 29 anos. Somente 6,73% possuem 50 anos ou mais. Esses dados, que evidenciam grande percentual de pessoas com menos idade, são coerentes com o fato de que a expansão iniciou em 2006, quando começou a aumentar o número de profissionais de todas as áreas.

**Tabela 6 - Faixa etária e sexo dos Assistentes Sociais dos Institutos Federais**

<b>Faixa etária</b>	<b>%</b>
23 à 29 anos	25,00%
30 à 39 anos	48,08%
40 à 49 anos	18,27%
50 à 56 anos	6,73%
Não respondeu	1,92%
<b>Sexo</b>	
Feminino	93,27%
Masculino	6,73%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação ao sexo, os dados informam que os Institutos Federais acompanham a realidade nacional, onde há uma grande predominância de profissionais do sexo feminino, no caso, 93,27%.

Apesar do relevante crescimento do ensino privado, a maioria dos assistentes sociais cursou a graduação em Faculdade de caráter público (67,31%) e possui até 10 anos de formada (64,42%). Ainda em coerência com o período recente da expansão, apenas 7,69% têm mais de 20 e até 30 anos de conclusão de curso e somente 0,96% concluiu o curso há mais de 30 anos.

**Tabela 7 - Tipo de instituição de ensino e tempo de graduação**

<b>Tipo de instituição de ensino</b>	<b>%</b>
Pública	67,31
Privada	32,69
<b>Tempo de graduação</b>	
Até 10 anos	64,42
Acima de 10 até 20 anos	25,97
Acima de 20 até 30 anos	7,69
Mais de 30 anos	0,96
Não respondeu	0,96
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Observa-se, entre esses profissionais, o interesse em buscar capacitação, pois somente 3,88% dos participantes da pesquisa afirmaram não possuir ou não estar cursando nenhuma pós-graduação. Dentre os 96,12% que informaram essa busca, 56,31% possuem algum tipo de Especialização e 33% já concluíram Mestrado.

**Tabela 8 - Pós-Graduação cursada pelos Assistentes Sociais**

<b>Pós-graduação</b>	<b>%</b>
Especialização	56,31
Mestrado incompleto	4,85
Mestrado completo	33,00
Doutorado incompleto	0,98
Doutorado completo	0,98
Nenhuma	3,88
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Além dos cursos formais, a busca pela capacitação também é efetivada através de eventos realizados pela categoria ou em outras áreas. A grande maioria dos profissionais (94,3%) participou desses eventos nos últimos cinco anos sendo que, entre esses, 45,6% o fizeram com apresentação de trabalho. Outro dado relevante é que 49,5% dos participantes afirmaram ter produzido algum trabalho científico durante o mesmo período, o que inclui dissertações de mestrado.

**Tabela 9 - Participação em eventos da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos, apresentação de trabalhos em eventos da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos e produção científica nos últimos cinco anos.**

<b>Participação em eventos</b>	<b>%</b>
Sim	94,3
Não	5,7
<b>Apresentação de trabalhos</b>	
Sim	45,6
Não	54,4
<b>Produção científica</b>	
Sim	49,5
Não	50,5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação à participação política dos assistentes sociais, as informações evidenciam que a maioria não possui filiação ou militância em partidos políticos (89,5%). A participação em sindicatos é mais representativa como filiados (55,2%), apenas 4,8% participam como militantes. No que se refere à participação em órgão ou entidade da categoria, a militância cresce um pouco (8,6%), porém não é muito

significativa. A maioria possui filiação (60%) e 31,4% declararam não ter nenhuma participação. Além disso, 90,5% também não participam de outro tipo de órgão ou entidade.

**Tabela 10** - Participação em partidos políticos, sindicatos, órgão/entidade da categoria e em outro tipo de órgão ou entidade.

<b>Participação em partido político</b>	<b>%</b>
Como filiado	6,7
Como militante	3,8
Não participa	89,5
<b>Participação em sindicatos</b>	
Como filiado	55,2
Como militante	4,8
Não participa	40,0
<b>Participação em órgão/entidade da categoria</b>	
Como filiado	60,0
Como militante	8,6
Não participa	31,4
<b>Participação em outro tipo de órgão/entidade</b>	
Como filiado	4,8
Como militante	4,8
Não participa	90,5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A maioria dos participantes está atuando profissionalmente na Região Nordeste (39,42%). A região com menor quantidade de participantes é a Centro-Oeste, com 8,65%. A maioria trabalha no interior do país (63,8%), o que pode ser explicado pelo fato de que um dos objetivos dessa expansão é justamente a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica.

**Tabela 11** - Região do país onde atua

<b>Região onde atua</b>	<b>%</b>
Norte	16,35
Nordeste	42,31
Centro-oeste	8,65
Sudeste	18,27
Sul	13,46
Não informou	0,96
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

**Tabela 12 - Localização geográfica do Campus de atuação**

<b>Localização geográfica do Campus</b>	<b>%</b>
Capital	36,2
Interior	63,8
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Todos os participantes (100%) são efetivos do quadro institucional dos Institutos Federais. Em relação à carga horária de trabalho, observa-se que a despeito da lei que regulamenta 30 horas para os assistentes sociais, a maioria declarou trabalhar 40 horas por semana (60%), enquanto 35,2% trabalham 30 horas.

**Tabela 13 - Vínculo funcional e carga horária semanal de trabalho**

<b>Vínculo funcional</b>	<b>%</b>
Efetivo do quadro institucional	100
Contrato temporário	0
Terceirizado	0
Outros	0
<b>Carga horária semanal</b>	
30 horas	35,2
40 horas	60
Outra situação	4,8
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

#### 4.3.2 As funções<sup>26</sup> do Assistente Social nos Institutos Federais de Educação

Conforme já exposto neste documento, “no âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressa em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional” (CFESS, 2012, p. 50): abordagens individuais; intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; dimensão investigativa; a inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social; pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos; e de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> O termo “funções” está sendo utilizado aqui com o significado de atribuições e competências profissionais.

<sup>27</sup> Essas dimensões foram melhor detalhadas no item 4.1 deste estudo.

Em vista disso, a abordagem das funções do Assistente Social nos Institutos Federais de Educação leva em consideração essas dimensões, assim como os principais eixos nos quais, a partir dos dados obtidos neste estudo, tem se concentrado as requisições para a profissão nesse espaço institucional: assistência estudantil, orientação e acompanhamento a alunos e suas famílias em situações diversas e atividades socioeducativas.

Outra informação relevante a esse respeito é que a Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, estabelece as seguintes funções para o Assistente Social na Política de Educação: Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições; Planejar políticas sociais; Pesquisar a realidade social; Executar procedimentos técnicos; Monitorar as ações em desenvolvimento; Articular recursos disponíveis; Coordenar equipes e atividades; Desempenhar tarefas administrativas; e Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional<sup>28</sup>.

Dito isso, é essencial considerar ainda que

as competências e atribuições não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional (CFESS, 2012, p.36).

Desse modo, entende-se que essas funções revelam as demandas institucionais que são postas para os assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional. Na forma como estão expostas, podem ou não articular as dimensões propostas pelo documento construído sob coordenação do CFESS. De acordo com o que já se abordou neste estudo, as condições objetivas e subjetivas são mediações importantes para a forma como essas funções são exercidas efetivamente através do exercício profissional.

A maioria dos profissionais de Serviço Social que atua nos Institutos Federais exerce somente o cargo de Assistente Social. Entre os participantes da pesquisa, 88,6% informaram trabalhar apenas nesse cargo. 12,4% declararam

---

<sup>28</sup> No referido Plano de Carreira há um detalhamento dessas funções através da descrição das atividades que compõem cada uma.

desempenhar funções<sup>29</sup> de chefia, entre os quais, 11,4% como Coordenador do setor responsável pela Assistência Estudantil e 1% como chefe do Serviço Social.

**Tabela 14 - Funções exercidas pelos Assistentes Sociais**

<b>Função exercida</b>	<b>%</b>
Assistente Social	88,6%
Chefe do Serviço Social	1,0%
Coordenador(a) de Assistência Estudantil	11,4%
Outros	10,5%

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Considerando o número reduzido de Assistentes Sociais por Campus, geralmente, os profissionais que exercem uma função de chefia, continuam atuando como Assistentes Sociais. A concepção dos participantes a respeito de sua função no âmbito da Política de Educação traz elementos importantes para a compreensão das particularidades que essa ação profissional assume nesse contexto.

Não se pode esquecer ainda que embora muitos estudiosos defendam que há uma hegemonia do Projeto Ético-Político no seio da categoria, existem outros projetos em evidência no âmbito da profissão, assim como existem questionamentos acerca dessa hegemonia<sup>30</sup>. Essas diferenças podem ser observadas nos perfis pedagógicos<sup>31</sup> já aprofundados por Abreu (2010) e que se expressam através das funções pedagógicas assumidas por esses no seu fazer profissional.

Comungando da ideia de Abreu de que a forma como os profissionais compreendem suas funções também são determinantes do seu exercício profissional. Observa-se que há uma expressiva diferença entre as funções definidas institucionalmente para os assistentes sociais e a forma como esses a percebem. Enquanto as primeiras são mais objetivas e expressam ações a serem desenvolvidas, a percepção de grande parte dos profissionais revela o entendimento de que o desempenho dessas funções produz um efeito para os sujeitos aos quais direciona sua ação, isto é, são vistas relacionadas às finalidades que podem ter.

<sup>29</sup> Neste caso, trata-se de função gratificada e de desempenho de atribuições referentes aos cargos de chefia.

<sup>30</sup> Os dilemas e desafios enfrentados na atualidade na luta pela hegemonia desse projeto foram abordados no item 3.5.2. Sua particularidade nos Institutos Federais será abordada em item posterior.

<sup>31</sup> Esses perfis foram abordados neste estudo no item 2.2.

A compreensão dessas finalidades, por sua vez, expressam as referências que estão orientando o exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação e, de forma consciente, ou não, estão relacionadas à sua função pedagógica e são determinantes da forma como efetivamente são realizadas. Com base nesse entendimento, as percepções apreendidas através da aplicação dos questionários eletrônicos e da realização de entrevistas foram condensadas em seis (6) eixos principais:

a) Contribuir para o processo ensino-aprendizagem e para a permanência na Política Educacional.

Foram concentradas neste eixo as visões que percebem a função do Assistente Social relacionada basicamente aos objetivos do PNAES: **contribuir para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no sistema educacional**, com ênfase para a execução dos programas e serviços que fazem parte da Política de Assistência Estudantil, bem como o acompanhamento individualizado por equipe interdisciplinar.

É relevante ressaltar que, de um modo geral, a maioria dos profissionais destacou a contribuição para o acesso, permanência e êxito do estudante no processo educacional escolarizado como uma função a ser desempenhada nesse espaço ocupacional, entretanto, foi assumindo conotações diferenciadas ao ser articulada a objetivos variados. Diante disso, identifica-se que no exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação há uma ênfase na “dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação” (CFESS, 2012, p. 54).

Neste eixo, há o entendimento de que a ação profissional deve voltar-se para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem na perspectiva de que o aluno obtenha êxito no seu percurso escolar.

Contribuir no fortalecimento do processo ensino e aprendizagem, no intuito contínuo de ampliar e qualificar a permanência estudantil em todo o processo educacional (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Atuar nos projetos de permanência dos estudantes, contribuir no processo educativo de forma transversal, acolher e integrar a comunidade escolar e externa, contribuir no tripé da instituição, ensino, pesquisa e extensão (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Garantir acesso, permanência e saída exitosa, a partir de atendimentos especializados, em Equipe Interdisciplinar, bem como na execução do PNAES, pelo qual os alunos em situação de vulnerabilidade são



acompanhados, inclusive com recebimento de auxílios (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Ao voltar sua atuação para o desenvolvimento das ações decorrentes da implementação e do desenvolvimento da assistência estudantil, o Assistente Social está atendendo as demandas institucionais, visto que essa é a principal requisição para o Serviço Social nesse ambiente institucional. No entanto, também está atendendo as necessidades dos estudantes para se manterem no sistema educacional até a conclusão do curso.

Trabalhar nessa perspectiva possui sua importância, pois o acesso aos programas e serviços disponibilizados pelo PNAES é um direito do estudante e pode fazer a diferença na vida dos que não têm meios próprios para garantir o transporte, a alimentação e/ou a moradia, entre outras necessidades, para se manterem na escola e/ou universidade até a conclusão dos estudos.

Ao contribuir para o processo ensino-aprendizagem<sup>32</sup> e para o acesso, permanência e êxito, o Assistente Social está contribuindo (também) para o acesso dos estudantes à educação e à profissionalização. Mas quando se limita a esse objetivo acaba restringindo a ação profissional à execução de programas e serviços de assistência estudantil em detrimento de outros interesses também importantes para esses.

Portanto, a função do profissional de Serviço Social deve ir além de favorecer o percurso dos estudantes no sistema educacional. Não se deve perder de vista, por exemplo, que esses “alunos em situação de vulnerabilidade” pertencem à classe trabalhadora e se encontram nessa condição em decorrência das desigualdades sociais que caracterizam a sociedade capitalista. A visão de uma Assistente Social da região Sul expressa bem essa percepção:

Eu acredito que se a gente estiver falando dos interesses dos estudantes como aquelas ações do PNAES, que são voltadas para o acesso, permanência e o êxito de um determinado público, que seria dentro daquele perfil socioeconômico, que às vezes é mais econômico do que social, dependendo da abordagem que se faça, eu acho que sim, eu acredito que os assistentes sociais trabalham pra isso, trabalham muito pelo PNAES, pelo acesso, pela garantia e pelo êxito. Eu acho que o nosso trabalho incansável é para isso. Eu só acho que, e acho mesmo, porque seria errado da minha parte colocar como certeza alguma coisa do trabalho dos colegas, mas eu acredito que por vezes a gente fica muito voltada apenas para essa tríplice do PNAES: acesso, permanência e êxito. Esses interesses eu acho que sim, a gente procura dar conta, tenta, na medida do possível. Mas acho

---

<sup>32</sup> A compreensão de que a atuação profissional do Assistente Social pode contribuir com o processo ensino-aprendizagem passa pelo entendimento de que o desenvolvimento das ações do PNAES possibilita as condições necessárias para que esse processo ocorra de forma satisfatória.

que tem interesses que estão pra além disso, são questões que ultrapassam a escola e que vão também repercutir nessa permanência e nesse êxito (Depoimento obtido pela autora através da realização de entrevista: Sul 2).

A fala dessa Assistente Social revela de forma bastante esclarecedora a ênfase que é dada às ações referentes à Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação e de como, apesar da sua importância no processo de viabilização do direito à assistência estudantil e à educação, pode interferir no desempenho de outras atribuições, bem como no alcance de outras finalidades do exercício profissional.

Evidentemente, os interesses em jogo no espaço educacional expressam a disputa de poder em nível mais geral da sociedade. No âmbito dos Institutos Federais, percebe-se que há um esforço dos profissionais de Serviço Social em contribuir para a viabilização dos direitos dos estudantes. Todavia, existem fatores que extrapolam a competência e o compromisso profissional e que interferem no processo ensino-aprendizagem e no percurso escolar/acadêmico dos mesmos<sup>33</sup>.

b) Contribuir para a permanência na perspectiva de inclusão social

Nesta outra visão, a função do Assistente Social deve voltar-se para a garantia do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes, mas é evidente, também, a concepção de que o resultado obtido no processo educacional irá **contribuir para a inclusão na sociedade, o que revela uma compreensão da educação e da profissionalização como um mecanismo para inclusão no mundo do trabalho e na vida social.**

A ênfase é para a criação das condições favoráveis para a permanência e o êxito dos estudantes, o que está relacionado aos objetivos dos programas e serviços instituídos pelo PNAES.

Atuar de forma minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, contribuindo para a redução das taxas de retenção e evasão e para a promoção da democratização das condições de permanência na escola e da inclusão social pela educação (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Identificar acompanhar e encaminhar aos órgãos e setores competentes demandas relacionadas a direitos sociais não atendidos pelo setor público; - Potencializar o acesso, a permanência e a conclusão do cursos dos alunos - principalmente aqueles cujo cotidiano é atravessado pela "questão social" de forma mais drástica (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

<sup>33</sup> Esses fatores serão melhor aprofundados no item 4.3.4 desta tese.

Efetivar e garantir a ampliação dos direitos dos estudantes, a igualdade de oportunidades, a promoção da inclusão social pela educação, visando à permanência e êxito na conclusão do ensino e formação profissional (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Embora destaquem a percepção da assistência estudantil como direito e a perspectiva de democratização das condições de permanência, colocam na educação e na profissionalização a responsabilidade pela inclusão social. Todavia, não há garantia de que a conclusão dos estudos possibilite a inserção no mundo do trabalho e a “inclusão” social. O acesso à assistência estudantil, mesmo contribuindo para a conclusão dos estudos, não garante a igualdade de oportunidades, pois a gênese da desigualdade está além das relações que se estabelecem na escola.

Também nesse caso percebe-se que há um direcionamento do exercício profissional para a efetivação da política de assistência estudantil. A ênfase à perspectiva de inclusão social reforça o caráter compensatório e focalizado dessa política. Além disso, é importante ter claro que a permanência dos estudantes no sistema de educação profissional atende, também, aos interesses da dominação, tanto pela garantia de uma força de trabalho preparada para atender aos requisitos da decantada empregabilidade, tão útil ao atual desenvolvimento das forças produtivas, quanto pela obtenção de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos investidos.

Ao se referir aos efeitos do trabalho do Assistente Social no espaço sócio-ocupacional, uma profissional expressa acreditar que o mesmo

tem efetivamente contribuído tanto para a permanência do aluno quanto para sua permanência com mais qualidade. Sei que muitas situações de evasão foram evitadas porque fizemos uma intervenção importante junto ao estudante[...]. As reflexões realizadas demonstram mudança de comportamento e adoção de novas atitudes que levam o estudante a novas possibilidades, tanto na educação, pensando seu projeto de vida e inserção no mundo do trabalho, quanto no que diz respeito às suas subjetividades (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 6).

Embora se saiba que não há garantia de inserção no mundo do trabalho e tampouco de “inclusão social”, o exercício profissional do Assistente Social pode cumprir importante papel no cotidiano da comunidade estudantil e na luta pela efetivação do direito à educação. Essa percepção destaca ainda a dimensão pedagógica desse trabalho, que historicamente tem se voltado para a formação de

consensos, seja em favor dos interesses da classe dominante, seja em favor dos interesses da classe trabalhadora.

c) Contribuir para o acesso e permanência no sistema educacional e para o avanço e/ou qualidade da Política Educacional.

Essa concepção expressa uma visão mais ampla da função do Assistente Social nos Institutos Federais de Educação. **Além de contribuir para o acesso, permanência e êxito dos estudantes é capaz de investir em ações que contribuam para a melhoria da qualidade da política educacional, tanto na sua execução no ambiente institucional onde atua, quanto em nível macro.** Segundo essa concepção, a formação profissional do Assistente Social permite que ele tenha uma visão ampla da comunidade escolar/acadêmica e da educação e perceba o aluno em sua integralidade, o que o qualifica para produzir mudanças qualitativas no espaço e na política em que exerce sua profissão.

Provocar, realizar debates e ações que possam contribuir para avanços na Política de Educação, tanto em seu conceito macro, como também nas realidades em que atuamos, no sentido de uma educação que seja garantida na base, e, portanto, dê condições de acesso, permanência e conclusão ao discente (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Importantíssimo. Dada a amplitude de conhecimentos necessários para nossa formação, é possível analisar a educação em um contexto além das salas de aula. Desta forma podemos contribuir para o desenvolvimento de uma política educacional voltada para a formação completa do aluno, a formação cidadã (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

O Serviço Social deve estar articulado a outros profissionais e políticas públicas no intuito de possibilitar uma prática que abranja toda a comunidade acadêmica, compreendida entre pais, alunos e servidores. De modo que sejam garantidos os direitos fundamentais e a garantia de uma educação de qualidade. Compreendo que a educação ela perpassa por diversos segmentos e condicionantes e todos eles devem ser considerados quando pensamos em uma educação de qualidade. Não é possível trabalhar na política educacional com o foco apenas no estudante, como se fosse “uma situação problema” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Segundo Almeida (s/d), “a presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo” (ALMEIDA, s/d, p 6). Nesse sentido, acredita-se que a compreensão das mediações decorrentes da constituição e desenvolvimento da política educacional e das relações que se estabelecem nos espaços de sua implementação repercute nas possibilidades de atuação profissional.

Essa concepção da função do Assistente Social aborda aspectos relevantes ao perceber o aluno para além de “uma situação problema”, a necessidade de uma atuação articulada com outros profissionais voltada para a comunidade escolar como um todo, além de considerar a capacidade do profissional contribuir para o processo educacional em nível mais amplo.

De fato, a capacidade de leitura da realidade e a fundamentação teórico-metodológica (IAMAMOTO, 2012a; MARTINS, 2012) são mediações importantes na configuração das particularidades do trabalho do assistente em qualquer área de atuação. Considerando que o caso em análise se refere à área da educação, o conhecimento a respeito da Política Educacional é essencial como fundamento da dimensão interventiva da profissão nessa realidade.

Nessa perspectiva, Barbosa et. al (1998, p. 127) apontam a unidade de serviço e a política social como elementos fundamentais para pensar o processo de trabalho do assistente social. Isso porque os objetivos e as contradições que as perfazem incidem sobre a forma como esse trabalho se organiza e se efetiva.

Contudo, embora a formação do assistente social coloque a possibilidade de uma visão mais ampla da realidade e da política em que se insere e de que possa atuar na perspectiva de sua melhoria, o que é um fator positivo e coerente com os propósitos do projeto ético-político da profissão, é preciso ter cuidado com visões messiânicas, que superdimensionam a capacidade “transformadora” do assistente social.

Entende-se que é possível e necessário atuar nessa perspectiva, todavia é preciso considerar que: existem outros fatores que mediam o exercício profissional; a articulação com outros profissionais é essencial para uma atuação nesse sentido; ter esse objetivo não dá conta de toda a complexidade da ação profissional.

Além disso, deve-se considerar ainda que a forma como o profissional se posiciona no espaço educacional é mediado pela concepção de educação que fundamenta e norteia suas ações. Entre os profissionais entrevistados destaca-se a defesa da capacidade emancipatória da educação: “que contribua com a emancipação política dos sujeitos” (AS Nordeste 6); “que pode gerar mudanças reais e positivas ao alunado no seu modo de pensar e agir, conduzi-los a uma nova forma societária” (AS Nordeste 5); “um espaço para emancipação do indivíduo” (AS Centro-Oeste 2); “uma educação que busca a transformação social, que não prepare

apenas para mercado de trabalho, mas que forme um cidadão politizado e crítico (AS Nordeste 2).

Outros acreditam nessa capacidade emancipatória, mas ressaltam o caráter contraditório da educação: “acredito no caráter emancipatório da educação, mas que tem servido aos interesses da classe dominante” (AS Norte 1); “a política de educação é pautada numa lógica hegemônica, a lógica do capital, mas há possibilidade de buscar caminhos para superar essa lógica e buscar o desenvolvimento pleno da educação” (AS Sudeste 1); “a educação possui duas dimensões: uma que é a libertadora, coloca a possibilidade de emancipação de uma classe e outra que a coloca a serviço da dominação de outra classe” (AS Nordeste 3).

A educação é também concebida como um direito social e/ou voltada para a formação cidadã: “uma educação que transcenda as salas de aula e transmita além dos conhecimentos básicos e formais, uma educação cidadã, é também um direito social” (AS Sudeste 3); “a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Os currículos devem ser pensados na formação de pessoas cidadãs e que sejam agentes transformadores do ambiente em que vivem” (AS Centro-Oeste 1); “entendo a educação como sendo uma necessidade humana básica, necessária para o exercício pleno da cidadania (AS Sul 1); “a educação é um direito e deve voltar-se para a formação integral, para a cidadania” (AS Sudeste 2).

A referência a essas concepções tem como propósito perceber os objetivos educacionais que estão norteando o trabalho dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais. Nota-se que as visões expressas estão de alguma forma em consonância com os pressupostos que orientam o projeto profissional hegemônico na categoria.

d) Contribuir para a viabilização e/ou ampliação de direitos.

Nesta concepção, o Assistente Social é visto, fundamentalmente, como um viabilizador de direitos. Realmente, considerando o histórico da profissão e os princípios que orientam a construção do seu projeto profissional hegemônico, uma de suas funções é trabalhar no sentido de contribuir para o acesso aos direitos sociais básicos nas diversas políticas e nos vários espaços onde atua. Entretanto, não se deve superestimar sua capacidade de efetivar esse propósito.

Sendo “uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico” (IAMAMOTO, 2012b, p. 418), seu exercício profissional sofre ingerência direta de seus empregadores (IAMAMOTO, 2012b, p. 421), o que lhe confere uma relativa autonomia. Além do mais, “o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho” (IAMAMOTO, 2012b, p. 421), são as mediações que lhe conferem uma particularidade específica.

Mas, apesar dessas considerações, o profissional não deve abdicar dessa função, que contribui sobremaneira para a legitimidade de sua ação junto aos grupos com os quais trabalha. Situa-se principalmente na “dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços [...]” (CFESS, 2012, p. 53), que, segundo esse documento do CFESS, é uma das principais justificativas para a inserção do assistente social na Política Educacional.

Os seguintes depoimentos expressam a percepção dessa função.

Trabalhar nas questões sociais com o alunado, lutando pela igualdade e ampliação dos direitos sociais, bem como alertando para a necessidade dos deveres (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Contribuir com a efetivação do direito a educação, através de ações que contribuam com a ampliação do acesso, permanência e êxito e respeito à diversidade (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Viabilizador de direitos – o assistente social deverá agir de forma articulada com outras categorias profissionais, agindo de forma a garantir que os direitos conquistados sejam, de fato, uma realidade para os estudantes do instituto, independentemente da modalidade de ensino. Propiciar a implementação real das ações de assistência aos estudantes. Realizar ações com e para os estudantes que propiciem a sua autonomia e mudança de situação (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Contribuir para que a Política Educacional se configure de fato como um direito social (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

A percepção dessa finalidade para o exercício profissional revela que há entre os assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação, profissionais que direcionam conscientemente sua ação para o fortalecimento e ampliação dos direitos sociais, coadunando-se com o que propõe o projeto ético-político, no qual “a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente

postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras” (NETTO, 1999, p. 16).

Segundo Santos (2007, p. 27), “um dos grandes desafios para o projeto ético-político consiste em analisar os direitos numa perspectiva de totalidade”. Na concepção dessa autora, na lógica da sociedade burguesa, que se apoia “nos pilares da defesa da igualdade, da liberdade e da fraternidade” (SANTOS, 2007, p. 27), cada indivíduo é visto como um sujeito de direitos e a luta por eles como pelos interesses de todos, o que mascara as desigualdades sociais.

Acredita-se que luta pela ampliação ou consolidação de direitos, numa sociedade capitalista, insere-se na dinâmica da luta de classes que caracteriza a totalidade social. Ao assumir o propósito de atuar nessa perspectiva, o assistente social deve ter clareza de que está lidando com direitos e interesses de classes e, ao fazer isso, é mediado pelos conflitos que permeiam as relações entre as mesmas.

Essa função não deve se constituir um fim em si mesmo. É preciso “desmistificar a ideologia dominante quanto à possibilidade de acontecer, nesta sociedade, a realização do interesse de todos” (SANTOS, 2007, p. 27).

Assim, embora o Assistente Social “se coloque ao lado dos usuários na luta por seus direitos, deixando claro a serviço de quem está o seu saber profissional e o seu posicionamento político” (AS NORDESTE 2) e seja “capaz de orientar e mobilizar a comunidade escolar na conquista dos seus direitos básicos” (AS SUDESTE 3), devendo “atuar na perspectiva de universalização desses direitos” (AS SUL 2), não deve perder de vista que a finalidade última do compromisso ético-político assumido é com a emancipação da classe trabalhadora, o que situa esse trabalho profissional no âmbito da luta de classes.

Na verdade, a luta por direitos expõe a amplitude das desigualdades que caracterizam as relações sociais, nas quais uma classe tem que lutar para ter acesso aos direitos sociais básicos. Os estudantes dos Institutos Federais de Educação são filhos da classe trabalhadora e “mesmo que a ação institucional vá para outro lado, cabe ao profissional de Serviço Social apontar nortes para que a instituição atue na perspectiva da garantia de direitos” (AS CENTRO-OESTE 1).

Em resumo, é importante e necessário que o trabalho do Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional se volte para a viabilização e universalização dos direitos na comunidade escolar/acadêmica, mas sem perder de vista a perspectiva emancipatória proposta pelo projeto Ético-Político da profissão.



e) Contribuir para o acesso e permanência e para a formação e/ou prática cidadã<sup>34</sup> dos estudantes.

Há profissionais que acreditam que o Assistente Social deve ter como função nos Institutos Federais de Educação contribuir para o acesso, permanência e êxito no percurso educacional e ressaltam a percepção da assistência estudantil como um direito que deve ser usufruído pelos estudantes na perspectiva de possibilitar o alcance de seus objetivos. Sendo assim, o Assistente Social deve trabalhar no sentido de favorecer a consolidação desse direito, mas aliado a isso, deve atuar, também, visando a democratização das decisões acerca do mesmo, através do fortalecimento da participação dos estudantes e suas famílias, contribuindo para a formação e/ou prática cidadã dos estudantes através do “fortalecimento do movimento estudantil e de sua participação nos processos decisórios acerca dos mesmos” (AS CENTRO-OESTE 2).

Além de expressarem uma visão mais ampla acerca do exercício profissional, percebe-se de forma mais explícita a compreensão de sua função pedagógica na realidade onde se efetiva. Observa-se a articulação entre várias dimensões, pois é evidenciada a execução da assistência estudantil e o propósito de contribuir para sua consolidação como direito. Além disso, enfatiza a dimensão de

intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora (CFESS, 2012, p. 51).

Através dessa dimensão reafirma-se a articulação dos direitos sociais com interesses de classes, assim como a compreensão de que o exercício do direito deve ir além do acesso a bens e serviços disponibilizados, neste caso específico, no âmbito da política educacional. Reforça-se aqui o entendimento de que a função pedagógica é exercida independente da clareza do profissional a esse respeito. No caso em análise, existem profissionais que colocam explicitamente o propósito de contribuir para a formação cidadã e para o exercício da cidadania no ambiente escolar e fora dele. Os depoimentos seguintes expressam esse entendimento:

Implementar a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com discentes, sua grande maioria proveniente de segmentos sociais vulnerabilizados e que apresentam dificuldades

---

<sup>34</sup> Nesse sentido, teria como objetivo contribuir para a construção de uma visão crítica acerca da realidade escolar e social e para o exercício dos direitos humanos e sociais.

concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso [...]. Portanto, é preciso consolidar o direito ao acesso e à permanência de maneira universal desses discentes, de modo específico esses discentes que se encontram em “situação de vulnerabilidade econômica e social”, buscando minimizar, o percentual de abandono e de trancamento de matrículas (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Garantir direitos; contribuir para a permanência e o sucesso do estudante; fortalecer os processos democráticos e de participação dos estudantes e das famílias nos processos decisórios da instituição (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Contribuir para uma educação de qualidade, comprometida com valores democráticos, éticos e mais humanos; Estreitar a relação da escola com a comunidade e família; E também garantir que os direitos dos estudantes sejam respeitados, como por exemplo, a assistência estudantil (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

As percepções expostas nesses depoimentos expressam uma visão mais ampla das possibilidades de atuação do Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional e um esforço de atuação coerente com os princípios que norteiam o projeto ético-político da profissão. Ao se propor a fortalecer “os processos democráticos e de participação dos estudantes e suas famílias” fortalece, também, os seus propósitos profissionais de empreender suas ações nessa perspectiva. Ou seja, a função do profissional vai além da “viabilização de direitos” e, ao articular sua atuação com outros movimentos nesse sentido, presentes no espaço onde atua, amplia as possibilidades de efetivar essa função.

f) Contribuir para a inserção na Política Educacional na perspectiva da autonomia e emancipação dos estudantes.

Ainda com base nos princípios do Projeto Ético-Político, há também entre parte desses profissionais o entendimento de que a função do Assistente Social, além de não se limitar à execução dos programas e serviços da assistência estudantil e/ou no sentido de contribuir para o exercício dos direitos estudantis, mas também para a construção de uma educação que favoreça sua autonomia e emancipação como sujeitos.

O “compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 1999, p. 15) está na base da constituição do Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois ao fazer opção pelo projeto societário da classe trabalhadora, esse profissional comprometeu-se com a luta contra a “exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 15), assim como pela construção de um novo tipo de sociedade, “uma nova ordem social”

(NETTO, 1999, p. 15), o que supõe uma emancipação de classe. Entre as concepções que expressam esse entendimento, destaca-se o seguinte:

Vejo dois principais papéis: um objetivo e outro subjetivo. O primeiro, objetivo, é promover ações que ampliem o acesso, a permanência e o término dos cursos de modo qualitativo pelos nossos estudantes, considerando que se trata de um direito legal. O segundo e subjetivo, é ampliar a visão de ensino e de educação de nossos estudantes de modo que eles percebam os diversos horizontes que podem ser alcançados por eles em sua jornada pessoal e profissional, bem como as reais possibilidades de contribuir para mudanças de ordem societária através desses meios – ensino e educação (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Pensar e direcionar a profissão sob essa ótica expressa certa compreensão de sua dimensão ético-política no âmbito das relações e das contradições que configuram o espaço sócio-ocupacional onde atua. Todavia, alguns depoimentos não deixam clara a amplitude dessa compreensão, isto é, se estão, realmente, se referindo à emancipação de classe, ou não:

Contribuir com o processo de inserção do estudante na Política Educacional de forma que os mesmos possam exercer seus direitos, permitindo a autonomia, a igualdade, bem como, a emancipação dos estudantes (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Contribuir para a construção/consolidação de uma educação emancipadora, cidadã e isso vai muito além de concessão de benefícios ligados à assistência estudantil. Participar das instâncias de decisão no sentido de contribuir para uma gestão escolar mais democrática, com a participação dos estudantes, seus familiares e a sociedade em geral (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Outras percepções, entretanto, se referem especificamente à questão da autonomia individual através da profissionalização e da inclusão social, o que expressa e reforça ideologia dominante, mascarando a origem das desigualdades sociais.

Papel político de dar visibilidade às vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos estudantes, uma visão contextualizada buscando assim a sensibilização dos demais servidores de forma a promover a inclusão dos mesmos, em busca de sua autonomia como indivíduo, por intermédio da profissionalização (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Como se viu, as reformas educacionais brasileiras, em especial a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fundamentam-se principalmente na Teoria do Capital Humano, que coloca na educação e na qualificação do trabalhador a saída para a superação do desemprego e do

subemprego que assolam o país, responsabilizando os indivíduos por sua não inserção no mercado de trabalho e por suas precárias condições de vida.

O Projeto Ético-Político profissional construído pelo Serviço Social tem como propósito orientar a intervenção do Assistente Social. Entre os profissionais que atuam nos Institutos Federais de Educação, alguns expressaram essa concepção, demonstrando ter compreendido a inserção da profissão na divisão social do trabalho e a necessidade de situar a profissão e a educação no âmbito da realidade social, entendendo que a análise dessa realidade propicia condições para uma atuação mais eficaz.

Ademais, há também o entendimento de que através da utilização do aporte teórico-metodológico, do técnico-operativo e do ético-político pode contribuir para o processo de formação integral do estudante e para a garantia e ampliação dos direitos sociais, bem como para a permanência no sistema educacional. Há ainda quem acredite que o campo educacional favorece uma atuação coerente com os princípios desse projeto, podendo desenvolver ações que estimulem a autonomia dos sujeitos, a efetivação de direitos e o exercício da cidadania, conforme os depoimentos a seguir.

Primeiramente, deve-se trabalhar na perspectiva do projeto ético-político da profissão. Ele deve balizar as ações do serviço social em qualquer área. A política de educação traz para o profissional um leque de expressões da questão social e o mesmo deve atuar, considerando não somente o estudante, mas a sua família e a comunidade que o cerca. Analisar criticamente essa realidade possibilita ao profissional atuar de forma mais eficaz na comunidade escolar e tentar possíveis transformações nesse ambiente (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

O Serviço Social pode contribuir na qualificação da formação acadêmica, profissional e cidadã do estudante com a perspectiva de formar profissionais/pessoas comprometidas com a transformação societária. Neste sentido, deve utilizar o aporte teórico-metodológico, técnico-operativo e atuar conforme o projeto ético-político profissional hegemônico na garantia da ampliação dos direitos sociais, democratização do acesso às informações e recursos institucionais, elaboração e implementação de políticas que possibilitem a permanência do educando, promoção da liberdade de escolha, expressão e pensamento, na colaboração para a construção de consciência coletiva a respeito de temas referentes ao corpo discente (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

O campo educacional é um dos melhores espaços para a aplicação dos princípios que regem a profissão. Nesse campo o profissional pode desenvolver ações voltadas para a autonomia dos sujeitos, ações que contribuem para a superação de qualquer forma de discriminação, entre outras (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Percebe-se nesses depoimentos uma compreensão das funções do Serviço Social para além da execução de programas e serviços de assistência estudantil e da viabilização dos direitos do estudante, expressando uma proposta de articulação entre várias dimensões dessa prática profissional e uma teleologia mais ampla para a educação e para sua atuação no contexto educacional: “contribuir para a formação acadêmica, profissional e cidadã”.

Diante do exposto a respeito das diversas funções identificadas no exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, convém ressaltar que essas diferentes perspectivas de atuação têm uma repercussão na efetivação das ações, bem como nos efeitos das mesmas para os sujeitos envolvidos. Essas funções assumidas pelos Assistentes Sociais revelam sua concepção a respeito da profissão e das relações que se estabelecem no ambiente educacional, repercutindo de forma diferenciada no âmbito das mesmas.

O que se pretende destacar é que qualquer que seja a função assumida e efetivada nos diversos espaços sócio-ocupacionais, onde o Assistente Social exerce sua profissão, há uma repercussão no contexto das relações onde se insere, visto que tudo que existe numa determinada realidade está em permanente e orgânica relação e em constante processo de mediação.

É através dessa repercussão que se efetiva a função pedagógica da atuação profissional. É quando se define qual forma de ser, pensar e agir está prioritariamente reforçando através do seu trabalho. Nesse sentido, considerou-se importante apreender a percepção dos profissionais acerca dessa questão.

Alguns profissionais expressaram a compreensão de que, de fato, a função pedagógica é inerente ao exercício profissional em qualquer espaço de atuação e através de qualquer função desempenhada. Este estudo compartilha desse entendimento e nessa ótica podemos citar as seguintes percepções:

Penso que em todas as intervenções exercemos essa função pedagógica. Por exemplo, em um atendimento individual posso contribuir muito para que o estudante e sua família pensem caminhos a serem tomados na busca de seus direitos. Em atividades grupais com estudantes e ou suas famílias podemos contribuir na reflexão de temáticas sociais importantes. No envolvimento nas diversas atividades e comissões da escola estamos contribuindo para pensar o processo de ensino e aprendizagem como um todo (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 6).

Eu entendo assim: que todos os técnicos administrativos em educação têm um caráter pedagógico dentro da política da educação. [...] Todos os dias eu atendo e converso com os estudantes, e não só com os estudantes [...]

procurando soluções para os problemas junto com eles, fazendo questionamentos para eles mesmos entenderem criticamente sua situação dentro da sociedade. Então acaba que é uma conversa crítica que faz com que eles mesmos se entendam como seres humanos dentro dessa sociedade, em busca da sua própria autonomia. Então, o caráter pedagógico do meu fazer profissional é totalmente voltado pra busca da autonomia dos estudantes, busca deles mesmos. [...] O nosso fazer profissional é totalmente pedagógico (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 1).

A função pedagógica emancipatória tem sido um norte no exercício profissional. Acredito que esse norte tem ajudado na mobilização e participação estudantil. [...] Então, a gente percebe mudanças em torno da participação do alunado em situações que antes não seria tão notório. E isso, a meu ver, se dá pela concepção de educação que a escola adota atrelada à prática profissional de qualquer servidor, mas, sobretudo, das profissões com o caráter que tem o serviço social (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 5).

Outras concepções relacionam a função pedagógica da prática profissional às atividades de caráter socioeducativo ou de fortalecimento às organizações estudantis e de pais ou, ainda, relacionadas ao processo ensino-aprendizagem:

A função pedagógica é muito ampla e isso varia de instituição pra instituição. Enfim, são definições a partir da realidade de cada profissional e da autonomia também. Por exemplo, em alguns aspectos que eu poderia colocar como a função pedagógica no sentido de orientação aos alunos que estão no grêmio e nos diretórios acadêmicos, fazer esse trabalho mais próximo a esse estudante, no sentido de reivindicação de direitos, de atividades que possam pedagogicamente auxiliá-los. [...] A gente tem um acompanhamento dos estudantes que são atendidos por essa política e todo um trabalho pedagógico com eles. Nós temos um projeto que trabalha com esses alunos aspectos relacionados à essa questão de gênero, da violência em diversos aspectos: doméstico, físico, enfim... a função pedagógica do assistente social é bem ampla, tem variadas formas de acontecer e a possibilidade vai depender do profissional. De como esse profissional vai conseguir enxergar, de acordo com sua realidade, identificar que aspectos podem ser trabalhados naquele espaço (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sudeste 2).

A prática educativa é inerente ao fazer profissional, nossos processos de trabalho contribuem na formação e escolhas dos sujeitos. Na intervenção profissional ao atuarmos na gestão, planejamento, avaliação, informações e orientação de políticas e projetos instrucionais temos papel estratégico na luta pelo acesso e permanência dos sujeitos no ambiente escolar. A função pedagógica do Serviço Social deve realizar-se atenta às demandas postas à profissão buscando reflexão e ação de forma articulada com todos os sujeitos envolvidos (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 1).

Bem, na rede Federal, acredito que muitos estão apenas inseridos na execução da Política de Assistência Estudantil. Nós do ... estamos com um papel fundamental não só na execução da Política, mas inserido no planejamento do Conselho de Classe, nas decisões gerenciais que envolvem o contexto de sala de aula, em conjunto com equipe multidisciplinar que envolve o pedagogo, a psicologia, a equipe médica. Enfim, acabamos participando em todo processo de formação escolar,

desde o acesso à formação profissional do nosso alunado (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 2).

O assistente social inserido nos núcleos de gestão pedagógica atua diretamente no processo ensino aprendizagem, pois a permanência e o êxito dos estudantes está intimamente ligada com as questões sociais e ultrapassam situações de dificuldade / facilidade de aprendizagem. Desta forma o trabalho multiprofissional se torna essencial para o atendimento do aluno de forma mais completa (Depoimento. colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Centro-Oeste 1).

Esses depoimentos expressam alguns equívocos em relação à concepção da função pedagógica exercida pelo assistente social através do seu trabalho. Retomando a visão defendida por Abreu (2010), essa função é mediada pelos vínculos estabelecidos com as classes sociais e concretiza pelos “efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática” (ABREU, 2010, p17), podendo contribuir para a afirmação ou contestação dos interesses e da cultura dominantes<sup>35</sup>.

Nessa ótica, todas as ações profissionais, independente da consciência que profissional tenha a esse respeito, produzem uma repercussão no meio e nas relações onde se efetivam. Por exemplo, mesmo quando essa ação se resume ao repasse de bens e serviços da assistência estudantil sob a ótica do favor, está contribuindo para reforçar essa concepção de assistência e para que o estudante se sinta um privilegiado por recebê-la.

Por conseguinte, a função pedagógica não é prerrogativa de determinado tipo de ação. Abreu et. al (2014, p. 203) afirmam que “a pedagogia embutida na política de assistência fortalece a despolitização e cooptação dos usuários e contribui para a debilitação e inibição de formas de resistência e pressão em torno dos interesses imediatos e históricos de classe” (ABREU et. al, 2014, p. 203).

Há ainda o entendimento de que essa função precisa estar articulada à dimensão política da ação profissional para que possa superar o entendimento de que está vinculada apenas às ações educativas, ou seja, é a articulação entre o político e o pedagógico que permite transcender o caráter meramente informativo dessas ações:

A dimensão pedagógica no âmbito dos IFET's vem sido exercida desvinculada da dimensão política no meu entendimento. Assim, penso que as ações profissionais devem ser atravessadas por uma dimensão educativa de caráter político-pedagógico que é uma ação que ultrapassa a concepção de atividade educativa informativa. O efeito da ação educativa para a comunidade estudantil tem sido relativamente bom e importante, mas

---

<sup>35</sup> Essa concepção foi melhor trabalhada no item 2.2 deste estudo.

penso que a comunidade estudantil tem potencialidades que podem ser instigadas com a ampliação de ações político-pedagógicas. Assim, considero que têm sido realizadas ações qualificadas, mas que precisam ultrapassar o limite da mera informação (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 3).

Na verdade, entende-se que a função pedagógica da intervenção profissional expressa essa dimensão política. Mesmo essa atividade puramente informativa não está desvinculada dessa dimensão. “A função pedagógica que o Serviço Social exerce na dimensão interventiva reflete estratégias pedagógicas a partir dos projetos socioeducativos e de controle social das classes sociais” (ABREU et. al, 2014, p. 201).

Outra visão destaca a importância dessa função no processo de reconhecimento e valorização da profissão no contexto institucional, assim como questões referentes à identidade do Assistente Social:

Eu acredito que o nosso papel... a função pedagógica que a gente consegue exercer, primeiramente é tentar desconstruir a visão que se tinha do Assistente social. [...] desconstruir a visão assistencialista que existia tanto por parte da gestão como por parte dos alunos. [...] além de desconstruir essa visão assistencialista do assistente social, a gente tem conseguido fazer com que nossos colegas, os outros profissionais, e os próprios alunos percebam a importância do Serviço Social dentro da instituição, não somente de forma isolada, mas dentro de uma equipe (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 4).

O serviço social tem tido uma visibilidade dentro do espaço institucional tanto dos profissionais docentes quanto da própria gestão. O nosso alunado nos procura para orientações sobre Grêmios, Diretório Acadêmico, etc. Nós orientamos e deixamos livre para construir sozinhos. Os docentes já nos percebem como profissionais que podem ser um referencial para construir em conjunto ações educativas. Hoje posso dizer e afirmar que somos reconhecidas como profissionais e o Serviço Social valorizado por toda gestão. (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 2).

A consciência dos efeitos político-pedagógicos das ações desenvolvidas certamente expressa segurança no exercício da profissão, o que pode contribuir para o reconhecimento e para o fortalecimento da identidade e da autonomia profissional, favorecendo, por sua vez, o direcionamento da ação na perspectiva pretendida. Entretanto, não se pode esquecer que existem outros fatores que interferem nos processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem.



#### 4.3.3 As ações desenvolvidas pelo Serviço Social no cotidiano institucional

Conforme abordado anteriormente, as principais demandas postas para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação estão relacionadas ao desenvolvimento dos programas de assistência estudantil, ao atendimento individualizado aos estudantes e suas famílias e aos servidores, e atividades de caráter socioeducativo.

É preciso observar que os Institutos Federais de Educação objetivam a verticalização do ensino e, portanto, oferecem diferentes níveis de ensino e possuem públicos distintos. Assim, além dos jovens adultos, prioritariamente atendidos pela graduação, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas modalidades Integrada e Concomitante ao Ensino Médio abrange, fundamentalmente, adolescentes; na modalidade Subsequente ao Ensino Médio são atendidos principalmente adultos trabalhadores (o que não significa que estejam inseridos no mercado de trabalho)<sup>36</sup>.

Há que se considerar também os Programas voltados para adultos com defasagem de escolaridade em relação à idade e que buscam uma profissionalização, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o de Formação Inicial e Continuada articulada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA FIC), o Programa “Mulheres Mil” e, mais recentemente, o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)<sup>37</sup>. Além desses, os Institutos oferecem Cursos de Pós-Graduação.

---

<sup>36</sup> A Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade Integrada é oferecida primordialmente para os alunos que concluíram o Ensino Fundamental e cursam o Ensino Médio e Profissionalizante de forma integrada e tem duração de três anos; a modalidade Concomitante é primordialmente para alunos que estejam cursando o Ensino Médio em outra escola e tem duração de dois anos; e a modalidade Subsequente é somente para alunos que já concluíram o Ensino Médio e também dura dois anos.

<sup>37</sup> O PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica foi instituído pela Portaria Nº 9, de 30 de junho de 2009. Esse Plano constitui-se “uma ação estratégica do MEC, resultante de um conjunto de ações que se concretizam mediante o princípio de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições de Educação Superior neles sediadas, sob a diretriz particular de elevar o padrão de qualidade da formação dos professores das escolas públicas da educação básica no âmbito do território nacional. A CAPES oferece os cursos de formação inicial, presencial, emergencial e os cursos na modalidade a distância são ofertados pela Universidade Aberta do Brasil – UAB”. O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foi criado no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidenta Dilma Rousseff, e “tem como objetivo principal expandir, interiorizar e

Há que se considerar, então, que esse público diferenciado dá origem a diferentes requisições para os diversos profissionais que compõem o quadro institucional. Em relação à assistência estudantil, a questão que se coloca é que, concretamente, a expansão da Rede e do seu escopo de atuação vem ocasionando o surgimento de novas demandas para a assistência ao estudante nos Institutos Federais de Educação. Embora não exista um marco legal específico para a Política de Assistência Estudantil nesses Institutos, em que pese a pouca relevância com que são citados no PNAES<sup>38</sup>, atualmente as ações institucionais referentes à assistência estudantil são orientadas por esse programa.

Assim, as demandas institucionais para os assistentes sociais em termos de assistência estudantil estão relacionadas à execução de programas voltados para o atendimento das necessidades básicas dos estudantes, tais como alimentação, transporte e moradia, entre outras, e ações que contribuam para o processo de formação e socialização e que garantam a permanência e êxito dos mesmos<sup>39</sup>.

Convém lembrar que essa finalidade de garantir a permanência e o êxito não pode ser vista desvinculada dos interesses explícitos e implícitos de um perfil de trabalhador adequado ao atual momento do desenvolvimento do capitalismo, além

---

democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos” (Disponível no Portal do MEC).

<sup>38</sup> O PNAES foi construído com base na realidade das universidades. Não obstante a inclusão dos Institutos Federais no campo de atuação da política de assistência estudantil e da ressalva às suas especificidades, não foi dada a devida importância a essas especificidades no referido Programa, pois ao mencionar somente os “jovens da educação superior pública federal” (Art. 1º), deixa dúvidas quanto à extensão do atendimento aos estudantes dos outros níveis de ensino que compõem o corpo discente dos Institutos Federais.

<sup>39</sup> O Artigo 3º do PNAES explicita essa questão: O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

de se constituírem como respostas às expressões da questão social que se manifestam no espaço educacional, pois “as políticas sociais públicas são *uma das respostas privilegiadas à questão social*” (IAMAMOTO, 2012a, p. 58).

Por outro lado, os estudantes e, no caso particular dos alunos dos IFS, filhos da classe trabalhadora, e suas famílias também buscam por esses programas e serviços no cotidiano institucional<sup>40</sup>. Essas expressões da questão social, entendidas aqui como resultado das desigualdades sociais produzidas pelas relações sociais de produção, se manifestam para essas pessoas através das situações concretas que vivenciam no seu dia a dia, inclusive para ter acesso ao direito à educação instituída no país como “direito de todos”.

As demandas postas por esses estudantes e suas famílias ao Serviço Social em relação à assistência estudantil tratam especificamente da falta de condições financeiras para garantir o transporte, a alimentação, a moradia, saúde, material didático escolar, entre outras situações relacionadas à garantia do direito à educação agravada pelo aumento do desemprego e das demais formas de precarização do trabalho.

Viu-se que o assistente social faz parte de uma equipe multiprofissional e que o seu propósito é realizar um trabalho articulado a partir da percepção das várias dimensões que compõem o processo educacional. Dessa maneira, algumas demandas chegam ao Serviço Social através desses profissionais, entre os quais o professor pode ser um dos principais aliados, uma vez que a convivência diária com os estudantes, em sala de aula, pode possibilitar a identificação de situações diversas que estejam sendo vivenciadas por eles, encaminhando demandas referentes a problemas familiares e sociais. Os pedagogos, psicólogos e outros profissionais da área da saúde também cumprem importante função no encaminhamento dessas requisições.

É a partir dessas demandas que vão sendo definidas as ações a serem desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito dos Institutos Federais. Nesse sentido, é preciso ter em mente que

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de

---

<sup>40</sup> A elaboração do PNAES se fundamentou num levantamento socioeconômico em nível nacional nas Universidades Federais que demonstrou essa realidade. As ações afirmativas para democratização do acesso e o empobrecimento da classe média aumentou essa demanda.

demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo* (IAMAMOTO, 2012a, p. 20).

Nesse sentido, é necessário compreender como se dá a participação do Serviço Social no planejamento institucional. A tabela 21 revela que na maioria dos casos esse planejamento ocorre no âmbito de uma equipe multiprofissional (66,7%). 24,8% participam somente nas ações específicas do Serviço Social e 19% em nível macro.

**Tabela 15 - Participação do Serviço Social no planejamento institucional.**

<b>Participação no planejamento</b>	<b>%</b>
Somente nas ações específicas do Serviço Social	24,8
No âmbito de uma equipe multiprofissional	66,7
Em nível macro	19,0
Outros	2,9

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Não se pode esquecer, entretanto, que não depende exclusivamente da vontade e da competência profissional do assistente social a proposição e o desenvolvimento de ações profissionais, essa possibilidade é mediada pelas condições objetivas e subjetivas que permeiam o espaço sócio-ocupacional. As condições subjetivas envolvem as referências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas de que dispõe o assistente social.

Isto posto, os dados obtidos com a pesquisa evidenciam que ações desenvolvidas pelo Serviço Social nos Institutos Federais podem ser sistematizadas nos seguintes eixos: **referentes à assistência estudantil; de caráter socioeducativo<sup>41</sup>; de orientação, acompanhamento e encaminhamento de estudantes; de assessoria às organizações estudantis e de pais.** Ao detalhar essas ações, optou-se por relacioná-las às dimensões da atuação profissional expostas no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Educação, do CFESS, que apresenta os Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.

<sup>41</sup> O termo “ações socioeducativas” é utilizado neste estudo para especificar ações que enfatizam a dimensão educativa da prática profissional do Assistente Social. Ou seja, que tem, explicitamente, como objetivo “transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p.40). Para deixar mais claro, não tem a conotação de “medidas socioeducativas”, que são **medidas** aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

**- Ações referentes à assistência estudantil:**

Essas ações materializam a “dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação” (CFESS, 2012, p. 54), que, como se viu, vem se consolidando como uma das principais (ou a principal) demandas para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação. É importante ressaltar que o assistente social não participa apenas da execução dos programas de assistência, ele é chamado a participar do planejamento, da gestão, da execução e da avaliação da Política de Assistência Estudantil. No processo de execução são desenvolvidas as seguintes atividades:

**a) Processo seletivo para os programas de assistência estudantil:** inclui procedimentos como: elaboração de editais, elaboração dos instrumentos para inscrição e seleção dos alunos, análise socioeconômica para fins de concessão de auxílios, entrevistas, visitas domiciliares, organização de todo o material utilizado na seleção e divulgação do resultado;

**b) Execução dos programas de assistência estudantil:** acompanhamento da frequência e aproveitamento escolar dos participantes dos programas de AE, elaboração de folha de pagamento e solicitação ao setor competente de pagamento de auxílios/bolsas do PAE, atendimentos a estudantes, familiares e servidores em matéria referente à assistência estudantil, reuniões sistemáticas com os(as) estudantes (para informações e orientações sobre assistência estudantil), acompanhamento aos alunos do PROEJA;

**c) Outras ações referentes à assistência estudantil:** ações voltadas à melhoria das condições de saúde, orientação a indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação, encaminhamentos aos serviços da rede socioassistencial, participação na democratização do acesso, via análise do perfil de estudantes das cotas, acompanhamento aos alunos com deficiência, acompanhamento de alunos com infrequência e dificuldade de aprendizagem ou que se envolveram em algum conflito, entre outras.

Essa síntese demonstra que a execução do PNAES gera uma grande quantidade de atividades técnicas e administrativas que sobrecarrega o assistente social e acaba repercutindo no exercício profissional como um todo. Isso ocorre porque, além do excesso de atividades administrativas que o programa impõe, geralmente o Serviço Social não dispõe de pessoal de apoio para colaborar no

desenvolvimento de tais atividades, que são puramente burocráticas e que os assistentes sociais se veem obrigados a desempenhar para não inviabilizar a execução dos programas e prejudicar os alunos.

São as condições objetivas interferindo no modo como o assistente social desenvolve seu trabalho. A sobrecarga de atividades nesse eixo da ação profissional repercute nas possibilidades de desenvolvimento dos demais, pois ocupa muito o tempo dos profissionais e acaba levando-os ao imediatismo.

Há que se considerar ainda que as ações desenvolvidas para concretizar o acesso dos estudantes à assistência estudantil como direito evidencia o caráter contraditório desse processo, pois a necessidade do processo seletivo é imposta pela limitação de recursos para atender a todos que buscam esse direito. Dessa maneira, mesmo que o profissional defenda o princípio da universalização das políticas públicas, é obrigado a efetivar esse processo, que ao **incluir** alguns, **exclui** muitos. Ou seja, ao realizar essas ações acaba reforçando o princípio da seletividade e da focalização, características dessa política, o que evidencia que as ações profissionais são mediadas pelas determinações das políticas que executam.

Em contrapartida, a forma como os diversos instrumentos de seleção são utilizados também repercute no resultado desse processo. As entrevistas e as visitas domiciliares, por exemplo, podem ser realizadas numa perspectiva policial, em que o profissional vai investigar se o aluno falou a verdade através da documentação apresentada, para inclusão ou exclusão no programa ou serviço, ou na perspectiva de conhecer a realidade do aluno para uma decisão mais fundamentada. Uma assistente social do nordeste faz a seguinte reflexão sobre essa questão:

Eu acho que a visita é necessária quando o aluno não faz a seleção ou por alguma razão não é selecionado e depois recorre e aí tu vais fazer a visita para fundamentar teu parecer, isso é uma coisa. Outra coisa é olhar os documentos e ir à casa do aluno pra conferir se o que ele falou é verdade. Essa perspectiva é policial e complicadíssima. O que me incomoda é essa questão de comparar pra ver se é verdade, pra confirmar se o aluno está falando a verdade, acho isso horrível. Agora, se é pra buscar elementos pra fundamentar o favorecimento do aluno, aí é interessante (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

Mas há ainda outro aspecto a considerar: o excesso de atividades burocráticas pode comprometer a qualidade do processo, tanto no processo seletivo, quando os recursos humanos são insuficientes (geralmente um ou dois por campus,

com raras exceções) para dar conta do grande volume de trabalho, podendo transformar a pretendida análise socioeconômica numa mera análise de renda *per capita* e o aspecto econômico assume papel preponderante em detrimento de outros também importantes; quanto no acompanhamento do desempenho acadêmico e da frequência desses alunos, que, inclusive, é uma condição para permanência nos referidos programas. Essa questão da condicionalidade também precisa ser pensada com seriedade, não deve ser dissociada da realidade social do aluno como um todo ou corre-se o risco de culpabilizá-lo pelo insucesso ou pelas dificuldades que enfrenta.

#### **- Ações socioeducativas**

As ações socioeducativas são oportunidades privilegiadas para se pensar a respeito da função pedagógica da ação profissional do assistente social. Seguramente, essa função está presente em todas as formas de atuação do assistente social mesmo que o profissional não tenha consciência disso. Contudo, ela se torna mais perceptível nessas ações de caráter socioeducativo, pois revelam de forma mais explícita os princípios e objetivos que a orientam e o modo de pensar e agir que esses expressam.

Recorre-se novamente à visão defendida por Abreu (2010) de que a função pedagógica do assistente social expressa os vínculos estabelecidos com as classes sociais na luta pela hegemonia cultural, portanto, revela um modo de pensar e agir que está articulado aos interesses em jogo nessa disputa.

Desse modo, a função pedagógica do assistente social, integrada a mediações que realizam a racionalização da produção e da reprodução social e o exercício do controle social – campo interventivo em que se vincula predominantemente a prática dos assistentes sociais -, principalmente via assistência social e outras políticas sociais, tende a manter-se mistificada, ao mesmo tempo em que é instrumento de mistificação das relações sociais, das quais a prática profissional é parte e sobre as quais essa prática se concretiza (ABREU, 2010, p. 22).

Com base nessa concepção, entende-se, ainda, que

o Assistente Social deve estar atento para não realizar uma análise endógena, reducionista, fragmentada, individualista, do ambiente educacional, mas situá-la no contexto mais amplo, da própria dinâmica societária, analisando as mediações presentes no tecido social (MARTINS, 2012, p.42).

Desse modo, através de suas ações nos Institutos Federais de Educação, os Assistentes Sociais exercem, de forma consciente, ou não, uma função pedagógica no âmbito das relações que configuram o ambiente educacional.

Entretanto, essas relações e esse ambiente devem ser vistos em sua articulação orgânica com a dinâmica da totalidade social, sendo mediada por ela. O ambiente educacional e a ação dos profissionais que nele atuam é atravessado pelas contradições que caracterizam essa totalidade e isso se manifesta no seu cotidiano.

Através deste estudo, foram identificados nos Institutos Federais vários tipos de ações de caráter socioeducativo, entre as quais se destacam os seguintes eixos: projetos e/ou eventos de caráter preventivo; eventos com os alunos participantes dos programas de assistência estudantil; eventos diversos com ênfase para a formação cidadã; ações voltadas para a questão comportamental. Para efeitos didáticos foram sistematizados da seguinte forma:

a) **Projetos e/ou eventos de caráter preventivo** – relacionam-se principalmente à “dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos [...]” (CFESS, 2012, p. 53) e são efetivados das seguintes formas: projetos de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; ações de prevenção e promoção da saúde; realização de debates acerca de assuntos referentes ao atendimento a alunos com necessidades específicas para alunos e professores, ao desempenho acadêmico, a questões de saúde e adolescência; oficinas e outros eventos para discussão de temas como: drogas, suicídio, sexualidade, diversidade, gênero, gravidez na adolescência, bullying, violência doméstica, exploração sexual de crianças e adolescentes, consciência negra, meio ambiente, entre outras.

b) **Eventos com os alunos participantes dos programas de assistência estudantil** – também estão vinculados à dimensão pedagógico-interpretativa, com ênfase para a socialização de “informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social” (CFESS, 2012, p. 53). Destacam-se as seguintes ações: oficinas com os Bolsistas de Iniciação Profissional e Oficinas de avaliação dos programas e auxílios; reuniões com os estudantes selecionados para debater assuntos relacionados com os programas de assistência estudantil; reuniões sistemáticas com estudantes bolsistas e beneficiários dos auxílios da assistência estudantil, trabalhando temáticas do cotidiano escolar e outros temas específicos; Projeto Desmistificando o Edital - rodas de conversas para orientação a respeito dos editais; formação de grupos com os alunos residentes da moradia estudantil; exposições orais/panfletos sobre direitos e



deveres dos estudantes relacionados ao Programa de Assistência Estudantil; orientações sobre serviços e benefícios socioassistenciais existentes na sociedade de forma crítica e reflexiva.

**c) Eventos com ênfase para a formação cidadã** – relacionam-se principalmente a duas dimensões: “a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais [...] e a relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos [...] e de fomento à participação [...]” (CFESS, 2012, p. 51; 53) e estão expressas da seguinte forma: trabalho em grupo com temáticas variadas: garantia de direitos, adolescência, consciência crítica e política, etc.; atividades para valorização da cultura local; ações em parceria com professores como visitas, apresentações; grupos de educação popular em saúde, que discutem atualmente sobre drogas e racismo; grupo de estudos sobre gênero feminismo e diversidade; Grupo de trabalho Promoção de Direitos, realizado com os alunos do grêmio e representantes de turma. Ações específicas em datas comemorativas, como dia da mulher, dia de combate ao racismo, etc.; reuniões com grupos de alunos; composição de Comissões para organização de eventos, como Gincana integrativa e Fórum de Assistência Estudantil para os estudantes; oficinas e outras atividades para discussão dos direitos dos discentes; projetos, palestra e ações envolvendo assuntos pertinentes à realidade dos estudantes e demandas geradas por eles; eventos para discussão sobre movimento estudantil e político e fomento e assessoria às organizações e representações estudantis; campanhas de mobilização de alunos para participação em ações sociais na sociedade; processo de orientação e democratização da informação aos usuários para acesso aos serviços, buscando também fortalecer os mecanismos de participação dos pais e alunos nas atividades e decisões sobre a escola.

**d) Ações voltadas para a questão comportamental** – a ênfase é para a dimensão referente às “abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ou trabalhadores da Política de Educação”: palestras em diversas áreas e acompanhamento aos alunos com dificuldades referentes ao comportamento no ambiente escolar; abordagens a estudantes que tenham cometido atos de indisciplina e a estudantes usuários de drogas; oficinas para discussão de uma postura ética a ser adotada na execução dos editais dos programas de assistência estudantil; reuniões restaurativas; atividades voltadas para alunos com problemas de comportamento visando sua inserção na escola.

Além desses eixos mais evidenciados, foram identificadas ainda algumas ações voltadas especificamente para o processo ensino-aprendizagem e para a formação intelectual e profissional, como a constituição de grupos de estudo para superação de dificuldades de aprendizagem, a participação em Conselhos de Classe e em projetos de pesquisa, extensão e orientação profissional.

Outro aspecto a destacar é que existem algumas ações que são comuns aos quatro eixos, como por exemplo, a produção de materiais informativos acerca de temas diversos, a exibição de filmes, realização de palestras e debates, oficinas, entre outras.

Apesar dessa variedade de ações de caráter socioeducativo que são realizadas nos Institutos Federais, foi pontuado em algumas situações que tais ações são realizadas de “maneira pontual e assistemática devido ao tempo ser quase todo preenchido com a implementação dos programas de assistência estudantil (planejamento, seleção, inserção, acompanhamento, desligamentos)” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico). Outra observação que é relevante mencionar é que

todas as ações dentro de uma instituição de educação tem ou devem ter caráter socioeducativo. Atitudes como receber recurso indevido de benefícios pode ser motivação para punições ou para educação ética, por exemplo. Aqui no Campus [...] optamos sempre por entender o estudante como um indivíduo com capacidade de diálogo e de construção de saberes, que o leve a emancipação através da elevação do pensamento ao nível da criticidade de suas próprias ações, bem como das ações da sociedade em seu entorno (Depoimento colhido pela autora através aplicação de questionário eletrônico).

De modo geral, observa-se que há uma preocupação com o desenvolvimento dessas ações numa perspectiva emancipatória através do estímulo à criticidade dos estudantes pela abordagem de temas necessários à sua formação como cidadão. Entretanto, sabe-se que essas abordagens, dependendo das visões de mundo, dos valores e princípios que norteiam a ação profissional, também podem reforçar a não criticidade e uma perspectiva de ajustamento social, pois as condições subjetivas são mediações determinantes do fazer profissional.

As **abordagens a estudantes que tenham cometido atos de indisciplina**, por exemplo, podem ser numa ótica doutrinária e punitiva, que simplesmente o culpabiliza e visa uma mudança de comportamento para adequação ao ambiente escolar, ou podem se dar numa reflexão com o estudante acerca dos determinantes desses atos e na busca conjunta de alternativas de ação enquanto

sujeitos fundamentais desse ambiente. A percepção de uma profissional expressa bem essa contradição:

Considerando essa concepção de que educação pode contribuir para a emancipação, a nossa atuação não fica ao largo disso, com a mesma ação a gente tanto pode favorecer a dominação como pode contribuir pra emancipação. [...]. Busco na minha atuação sempre favorecer a emancipação, claro que nem sempre a gente consegue. A gente sabe que como trabalhadores também estamos submetidos às instituições, ao que determina a classe dominante. Nem sempre a gente consegue, mas a gente percebe um esforço... não só meu, mas da maioria das minhas colegas, eu percebo um esforço de não favorecer a dominação, de favorecer o contrário, de se contrapor, na verdade, mas nem sempre a gente consegue, a gente é consciente disso, mas isso não faz com que a gente desista de tentar (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

Martins (2012) acredita que ao atuar com os diversos membros da comunidade escolar, o Assistente Social pode “mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade” (MARTINS, 2012, p. 46). Esse processo reflexivo pode estar presente em todas as ações realizadas e contribuir para o fortalecimento de uma visão crítica da realidade. Esse entendimento é importante para a compreensão das abordagens individuais como possibilidades reais para favorecer a compreensão das relações que ocorrem na escola e na sociedade.

#### **- Ações de orientação, acompanhamento e encaminhamento**

As ações de orientação, acompanhamento e encaminhamento são materializadas, principalmente, através das abordagens individuais a estudantes e suas famílias, que têm sido, historicamente, uma dimensão muito importante da atuação profissional do assistente social. Pelo que já se falou neste estudo, essas abordagens tanto podem ter uma perspectiva disciplinadora e de ajustamento à ordem vigente, ou apenas para viabilização da assistência estudantil, quanto podem se constituir estratégias para favorecer o “enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação” (CFESS, 2012, p. 51) e a percepção do aluno enquanto sujeito de direitos.

Em relação a essa dimensão, identificou-se a realização das seguintes ações:

a) Acompanhamento e orientação a alunos com baixo rendimento escolar, baixa frequência e/ou em vias de evasão escolar;

b) Identificação de situações de vulnerabilidade social e não acesso ou violação de direitos e orientação e encaminhamento para rede socioassistencial do município, quando necessário;

c) Atendimento multiprofissional (ou não) de estudantes e familiares para enfrentamento de conflitos nas relações familiares e escolares e outras situações;

d) Atendimento em grupo para discussão de problemas diversos;

e) Orientações sobre direitos e deveres dos estudantes na instituição escolar e na sociedade;

f) Identificação de situações de violência doméstica e encaminhamento para outros profissionais (psicólogo e pedagogo) e/ou para a rede socioassistencial do município;

g) Acompanhamento de alunos com necessidades específicas (pessoas com deficiência);

h) Identificação de violação dos direitos dos adolescentes e encaminhamentos a instituições de proteção ao adolescente, como Conselho Tutelar, CRAS, Defensoria Pública e Ministério Público;

i) Participação em reuniões pedagógica e conselhos de classe para acompanhamento e atendimento de situações referentes aos discentes;

j) Orientação àqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e/ou no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Em relação a essas ações, pode-se mencionar ainda que visam atender uma demanda que é histórica para a profissão e que chega diariamente para os Assistentes Sociais que atuam nas instituições educacionais e são levadas a eles pelos próprios alunos e/ou suas famílias, por professores e/ou outros profissionais. Outro aspecto relevante é que essas ações têm se constituído uma possibilidade real para o exercício do trabalho multiprofissional, no qual o profissional de Serviço Social pode desempenhar importante papel no desvelamento das situações postas, o que não quer dizer que não se enfrente dificuldades em sua efetivação.

A percepção de uma profissional do nordeste expressa de alguma forma a importância que o Assistente Social pode ter nessa multidisciplinaridade:

Mas a minha experiência me permitiu perceber que a educação... se ela não for vista na sua totalidade, se ela não conseguir perceber o aluno na sua integralidade, ela não consegue atingir o objetivo realmente, que é levar o aluno a adquirir status de cidadão, de ter uma educação para ter a liberdade de escolher aquele caminho que quer seguir. A gente sabe que o próprio

crescimento do aluno em sala de aula, dentro da escola... ele vai além do que aprende dentro da escola. Por exemplo: acredita-se que o baixo rendimento do aluno é decorrente somente de uma dificuldade de aprendizagem em sala de aula, mas não. Pode ser por problemas familiares, questões socioeconômicas, psicológicas, então... perceber a educação nessa amplitude... a gente consegue realmente direcionar nossas ações pra que realmente o aluno possa viver essa integralidade na educação (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 4).

A esse respeito, Almeida destaca que

A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial (ALMEIDA, s/d, p.6).

A forma como essas ações são desenvolvidas e os seus possíveis efeitos no espaço educacional são mediados pelo referencial teórico-metodológico que as orientam e pela dinâmica das relações que perfazem esse ambiente. Desse modo, coexistem percepções diferentes a respeito das mesmas nos Institutos Federais, entre as quais se destacam: o entendimento de que “contribui para ajustes de situações que poderiam prejudicar o andamento do estudante em sua formação escolar” (AS CENTRO-OESTE 1); e de que pode “contribuir para que eles tenham um pensamento crítico perante essa sociedade [...] e que se enxerguem enquanto sujeitos éticos, de forma a construir a sua própria autonomia” (AS SUL 1).

Nesse sentido, é necessário que o profissional esteja constantemente reavaliando seus instrumentos de trabalho e que seja capaz de compreender as demandas cotidianas a partir de uma perspectiva de totalidade. “O embasamento teórico-metodológico coadunado com os princípios éticos e políticos hegemônicos na categoria” (AS NORDESTE 6) oferece os fundamentos para um exercício profissional coerente com os interesses da classe trabalhadora.

#### **- Ações de assessoria às organizações estudantis e de pais**

As ações de assessoria às organizações estudantis e de pais inserem-se principalmente na dimensão de *intervenção coletiva* da atuação do assistente social e no ambiente educacional e podem contribuir para o reconhecimento dos estudantes como sujeitos coletivos no processo de organização e luta pelos seus direitos como tal.

Apesar das limitações impostas pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho, parte dos profissionais de Serviço Social está desenvolvendo ações nesse sentido nos Institutos Federais. Segundo a tabela 16, entre os participantes da pesquisa, 56,2% revelaram desenvolver ações com instâncias do poder decisório. Desses, 59,3% atuam junto a algum tipo de Conselho, 37,3% desenvolvem essas ações com organizações estudantis e 8,5% com associações de pais.

**Tabela 16** - Desenvolvimento de ações com instâncias do poder decisório e Instâncias do poder decisório com as quais o assistente social atua.

<b>Desenvolve ações com poder decisório</b>	<b>%</b>
Sim	56,2
Não	43,8
<b>Em caso afirmativo, quais?</b>	
Conselhos	59,3
Organizações Estudantis	37,3
Organizações de Pais	8,5
Outros	30,5

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A realização dessas ações foi expressa da seguinte forma:

**a) Assessoria às organizações estudantis:** orientação aos alunos sobre direitos e formas organizativas de participação nas instâncias deliberativas na escola; orientação aos alunos em processo de mobilização e organização de suas entidades (Grêmios Estudantis e Diretório Acadêmico); orientação e assessoramento à representação estudantil do campus; atividades para fortalecer as ações coletivas e organizações políticas dos estudantes; realização de reuniões voltadas para o conhecimento, discussão e mobilização dos alunos em prol da efetivação dos seus direitos e deveres.

**b) Participação em Conselhos:** participação nas reuniões de conselho de classe e colegiado.

**c) Assessoria às organizações de pais:** participação em reuniões de pais; assessoria aos pais em processo de organização.

Observa-se que essa ação, não obstante os percentuais apresentados, ainda carece de maior consistência no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Os fatores que levam a isso podem ser vários, mas, com certeza as condições objetivas de trabalho estão entre eles. A fala de uma colega do Sul expressa isso:

Entendo isso, que a nossa ação deve ser pedagógica no sentido de participar da formação desses alunos enquanto sujeitos críticos. Entendo que isso se dá muito pelas atividades com grupos de alunos, é o que eu tento fazer muito, principalmente com os alunos da Moradia Estudantil. Mas ainda acho que tem pouco espaço pra isso, devido a demanda enorme que a gente tem de processos mais de gestão burocrática, um enorme quantitativo de trabalho dessa perspectiva (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 2).

As ações referentes à assessoria às organizações estudantis e de pais colocam em evidência a dimensão política do trabalho do Assistente Social e explicitam de forma mais clara o compromisso ético-político assumido. Segundo AS NORDESTE 2, “abrem espaço para discussão política, favorecendo a superação daquela visão de assistente social fiscalizadora da família e em favor da visão de apoiadora da luta por direitos” (AS NORDESTE 2).

Para AS NORTE 1, o assessoramento aos movimentos sociais reforça a possibilidade de uma atuação coerente com os propósitos do Projeto Ético-Político:

A estratégia que eu sempre busco é me ancorar no movimento estudantil, tento fazer debate com eles a respeito da conjuntura que nós vivemos, não só em nível nacional, mas também em nível da instituição e das políticas educacionais executadas por ela. Temos um grupo de estudos dentro da instituição que envolve representantes do grêmio estudantil, onde realizamos estudos e debates críticos em torno de várias questões (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 1).

Na verdade, a articulação com os movimentos sociais está na base da construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tanto por ter sido gestado em articulação com as lutas mais gerais da sociedade, quanto pelo compromisso assumido com os interesses e com o projeto da classe trabalhadora. Nos Institutos Federais, como na realidade social mais ampla, essa relação é permeada pelas contradições inerentes à dinâmica da sociedade capitalista.

#### 4.3.4 Os desafios à materialização do Projeto Ético-Político Profissionais nos Institutos Federais de Educação.

Viu-se que, como totalidade histórica (CARDOSO, 2016), o Serviço Social está em permanente e orgânica relação com a realidade social enquanto totalidade mais ampla, portanto, com os outros elementos que a compõem. Embora sejam parte de um todo complexo e contraditório, esses elementos são todos de menor complexidade e permeados por contradições, que por se relacionarem

organicamente se mediam mutuamente, daí dizer-se que tudo que existe é fruto de mediações (LUKÁCS, 1979; NETTO, 1997; KONDER, 2008).

Com base nessa visão, na perspectiva deste estudo, as singularidades do exercício profissional do Serviço Social, no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica devem ser vistas a partir de suas determinações sócio-históricas (que expressa sua relação com a universalidade), para que se possa compreender as particularidades dessa profissão nesse campo de atuação. Assim sendo, a compreensão dessas particularidades passa pela captura das mediações que contribuíram para sua configuração enquanto tal.

Nessa lógica, acredita-se que a análise das funções definidas institucionalmente e/ou que são efetivamente desempenhadas pelos assistentes sociais através das ações desenvolvidas nos Institutos Federais de Educação, não pode prescindir de considerações a respeito das dificuldades vivenciadas cotidianamente nesse exercício profissional, e que podem se constituir desafios à materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional.

Em conformidade com o que foi abordado em item anterior acerca dos dilemas e desafios vivenciados pela categoria em relação à possível hegemonia desse projeto, também nesses Institutos Federais, esses se fazem presentes, sobretudo porque, como se viu, as condições objetivas e subjetivas de trabalho são mediações importantes na definição das particularidades dessa profissão nos diversos espaços onde se faz presente. As instituições, assim como as políticas sociais são espaços contraditórios, em cuja dinâmica se concretizam os interesses e os conflitos de classes.

Outro aspecto a considerar é que, como já mencionado, a realidade é sempre maior do que se consegue apreender num processo de pesquisa e a busca do conhecimento se efetiva através de aproximações sucessivas ao objeto de estudo. Dito isso, o esforço de apreender os elementos mediadores desse exercício profissional tem como propósito uma compreensão aproximada dessas particularidades.

Assim, considera-se que as dificuldades experienciadas na rotina institucional são mediações importantes para a compreensão do exercício profissional dos Assistentes Sociais e se constituem desafios à materialização do Projeto Ético-Político nessa realidade. Acredita-se que os mesmos não devem ser



vistos de forma isolada, todavia optou-se por sistematizá-los através de três componentes básicos: **a) a contradição entre os princípios que orientaram a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e as ideias neoliberais que dão sustentação ao avanço do capitalismo e orientam as reformas educacionais; b) a correlação de forças que caracteriza as relações institucionais; c) o comprometimento das condições de trabalho decorrente da “assistencialização”<sup>42</sup> do trabalho do Assistente Social na Política de Educação.**

a) A contradição entre os princípios que orientaram a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e as ideias neoliberais que dão sustentação ao avanço do capitalismo e orientam as reformas educacionais:

As reflexões a respeito dos dilemas e desafios à hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social apontaram **a contradição entre os princípios que orientam sua construção e os da ideologia neoliberal, que dá suporte ao avanço do capitalismo nos dias atuais e às reformas educacionais.** Ao se estudar a relação entre educação e trabalho no contexto das transformações societárias viu-se que existe uma relação orgânica entre o processo de produção e de trabalho e os processos educacionais ou de formação humana e que, historicamente, as reformas educacionais brasileiras sempre estiveram articuladas aos interesses das classes dominantes.

Na realidade contemporânea, as reformas educacionais e, em especial, o processo de expansão da educação profissional e tecnológica, apoiam-se na ideologia neoliberal, que requer um perfil de trabalhador adequado para atender as demandas colocadas pelos processos produtivos sustentados no modelo de acumulação flexível, cuja finalidade última é a reprodução do modo capitalista de produção. Situando-se no âmago da disputa ideológica e política entre os projetos societários, o Projeto Ético-Político do Serviço Social fez opção pelo projeto da classe trabalhadora e definiu como teleologia máxima contribuir para a autonomia e emancipação dessa classe e como fim último a supressão desse tipo de sociedade.

---

<sup>42</sup> “Entendemos que o processo de assistencialização das políticas sociais no Brasil está pautado na forma como elas se organizam desde finais do século XX, referenciada nas orientações dos organismos internacionais que apontam para a focalização das políticas sociais, seus programas e projetos no combate à pobreza” (MORAES, 2009, p. 96).

O processo de focalização e bolsificação da assistência estudantil são vistos como “[...] consequência da tendência à assistencialização das políticas sociais que, no âmbito da educação, tem a assistência ao estudante como expressão máxima” (NASCIMENTO & SANTOS, 2012, s. p.).

No cotidiano institucional, essa contradição se evidencia em inúmeras situações, uma vez que a força da ideologia dominante está presente em todos os espaços e orienta as práticas educacionais institucionalizadas (ou não) desde a origem da sociedade brasileira. Então, uma prática profissional orientada por princípios que propõem a desmistificação e contestação dessa ideologia e dos princípios que a orientam, provavelmente encontrará resistências político-ideológicas durante sua efetivação.

Sendo engendradas com fundamento na ótica da ideologia neoliberal, as políticas sociais acabam tomando uma direção contrária ao direcionamento proposto pelo referido projeto profissional. No caso da política educacional, por exemplo, apesar de constar na Constituição Brasileira como direito de todos, a luta pelo acesso a uma educação pública e de qualidade continua em pauta para a classe trabalhadora.

Um primeiro aspecto a considerar é que apesar das ações afirmativas implantadas nas últimas duas décadas para democratização do acesso (como a lei de cotas raciais e sociais) e da expansão da educação profissional e tecnológica, que, de acordo com os números expostos neste estudo, aumentou em mais de 450% a quantidade de unidades institucionais em menos de 20 (vinte) anos, grande parcela da população é excluída desse processo. No caso dos Institutos Federais, cuja admissão se efetiva através de um rigoroso processo seletivo baseado fundamentalmente na meritocracia<sup>43</sup>, o número limitado de vagas é profundamente excludente, pois deixa milhares de pessoas fora do processo.

Com base na pesquisa realizada para fundamentar esta análise, detectou-se que na perspectiva do Projeto Ético-Político, a atuação do assistente social na política educacional visa à garantia da educação de qualidade, mas em uma perspectiva emancipatória cujo alcance requer uma construção coletiva, “que nem sempre é convergente, pois predominam discursos que enfatizam a pedagogia das competências e a meritocracia” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

---

<sup>43</sup> A meritocracia é um sistema de gestão que considera o mérito como a razão principal para se atingir posições de topo. De acordo com essa visão, o sucesso profissional e/ou social resulta dos esforços individuais de cada pessoa, o que a torna merecedora das conquistas alcançadas. Não são consideradas, por exemplo, as contradições inerentes à dinâmica social que mediam as relações de trabalho e as trajetórias pessoais nesse contexto.

Contribuir para a ampliação e consolidação da cidadania, bem como para a autonomia dos sujeitos tem se constituído um desafio relevante nesse espaço sócio-ocupacional. “A política de educação é imbuída da contradição: regulação social X transformação social” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico) e no seu interior trava-se um permanente embate de ideias, nem sempre favoráveis à consecução dos objetivos profissionais.

Por outro lado, o agravamento da questão social decorrente da ampliação das desigualdades sociais agravou a manifestação de suas expressões nos Institutos Federais, trazendo rebatimentos diretos para a atuação profissional dos assistentes sociais. O princípio da universalidade das políticas sociais defendido pelo referido projeto profissional é colocado em xeque cotidianamente, pois a Política de Assistência Estudantil, por exemplo, é compensatória e focalizada e impõe processos seletivos que inviabilizam essa universalidade.

Afinal, “trabalhamos em meio às contradições de uma política social. Sendo assim, atender às demandas e metas institucionais impõe limites à concretização do Projeto Ético-Político” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Efetivamente, ao se analisar as particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, observa-se que as contradições entre os referidos princípios nesse ambiente institucional têm se constituído em obstáculos/desafios à materialização do Projeto Ético-Político. Os depoimentos a seguir ressaltam a necessidade de buscar fundamentos teórico-metodológicos para compreender a realidade e as possibilidades de ação e a dificuldade em desmistificar e romper os limites impostos pela cultura meritocrática.

Sei que a gente executa uma política dentro de um sistema neoliberal, mas acho que às vezes nos falta voltar lá pra raiz da nossa formação, que é a dialética materialista, o materialismo histórico do Marx. Acho que nos falta às vezes compreender que o nosso objetivo seria... enfim, a universalização de todos os direitos sociais e o fim de um sistema desigual. [...] mas vejo que a gente acaba às vezes traindo muito essa concepção de profissão e de sociedade, querendo, às vezes, nas nossas avaliações, julgar merecimento ou perfil (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 2).

De cara te digo que minha maior dificuldade seria a cultura meritocrática que está entranhada na sociedade (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 1).

A efetivação do projeto ético-político profissional, no âmbito das políticas públicas, especialmente na política de educação, tem como limites as orientações neoliberais sobre as condições de vida dos sujeitos e também

de trabalho profissional verificados na minimização de direitos, redução do orçamento na educação, bem como a própria incompreensão ou pouca propriedade profissional sobre o significado do projeto ético político da profissão (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 1).

Esses depoimentos evidenciam outros aspectos a serem considerados em relação aos princípios norteadores do PEP. Como o **desconhecimento ou discordância desses princípios pelos profissionais e/ou descompromisso dos mesmos com esse projeto profissional.**

Já foram abordados neste estudo os dilemas relacionados ao processo de formação profissional do Assistente Social, no qual a massificação tem tido prioridade em detrimento da qualidade. Essa formação não se restringe ao período de graduação e a importância da capacitação continuada tem sido historicamente fomentada pelas entidades da categoria. Mas nem todos os profissionais buscam essa capacitação, ou porque não possuem interesse ou porque não conseguem afastamento do trabalho para participarem de cursos e/ou eventos promovidos com esse objetivo. Acredita-se que a formação e a capacitação profissional podem ser fatores determinantes do conhecimento ou compreensão dos princípios desse projeto profissional.

No item 4.3.1 apresentamos o perfil dos Assistentes Sociais que atuam nos Institutos, no qual a maioria dos profissionais cursou a graduação em universidade pública (67,31%) e concluiu esses estudos há até 10 anos (64,42%). Além disso, 96,12% já cursaram algum tipo de pós-graduação e 94,3% participaram de algum evento da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos. Ou seja, são profissionais que demonstram preocupação com a questão da capacitação.

Apesar disso, a falta de conhecimento ou de domínio por parte dos profissionais a respeito do projeto e dos princípios que o norteiam foi apontada como dificultadora de sua materialização nos Institutos Federais. A partir das informações obtidas percebe-se que a falta de consistência em relação a esse conhecimento e/ou domínio interfere negativamente na possibilidade de efetivar ações norteadas por eles, pois reduz a capacidade de leitura da realidade sob a ótica do PEP e a percepção das contradições e do jogo de interesses que permeiam a dinâmica institucional.

“O nosso projeto profissional tem uma perspectiva de superação de um modo de sociedade”, entretanto, “existem colegas de profissão que não entendem a própria profissão e possuem atitudes positivistas mascaradas de atitudes pedagógicas” (Depoimentos colhidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

São apontadas ainda as seguintes decorrências dessa mediação: a incompreensão ou desconhecimento desse projeto pelos próprios assistentes sociais não os qualifica para lidar com a incompreensão dos outros profissionais, cuja visão de mundo acaba prevalecendo nas decisões institucionais; a falta de estudo permanente dos documentos que embasam o exercício profissional corrobora para uma visão equivocada da profissão, ou para uma visão nos moldes tradicionais.

Considerando então que o desconhecimento do projeto, dos princípios que o orientam e/ou dos documentos que lhe dão sustentação figura entre os desafios à materialização do Projeto Ético-Político nos Institutos Federais de Educação e no intuito de compreender melhor essa questão no âmbito da realidade pesquisada, buscou-se apreender o nível de conhecimento desses documentos entre esses profissionais.

A maioria dos participantes possui um conhecimento superficial sobre as Diretrizes Curriculares para o Serviço Social. 58,1% apenas leram essas diretrizes, 14,3% as estudaram de forma aprofundada, 13,3% além de as estudarem, participaram de debate a respeito com a categoria e 14,3% declararam desconhecê-las.

**Tabela 17-** Nível de conhecimento das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social – ABEPSS.

<b>Nível de conhecimento das diretrizes curriculares</b>	<b>%</b>
Apenas leu	58,1
Estudou de forma aprofundada	14,3
Estudou e debateu com a categoria	13,3
Desconhece	14,3
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Na tabela 18, observa-se que foi declarado um conhecimento mais aprofundado a respeito da Lei de Regulamentação da Profissão: 56,2% a estudaram de forma aprofundada e 29,5% estudaram e debateram com a categoria; 12,4% apenas leram e somente 1,9% afirmaram desconhecer a lei.

**Tabela 18** - Nível de conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão – nº 8.662/93

<b>Nível de conhecimento da lei de regulamentação da profissão</b>	<b>%</b>
Apenas leu	12,4%
Estudou de forma aprofundada	56,2%
Estudou e debateu com a categoria	29,5%
Desconhece	1,9%
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Também em relação ao Código de Ética o nível de conhecimento é mais amplo: 58,1% o estudaram de forma aprofundada e 28,6% o debateram com a categoria. 2,8% não o conhecem e 10,5% apenas o leram.

**Tabela 19** - Nível de conhecimento do Código de Ética de 1993.

<b>Nível de conhecimento do código de ética de 1993</b>	<b>%</b>
Apenas leu	10,5
Estudou de forma aprofundada	58,1
Estudou e debateu com a categoria	28,6
Desconhece	2,8
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social, segundo os dados coletados, é conhecida de forma aprofundada por 33,3% dos participantes, 25,7% declararam haver debatido com a categoria. Mas é significativa o percentual dos que apenas leram, 32,4%, sobretudo, associados aos 8,6% que a desconhecem.

**Tabela 20** - Nível de conhecimento Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

<b>Nível de conhecimento da resolução CFESS nº 493/2006</b>	<b>%</b>
Apenas leu	32,4%
Estudou de forma aprofundada	33,3%
Estudou e debateu com a categoria	25,7%
Desconhece	8,6%
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A Lei de Regulamentação do Estágio é conhecida mais profundamente por 21% dos participantes da pesquisa e 18,1%, além de a conhecerem, debateram-na com a categoria. Um pouco mais da metade, 50,5% apenas leram essa Lei e 10,4% a desconhecem.

**Tabela 21** - Nível de conhecimento da Lei de Regulamentação do Estágio.

<b>Nível de conhecimento da Lei de Regulamentação de Estágio</b>	<b>%</b>
Apenas leu	50,5
Estudou de forma aprofundada	21,0
Estudou e debateu com a categoria	18,1
Desconhece	10,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

De acordo com os dados quantitativos apresentados nessas tabelas, há um conhecimento mais aprofundado da Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética e da Resolução que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional. As Diretrizes Curriculares e a Lei de Regulamentação do Estágio apresentam um percentual bastante significativo dos que as conhecem apenas superficialmente ou a desconhecem. Embora a maioria tenha afirmado conhecer de forma mais aprofundada a Resolução CFESS nº 493/2006, é também significativo o percentual dos que apenas leram ou desconhecem. Esse aspecto é importante na medida em que esses documentos expressam de alguma forma os valores e princípios que orientam a profissão.

Mesmo com os números favoráveis em relação ao nível de conhecimento do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, o cotidiano evidencia que a falta de conhecimento dos princípios e valores que orientam o Projeto Ético-Político pelos profissionais, a discordância com os mesmos e/ou o descompromisso

com esse projeto são determinantes da atuação nos diversos espaços sócio-ocupacionais. O depoimento a seguir dá uma ideia de como isso é percebido nos Institutos Federais:

Então, eu acho que o que impede muito da gente romper esses limites, porque sempre vão ter limites, vão ter limites institucionais, que vão vir do governo federal, vão ter limites da própria gestão, vai mudar gestão e alguns problemas vão continuar. Então eu acho que o que nos impossibilita de resistir um pouco mais, pra além da gente tá executando uma política dentro de um sistema neoliberal, que eu acho que essa é a máxima dos nossos problemas de execução do projeto ético-político, são as ausências de possibilidades de alianças com as equipes, entre as equipes de trabalho da assistência ou entre uma equipe de assistentes sociais do mesmo instituto, eu acho que isso fragiliza muito, quando a gente não pode estabelecer uma rede. **É a nossa falta de compreensão do nosso projeto ético-político, a gente não saber como defender ele e por vezes, talvez, sem acreditar nos seus próprios princípios.** Porque eu vejo assistentes sociais com práticas bem incoerentes com o nosso projeto ético-político (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 2).

Em relação à fundamentação teórico-metodológica, outro aspecto de suma importância a ser considerado nesta análise, é que, como também já se abordou no item acerca dos dilemas, o avanço do conservadorismo que está ocorrendo na sociedade e nas Ciências Sociais, do mesmo modo está presente no interior da profissão e, portanto, no seu exercício nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Assim, na disputa entre projetos societários, nem todos os profissionais se colocam ao lado do projeto da classe trabalhadora, assim como, na disputa entre projetos profissionais, nem todos estão comprometidos com o Projeto Ético-Político considerado hegemônico. Na verdade, nem todos o consideram hegemônico.

No âmbito do exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação isso também se constitui uma realidade. **O avanço do pensamento pós-moderno e do conservadorismo profissional que nele se apoia se faz presente também no cotidiano desse espaço de atuação.** A esse respeito, Cardoso e Torres (2016) postulam que

a defesa dos princípios éticos da profissão, desde os seus marcos políticos e legais dos anos 1980-1990, tem sido cada vez mais desafiante e configura-se, para o projeto ético-político, como um movimento constante de ruptura com o ainda presente *ethos* tradicional e conservador entre as/os profissionais (CARDOSO; TORRES, 2016, p. 197).

Como se viu, esse avanço permeia o processo de formação, a produção de conhecimento e a dimensão interventiva nas diversas áreas de atuação. Isso significa que há um permanente embate de ideias e de projetos profissionais. Essa



falta de consenso pode resultar em dificuldades para planejar e/ou executar o que foi proposto pela própria equipe e/ou em ações individualizadas entre os profissionais de Serviço Social. Os depoimentos a seguir expressam as implicações dessa mediação para a atuação dos assistentes sociais na referida realidade institucional:

Penso que a falta de clareza teórico-metodológica implica diretamente nessa possibilidade de uma prática condizente com os princípios do nosso projeto ético-político. Esse projeto foi construído coletivamente, pela vanguarda intelectual, mas atualmente acabam se sobressaindo essas visões conservadoras que existem dentro da profissão. Diante desses problemas cabe ao assistente social ser um profissional culto, propositivo, que decifre a realidade. [...] a escolha teórico metodológica não é só uma escolha profissional, mas também uma escolha pessoal, porque envolve valores, envolve ideologias, envolve visões sociais de mundo. Penso que englobar uma prática profissional deslocada da realidade social é complicado (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 1).

Os maiores obstáculos estão relacionados à falta de clareza dos próprios profissionais do significado real do projeto ético-político e ao reconhecimento por parte de docentes, diretores e coordenações de que a educação e o ensino se realizam para além de conteúdos propedêuticos e da sala de aula. Se tais elementos fossem rompidos, talvez houvesse maiores possibilidades de materialização do projeto ético-político profissional no âmbito dos IFET's (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 3).

Com base nessas considerações, percebe-se que a maioria dos Assistentes Sociais que atuam nos Institutos Federais tem buscado capacitação<sup>44</sup>, o que pode se constituir um aspecto relevante para a instrumentalização dos mesmos na perspectiva do Projeto Ético-Político, embora não seja garantia disso. Contudo, a realidade institucional é permeada pelas contradições da vida social e o trabalho desses profissionais é mediado pelas disputas entre projetos societários e profissionais que se efetivam nesse espaço sócio-ocupacional.

b) A correlação de forças no contexto institucional.

As instituições públicas reproduzem em seu interior as relações e as contradições que caracterizam a realidade social. Por conseguinte, faz parte da dinâmica institucional a disputa entre interesses opostos que estão articulados a projetos societários distintos em permanente disputa pelo poder hegemônico. As decisões a respeito das políticas públicas são influenciadas por essa disputa e isso acontece em nível macro, mas também no processo de implementação no contexto institucional.

---

<sup>44</sup> Segundo as informações constantes nas Tabelas 8 e 9, que estão expostas no Item 4.3.1 desta tese.

Sabe-se que as definições acerca das políticas públicas envolvem sujeitos e interesses diversificados e que as decisões tomadas dependem da correlação de forças em determinado contexto. Segundo Silva (2008, p. 90), “uma política se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente”.

Na concepção dessa autora é no processo de implementação que ocorre a materialização da política. Dessa forma, compreende-se que apesar da relação entre interesses contraditórios e da consequente existência de conflitos em todos os momentos das políticas públicas, é na implementação, quando efetivamente se dá a execução das ações, que esses se tornam mais evidentes. Isso acontece porque é nesse momento que se pode perceber de forma mais clara e concreta a coerência entre essa execução e as metas e objetivos propostos, e os problemas decorrentes dessa relação, caracterizando o que Arretche se refere como “um campo de incertezas” (ARRETCHE, 2001, p.48).

Assim, o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais é perpassado pelo jogo de poder que caracteriza essa disputa. Os Institutos Federais de Educação vivenciam as contradições inerentes ao desenvolvimento da Política de Educação Profissional e Tecnológica, que, como se viu, está organicamente vinculada ao desenvolvimento do processo produtivo, encontrando-se no centro da disputa entre as classes pela hegemonia cultural e econômica. Dessa forma, as ações do Assistente Social (e dos demais profissionais) nesse espaço sócio-ocupacional são mediadas pela correlação de forças que configuram a dinâmica institucional e que estão relacionadas à totalidade social.

Alicerçado nessa concepção, este estudo entende que as disputas entre projetos societários e profissionais que tensionam o ambiente educacional em análise se efetivam através de **relações de poder entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar/acadêmica**. No interior dessas relações, em determinados momentos obtém-se avanços e em outros, retrocessos, pois o enfrentamento dessas relações às vezes “impõe limites à atuação profissional, cerceando, por exemplo, a realização de ações de cunho socioeducativo” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

São muitas as questões levantadas em torno da mediação da correlação de forças institucional para a atuação profissional do Assistente Social. Algumas

delas expressam uma compreensão das instituições de ensino como espaços onde estão presentes as contradições das disputas entre os projetos societários em nível macro. As relações que se estabelecem na escola são vistas por alguns profissionais como relações de poder e a articulação política como um instrumento que pode contribuir para a superação dos obstáculos cotidianos.

A falta de conhecimento, principalmente por parte dos gestores, das possibilidades de atuação do assistente social e de acordo com o jogo de forças presentes nessas relações, pode incidir negativamente sobre a execução de projetos que coloquem em xeque os interesses dominantes na instituição, “reduzindo sua atuação à seleção e concessão de auxílios” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

O individualismo e a exacerbação dos preconceitos, características marcantes do mundo contemporâneo, são apontados como determinantes das relações que se estabelecem na comunidade escolar/acadêmica, repercutindo na articulação inter profissional em nível técnico e político, considerada necessária para uma atuação de maior amplitude.

A política interna, que não deve ser dissociada da questão política e ideológica em nível mais amplo, também é apontada como uma mediação ao exercício profissional. O posicionamento dos gestores em relação à educação e ao papel do Serviço Social nessa área, entre outros, pode interferir nas possibilidades de atuação desse profissional para além das demandas institucionais. Se a gestão, por exemplo, não prima pelo planejamento e é exercida de forma autoritária, isso pode restringir a proposição de novos projetos de ação pelo Serviço Social e/ou outras profissões. É preciso estar atento para perceber as nuances que caracterizam essas relações e as implicações que podem ter para o exercício profissional.

Em contrapartida, gestões democráticas e articulação política podem favorecer a autonomia profissional. Enfim, a disputa interna pelo poder também interfere diretamente nessa questão, pois os compromissos assumidos e as decisões tomadas pelos gestores, bem como os confrontos decorrentes dos mesmos, repercutem nas ações de todos.

Alguns limites são impostos à condução do trabalho do assistente social pelas relações de trabalho que se estabelecem dentro da instituição, que são permeadas pelos conflitos de interesses que caracterizam as instituições, possibilitando uma relativa autonomia aos assistentes sociais. Assim, se os

interesses hegemônicos nessa correlação de forças não são os mesmos defendidos por esse profissional, podem interferir negativamente nas suas possibilidades de atuação.

Como vimos, apesar de ser considerada uma profissão liberal e possuir uma regulamentação própria, sua inserção no mercado se realiza através da venda de sua força de trabalho, o que subordina suas ações às ingerências do contratante, que é quem toma as decisões finais e garante as condições objetivas para que esse execute suas ações. Dessa maneira, sua autonomia é relativa e nem sempre consegue realizar tudo que planeja.

Embora os profissionais, por exemplo, tenham como propósito agilizar todos os processos para que os estudantes acessem os programas e serviços que fazem parte da assistência estudantil, não são eles que tomam as decisões finais para a liberação dos recursos orçamentários e financeiros que garantem esse acesso. Alguns depoimentos exemplificam essas questões:

Com certeza o objetivo do trabalho do Serviço Social tem como prioridade os estudantes, porém, a atuação esbarra em interesses que "aparentemente" não colocam os discentes em primeiro lugar. Existindo assim muito conflito do trabalho assistencial e pedagógico com os interesses da gestão (Depoimento obtido pela autora através da realização de entrevista: AS Centro-Oeste 1).

Nesse ponto, eu considero como um problema dentro dos Institutos Federais, a falta de compromisso em relação à assistência primária no que tange ao repasse financeiro aos alunos em situação vulnerabilidade que participam de projetos de assistência. O repasse financeiro para custear despesas relacionadas à moradia, deslocamento e alimentação não são feitas com prioridade, ocorrendo muitos atrasos; enquanto à assistência secundária tem sido dada mais prioridade e isso afeta no acesso à educação. Há atrelado a isso um interesse em mostrar que o campus tem permitido várias visitas técnicas, por exemplo, desconsiderando a necessidade primeira do aluno que é ter meios para manter-se na escola com qualidade, que envolve a alimentação, transporte, compra de materiais didáticos não fornecidos pela instituição e etc (Depoimento obtido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 5).

Ainda na esfera da correlação de forças e considerando as aproximações realizadas ao objeto de estudo, identificou-se **a falta de articulação com outras categorias profissionais, estudantes e/ou instituições** como uma dificuldade cotidiana do exercício profissional e que pode se constituir um desafio à materialização do Projeto Ético-Político nesse espaço de atuação. Acredita-se que numa realidade caracterizada por disputas político-ideológicas, as alianças com outras categorias profissionais, com as organizações estudantis e de pais e com

outras instituições são muito importantes para pensar a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político.

Para Silveira (2007), “a potencialização da atividade política que concretiza os princípios ético-político profissionais coloca a necessidade de reconhecimento de sujeitos coletivos que partilhem dos mesmos princípios e das lutas históricas da profissão” (SILVEIRA, 2007, p 21). Ou seja, no âmbito das instituições educacionais, essa articulação pode fortalecer ações que priorizem o atendimento dos interesses dos estudantes e na perspectiva de uma educação emancipadora.

A pouca articulação entre os profissionais que compõem a equipe multiprofissional é uma dificuldade bastante significativa, uma vez que a relação com esses profissionais faz parte do exercício profissional cotidiano do assistente social. Nos Institutos Federais de Educação, geralmente esse profissional faz parte de uma equipe que efetiva a assistência estudantil, constituída também por psicólogo, pedagogo, enfermeiro, médico, odontólogo, nutricionista, técnico em enfermagem e assistente em administração<sup>45</sup>, com os quais se relaciona diariamente para atendimento ao aluno, o que significa que essa articulação faz parte da rotina diária do assistente social, portanto, é necessária para a qualificação desse atendimento.

A dificuldade em promover a articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que partilhem de propostas similares, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores e com os estudantes também tem se constituído um obstáculo à materialização do referido projeto profissional. É preciso ainda investir muito nisso.

Ainda nesse tópico, detectou-se como desafios a essa concretização, as seguintes dificuldades: fomentar a participação dos discentes na execução da Política de Assistência Estudantil, na maioria das vezes, o contato é somente com os representantes estudantis; realizar um trabalho em parceria com os docentes, às vezes por questões políticas; superar a prevalência do individualismo, que torna as relações muito frágeis e dificulta o alcance dos objetivos, pois impossibilita e/ou prejudica algumas ações. Os depoimentos seguintes expressam como alguns profissionais enxergam essa questão:

São as barreiras institucionais (principalmente), tais como burocracia e de gestão. Pontuaria também **a dificuldade no trabalho interdisciplinar,**

---

<sup>45</sup> A composição dessa equipe pode variar nas diferentes realidades.

**capacitação interna tanto a equipe quanto a comunidade acadêmica que trabalha no...**, não há uma compreensão nem reflexão/ação do perfil de nossos estudantes, não conseguimos fazer um trabalho qualificado sem a compreensão da totalidade, das necessidades, [...] daí fica ao profissional a sobrecarga. (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Centro-Oeste 2).

**Dentre os maiores desafios eu coloco a dificuldade de trabalho interdisciplinar com os demais profissionais do Instituto.** Tanto os colegas que atuam como técnicos diretamente junto aos estudantes (pedagogia, psicologia, principalmente) quanto os professores e gestores. **Penso que precisamos articular mais os sujeitos que coadunam com os princípios do nosso projeto profissional e realizar mais ações em parcerias.** É importante a intervenção dos diversos profissionais para a permanência estudantil. Temos falhado muito nesse acompanhamento se o fazemos de forma recortada e isolada. Outro desafio é o acompanhamento do estudante com a rede socioassistencial. Não conseguimos garantir encaminhamentos imprescindíveis na assistência e na saúde, por exemplo. **Muita dificuldade de acesso a direitos sociais básicos e não conseguimos articulação entre as políticas e instituições.** Isso se refere a importância da intersectorialidade entre as políticas sociais. (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 6).

Essas considerações reforçam a falta de articulação interprofissional e com outros segmentos da comunidade escolar e outras instituições como um obstáculo a ser transposto na perspectiva de materialização do projeto profissional.

Ainda no âmbito da correlação se forças que caracterizam as relações institucionais foram identificadas **dificuldades referentes à questão da identidade e da autonomia profissional** dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação. As reflexões a respeito de tais questões partem do entendimento de que devem ser vistas como resultado de uma construção histórica.

Dessa maneira, não se devem analisar as questões relacionadas à identidade profissional dos assistentes sociais sem considerar as condições objetivas que contribuíram para que se constituísse como tal. Segundo Lopes (2017), são as condições objetivas que determinam a subjetividade, “ainda que o sujeito tenha centralidade na formação do sujeito individual e coletivo. O sujeito não é o que é por si mesmo, é síntese de determinações históricas” (LOPES, 2017).

Diante disso, coaduna-se com a visão de Lopes de que “a identidade profissional na atualidade está referenciada no Projeto Ético-Político e nas tensões entre a cultura da assistência, a cultura do direito e a necessidade histórica de emancipação de classes na sociedade brasileira” (LOPES, 2017).

Abordou-se anteriormente que coexistem no seio da profissão três perfis pedagógicos (ABREU, 2010): a pedagogia da ajuda, a pedagogia da participação e a pedagogia emancipatória. Viu-se também que a construção do Projeto Ético-

Político teve como propósito uma “intenção de ruptura” (NETTO, 1999) com práticas tradicionais e apontou uma nova direção para a profissão, que entre outras coisas, vê as políticas sociais sob a ótica do direito. Por último, apontou-se entre os dilemas e desafios à hegemonia desse projeto, o avanço do conservadorismo na profissão, apoiado, principalmente, no pensamento pós-moderno.

Em face do exposto, e considerando ainda as contradições que atravessam a dinâmica institucional, especialmente as relações entre os sujeitos que a constituem, as questões referentes à identidade profissional do assistente social se expressam, por exemplo, pela contradição entre demandas institucionais fundamentadas em uma imagem da profissão que predomina nesse contexto e a consciência do profissional acerca dessa identidade.

Sabendo-se que a identidade profissional é resultado de uma construção histórica, entende-se que as condições objetivas que a determinam resultam em uma determinada forma de ser profissional que orienta/fundamenta sua intervenção. “A identidade define o ser” (LOPES, 2017), e o ser, resulta numa forma de pensar e agir. Com base nesse entendimento, percebe-se que questões referidas como “falta de reconhecimento e/ou de valorização profissional” estão relacionadas ao modo como são identificadas e trabalhadas essas contradições pelos profissionais.

Nesse sentido, uma fundamentação teórico-metodológica consistente e a consciência dos determinantes da identidade profissional são muito importantes para a compreensão e superação das dificuldades referentes a essa questão. Sabe-se que o perfil do Serviço Social conservador continua em evidência na realidade brasileira e o avanço do conservadorismo tem contribuído para sua reatualização. Em contrapartida, o Projeto Ético-político não é um conhecimento de domínio público. Dessa maneira, predomina em muitos ambientes uma visão assistencialista da profissão, o que interfere na compreensão das demais dimensões da prática profissional.

Em vista disso, as dificuldades nessa área foram expressas da seguinte forma: a visão assistencialista do Serviço Social por parte da gestão e/ou da comunidade escolar/acadêmica; a falta de entendimento do papel do Serviço Social e de reconhecimento de sua importância no contexto escolar resultam na desvalorização do setor; o desrespeito à autonomia do Assistente Social no desenvolvimento do seu trabalho; a falta de percepção da real dimensão do trabalho do Assistente Social na educação pode reduzir o fazer profissional a mero exercício

de atividades ou levar ao encaminhamento de demandas de trabalho que não são competência da profissão; falta de autonomia na construção da Política de Assistência Estudantil do Instituto; a falta de reconhecimento por parte de alguns servidores da relevância do trabalho do Assistente Social na garantia dos direitos dos alunos e/ou em outras atividades (Depoimentos obtidos através da aplicação de questionário eletrônico).

A referência ao desrespeito à autonomia do Assistente Social pode ser decorrente desses aspectos já mencionados, mas está relacionado também à forma como se estabelecem as relações de trabalho e à correlação de forças no ambiente institucional. Segundo Iamamoto (2012b),

para além dos acordos previstos nos contratos de trabalho -, e, considerada a bagagem acadêmico-profissional do assistente social – o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho. Elas interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político que repercutam no próprio conteúdo e a qualidade do trabalho realizado (IAMAMOTO, 2012b, p. 424).

Essas dificuldades são mediações importantes e por influência delas essas situações podem não ocorrer da mesma forma em realidades distintas. Os depoimentos seguintes evidenciam algumas dessas situações:

No âmbito do Serviço Social há um movimento de fortalecimento da identidade profissional que possibilita aos profissionais maior espaço e autonomia nas definições e formulação de ações voltadas aos estudantes. Contudo, apesar de alguns avanços (ampliação do número de profissionais, participação na gestão e avaliação das políticas) o escopo de atuação junto aos estudantes concentra-se na área da assistência estudantil, verificando-se que há muitos desafios e melhorias a serem buscados para o ensino, pesquisa e extensão (Depoimento colhido através da realização de entrevista: AS Nordeste 1).

Eu acredito que, no meu caso que trabalho em uma instituição nova, um dos maiores obstáculos está na próprio entendimento institucional do papel do Serviço Social. Existe o pensamento de que esta atuação se esgota na oferta de auxílios em pecúnia, assim como a confusão com atribuições dos demais técnicos. Outro fator importante é que muitas vezes as políticas são pensadas pelos detentores de cargos e não pelos detentores do conhecimento técnico (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Centro-Oeste 1).

Acho que muito disso que tá enraizado na cabeça das pessoas do que são os Programas Sociais. Essa forma das pessoas verem os Programas Sociais está muito relacionada à visão que a classe dominante busca passar da população, da classe trabalhadora como uma classe que é preguiçosa, acomodada. [...] Pra mim, o mais complicado é isso: a visão que as pessoas têm do direito e dos programas sociais como benesse, como favor. Então, é difícil implementar algumas mudanças. Mas aos poucos a gente tá conseguindo, o conjunto dos assistentes sociais, pelo menos no Instituto Federal eu tenho percebido que a gente tem conseguido



avançar aos poucos... a gente tem conseguido colocar os nossos pontos de vista nos eventos, inclusive no nosso evento recente... então, eu acho que isso contribui bastante (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

É importante destacar que as situações não ocorrem da mesma forma nas diversas realidades. A despeito de haver um eixo comum em relação a algumas atribuições e ações desenvolvidas, a forma como essas são efetivadas possui especificidades decorrentes das particularidades dos diversos Institutos. Assim, aspectos que se constituem dificuldades ou desafios em algumas unidades, em outras, influenciam de forma satisfatória o exercício profissional, fundamentando experiências e percepções diferenciadas:

Em relação a ações de caráter emancipador, que considero importantes na educação, eu não tenho problema. Por exemplo, tenho liberdade junto à comunidade escolar – docentes e direção - de fazer projetos e ações que reafirmam os objetivos da educação que eu defendo, a exemplo do projeto de intervenção estudantil [...]. É um projeto que não está associado à área técnica alguma e é realizado anualmente, já tendo recebido prêmio nacional pela concepção de educação em que está pautado. Outras ações também são possíveis com o apoio da direção e demais profissionais (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 5).

Eu tento compreender as correlações de força que são estabelecidas, eu estou muito fragilizado e nessa correlação de força acaba ganhando o mais forte. Também devo a isso porque praticamente como profissional, no meu local de trabalho, eu estou sozinho praticamente, no sentido ideológico e político do meu fazer profissional. Não tenho, por exemplo, um trabalho articulado, multiprofissional (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 1).

Os aspectos destacados nesses depoimentos reafirmam a compreensão de que a capacidade de leitura da realidade e a apreensão das mediações que influenciam o exercício profissional são fundamentais para a identificação das dificuldades e possibilidades de atuação, mas outros fatores interferem na capacidade de superar os desafios.

c) A “assistencialização” do trabalho do Assistente Social na Política de Educação

O desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil tem sido colocado como a principal requisição para o Serviço Social no âmbito dos Institutos Federais de Educação. De acordo com o que se abordou até o momento, não se pode negar sua relevância para a expansão e consolidação da educação como espaço sócio-ocupacional da profissão. Além disso, a importância desse trabalho se justifica também (e principalmente) porque através dele o Assistente Social pode

desempenhar a função de contribuir para o acesso dos estudantes ao direito à assistência estudantil e à educação, podendo se constituir em um mecanismo para possibilitar a participação desse profissional no processo educacional de forma ampla.

De outro ponto de vista, ao se estudar a respeito da inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, viu-se que desde sua origem esteve relacionado ao desenvolvimento da assistência social. Na verdade, foi o que a justificou como uma profissão necessária. Dito de outra forma, figura entre as mediações que definiram o seu valor de uso no âmbito das relações sociais de produção. Entretanto, é preciso esclarecer que não se deve confundir a Política de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Social, visto que possuem objetivos diferentes na realidade social.

Dutra e Santos (2017) abordam essa questão da seguinte forma:

Na literatura vê-se muitas vezes a associação entre política de AE e política de assistência social. Entretanto, é necessário destacar que essas são políticas sociais distintas, com regulamentações e objetivos específicos. Os propósitos da AE estão relacionados à sua centralidade como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais no contexto da educação, considerando sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no Ensino Superior público federal (BRASIL, 2007), ao passo que a política de assistência social “visa prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993) (DUTRA; SANTOS, 2017).

Por outro lado, viu-se que a expansão da Assistência Estudantil integra-se às ações governamentais na perspectiva de democratização do acesso à educação superior pública e como tal é “resultado de intensas lutas sociais, encabeçadas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace)” (DUTRA; SANTOS, 2017). A partir do que foi instituída como política pública e reconhecida como direito social.

Ciente dessas diferenças, não se pode desconsiderar que como política social pública é caracterizada pelas contradições inerentes a essas. Assim, não há uma visão única a respeito dessa política entre os profissionais que participam de sua execução. As percepções desses transitam entre a ótica do favor e do direito, da universalidade e da seletividade/focalização, do gasto necessário e do investimento, do atendimento às necessidades básicas à integralidade do atendimento.

Entretanto, o que se questiona é que a implementação do PNAES faz parte de um **processo de assistencialização da educação pública**, característica relevante da expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, que se efetiva sob a ótica neoliberal e numa perspectiva de “inclusão” social. A ênfase à Assistência Estudantil no contexto educacional referenda-se nessa ótica e o “viés assistencial tende a legitimar-se como estratégia necessária para o combate à pobreza no âmbito da política de educação, em detrimento da perspectiva de afirmação e ampliação dos direitos sociais” (MORES & LIMA, 2011, p.1).

A Política de Assistência Estudantil é focalizada e seletiva, o que impõe a realização de processos seletivos e de monitoramento que geram uma quantidade excessiva de trabalho administrativo/burocrático que ocupa tempo demais dos profissionais, dificultando o envolvimento dos mesmos com outras ações também necessárias nesse espaço sócio-ocupacional. E ainda, esse excesso de atividades exige uma preocupação diária com a efetivação dos programas e serviços que constituem a assistência estudantil e com a questão imediata da pobreza em detrimento de pensar os seus determinantes, o que repercute nas possibilidades de materialização do projeto ético-político da profissão.

A vivência cotidiana desses conflitos evidencia que o excesso de atividades decorrente da implementação do PNAES está contribuindo para a precarização do trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, situação que foi expressa como dificuldades que limitam a materialização desse projeto pelos profissionais da seguinte forma:

- A burocratização dos processos cria barreiras em relação à democratização das informações;
- A grande quantidade de procedimentos gerada pela seleção socioeconômica prejudica as atividades de acompanhamento interdisciplinar e a articulação com a rede socioassistencial;
- A superação da demanda massiva do dia a dia para pensar ações de modo sistematizado para contemplar nosso projeto de forma mais incisiva;
- A falta de tempo para intervir com alunos e turmas;
- A falta de tempo para pensar o projeto de intervenção e a realização de ações de forma mais qualitativa;

- Alguns profissionais se limitam apenas às atividades referentes à assistência estudantil e têm dificuldade em participar de ações que visam qualificar o nosso atendimento;
- O excesso de atendimentos e procedimentos referentes à seleção de alunos e acompanhamento dos participantes dos programas e serviços.

O depoimento a seguir expressa bem a percepção dessa questão:

Conforme especifiquei no item sobre o papel do profissional de Serviço Social na política educacional, encontro como principal obstáculo planejar meu tempo de trabalho para ações além da execução, ou seja, hoje estou muito ligada a operacionalização das atividades relacionadas ao processo de assistência estudantil no IF e suas vertentes, que após 2011 cresceu assustadoramente, e fico limitada às ações de pesquisa e gerenciamento dos serviços sociais (Depoimento obtido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Entre os profissionais que atuam nos Institutos observa-se o reconhecimento da importância da assistência estudantil para os alunos, entretanto, as dificuldades decorrentes de sua implementação são vistas como obstáculos a serem transpostos no processo de materialização do Projeto Ético-Político da profissão. Os olhares de algumas profissionais são reveladores dessa compreensão:

Acredito que uma das maiores dificuldades tem sido mesmo o desenrolar das nossas funções pedagógicas na Instituição, visto que as ações da Assistência Estudantil nos tomam grande tempo de trabalho. A parte burocrática do Programa, formulação de editais, divulgação, análises socioeconômicas, e outros, nos impedem muitas vezes de fazer uma relação direta com os usuários dos nossos serviços. Outra dificuldade se dá as condições de estrutura de trabalho mesmo, como ausência de salas privativas, recursos materiais e humanos (Depoimento obtido pela autora através da realização de entrevista: AS Sudeste 3).

Os principais obstáculos que eu encontro mesmo... é a questão estrutural e também essas relações de poder, em determinado momento, interferem. No sentido de não compreender o papel do assistente social inserido na educação, por achar (quando é gestão) que o trabalho do assistente social é meramente o repasse de bolsa e não consegue perceber ele como um profissional importante nesse processo educacional, de aprendizagem, de inclusão realmente de alunos com suas diversas dificuldades. Eu acredito que o nosso projeto ético-político profissional acaba sendo prejudicado nesse sentido (Depoimento obtido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 4).

Para pensar as condições de trabalho dos assistentes sociais nessa realidade é importante considerar que as mudanças no mundo do trabalho repercutem nas condições objetivas de desenvolvimento das diversas profissões, entre essas, as condições de trabalho, que são mediações importantes ao fazer profissional. No caso do Serviço Social nos Institutos Federais, viu-se que há um

processo de precarização dessas condições, causado principalmente pela assistencialização da educação, intensificada com a implementação do PNAES.

Desse modo, o **comprometimento das condições de trabalho** é identificado como uma dificuldade à materialização do Projeto Ético-Político da profissão. De acordo com o levantamento de dados realizado, a maior dificuldade está relacionada à insuficiência de recursos humanos para dar conta da acirrada ampliação do volume de trabalho decorrente dessa assistencialização. A tabela a seguir demonstra que mais da metade (50,5%) dos participantes consideram que as condições de trabalho em termos de recursos humanos é insatisfatória e 9,5% as veem como inadequadas, ou seja, 60% desses Assistentes Sociais não estão satisfeitos com a relação recursos humanos X demanda de trabalho. 36,2% consideram essas condições satisfatórias e somente 3,8% as definem como excelentes.

**Tabela 22** - Condições de trabalho em termos de recursos humanos.

<b>Condições de trabalho - recursos humanos</b>	<b>%</b>
Excelentes	3,8
Satisfatórias	36,2
Insatisfatórias	50,5
Inadequadas	9,5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação à estrutura física, há praticamente um empate entre as pessoas que a consideram satisfatória (39%) e excelentes (11,4), que somam 50,4%, e os que a percebem como insatisfatória (34,3%) e inadequadas (15,3%), que somam 49,6%. Essa diferença pode ser explicada pela variedade de realidades nas quais os participantes estão inseridos.

**Tabela 23** - Condições de trabalho em termos de estrutura física.

<b>Condições de trabalho - estrutura física</b>	<b>%</b>
Excelentes	11,4%
Satisfatórias	39%
Insatisfatórias	34,3%
Inadequadas	15,3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

De acordo com os dados expostos no item 4.3.1, temos participantes das cinco regiões do país e a maioria exerce a profissão em cidades do interior. No processo de expansão, geralmente a implantação dos Campi acontece antes da criação da estrutura necessária, pois começam em escolas alugadas ou cedidas pelos municípios, onde funcionam até a construção de um prédio próprio.

O que se observa é que num espaço extremamente dinâmico ocorre a existência de relações contraditórias entre um propósito de grande ampliação do âmbito de atuação, que vem se concretizando através de um crescimento quantitativo institucional acelerado, e condições de trabalho que, em decorrência de um desenvolvimento infraestrutural em ritmo mais lento, não dão o suporte que esse processo de expansão necessita em todas as realidades.

Em termos de recursos materiais e equipamentos, para a maioria não se constitui um problema, pois 59% acham que são satisfatórios e 9,5% que são excelentes. Mas é ainda relevante que 26,7% considerem insatisfatórias e 4,8% inadequadas, o que corresponde a 31,5%.

**Tabela 24** - Condições de trabalho em termos recursos materiais e equipamentos.

<b>Condições de trabalho - recursos materiais e equipamentos</b>	<b>%</b>
Excelentes	9,5
Satisfatórias	59,0
Insatisfatórias	26,7
Inadequadas	4,8
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A falta de autonomia profissional não se constitui um problema para a maioria dos participantes da pesquisa. 61,9% a consideram satisfatória e 14,3%, excelente, o que significa que 76,2% entendem que têm liberdade para propor e desenvolver as ações que considerarem necessárias e/ou importantes, apesar de que outros fatores pareçam estar restringindo essa liberdade, como a discrepância entre o volume de trabalho e a quantidade de recursos humanos para executá-lo. Mas para 23,8% essa questão tem sido um obstáculo a ser superado.

**Tabela 25** - Condições de trabalho em termos de autonomia profissional.

<b>Condições de trabalho - autonomia profissional</b>	<b>%</b>
Excelentes	14,3%
Satisfatórias	61,9%
Insatisfatórias	21%
Inadequadas	2,8%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação à articulação política, que também é um fator relevante na configuração da intervenção profissional, a maioria revelou que essa é satisfatória ou excelente (58,1%), mas é bastante significativo que 41,9% a considerem insatisfatória ou inadequada, pois demonstra que para muitos profissionais tal fator está interferindo negativamente no seu trabalho.

**Tabela 26** - Condições de trabalho em termos de articulação política.

<b>Condições de trabalho articulação política</b>	<b>%</b>
Excelentes	8,6%
Satisfatórias	49,5%
Insatisfatórias	37,1%
Inadequadas	4,8%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos através da aplicação de questionário eletrônico.

Conforme as informações quantitativas acima, a maior dificuldade enfrentada em termos de condições de trabalho tem sido insuficiência de recursos humanos para atender a demanda gerada pela ênfase às ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O excesso de demandas para um número insuficiente de profissionais resulta na ampliação do atendimento emergencial, o que leva ao imediatismo e dificulta o planejamento de ações sistemáticas e a elaboração e execução de projetos.

Outras dificuldades foram apontadas no âmbito das condições de trabalho: falta de instrumentais eficientes para alcance do público da assistência estudantil; inexistência de local adequado para atendimento individualizado e que atenda as necessidades de sigilo profissional; sobrecarga de trabalho dificulta o afastamento para capacitação profissional; dificuldade de articulação na equipe profissional para execução de projetos sociais; a falta de planejamento das ações em nível institucional repercute nas ações das diversas profissões.

Conforme mencionado anteriormente, essas dificuldades não estão dissociadas das mudanças que estão ocorrendo ao nível da produção na contemporaneidade e que repercutem no mundo do trabalho e na vivência cotidiana dos trabalhadores.

#### 4.3.5 As possibilidades para a materialização do PEP nos Institutos Federais de Educação

Como parte da mesma totalidade social, o Serviço Social e a Educação se influenciam mutuamente e a compreensão das particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação requer considerar as configurações da Política Educacional nesse contexto como determinantes da forma como essas particularidades se constituem.

De acordo com o que se estudou até o momento,

O Serviço Social é um trabalho especializado que interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social, como outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade. Esses consensos são em torno de interesses de classes fundantes, ou seja, dominantes e dominados, reforçando hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social (MARTINS, 2012, p. 210).

O surgimento e a institucionalização do Serviço Social como profissão fizeram parte das estratégias do estado burguês no enfrentamento da questão social decorrente das desigualdades sociais entre as classes fundamentais da sociedade. Historicamente, as requisições postas pelo Estado para a profissão tiveram como propósito criar consensos favoráveis à manutenção da hegemonia dominante. Com a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social há um movimento no sentido de romper com as práticas tradicionais e mudar a teleologia da intervenção profissional: ao assumir um compromisso com o projeto societário da classe trabalhadora, assume o propósito de contribuir para a criação de consensos que favoreçam a criação de uma contra-hegemonia.

Apesar desse compromisso, viu-se que existem questionamentos em relação à hegemonia desse projeto no interior da profissão. Na verdade, há uma disputa entre projetos profissionais, acirrada pela renovação do conservadorismo na profissão. Nas reflexões acerca dos dilemas e desafios à hegemonia do referido



projeto profissional, detectou-se que as condições objetivas e subjetivas não estão favoráveis a sua materialização na atual conjuntura.

Para melhor compreensão desse debate, retoma-se o pensamento de Netto (1999) acerca do compromisso da profissão com a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais e a construção de uma nova ordem social, com a eliminação de todas as formas de exploração e dominação (classe, etnia e gênero), além da defesa dos direitos humanos e da luta contra o arbítrio e os preconceitos.

Em 2007, esse mesmo autor, apesar de ainda considerar essa ideia válida, acredita que a conjuntura vem favorecendo “o processo de inviabilização do projeto ético-político” (NETTO, 2007, p.38) e aponta dois níveis que mais contribuem para isso: a centralização das funções do Serviço Social no plano assistencial, que o reduz à “profissão da assistência” e os problemas vivenciados no processo de formação profissional decorrentes da reforma do ensino superior e da expansão acelerada do ensino à distância<sup>46</sup> (NETTO, 2007, p. 39).

Esses mesmos problemas são apontados por Braz (2007) como fortes ameaças à hegemonia e à materialização desse projeto profissional, mas aponta que

as saídas para superar o adverso quadro atual se encontram no próprio projeto ético-político. A defesa radical de seus princípios nos coloca na dianteira da resistência às políticas neoliberais. No entanto, não nos basta apenas a intransigência de princípios, se não formos capazes de criar formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio que temos pela frente, sob pena de cairmos numa mera petição de princípios (BRAZ, 2007, p. 10).

Diante do que já foi abordado, não dá pra pensar em possibilidades de materialização desse projeto sem considerar as condições desfavoráveis que vem enfrentando na atual conjuntura. No entanto, é ainda Netto (2016) que vê essa situação como um desafio mobilizador. Segundo ele,

os setores profissionais que se empenham na defesa e na implementação do projeto ético-político devem ter a clareza de que mudanças como as que estão em curso não significam sua obsolescência ou caducidade, mas demandam uma análise cuidadosa das necessidades, dos constrangimentos e das possibilidades novas que se põem à profissão para que sua (do projeto) vigência seja efetiva, garantida e ampliada – e é muito provável que tal análise, sólida e objetiva, conduza a uma *revisão crítica* do projeto<sup>47</sup>, trazendo à luz os seus reais e eventuais estrangulamentos (NETTO, 2016, p. 68).

<sup>46</sup> Essa questão foi abordada de forma mais aprofundada no capítulo anterior.

<sup>47</sup> Netto explica que há dois tipos de revisão: uma que abandona os fundamentos da teoria e outra que os mantém. “É uma revisão desse último tipo que me parece necessária em relação ao projeto

No item anterior fez-se uma reflexão acerca dos desafios à materialização do Projeto Ético-Político no exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, que, como se viu, estão coerentes com o que está sendo vivenciado pela categoria de um modo geral. Entretanto, entende-se que a constatação das ameaças que vem sofrendo e das dificuldades que vem enfrentando não devem se constituir motivo para abdicar de um esforço em exercer a profissão tendo como referência o norte proposto por esse projeto.

Barroco e Terra (2012), ao analisarem o Código de Ética de 1993, afirmam que

na vigência das relações sociais capitalistas, fundadas na propriedade privada dos meios da produção e da riqueza socialmente produzida, na exploração do trabalho e na dominação de classe, a objetivação ética encontra obstáculos concretos para se viabilizar plenamente, ou seja, de forma consciente, universalizante, livre, objetivando valores emancipatórios (BARROCO; TERRA, 2012, p. 55).

Os dilemas e desafios enfrentados na construção e materialização do Projeto Ético-Político já expressos neste estudo demonstram concretamente esses obstáculos. Entretanto, outro aspecto a considerar é que sendo um espaço permeado por contradições, na dinâmica institucional, assim como na realidade social mais ampla, podem ocorrer mediações que favoreçam o desenvolvimento de ações coerentes com os princípios que orientam esse projeto e que contribuam para sua materialização, mesmo que de forma parcial.

Com base nesse pressuposto, buscou-se apreender essas mediações através deste estudo, que foram sistematizadas através de quatro componentes principais: a fundamentação nos princípios éticos e/ou o compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social; a organização e as articulações sócio-políticas da categoria; o desenvolvimento de ações socioeducativas; a correlação de forças no contexto das relações institucionais. Detectou-se também a percepção da impossibilidade de materialização desse projeto nos Institutos Federais de Educação.

a) A fundamentação nos princípios éticos e/ou o compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientados pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) (CFESS, 2012, p. 25).

Considera-se que o **embasamento nos princípios que fundamentaram a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social** é uma condição fundamental para que se possa aventar a possibilidade de sua materialização. O conhecimento e a fundamentação nos princípios e nos elementos que o constituem é o que pode orientar a ação profissional na perspectiva desse projeto. Na visão de Vasconcelos, a forma como o assistente social se apropria do referencial teórico-metodológico e ético-político é determinante da forma como percebe a realidade e conduz sua intervenção profissional (VASCONCELOS, 2002, P.27).

Conforme os dados expostos no item anterior, a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e a Resolução que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional são conhecidos de forma mais aprofundada pelos Assistentes Sociais dos Institutos Federais. No entanto, as Diretrizes Curriculares, que direcionam o processo de formação profissional são conhecidas dessa forma por somente 27,6%. Enquanto que 58,1% as conhecem superficialmente, pois apenas leram e 14,3% não as conhecem.

O conhecimento desses documentos é necessário para a compreensão dos direcionamentos propostos para a profissão por esse projeto, uma vez que traduzem de uma forma mais concreta esses valores e princípios. Através na fundamentação nos mesmos, o assistente social pode assumir uma postura ético-política coerente com os propósitos assumidos pelo projeto e se instrumentaliza para compreender melhor as contradições e mediações da realidade onde atua e propor ações que façam frente às negativas cotidianas que se impõem à sua materialização.

Na percepção dos Assistentes Sociais dos Institutos Federais, esse embasamento contribui para maior legitimação do profissional como integrante de uma equipe interdisciplinar e autonomia na proposição e realização de ações que atendam aos interesses dos estudantes, como por exemplo, que contribuam para o acesso aos direitos que possui enquanto tal.

Alguns depoimentos expressam essa percepção:

O embasamento nos princípios do Projeto Ético-Político permite desenvolver o Programa de Assistência Estudantil na perspectiva de possibilitar ao estudante o acesso a benefícios que oportunizam ao estudante condições de permanência e êxito durante seu percurso acadêmico (Depoimento obtido através da aplicação de questionário eletrônico).

O respeito ao princípio da liberdade nos permitirá desenvolver ações que imprimam na comunidade escolar formas de participação e de valorização humana (Depoimento obtido através da aplicação de questionário eletrônico).

É necessário buscar aprofundamento teórico-metodológico e crítico para ações mais fundamentadas (Depoimento obtido através da aplicação de questionário eletrônico).

Essas colocações revelam que há entre os profissionais que atuam nos Institutos a percepção de que o conhecimento acerca do PEP, bem como da política educacional, pode instrumentalizá-los para compreender melhor a dinâmica institucional e atuar na perspectiva proposta por esse projeto. “Além do conhecimento desses princípios, é necessário ter mais conhecimento sobre a atuação do Serviço Social na Educação para se conseguir autonomia profissional” (Depoimento obtido através da aplicação de questionário eletrônico).

As colocações a seguir reafirmam esse entendimento:

Eu acredito que contribui. Na verdade, acho que é fundamental, inclusive, nossas ações dentro da instituição, pra gente tentar ir de encontro àquilo que é tido como normal. [...] Baseado no que nós temos de bagagem teórico-metodológica e toda nossa ética enquanto profissionais, eu acho que a gente pode fazer diferente dentro da instituição. É isso que nos faz profissionais garantidores de direitos, realmente, tanto dos nossos usuários, tanto de nós quanto servidores (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 4).

A formação teórico-metodológica e ético-política é fundamental para a superação desse desafio, pois lhe possibilita muito mais possibilidades argumentativas para fazer frente aos desafios que são postos na cotidianidade (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 3).

De fato, o arcabouço teórico-metodológico é um fator determinante da atuação profissional. Pode favorecer maior capacidade de leitura da realidade e de proposição de ações voltadas para os princípios teleológicos do projeto. Para a AS SUL 1, “a capacitação teórico-metodológica nos dá o embasamento para o trabalho diário e para as posturas ético-políticas assumidas”. Assim, se o profissional está fundamentado teórica e metodologicamente e “coadunando com os princípios éticos e políticos hegemônicos na categoria, certamente terá uma atuação mais qualificada em defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora” (AS NORDESTE 6).

Entretanto, o que se deve ter claro é que esse embasamento não é garantia de materialização do Projeto Ético-Político. Aliás, esses elementos considerados “facilitadores” dessa possibilidade devem ser vistos de forma articulada e em mediação.

Desse modo, outro elemento identificado como uma mediação importante a considerar ao se pensar as possibilidades de materialização do Projeto Ético-Político nos Institutos Federais de Educação é **o compromisso com os interesses defendidos por esse projeto e com o trabalho desenvolvido nesse espaço ocupacional.**

Através desse projeto a profissão assumiu sua dimensão política e optou por vincular-se ao projeto societário da classe trabalhadora, que propunha a ruptura com a ordem social vigente em prol da construção de uma nova ordem, com a extinção de todas as formas de dominação e exploração. Sabe-se que essa é uma luta árdua e que na conjuntura atual está enfrentando retrocessos.

Não obstante, acredita-se que no contexto das instituições educacionais públicas, nas quais estão presentes as contradições da realidade social, esse compromisso se efetiva pela defesa dos interesses dos estudantes enquanto filhos da classe trabalhadora. As funções que esse profissional exerce estão relacionadas à criação de consensos que, de acordo com a opção ético-política assumida, pode reforçar a cultura dominante ou a criação de uma forma de ser, pensar e agir.

Através deste estudo, ao se investigar as particularidades do exercício profissional do assistente social no campo dos Institutos Federais de Educação, identificou-se que esse compromisso se expressa na luta cotidiana: pela garantia do acesso ao direito; pela qualidade dos serviços prestados à população; na busca de fundamentação legal para garantia do direito; pela contribuição à formação política dos sujeitos; nas posturas assumidas nos atendimentos individuais e nas atividades coletivas; nas alianças com outras categorias e com o movimento estudantil e de pais; e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários, entre outras, “são espaços privilegiados de concretude dos princípios éticos” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

“Para isso, é preciso estar em constante processo de discussão e adotar uma postura crítica e investigativa sobre a realidade social que se expressa no cotidiano de nossa prática” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Entende-se ainda que esse compromisso contribua para o fortalecimento da identidade profissional, visto que corrobora para a construção de uma imagem do Assistente social e da profissão, bem como para o seu reconhecimento e para a demarcação do espaço profissional:

O compromisso do profissional com o próprio trabalho: a medida que desenvolvemos nossas ações e publicizamos os resultados, podemos fazer com que a comunidade entenda nossa atuação e nosso projeto. É uma busca por reconhecimento das ações diárias, mas só assim acredito que demarcaremos nosso espaço, funções e projeto (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Certamente, o compromisso com os princípios éticos reforça as possibilidades de uma atuação coerente com o projeto profissional hegemônico, visto que se constitui um elemento mobilizador, que fomenta a disponibilidade dos Assistentes Sociais para a condução do trabalho nessa perspectiva e os impulsiona para a busca de outras condições para isso. Também através das entrevistas realizadas alguns profissionais expuseram sua visão a respeito dessa questão:

O nosso projeto é o que norteia nossa atuação. Se não nos comprometermos com esse projeto não conseguiremos nunca assegurar os direitos básicos dos nossos estudantes. Não existem divergências no nosso Instituto. Temos no nosso instituto um núcleo de assistentes sociais e dentro desse núcleo buscamos debater nossas ações em consonância com o projeto ético político. Ainda estamos caminhando para chegar no "ideal", mas já tivemos muitas conquistas enquanto categoria profissional (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sudeste 3).

O nosso projeto se materializa na medida em que eu defendo no cotidiano os seus princípios por meio de ações, reflexões, intervenções. Não quer dizer necessariamente que vamos transformar práticas institucionais e mudar grandes estruturas do sistema, muito menos sozinhas. Mas certamente estamos materializando o projeto profissional e contribuindo para mudanças e articulações importantes. Acho que não há consenso, mas há uma hegemonia. Temos embates que demonstram essa falta de consenso tanto no meu campus quanto no Instituto como um todo (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 6).

Eu acredito que é possível sim, mas é um desafio muito grande. Possível é. Quando a gente tá começando a carreira tem que acreditar que pode fazer a diferença dentro do meio que a gente tá inserido profissionalmente. [...] trabalhar de forma integrada com outros profissionais. Nós, enquanto categoria dentro do instituto, devemos tentar construir um trabalho e se fortalecer pra tentar superar essas práticas assistencialistas, superficiais, [...] é um desafio muito grande, que vai além do nosso interesse particular, mas a gente precisa ter esse interesse para que isso possa acontecer (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 4).

A partir dos estudos realizados observa-se que há, entre os Assistentes Sociais que trabalham nos Institutos Federais, uma parcela de profissionais que tem

buscado orientar suas ações pelos princípios que norteiam o projeto profissional hegemônico no Serviço Social. O comprometimento com esses princípios e com a defesa dos interesses de classe assumidos por esse projeto também são determinações importantes para que isso possa acontecer.

A percepção da necessidade e da importância dessa mediação certamente reforça as possibilidades de uma atuação voltada para a materialização do referido projeto. Contudo, assim como nos outros aspectos, não há garantia de homogeneidade em relação a essa questão nos diversos Institutos e nem entre os profissionais de uma mesma unidade, fato que apontou (no item anterior) a falta desse compromisso como um desafio a ser superado.

Mas o que se quer destacar neste item é que, embora não haja consenso, há uma evidente preocupação com a defesa dos interesses da comunidade escolar/acadêmica, em especial, dos estudantes. A observação participante na vivência diária e nos eventos institucionais, regionais e nacionais é também reveladora desse empenho.

b) A organização e as articulações sociopolíticas da categoria

Na concepção de Abreu *et. al* (2014, p. 198), como profissão, o Serviço Social expressa uma totalidade, que é uma síntese das relações entre suas quatro dimensões: a formação, a intervenção, a produção de conhecimento e a organização político-acadêmica. É através dessas dimensões que se efetiva no âmbito das relações sociais. “Cada dimensão traduz uma totalidade ainda em menor complexidade, síntese das relações estabelecidas entre as demais, determinadas pelas múltiplas mediações que as formam e as particularizam na unidade dessas relações” (ABREU *et. al*, 2014, p. 69).

A história do Serviço Social tem demonstrado a importância de todas essas dimensões e da articulação entre as mesmas em sua constituição até os dias atuais. Em relação à organização político-acadêmica, há que se ressaltar o papel determinante das vanguardas da profissão e das organizações da categoria no processo de construção do Projeto Ético-Político e nas conquistas no âmbito das relações de trabalho e no seu reconhecimento na realidade social.

Embora este estudo esteja voltado para a análise da dimensão interventiva numa determinada realidade, essa não pode ser dissociada das outras dimensões constituintes da profissão. Desse modo, na configuração das particularidades do exercício profissional do assistente social nos Institutos Federais

de Educação, identificou-se **a articulação com a categoria no âmbito institucional e/ou na Rede de Educação Profissional e Tecnológica e organizações da categoria** como uma mediação importante ao se pensar as possibilidades de materialização do referido projeto profissional.

Em termos gerais, a articulação da categoria em vários níveis tem sido colocada como um mecanismo para fortalecer a defesa do Projeto-Ético-Político. No caso dos Institutos Federais, essa articulação vem se dando em nível local, estadual, regional e nacional, embora não esteja ocorrendo com a frequência desejada. Outra forma de articulação que tem funcionado de forma bastante positiva é a existência de um email no qual participam Assistentes Sociais dos Institutos e das Universidades Federais de todo o país e no qual são discutidas diariamente questões de toda ordem relacionadas a situações vivenciadas no cotidiano do exercício profissional nessas instituições.

A Política Educacional é um espaço sócio-ocupacional em expansão para o Assistente Social, essa articulação é necessária e importante como um mecanismo que pode favorecer a materialização do PEP, mas também para consolidar a educação como campo de trabalho do Serviço Social. Entre os profissionais percebe-se a compreensão dessa articulação como mediação para a materialização do PEP, podendo ser efetivada dos seguintes modos: articulação da categoria profissional nas unidades de atuação no planejamento e execução das ações; articulação com a rede de Assistentes Sociais das IFES; promoção de eventos em nível local, estadual e nacional para debates em torno do trabalho e do papel do Assistente Social, assim como das condições de materialização desse projeto ético-político, fomento e ampliação de horizontes dos profissionais para pesquisa e extensão; criação de espaços de reflexão, organização coletiva, construção e planejamento do trabalho com a categoria em nível institucional para construção conjunta dessa possibilidade; ampliação do espaço sócio-ocupacional através da nomeação de mais profissionais, planejamento articulado da categoria sobre o processo de trabalho e defesa dos princípios éticos; articulação com as entidades de organização da categoria.

A concepção deste estudo é que nenhuma dessas mediações deve ser vista de forma isolada, até porque sob a perspectiva de totalidade e de historicidade que o fundamenta, tudo o que acontece está em permanente e orgânica relação. Assim, mesmo sendo um fator importante, a articulação/organização da categoria



não dá conta de toda a complexidade que envolve essa questão, conforme se manifesta uma Assistente Social do Centro-Oeste:

A educação é uma área muito rica para a atuação do profissional de Serviço Social enquanto política pública, porém a realidade é muito mais complexa e os profissionais encontram muita dificuldade em colocar em prática o projeto ético-político tendo em vista os interesses institucionais que muitas vezes vão contra este projeto. Eu acredito que há sim a possibilidade, e depende do fortalecimento profissional tanto institucional quando da rede federal de ensino (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Centro-Oeste 1).

Além da articulação da categoria, **a articulação com profissionais e/ou categorias que se coadunem com os princípios do Projeto Ético-Político em favor de uma atuação coerente com eles** é também uma mediação que pode favorecer a construção de possibilidades para materialização desse projeto no âmbito dos Institutos Federais de Educação.

Assim como a falta de articulação com outras categorias e instituições tem se constituído um obstáculo à materialização do PEP, a ocorrência dessa articulação é vista como um mecanismo que pode favorecer ações na perspectiva desse projeto. Na esfera educacional, o trabalho do assistente social faz parte das estratégias de enfrentamento das expressões da questão social e, nesse sentido, se integra na organização do trabalho coletivo no espaço sócio-ocupacional onde atua (MARTINS, 2012), sendo mediado pelos objetivos institucionais.

Conforme já abordado, nos Institutos Federais, o Assistente Social faz parte de uma equipe multiprofissional e a articulação com essa equipe possibilita uma visão mais ampla das situações vivenciadas pelos discentes, fundamentando ações mais consistentes na efetivação do acesso dos mesmos aos direitos que possui, além de ser uma oportunidade de expor as ideias que expressem os princípios e os propósitos desse projeto.

Os depoimentos a seguir (obtidos através da aplicação de questionário eletrônico) expressam a percepção de alguns assistentes sociais a respeito da relação de sua organização e da articulação Interprofissional como possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político:

O desafio é grande, mas considero que a possibilidade existe, tendo em vista nosso esforço local em consolidar uma equipe interdisciplinar para melhor desenvolver nossas ações e, no âmbito do Instituto, a existência do grupo de trabalho dos assistentes sociais, que também com muito esforço, vem tentando se reunir e construir um espaço de discussão sobre nossa atuação.

A articulação com outros profissionais que compartilham dos ideais do serviço social e que fortalecem nossa atuação e a grande produção de normativas emanadas pelo Conselho de Classe, que podem ser utilizadas em favor da defesa da atuação profissional condizente com os princípios desse projeto profissional.

Considero importante nesse quesito a articulação que existe entre os diversos setores e profissionais buscando um objetivo único, que é melhorar nossa educação para o alunado, de modo que essa educação contribua para uma mudança positiva na vida deles, de ordem societária ou pessoal. Essa articulação é perceptível no meu espaço de trabalho.

Visando apreender como a relação com outros profissionais se efetiva nos Institutos Federais, detectou-se que acontece predominantemente de forma sistemática (com planejamento e execução de ações conjuntas), 51,4%, e complementar, 35,2%. Em 13,3% essa relação é assistemática e superficial e em 3,8%, como referência para ações institucionais.

**Tabela 27** - Caracterização da relação com os demais profissionais da instituição.

<b>Caracterização da relação interprofissional</b>	<b>%</b>
Assistemática e superficial	13,3
Sistemática (com planejamento e execução de ações conjuntas)	51,4
De caráter complementar	35,2
Como referência para ações institucionais	3,8
Outros	5,7

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

De acordo com essas informações, a relação interprofissional, na maioria dos casos, ocorre de forma satisfatória, embora a falta dela tenha sido apontada como um obstáculo no item anterior, afinal 13,3% a consideraram assistemática e superficial e 5,7% preferiram não especificar. Esse quadro mostra que há um esforço em promover essa articulação, o que é favorável à perspectiva do PEP.

As possibilidades dependem que os Assistentes Sociais dos diferentes setores e campi sigam se esforçando pra criar trabalhos e, principalmente, debates conjuntamente. Também vejo que será importante avançar das trocas com profissionais de outros setores, visto que, ao menos no meu campus os servidores antigos têm muita resistência a um trabalho intersetorial. Também considero muito relevante seguirmos pleiteando e fundamentando a necessidade de convocação de novos assistentes sociais (Depoimento obtido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

Tanto a articulação no seio da própria categoria quanto as alianças com outros profissionais que comunguem ideias semelhantes e com as organizações estudantis e de pais, entre outras que convivem no espaço escolar ou fora dele, são

mecanismos relevantes no fortalecimento das possibilidades de materialização do Projeto Ético-Político.

Os fundamentos históricos do Serviço Social mostraram que a organização da categoria e as alianças estabelecidas foram decisivas para a construção de uma identidade profissional. Os estudos realizados para incursão e compreensão do processo de construção desse projeto profissional evidenciaram a força do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS na estruturação dos elementos que lhe dão sustentação até os dias atuais.

Entre os profissionais se identificou a percepção do esforço empreendido pelo conjunto CFESS/CRESS em dar um suporte à dimensão interventiva do trabalho do Assistente Social:

A gente sabe que no bojo da profissão existem diferentes posições ético-políticas e teórico-metodológicas, mas existe uma que é predominante, que é hegemônica. Eu atribuo muito ao conjunto CFESS/CRESS ter conseguido manter na profissão essa concepção e postura hegemônica do Projeto Ético Político Profissional. Eu acho que é fundamental. Se gente não segue essa linha, a gente se perde e não consegue avançar (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

Desse modo, o apoio dessas entidades e as articulações constituídas no espaço de trabalho são mediações que favorecem o desenvolvimento de ações alicerçadas nas orientações do referido projeto profissional.

#### c) O desenvolvimento de ações socioeducativas

“O espaço educacional é propício para desencadear uma reflexão crítica de homem e de mundo, além de mobilizar vários elementos da comunidade escolar para a luta por direitos sociais, construindo elementos para uma ação política” (MARTINS, 2012, p. 222).

Como política social permeada por contradições, a educação cumpre papel fundamental na formação dos consensos que podem contribuir para a manutenção da hegemonia e reprodução da cultura dominante ou para a criação de uma contra-hegemonia e de uma nova cultura. Por conseguinte, acredita-se que por se constituírem espaços onde se dá a transmissão e a produção de conhecimento, a pesquisa e a extensão, as instituições educacionais tornam-se locais privilegiados para construir possibilidades de ações coerentes com os princípios que norteiam o Projeto Ético-Político.

Dentre essas ações, as de caráter socioeducativo destacam-se como oportunidades ímpares para trabalhar a educação numa perspectiva emancipadora, o que é coerente com os princípios do PEP. O desenvolvimento de projetos de

pesquisa e extensão também vem se colocando como espaços para trabalhar nessa perspectiva. Ao se estudar sobre as ações desenvolvidas<sup>48</sup> pelos assistentes sociais nos Institutos Federais, identificaram-se quatro eixos de ações socioeducativas: projetos e/ou eventos de caráter preventivo; eventos com os alunos participantes dos programas de assistência estudantil; eventos com ênfase para a formação cidadã; e ações voltadas para a questão comportamental.

No desenvolvimento de ações socioeducativas, em conformidade com o que foi abordado anteriormente, **torna-se mais evidente a dimensão político-pedagógica do trabalho profissional**. A possibilidade de desenvolvê-las numa perspectiva emancipatória é o que pode favorecer a materialização do PEP. Essas ações permitem que se trabalhe efetivamente com os alunos com o objetivo de contribuir para a sua formação humana e cidadã. A articulação com professores e outros profissionais e com as organizações estudantis, através da formação de grupos de trabalho, é fundamental para o fortalecimento dessas ações.

Os profissionais que atuam nessa área expressam as seguintes percepções a esse respeito (depoimentos obtidos pela pesquisadora através da aplicação de questionário eletrônico):

Na Política de Educação, há possibilidades de implementação de projetos com ações socioeducativas. Há espaço também para projetos de pesquisa e extensão como possibilidade para materialização do PEP.

Trabalhar efetivamente com os alunos, promovendo a participação e contribuindo para formação humana e cidadã na perspectiva da emancipação e também sensibilizar os professores para uma ação nesse sentido.

Implementação de grupos de trabalho para fortalecimento das ações socioeducativas propostas pelos profissionais não docentes.

Tentar empreender o potencial reflexivo-ativo nos adolescentes e jovens das contradições inerentes a exploração capitalista via atividade educativa de caráter emancipador;

Enfim, na luta cotidiana, o Instituto é um ótimo cenário para discussão sobre luta de classes, liberdade, preconceito e discriminação, entre outros assuntos importantes na formação de uma consciência crítica. É um espaço com muitas possibilidades de atuação: além de ser palco das manifestações da questão social que evidenciam as desigualdades sociais, o fato de lidar tão de perto com a relação educação X trabalho é um fator revelador das contradições dessa relação e do que ela representa na totalidade social.

---

<sup>48</sup> As ações foram tratadas no item 4.3.3 desta tese.

O detalhamento dos quatro eixos que concentram as ações de caráter socioeducativo (item 4.3.3) revelou uma grande variedade de atividades que são desenvolvidas nesse espaço sócio-ocupacional e que constituem possibilidades reais para a abordagem de temas e situações na perspectiva proposta pelo projeto profissional hegemônico. As formas como essas ações são desenvolvidas são mediadas pelas referências teórico-metodológicas e ético-políticas que orientam os profissionais. Portanto, tanto podem ser realizados numa ótica conservadora quanto na perspectiva crítica e emancipatória defendida pelo Projeto Ético-Político.

Considerando sempre as contradições que permeiam esse campo de atuação e que as condições objetivas de trabalho são determinantes das ações profissionais, não se pode esquecer as reflexões já feitas neste estudo a respeito das dificuldades para desenvolver essas ações devido à sobrecarga de trabalho decorrente da implementação do PNAES e da correlação de forças no contexto institucional. No entanto, consideram-se também as reflexões a respeito da relativa autonomia do Assistente Social e que essa se efetiva também num processo de conquista.

d) A correlação de forças no espaço institucional

Nas reflexões desenvolvidas acerca dos desafios à materialização do PEP, **as contradições que permeiam o campo educacional** em determinados momentos podem dificultar a materialização desse projeto, assim como em outros, pode favorecer, daí a importância da capacidade de leitura da realidade, que permite compreender a dinâmica institucional e o jogo de poder que a caracteriza e que possibilita avanços e retrocessos.

Apesar da conjuntura contemporânea do capitalismo apresentar-se potencialmente como inviabilizadora para efetivação do projeto ético-político profissional, entende-se que o campo da intervenção profissional, por se refletir como espaço de contradições/tensões e lutas que permeiam as relações sociais, pode apresentar no curso histórico condições favoráveis para materialização do projeto coletivo da categoria, que se situa na luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora e que, no âmbito dessa instituição, se concretizaria mais especificamente, na defesa dos interesses dos estudantes. A visão de uma Assistente Social expressa essa luta constante:

Eu acredito que é possível, mas é lógico, como eu falei, a gente vai avançando e recuando, a gente não tem como ter uma ação 100% nessa perspectiva. A gente quer, mas nós temos todos esses fatores que nos

impedem, as questões referentes ao jogo de poder, de interesses, etc. Mas a gente pode fazer com que essa ação seja prioritariamente nessa linha. 100% a gente não consegue nessa sociedade... porque tudo joga contra a gente (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

No campo dessa correlação de forças, a existência de uma **gestão democrática** é um elemento facilitador da materialização do PEP. Uma gestão que favorece a participação de todos os segmentos da comunidade escolar/acadêmica certamente facilita o desenvolvimento de ações numa perspectiva emancipatória.

Identificaram-se as seguintes possibilidades de atuação nesse sentido nos Institutos Federais: a discussão e o compartilhamento das decisões institucionais com todos os da equipe profissional; a valorização e o reconhecimento dos sujeitos sociais e a participação efetiva dos mesmos no processo de gestão pode ser uma estratégia para fortalecer a luta pela emancipação e equidade social; o empoderamento dos(as) estudantes na participação das decisões institucionais, especialmente em situações referentes à assistência estudantil, nas discussões sobre currículo, disciplina escolar, entre outras questões.

Num ambiente democrático, o desenvolvimento de ações articuladas com o grêmio estudantil constitui-se uma estratégia que pode contribuir para ações coerentes com a teleologia do nosso projeto profissional. A visão de uma assistente social exemplifica a repercussão que isso pode ter: “há no espaço onde atuo uma fantástica consciência política por parte do alunado, que possibilita romper com as ideologias conservadoras na instituição e materializar alguns princípios balizados no Código de Ética Profissional” (depoimento obtido através da aplicação de questionário eletrônico).

Ainda na esfera da correlação de forças, **a relação entre a capacitação profissional, a articulação sociopolítica e a autonomia relativa do Assistente Social** é percebida como elemento que pode possibilitar uma atuação coerente com os princípios que orientam o PEP. A correlação de forças no contexto institucional é um aspecto a ser considerado ao pensar essa relação.

A intervenção profissional requisita a permanente atualização pedagógica, inspirada na construção cotidiana da pedagogia da resistência e emancipatória, própria da formação da nova subjetividade da classe, consciência da classe no confronto com as forças conservadoras e do retrocesso revigoradas na sociedade e na profissão (ABREU et. al, 2014, p. 203).

A autonomia relativa do assistente social é um fator determinante das possibilidades de sua atuação em qualquer espaço sócio-ocupacional. Nesse sentido, a capacitação permanente e a articulação sociopolítica nos diversos níveis são mediações determinantes da configuração dessa autonomia nos diversos espaços.

No jogo de poder que marcam as relações entre interesses contraditórios nos Institutos Federais de Educação e na Política de Educação Profissional e Tecnológica, o modo como se dá a articulação entre esses três elementos é determinante das possibilidades de atuação profissional. Ressalta-se que essa relação é orgânica e permeada pelas contradições que perfazem essa instituição e essa política. Desse modo, ao mesmo tempo em que a capacitação e a articulação sociopolítica influenciam no nível de autonomia, a conquista dessa contribui para a organização e a articulação política, bem como para maiores oportunidades de buscar essa capacitação.

Em torno dessa questão, detectaram-se as seguintes percepções entre os Assistentes Sociais dos Institutos Federais: a autonomia relativa do Assistente Social abre muitas possibilidades de decisões; a articulação sociopolítica em nível nacional e a renovação profissional com certa constância contribuem para isso; a articulação/união da categoria na luta por seus direitos favorecerá o alcance do que ainda falta; a autonomia relativa do assistente social dentro da instituição possibilita a organização política dos profissionais, a construção de um trabalho com os estudantes, professores e comunidade interna e externa e o respeito por parte da gestão e dos demais colegas; a capacitação profissional é importante, pois para garantir direitos dos alunos é preciso estar preparado para os constantes embates com a gestão, pois há muitas barreiras institucionais estabelecidas, seja na reitoria seja no campus; a busca constante por qualificação possibilita o exercício das atividades de forma crítica, competente e ética; as possibilidades são vastas, e requer do profissional perspicácia e manejo para consolidar os princípios elencados no projeto ético-político do Serviço Social.

A correlação de forças propicia avanços e retrocessos e trabalhar na perspectiva da transformação social leva ao embate de ideias, o que é sempre mais difícil, visto que coloca em discussão as bases de sustentação de um modo de viver, pensar e agir. Os depoimentos seguintes expressam de forma bem realista as dificuldades vivenciadas nesse processo:

Ah, sim. Buscar a capacitação é fundamental, se a gente não fica o tempo todo se retroalimentando... Não tem nada melhor do que quando a gente sai de um evento, que a gente fica com pessoas que pensam como a gente, que reforçam, que fazem inclusive até às vezes a gente repensar algumas coisas que a gente acha que está fazendo certo e que não é bem assim [...]. Então, se a gente não fizer isso com frequência, a gente se perde no meio do caminho. A gente acaba se deixando se levar pelo dia a dia, pelo cotidiano. E o cotidiano faz agir automaticamente, né? Tu chega ali, vai fazendo, aí tem um atendimento, tu faz o atendimento... mas não tem tempo de pensar sobre aquele atendimento (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

Com certeza. Sempre é possível. Não deve haver uma visão romântica, mas há diversos espaços para ocupar e devem ser ocupados com gabarito. Muitas barreiras devem ser vencidas. O contato direto com os alunos, com os professores, tem que ser feito aos poucos, mesmo em atendimentos simples é possível aproveitar a oportunidade para desenvolver nosso saber. É possível sim, mas existem dificuldades maiores ou menores (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sudeste 1).

Eu acredito que a capacitação teórico metodológica sempre vai contribuir. Vai gerar tensões, talvez até perseguições políticas, mas eu acredito que se a gente conseguir ter compreensão do que realmente significa esse projeto ético-político, e que tem toda uma legislação que nos protege, tanto as legislações próprias da profissão quanto as do próprio PNAES. Até se a gente for pras legislações dos próprios Institutos, a gente vai conseguir argumentos. Então, acho que se a gente conseguir ter essa compreensão e essa base teórica normativa e as alianças, que eu acho muito importante, sim, sempre vai contribuir. Agora se a gente fizer uma defesa rasa, sem ter uma base que sustente isso, que às vezes vai ter que se dar em cima de diagnósticos e pesquisas, ou se a gente não tiver uma equipe que nos fortaleça e concorde com o que a gente tá defendendo, acho que não tem como contribuir, acho que aí só fragiliza mais o nosso lugar. Mas ao contrário, se a gente tá fortalecido em termos de base teórica e normativa e com alianças, ou pelo menos com um deles, acho que sim, vai contribuir (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 2).

Ainda na esfera da correlação de forças, a **regulamentação da Política de Assistência Estudantil e/ou a ampliação de dispositivos legais** são identificadas como elementos que podem favorecer uma ação voltada para a materialização do PEP, na medida em que fundamentam legalmente o acesso aos programas e serviços que compõem essa política e que materializam direitos dos estudantes.

Cabe aqui um registro muito importante na configuração das particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação. O documento do CFESS que apresenta os subsídios para a atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2012), ao abordar a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços no âmbito da Política de Educação, afirma que “trata-se de uma dimensão



do trabalho profissional que, se não tem sido demandada institucionalmente e até encontra grandes resistências nesse sentido, coloca-se hoje como uma clara intenção de possibilidades de atuação profissional” (CFESS, 2012, p. 55).

No caso dos Institutos Federais de Educação, em concordância com o que já foi abordado neste estudo, essa está se constituindo a principal requisição para a profissão. Antes da implementação do PNAES já ocorria o desenvolvimento de alguns serviços e programas de forma aleatória e assistemática. Sua implementação concretizou a institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil e exigiu que cada instituição federal de ensino elaborasse sua política interna de assistência estudantil.

Entende-se que essas medidas contribuem para a materialização do PEP ao proporcionarem fundamentação legal para que os profissionais efetivem essa política na ótica do direito, o que é plenamente coerente com o que propõe esse projeto profissional, além de contribuírem para o reconhecimento da profissão no âmbito institucional. Todavia, ao se apreender essa possibilidade, não se deve (e não se pode) esquecer, que contraditoriamente a isso, o desenvolvimento dessa política é também apontado como um desafio à materialização do PEP nos Institutos Federais de Educação<sup>49</sup>.

O depoimento a seguir exemplifica como o uso do aparato legal e normativo pode contribuir para uma atuação coerente com a direção apontada pelo Projeto Ético-Político. É necessário que todos os elementos favoráveis sejam vistos de forma articulada e em relação com o contraditório:

A concretização do projeto ético político da profissão é possível na medida em que há uma construção coletiva do fazer profissional na área, aproximação e uso da legislação e aparato normativo que orienta e regulamenta o fazer profissional e ampliação dos instrumentos e atividades que possibilitem uma reflexão da atuação profissional. No Instituto onde atuo, a categoria planeja e organiza as ações de forma integrada, discutindo e deliberando sobre a profissão em reuniões anuais, grupos nas redes sociais e demais espaços institucionais. Fazendo uso do nosso aparato normativo para defender demandas bem como para definir demandas. Para refletir sobre o fazer profissional estamos desenvolvendo pesquisas que tenham como objeto as demandas institucionais, bem como elaborando relatórios e avaliações (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 1).

As reflexões desenvolvidas até o momento reafirmam a percepção de que os Assistentes Sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação possuem uma árdua tarefa na condução do seu trabalho na ótica do Projeto Ético-Político da

---

<sup>49</sup> Os argumentos referentes a essa questão foram desenvolvidos no item 4.3.4.

Profissão. As mediações que perfazem esse espaço sócio-ocupacional impõem limites, que se colocam como desafios a serem enfrentados no cotidiano institucional, mas também apontam algumas possibilidades para a materialização de ações orientadas por seus princípios. Assim, em que pesem as dificuldades enfrentadas, identifica-se um esforço concreto nesse sentido.

e) Descrença ou dúvidas em relação às possibilidades de materialização do PEP no âmbito dos Institutos Federais

Considerando o que foi exposto neste estudo, existem várias polêmicas em relação à viabilidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social numa sociedade capitalista. As mudanças macroeconômicas e seus rebatimentos no mundo do trabalho, as políticas sociais e na vida social de um modo geral, o avanço do pensamento pós-moderno e do conservadorismo nas ciências sociais e na profissão, entre outros fatores, contribuem para acirrar essas polêmicas e os desafios concretos à sua materialização.

Dessa maneira, existem profissionais nos Institutos Federais de Educação que não acreditam na possibilidade de materialização do PEP ou têm dúvidas em relação a isso. Outros relacionam a possibilidade ou não à forma de desenvolver a Política de Assistência Estudantil. Os argumentos apresentados a esse posicionamento estão relacionados à conjuntura atual vivenciada nos Institutos Federais; ao excesso de burocracia que a caracteriza como limite para pensar a Política de Assistência Estudantil para além do repasse de recurso financeiro de forma institucional e organizada; ao seguimento institucional aos princípios neoliberais; à dificuldade de garantir direitos numa realidade em que o aprofundamento das desigualdades e a redução do Estado fazem parte da mesma lógica.

## 5 CONCLUSÕES

Nesta Tese desenvolveu-se um estudo a respeito do exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, visando compreender as possibilidades e os limites de uma atuação coerente com os princípios que orientam o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social considerado hegemônico na profissão. Nesse sentido, a realização deste estudo se efetivou através da identificação e análise das mediações determinantes da contextualização e da configuração das particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação.

A relevância deste estudo está relacionada ao fato de que a ampliação das requisições para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, decorrente da expansão da Educação Profissional e Tecnológica, é apontada como um dos principais determinantes da expansão da educação como um espaço sócio-ocupacional para a profissão. Desse modo, acredita-se que um estudo desta natureza venha contribuir para a compreensão da educação como campo de atuação do Serviço Social, bem como para o debate no âmbito dos Institutos Federais de Educação.

O estudo empreendido apoiou-se no entendimento de que a constituição e a institucionalização do Serviço Social como profissão inserem-se na divisão social e técnica do trabalho e de que sua configuração como um trabalho socialmente necessário é mediada pelas contradições inerentes às relações sociais de produção.

Essa visão fundamenta-se na concepção marxiana e marxista de trabalho, segundo a qual, como expressão da *práxis*, categoria que expressa a totalidade da vida social, o trabalho é fundante do ser social, sendo responsável pelo processo de humanização (ou desumanização) do homem.

Conforme abordado, a análise do Serviço Social como profissão não pode ser dissociada do processo de constituição da questão social na sociedade capitalista e do entendimento de que essa expõe a disputa entre interesses contraditórios próprios da relação entre capital e trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que é uma expressão da dominação e exploração de uma classe sobre a outra, resulta do movimento de resistência e luta contra essa relação.

Desse modo, a análise realizada levou em consideração que, tendo surgido e se desenvolvido no âmago das contradições de classes e integrado as estratégias de respostas do Estado à questão social, as demandas que justificaram o desenvolvimento do Serviço Social estavam (e ainda estão) articuladas ao jogo de interesses que caracterizam essas relações.

Entretanto, a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho não se efetiva diretamente no processo de produção, mas voltada para a reprodução da força de trabalho, através do desenvolvimento de políticas sociais, assim como para a criação ou manutenção de consensos necessários à reprodução da ideologia e da cultura dominantes, que têm como objetivo maior a reprodução das relações sociais de produção.

Sabe-se que a profissão surgiu com potencialidades legitimadoras da sociedade burguesa e das relações de dominação que a caracterizam, pois as demandas que justificaram e ratificaram sua institucionalização articulavam-se aos interesses das classes dominantes. Em contrapartida, sendo tensionada pelas contradições que marcam as relações de poder entre as classes sociais, foi assumindo posturas contrárias aos interesses dominantes.

Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro, pautado no Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e articulado ao movimento social que marcou o final da década de 1970 e a década de 1980, buscou uma redefinição da teleologia do seu trabalho através da construção de um projeto profissional que assumiu um compromisso ético-político com os interesses da classe trabalhadora, o que demonstra que os projetos profissionais relacionam-se organicamente à disputa entre os projetos societários.

Nesse processo, o Projeto Ético-Político do Serviço Social foi constituído por elementos que lhe dão materialidade, legitimidade e sustentação: a produção de conhecimento, que vem construindo um referencial teórico-metodológico para a profissão, fundamentado principalmente na teoria social crítica; as instâncias político organizativas da categoria; e o arcabouço jurídico-político que regulamenta a profissão.

A realização de um estudo com o propósito de analisar a dimensão interventiva do trabalho profissional numa instituição responsável pela execução da Política de Educação Profissional e Tecnológica colocou a necessidade de buscar

compreender a relação entre educação e trabalho no contexto das transformações societárias.

Nessa lógica, a educação foi compreendida como uma categoria ontológica do ser social e a partir de suas determinações sócio-históricas, decorrentes de sua inserção no cerne das relações de produção. No âmbito dessas relações e com base na concepção gramsciana de hegemonia, ressaltou-se o papel fundamental que a educação possui na direção intelectual e moral exercida pela classe dominante, assim como no processo de construção de uma contra-hegemonia pela classe trabalhadora.

O embate hegemônico no campo educativo se relaciona à disputa pelo controle do progresso técnico. Daí porque há uma relação orgânica entre os processos educacionais e de formação humana e o processo de produção e de trabalho. Essa relação é caracterizada por interesses e concepções antagônicas, que se manifestam na disputa pelo poder hegemônico nesse campo e que caracterizam as lutas de classes.

As reflexões acerca dessa relação foram essenciais para a compreensão das demandas que são postas para o Serviço Social na área da educação e para a captura das mediações que configuram as particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação.

Considerando que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido apontada como um dos principais determinantes da ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, identificaram-se como principal requisição para os Assistentes Sociais nessas Instituições as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil e que possui como uma forma de materialização, a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino.

As informações obtidas através desta pesquisa revelaram que a referida expansão ocorreu de forma bastante acelerada e direcionada principalmente para o interior do país. Sendo caracterizada como uma política compensatória, foi direcionada para a “inclusão social” de setores populacionais antes alijados do processo educacional formal. Não se pode esquecer que, desde sua origem, a Educação Profissional foi direcionada para a formação de trabalhadores, numa clara

separação entre trabalho intelectual e trabalho manual que sempre marcou as reformas educacionais brasileiras.

A grande ampliação de investimentos nessa política na atualidade faz parte das estratégias do Estado para atender as necessidades contemporâneas em relação às práticas educacionais colocadas pelas exigências do atual momento do processo produtivo, que requer um trabalhador com capacidade técnica para assumir múltiplas funções e capacidade gerencial para conduzir com aparente autonomia o seu trabalho. Nesse sentido, as reformas educacionais visam o desenvolvimento de subjetividades para a formação de um tipo de trabalhador que atenda às necessidades do modelo de acumulação flexível e a assistência estudantil visa garantir as condições para a permanência no sistema educacional até conclusão do curso, bem como a formação desse trabalhador, assegurando suas condições de empregabilidade.

Por outro lado, viu-se que a Educação e o Serviço Social, enquanto partes da mesma totalidade, são expressões da questão social, pois resultam também das lutas das classes subalternizadas pelo direito à educação pública, situando-se no cerne da relação entre capital e trabalho e sendo permeados pelas contradições que a caracterizam. Assim, ao mesmo tempo em que atende as necessidades do capital, essa expansão atende também as demandas da classe trabalhadora, que historicamente tem lutado pelo acesso à educação e à profissionalização, como direitos sociais que podem proporcionar melhores condições de vida, e à assistência estudantil, que pode se constituir um mecanismo para contribuir para esse acesso.

A análise dos desafios e das possibilidades de materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação demonstrou que esses se inserem no cerne da contradição entre os princípios que nortearam a construção desse projeto profissional e os princípios da ideologia neoliberal que orienta as reformas educacionais, portanto, estão sujeitos às mediações das condições objetivas e subjetivas de trabalho.

Conforme abordado, a Política de Assistência Estudantil caracteriza-se por ser compensatória, focalizada e seletiva, contrariando o princípio da universalidade proposto pela Constituição de 1988 e defendido pelo Projeto Ético-Político da profissão. Dessa maneira, também o Assistente Social, através do seu trabalho, mesmo quando assume uma postura em favor dos interesses da classe

trabalhadora, e através da mesma ação, favorece também os interesses do capital. Não se deve esquecer que as políticas sociais na atualidade são elaboradas sob a ótica neoliberal, que dá sustentação ideológica ao atual momento do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Além das requisições referentes ao planejamento, gerenciamento e execução do PNAES, identificou-se a ampliação de outras demandas para o Serviço Social no âmbito dos Institutos Federais de Educação. É relevante ressaltar que a Política de Assistência Estudantil não se restringe à execução de bens e serviços de caráter focalizado. A elaboração da Política (interna) de Assistência Estudantil constitui uma oportunidade ímpar para pensá-la em articulação com o projeto pedagógico da escola, concebendo o processo educacional numa perspectiva de totalidade.

Nesse sentido, as demais requisições para a profissão e as dimensões do trabalho dos Assistentes Sociais devem ser vistas em articulação com essa política ou como parte integrante da mesma. A dimensão investigativa foi impulsionada pela ampliação da assistência estudantil, que aumentou a demanda por estudos socioeconômicos como parte de processos seletivos, mas que pode ganhar contornos bem mais amplos no desvelamento da realidade social enquanto totalidade.

No ambiente educacional estão presentes as manifestações da questão social, bem como os resultados negativos da inversão de valores que caracteriza os dias atuais e que atinge a juventude de forma mais intensa, como a questão da violência, da cultura do ódio, uso de drogas, entre outras. Assim, identificou-se que existe uma demanda efetiva por ações de caráter sócio-educativo e por abordagens individuais aos alunos e suas famílias e aos trabalhadores da instituição nos Institutos Federais de Educação.

Essas requisições evidenciam a dimensão educativa do trabalho do assistente social. É certo que essa dimensão está presente em todas as funções desempenhadas e ações desenvolvidas, mesmo quando não há clareza da função pedagógica exercida pelo profissional. Afinal, desde sua origem, o Serviço social tem atuado diretamente na formação de consensos, que, dependendo do compromisso ético-político assumido, podem favorecer os interesses dominantes ou da classe trabalhadora.

Desse modo, tanto podem ser realizadas visando o ajustamento e/ou reintegração social de indivíduos “com problemas” ou para o fortalecimento de valores para a formação de cidadãos críticos e na perspectiva de uma educação emancipatória. Ciente dessas possibilidades, concluiu-se que essa dimensão adquire um significado especial ao se pensar acerca das possibilidades de se atuar profissionalmente sob orientação do Projeto Ético-Político em instituições educacionais. Considera-se que o campo da educação é um espaço privilegiado para se trabalhar nessa perspectiva, principalmente numa instituição que tem como objetivo fim o processo educacional voltado para a formação de trabalhadores.

A educação também se concretiza no âmago da relação entre capital e trabalho, sendo mediatizada pelas contradições inerentes a essa relação. Historicamente, sempre esteve atrelada aos interesses dominantes, que influenciaram as decisões relativas às políticas educacionais e na formação de consensos favoráveis à manutenção do *status quo*. Entretanto, pode ser também desenvolvida numa perspectiva emancipatória, contribuindo para a construção de uma nova cultura. A vivência cotidiana da contradição entre esses princípios, a fundamentação no Projeto Ético-Político da profissão e a articulação com profissionais e estudantes com os mesmos propósitos podem instigar e fortalecer os profissionais a conduzirem seu trabalho nessa perspectiva.

Dessa maneira, o espaço educacional é propício à articulação com profissionais e outros segmentos que compartilhem de ideias convergentes com os princípios que norteiam esse projeto profissional. Contudo, tem-se clareza de que não existe homogeneidade de pensamento em relação a isso. Viu-se, inclusive, que existe a descrença nessa possibilidade no seio da categoria (embora tenha sido expresso por uma minoria). Mas, apesar de que o avanço do conservadorismo e os dilemas que dele decorrem estão presentes em todas as áreas, a busca de fundamentação teórico-metodológica, de apoio nas instâncias político-organizativas, e na dimensão jurídico-política, que regulamenta e orienta o exercício profissional, são fundamentais para o fortalecimento do compromisso ético-político.

A partir das requisições postas, que se concentram em três eixos principais: referentes à assistência estudantil, acompanhamento e orientação a alunos em situações diversas e atividades socioeducativas, procurou-se apreender as particularidades do trabalho dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais a



partir da captura das mediações que concorrem para que se configure como tal, buscando a melhor aproximação possível da realidade.

Em relação ao perfil dos Assistentes Sociais que atuam nos Institutos Federais, que abordou aspectos relacionados à identificação, à formação e ao exercício profissional dos mesmos, uma das conclusões a serem destacadas se refere ao fato de que a ampliação desse espaço sócio-ocupacional é muito recente, pois ocorreu somente nas duas últimas décadas, o que é coerente com o período de maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Outro fator de destaque é que a maioria atua na Região Nordeste e no interior do país. Um dos objetivos dessa expansão é promover o acesso à educação e à profissionalização de “setores antes alijados” do processo educacional. Sabe-se que o Brasil é marcado por uma grande desigualdade regional e o Nordeste, além de ser a região com maior número de estados, possui os piores índices socioeconômicos, inclusive com relação ao acesso à educação e ao analfabetismo. Em termos de Institutos Federais, o maior número de unidades (campus) encontra-se nessa região, o que certamente é um fator determinante de haver maior número de profissionais nessa área.

As funções desempenhadas pelos Assistentes Sociais foram pensadas a partir da articulação entre as requisições e determinações institucionais e as concepções dos profissionais a respeito das mesmas e dos efeitos que podem (ou devem) produzir na realidade onde atuam. As principais conclusões em torno dessa questão são que: as concepções dos profissionais revelam suas referências teórico-metodológicas e são mediações importantes na forma como esses desempenham suas funções; há uma ênfase para percepções de funções relacionadas aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, embora ocorram visões que extrapolem tais objetivos e explicitem de forma mais clara uma coerência com o Projeto Ético-Político da profissão.

As ações desenvolvidas concentram-se em quatro eixos principais: referentes à assistência estudantil; de caráter socioeducativo; de orientação, acompanhamento e encaminhamento de estudantes; e de assessoria às organizações estudantis e de pais. A partir das reflexões realizadas conclui-se que é através da efetivação dessas ações que se evidenciam, de fato, as possibilidades de materialização desse projeto profissional. Entretanto, tais possibilidades são

mediadas pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho. Então, é também no momento da execução que se revelam os desafios para que isso aconteça.

Dessa maneira, identificou-se que os desafios se concretizam através das dificuldades cotidianas decorrentes da contradição entre os princípios que orientaram a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e as ideias neoliberais que dão sustentação ao avanço do capitalismo e orientam as reformas educacionais, da correlação de forças que caracteriza o jogo de interesses no espaço institucional e do comprometimento das condições de trabalho resultante do processo de assistencialização da educação pública. As possibilidades se tornam factíveis a partir do compromisso dos profissionais com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, da organização e das articulações sócio-políticas da categoria, do desenvolvimento de ações socioeducativas e das correlações de forças no contexto das relações institucionais.

A partir da análise desenvolvida chegou-se a outras considerações conclusivas a respeito das particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação. A primeira delas é que nenhuma dessas mediações pode ser vista de forma isolada, pois como partes de uma totalidade, influenciam-se mutuamente. Um exemplo disso é que o compromisso com o Projeto Ético-Político é colocado como um fator que contribui para sua materialização, entretanto esse compromisso, por si só, não garante que isso ocorra se outros fatores não concorrem para isso, como a correlação de forças ou as condições de trabalho, por exemplo.

Ainda nessa ótica, observou-se que de um modo geral há entre os Assistentes Sociais uma compreensão da importância de atuar na perspectiva de contribuir para a viabilização de direitos, o que demonstra uma coerência com o que propõe o projeto profissional. Entretanto, o caráter focalizador da Política de Assistência Estudantil impõe a seletividade e limita suas possibilidades de atuação nesse sentido ao excluir dos programas oferecidos uma parcela significativa de estudantes que também possuem direito de participar.

A segunda é que em relação aos desafios à materialização do Projeto Ético-Político nos Institutos Federais de Educação, há um impasse entre a percepção da importância de atividades socioeducativas pelos assistentes sociais e as condições objetivas para realizá-las. O impasse está relacionado ao comprometimento das condições de trabalho decorrentes do processo de

“assistencialização” que ocorre nessas instituições. Essa constatação resulta não só das informações obtidas através da aplicação dos questionários eletrônicos e da realização das entrevistas, mas também da observação participante na vivência diária e na participação em eventos da categoria em âmbito institucional (estadual, regional e nacional) nos quais essa questão é bastante evidenciada.

Essa dificuldade está relacionada, essencialmente, à insuficiência de recursos humanos para atender a grande demanda de trabalho gerada pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Conforme já mencionado, a quantidade excessiva de atividades administrativas/burocráticas decorrentes da execução desse programa compromete, efetivamente, a possibilidade de desenvolvimento de outras ações, como, por exemplo, as socioeducativas, que exigem tempo para planejamento, preparação e execução. Essa situação é bastante preocupante, pois tem como consequência o imediatismo das ações profissionais, o que, entre outras coisas, interfere na disponibilidade de tempo para investir na qualificação do trabalho.

Em terceiro lugar destaca-se que a capacitação profissional permanente é uma mediação fundamental para uma atuação coerente com os princípios éticos nos Institutos Federais de Educação.

Viu-se que a contradição é uma categoria presente no decorrer da análise realizada. Assim, questões que foram levantadas como desafios também estiveram presentes nas reflexões sobre as possibilidades de materialização do PEP: a correlação de forças, por exemplo, pode contribuir para dificultar ou para facilitar tal processo; a assistência estudantil pode possibilitar o acesso à educação como direito, mas atende também aos interesses dominantes e pode inviabilizar outras ações numa perspectiva emancipatória; o atendimento individual pode contribuir para o ajustamento ou para emancipação dos indivíduos, entre outras situações.

Portanto, revisitar continuamente os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos contribui para a construção de uma forma de ser profissional coerente com o projeto profissional. Desse modo, pode instrumentalizar os profissionais para tentar superar os desafios cotidianos, podendo contribuir para a compreensão das contradições e da correlação de forças que caracterizam o espaço institucional e propor ações que busquem a superação dos limites que são postos no dia a dia. De acordo com os dados levantados há um movimento da categoria na busca dessa capacitação, assim como no esforço em sistematizar o trabalho profissional.

Outra conclusão relevante em relação às particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação é que a articulação interinstitucional da categoria tem sido um mecanismo positivo na busca de superação desses limites. Embora os eventos não ocorram com a frequência desejada e nem todos possam participar sempre, quando acontecem são bastante produtivos na discussão das singularidades da atuação profissional nesse contexto.

Além de tais eventos, o e-mail que reúne assistentes sociais de todo o país se constitui um instrumento efetivamente congregador, através do qual são discutidas cotidianamente situações vivenciadas e que por serem comuns às diversas realidades (e mesmo quando não o são), contribuem para a desmistificação dessas singularidades e para a construção coletiva de alternativas de ação, o que, seguramente, fortalece a identidade e a autonomia profissional. Outra questão em relação a esse instrumento é que demonstra a disponibilidade desses profissionais para a utilização da tecnologia como um instrumento de (e para melhorar o) seu trabalho, o que é fundamental no mundo contemporâneo.

Outra consideração necessária é que a conjuntura atual é preocupante para a Educação Profissional e Tecnológica e para o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Viveu-se de 2003 a 2016 um período de plena expansão dessas políticas, apesar das contradições que lhes são próprias. No governo atual foi aprovado o congelamento de gastos e isso implica em redução de investimentos, o que incide mais ainda na focalização e na seletividade. A aprovação da Reforma do Ensino Médio também repercute nessas instituições em razão de oferecer o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e o PROEJA. Enfim, são questões que repercutem no trabalho dos Assistentes Sociais e merecem análise, mas não serão aprofundados neste estudo.

Feitas essas considerações, destaca-se ainda que a busca de referências numa realidade concreta visa fundamentar e enriquecer o estudo, assim como contribuir para a melhoria do trabalho realizado. A tentativa de imersão na realidade dos Institutos Federais de Educação de forma mais ampla foi uma experiência extremamente enriquecedora. As percepções dos participantes da pesquisa a respeito das várias questões abordadas neste estudo foram muito importantes para a identificação e análise das mediações que delineiam as particularidades do trabalho dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais.

Os depoimentos obtidos através dos questionários eletrônicos e da realização de entrevistas são ricos de informações e significados, trouxeram elementos e questões fundamentais para uma aproximação da realidade vivenciada e em vários momentos extrapolaram os objetivos deste estudo.

Desse modo, acredita-se que a análise aqui desenvolvida, embora não dê conta de toda a realidade e tenha deixado escapar aspectos que requeiram maior aprofundamento, permite o levantamento de alguns pontos relevantes para a apreensão das particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais na Política de Educação Profissional e Tecnológica.

A pretensão de contribuir para a melhoria do trabalho tem como suporte a dimensão político-pedagógica da prática profissional, que é o que lhe confere uma teleologia e, conseqüentemente, a devida importância e significado. Espera-se que este estudo possa contribuir para possíveis reflexões a respeito do trabalho realizado e, principalmente, para renovação dos valores éticos. Nesse sentido, pretende-se realizar a divulgação desta Tese no contexto institucional onde foi realizada, no intuito de que ela possa, de fato, contribuir para o debate acerca do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação e na Política de Educação, em nível mais geral.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. In SERRA, Rose (Coordenadora). Democracia e Serviço Social. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. n. 19. Rio de Janeiro. 2007.

ABRAMIDES, M. Beatriz C.; CABRAL, M. do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. In CFESS. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada/Conselho Federal de Serviço Social**. – Brasília: CFESS, 2012.

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO MARANHÃO: avaliação do processo de implementação**. Dissertação de Mestrado. São Luís, 2012.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

ABREU, Marina Maciel e LOPES. Josefa Batista. Formação Profissional e Diretrizes Curriculares. In CFESS. **Revista Inscrita**. Ano VII – Nº X. Brasília – DF. Novembro de 2007.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia, (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária** – São Paulo: Cortez, 2014.

ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. O Estado Ampliado de Gramsci. **Revista Mosaico Social**, Ano 3, n.3, Dezembro 2006. Disponível em: <<http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-162.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. S/D. Disponível em: <[http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao\\_estagio/documents/13\\_ServicoSocialnaEducao.pdf](http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducao.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte. 2007. Disponível em: <[http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf)>. Acesso em 13 dez. de 2016.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios dessa relação. **I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, Belo Horizonte**. 2003. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2016.

ANGELI, José Mário. Produção, reestruturação produtiva e educação profissional: no contexto de crise do capitalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 8, n. 85, jun. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfoses y la centralidade del mundo del trabajo**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A substância da crise. **Revista Sem Terra**. 2009. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Noticias/visualizar/639>>. Acesso em 04 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua cocha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/caracol%20e%20a%20concha%20ricardo%20antunes.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos uma avaliação menos ingênua. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de.(Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 58, Ano XIX. São Paulo – SP: Cortez Editora, novembro de 1998.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sílvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Org. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e política entre a ruptura e o conservadorismo. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, n. 12, p. 31-38, nov. 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGA, William Dias. Mediação e processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais do trabalho. **Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 3, p.1-15, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev09/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/fev09/F_I_aut.htm)>. Acesso em 7 dez 2016.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2006.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília - DF, Ano 8, n.10, p.4-10. 2007.



BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CABRAL, Maria do Socorro Reis. A chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em vão... Depoimento. In: CFESS. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; TORRES, Andrea Almeida. Rupturas, desafios e luta por emancipação: a ética profissional no Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 313-321, julho de 2014.

CAVALLI, Michelle. A categoria mediação e o processo de trabalho no Serviço Social: uma relação possível? **ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, v. 5, n.5, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília – DF, 2012.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n.94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2017.

ERUNDINA, Luíza. A chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em vão... Depoimento. In: CFESS. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada/Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANCO, Maria Asenate Conceição; OLIVEIRA, Jacibarbara de S.; SANTOS, Luzinete C. dos; e VIEIRA, Erica de J. A. A prática política do Assistente Social na educação: limites e possibilidades neste espaço sócio-ocupacional contemporâneo. **XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**. Juiz de Fora/MG, nov/2012.

FONSECA, Cleomar Campos da. O projeto de formação do serviço social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Temporalis**, Brasília – DF, ano 16. n. 31, jan./jun. 2016.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FÓRUM DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: [s.n.], 2007.

FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO. **Termo de metas e compromissos: diretrizes gerais**. Documento elaborado pela Comissão de Indicadores a partir de estudos realizados nessa Comissão e na Comissão Termo de Metas do CONIF. Brasília, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G. et al. (Orgs.). **Ensino médio integrado: integrado concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. Tradução: Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

GORTZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984. apud PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Junger Habermas conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. Paidéia: Ribeirão Preto, n.8. 1995.

HEGEL, G. N. **Fenomenología del Espíritu**. Trad. Wenceslau Roces. México, Fondo de Cultura, 1987.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano 23, n. 69, p.5-29, mar. 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-31, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo. Cortez, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Concepção e Diretrizes.** Brasília: PDE/SETEC, 2008.

KONDER, Leandro. **A Totalidade, a Contradição e a Mediação.** 10 de Julho de 2008. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2008/07/totalidade-leandro-konder.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Políticas de Educação Profissional: novos desafios. In: **seminário nacional de educação profissional técnica:** sustentabilidade, educação e trabalho no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, out. 2007.

LESSA, Sergio. **Serviço social e trabalho:** porque o serviço social não é trabalho. 2ª edição – revista e ampliada. Instituto Lukács: São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/sstrab.pdf>>. Acesso em 22 mai. 2016.

LESSA, Sergio. **Serviço Social e Trabalho:** do que se trata? 2006. Disponível em: <[http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/ssocial\\_trabalho\\_2000.pdf](http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/ssocial_trabalho_2000.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

LIMA, Francisca das Chagas Silva. A Formação profissional como inclusão social: discutindo conceitos e significados. In: CARVALHO, Mariza Borges W. B. de; SILVA, Marilete Geralda da (Org.). **Faces da Inclusão.** São Luís: EDUFMA, 2010.

LOPES, Josefa Batista. **Fundamentos histórico conceituais do mercado profissional de trabalho da (o) assistente social no Brasil, na particularidade do Maranhão:** trabalho e mercado de trabalho; estado e política social; intervenção e identidade profissional. Participação em Mesa Redonda no Encontro Estadual de Assistentes Sociais do Maranhão. São Luís – MA: maio de 2017.

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** - São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. Os desafios, 30 anos depois. In CFESS. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 7, n.12, 2009.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Revista Temas**, São Paulo: Ciências Humanas, n. 4, 1968.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do Ser Social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel.** Trad. Carlos N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social vol. I.** Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional. **Emancipação**, v. 6, n.1, p.9-23, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. As particularidades do trabalho do assistente social na educação. **Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social.** Franca – SP, 2016.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José (Org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática.** Campinas, SP: Papel Social, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2012b.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. 4. Reimp. São Paulo; Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política - Livro Terceiro. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho e processo de valorização. In ANTUNES, Ricardo (Org.) **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Estranhado e Propriedade Privada**. Manuscritos Econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In ANTUNES, Ricardo (Org.) **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Outubro**, n. 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>>. Acesso em 12 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 32 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOCHCOVICH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

MORAES, Michele Rodrigues de; LIMA, Gleyce Figueiredo de. Assistencialização das políticas educacionais brasileiras. **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**: marxismo, educação e emancipação humana. Florianópolis-SC, abril de 2011.

MORAES, Michele Rodrigues de. **O processo de assistencialização das políticas sociais e o serviço social**. Dissertação [Mestrado em Serviço Social]. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009.

NASCIMENTO, C. M. do; SANTOS, T. A. P. Política de Educação Superior: tendências da assistência estudantil na contra-reforma universitária. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – XIII ENPESS**, Juiz de Fora, MG, 2012.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão Social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, Brasília, ano II, n. 3, p. 419, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista y Servicio Social**. Biblioteca Latino Americana de Servicio Social. Traducción: Carlos E. Montañó. – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Crítica conservadora à reconceituação. In: **Serviço Social e Sociedade**, n.5. São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. Das Ameaças à Crise. In CFESS. **Revista Inscrita**, Brasília – DF, ano 7, n.10. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. – 17ª ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. Para uma nova história do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. - São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. Relendo a teoria marxista da história. HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Anais do IV Seminário Nacional**. 1997. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/me sa06.rtf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/me sa06.rtf)>. Acesso em: 16 jan de 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **RBCS**: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, USP, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_01](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01)>. Acesso em: 27 jan 2017.

POLA, Karina Dala; CÓLMAN, Evaristo. **Porque o Serviço Social não é trabalho?** s/d. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n1\\_karina.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n1_karina.htm)>. Acesso em 15 fev. 2017.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão pública e a questão social na grande cidade**. São Paulo. Lua Nova, 2006.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e Educação Social: conceitos em superfície e fundo. **Rev. Educação e Sociedade**. Vol. 27, nº 94, p. 155-178. SP: Cortez, jan/abr, 2006.

SANTOS, José Derivaldo Gomes dos. PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DE NÍVEL SUPERIOR: SÍNTESE, CONCEITO E CRÍTICA. **Trabalho Necessário** – [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario); Ano 13, Nº 21/2015.

SANTOS, Maria Elisa dos; MESQUITA, Marylucia; RIBEIRO, Alessandra. A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.



SANTOS, Silvana de Maria de Moraes dos. Questões e desafios da luta por direitos. In: **Revista Inscrita**, n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.

SEMINÁRIO CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, Fortaleza, 2010. **Anais...** Fortaleza, 2010.

SERRA, Rose (Coordenadora). Democracia e Serviço Social. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro. n.19. 2007. Disponível em: <[www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/192/215](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/192/215)>. Acesso em 22 nov. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In SILVA, Maria Ozanira da Silva e [et al.]. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luís: Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, 2008.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Experiência histórica e cotidiano no trabalho. **Revista Inscrita**, Brasília - CFESS: ano 7, n.10, 2007.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Educação Profissional no Brasil: centralização e descentralização no processo de gestão das políticas governamentais**. São Luís, 2004. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

VERGARA, Eva Maria Bitencourt. O significado da categoria mediação no Serviço Social. **Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Disponível em: <<http://cac-phi.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/98evavergara.pdf>>. Acesso em: 12 fevereiro de 2015.

VINAGRE, Marlise. In: SERRA, Rose (Coordenadora). **Democracia e Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. n. 19. 2007.

YAZBEC, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Assistente Social,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada **O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA À LUZ DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL**, que tem como objetivo analisar o exercício profissional do Serviço Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, à luz do projeto ético-político profissional.

Você poderá contar com a assistência do pesquisador, se necessário. Caso alguma pergunta lhe cause desconforto ou constrangimento, você é livre para não responder e terá o direito de abandonar sua participação neste estudo quando quiser sem nenhuma penalidade ou prejuízo e não pagará nada em nenhum momento.

A realização da coleta de dados será através da aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas com Assistentes Sociais que exercem suas atividades profissionais nos Institutos Federais de Educação nas diversas regiões do Brasil e você terá direito a esclarecimentos a respeito da metodologia da pesquisa a qualquer momento. Os resultados serão publicados, porém será garantido sigilo quanto a sua identificação, bem como às informações obtidas com a sua participação, exceto aos responsáveis pelo estudo. A publicação dos resultados será através da tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/UFMA, respeitando a confidencialidade e o anonimato das informações. Caso você aceite participar da pesquisa, deverá assinar este Termo de Consentimento e encaminhar para o email: [ednacoimbra@ifma.edu.br](mailto:ednacoimbra@ifma.edu.br). Depois você receberá uma cópia assinada pela pesquisadora responsável.

Com a sua participação neste estudo, você estará contribuindo para o processo de construção do conhecimento acerca do processo de trabalho dos assistentes sociais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, assim como

para que o debate a respeito do tema possa favorecer a melhoria das ações desenvolvidas.

Diante do exposto, eu, \_\_\_\_\_, tendo compreendido tudo que me foi informado quanto a minha participação no mencionado estudo e, estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades e dos benefícios que minha participação implica, concordo em dele participar e para isso dou o meu consentimento sem que tenha sido forçado ou obrigado, podendo ligar para o pesquisador responsável, caso julgue necessário.

**Endereços para contatos:**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (Pesquisadora responsável)

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do Bacanga

CEP: 65085-580 – São Luís, MA

Fone: (98) 3272 8708

EMAIL: [polipub@ufma.br](mailto:polipub@ufma.br)

Edna Maria Coimbra de Abreu

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Av. Getúlio Vargas, nº 4 – Monte Castelo

CEP: 65030-000 - São Luís, MA.

Fones: (98) 98737 9942 (OI)

(98) 98101 2371 (TIM)

EMAIL: [ednacoimbra@ifma.edu.br](mailto:ednacoimbra@ifma.edu.br)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável

**APÊNDICE B – Questionário de pesquisa com os Assistentes Sociais dos  
Institutos Federais de Educação**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS  
DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO**

Esta pesquisa, intitulada “O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: possibilidades e limites à luz do Projeto Ético Político Profissional”, tem como objetivo pensar o exercício profissional do Serviço Social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, à luz do projeto ético-político profissional. Nesse sentido, convidamos você a participar desse processo, na perspectiva de contibuirmos para o debate acerca do tema, bem como da busca de maior compreensão a respeito do nosso fazer profissional.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem possibilitado a ampliação desse espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, o que reforça a necessidade de analisarmos o exercício da profissão diante das mudanças que estão ocorrendo nesse âmbito, entendendo que as mediações presentes no contexto institucional podem interferir na atuação profissional.

Na perspectiva de contribuir com as reflexões e o debate em torno da questão, assumo o compromisso de compartilhar os resultados obtidos com a pesquisa com todos os participantes. Por último, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e antecipadamente agradeço a colaboração de todos/as.

Um abraço,

Edna Maria Coimbra Abreu

Telefones: (98) 3238 0781, (98) 98737 9942 e (98) 98101 2371.

\*Obrigatório

## PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

### 1. Idade \*

### 2. Sexo \*

### 3. Tempo de atuação como Assistente Social: \*

### 4. Tempo de atuação na Política de Educação Profissional e Tecnológica: \*

### 5. Graduou-se em instituição: \*

Pública

Privada

Outro:

### 6. Ano de graduação: \*

### 7. Pós-Graduação: \*

Nenhuma

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

Outro:

### 8. Participação política e social \*

	Filiado/Sindicalizado/Membro	Militante	Não participa
Partido político:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sindicato:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Órgão/entidade da categoria:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 9. Participou de eventos da categoria ou da área da educação nos últimos 5 anos? \*

Sim

Não

### 10. Caso tenha participado, apresentou trabalho?

Sim.

Não

11. Caso tenha respondido sim à questão anterior, cite o (os) trabalho(s) apresentado(s):

12. Produção científica nos últimos 5 anos? \*

- Sim  
 Não

13. Caso tenha respondido sim à questão anterior, cite a(s) principal(is):

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

14. Instituição onde atua: \*

15. Localização: \*

- Capital  
 Interior do estado

16. Situação funcional: \*

- Efetivo do quadro institucional  
 Contrato temporário  
 Terceirizado  
 Outro:

17. Carga horária semanal de trabalho: \*

- 30h  
 40h  
 Outro:

18. Faixa salarial (em s. m.): \*



**19. Função exercida \***

- Assistente social
- Chefe do Serviço Social
- Coordenador(a) do Setor de Assistência Estudantil
- Outro:

**20. Ano de implantação do Serviço Social: \*****21. Número de Assistentes Sociais: \*****22. Número de alunos: \*****23. O Serviço Social possui um Plano de Ação sistematizado? \***

- Sim
- Não

**24. Poderia citar os principais objetivos? \*****25. Como você caracteriza a relação com os demais profissionais da instituição? \***

- Assistemática e superficial
- Sistemática (com planejamento e execução de ações conjuntas)
- De caráter complementar
- Como referência para ações institucionais
- Outro:

**26. Quais as principais demandas para o Serviço Social? \*****27. Principais ações desenvolvidas pelo Serviço Social: \***

**28. Quais os instrumentais e as técnicas utilizadas para essas ações? \***

**29. Desenvolve ações de caráter socioeducativo? \***

- Sim  
 Não

**30. Exemplifique: \***

**31. Desenvolve ações com instâncias do poder decisório? \***

- Sim  
 Não

**32. Em caso afirmativo, quais?**

- Conselhos  
 Organizações Estudantis  
 Associação de Pais  
 Outro:

**33. A participação do Serviço Social no planejamento institucional: \***

- É somente nas ações específicas do Serviço Social  
 No âmbito de uma equipe multiprofissional  
 Em nível macro  
 Outro:

**34. Em relação aos recursos destinados à Assistência Estudantil, o Serviço Social participa (pode marcar quantas alternativas forem necessárias): \***

- Da definição dos valores a serem destinados à Assistência Estudantil;  
 Da distribuição desses recursos entre as várias ações custeadas por eles;  
 Da gestão desses recursos;  
 Da execução de programas e projetos financiados por esses recursos;  
 O Serviço Social não tem participação referente ao uso desses recursos.  
 Outro:

**35. Supervisiona estágio de Serviço Social? \***

- Sim  
 Não

**36. Marque a opção que melhor retrata suas condições de trabalho em termos de: \***

	Excelentes	Satisfatórias	Insatisfatórias	Inadequadas
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estrutura física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos materiais e equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autonomia profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Articulação política	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**37. Destaque as principais dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional: \***

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TEÓRICO METODOLÓGICA

**38. Em sua concepção, qual o papel do Serviço Social no âmbito da Política Educacional? \***

**39. Qual o seu nível de conhecimento dos seguintes documentos de regulamentação da formação e do exercício profissional? \***

Responda de acordo com a seguinte numeração: Apenas leu – 1, Estudou de forma aprofundada – 2, Estudou e debateu com a categoria – 3, Desconhece – 4.

	1	2	3	4
Diretrizes Curriculares para o Serviço Social – ABEPSS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lei de regulamentação da profissão, no 8.662/93	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Código de Ética de 1993	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lei de Regulamentação do estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**40. Você recorre a Código de Ética Profissional do Assistente Social no seu cotidiano profissional? \***

- Sim
- Não

**41. E em relação aos outros documentos citados, você já consultou em alguma situação específica no seu exercício profissional? \***

- Sim
- Não

**42. A consulta a esses documentos contribuiu para facilitar sua ação? \***

- Sim
- Não

**43. Exemplifique: \***

**44. Cite alguns autores nos quais você busca fundamentação teórico-metodológica para seu exercício profissional: \***

**45. Considerando os princípios que orientam o projeto ético-político do Serviço Social, quais os principais obstáculos para a materialização desse projeto que você identifica no seu espaço sócio-ocupacional? \***

**46. Considerando esses mesmos princípios, que possibilidades para a materialização desse projeto ético-político você identifica no seu espaço sócio-ocupacional? \***

**47. Observações complementares:**

Neste espaço você pode destacar algum aspecto que considera importante para a análise proposta, mas que não foi perguntado neste questionário, bem como apresentar críticas ou sugestões.

**48. Você poderia informar um email para contato? \***

**MUITO OBRIGADA!**

## **APÊNDICE C – Questões norteadoras da entrevista**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

### **QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA**

1. Considerando que atua numa instituição que executa a Política Educacional do Estado Brasileiro, qual a concepção de educação que norteia sua atuação enquanto assistente social nesse espaço sócio-ocupacional?
2. Considerando o caráter educativo da ação do assistente social, que função pedagógica vem sendo exercida por esse profissional nesse contexto institucional? Qual tem sido o efeito dessa ação para a comunidade estudantil?
3. Considerando as mediações que interferem no exercício profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais, quais são os maiores obstáculos para uma atuação norteada pelo projeto ético-político profissional? Que interesses tem sido prioritariamente determinantes das ações desenvolvidas?
4. O que você considera que pode contribuir para a superação desses desafios?
5. Você considera que há, de fato, a possibilidade de uma ação profissional coerente com esse projeto ético-político? Por quê?